

**2017**

**RELATÓRIO**  
**SOBRE**  
**EMPREGO E FORMAÇÃO**

---

**Título: *Relatório sobre Emprego e Formação – 2017***

**Data de edição: \_\_\_\_\_ de 2018**

**CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS**

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: [geral@crl.mtsss.pt](mailto:geral@crl.mtsss.pt)

**Depósito legal:** \_\_\_\_\_/\_\_\_

**Execução gráfica:** \_\_\_\_\_

**Tiragem:** \_\_\_\_ exemplares

*Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.*

## CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

### – Composição:

Presidente: **António Valadas da Silva** (Governo)

#### Organizações Governamentais:

- ACT - **Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo) ; Maria José Tiago (suplente)
- DGERT - **Fernando Catarino José** (efetivo) ; Rui Abreu (suplente)
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo) ; Maria Teresa F. Feliciano (suplente)
- IEFP - **Catarina Campos** (suplente)

#### Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **João F. Freitas Torres** (efetivo) ; Carlos Manuel A. Trindade (suplente)  
**José Rodrigues Oliveira** (efetivo) ; Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT - **Sérgio Monteiro do Monte** (efetivo) ; Luis F. Oliveira Costa (suplente)  
**Carlos M. Anjos Alves** (efetivo) ; José M. da Luz Cordeiro (suplente)

#### Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo) ; Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo) ; Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Gregório da Rocha Novo** (efetivo) ; Nuno M. V. Nobre Biscaya (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo) ; António A. da Cunha Abrantes (suplente)

## *Autores do Relatório*

### Equipa técnica:

Perito convidado: **João Cerejeira** (Coordenação Científica)

**Teresa Pina Amaro** (CRL)

**Teresa Sabido Costa** (CRL)

### Colaboração técnica:

**Miguel Ramos dos Santos** (CRL)

## COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO – 2017

### Composição

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **Mário C. Dias** (Universidade Lusíada)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)



# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	14
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	17
NOTA PRÉVIA .....	28
<b>1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU .....</b>	<b>30</b>
<b>2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1. OFERTA DE TRABALHO .....</b>	<b>39</b>
2.1.1. <i>População total</i> .....	39
2.1.2. <i>Fluxos migratórios</i> .....	40
2.1.3. <i>População por níveis de escolaridade</i> .....	45
2.1.3.1. <i>População com Nível de Educação Secundário em Portugal e na UE 28</i> .....	46
2.1.4. <i>População ativa e taxas de atividade</i> .....	48
2.1.4.1. <i>População ativa por escalões etários</i> .....	49
2.1.4.2. <i>Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia</i> .....	50
2.1.4.3. <i>População ativa por níveis de escolaridade completos</i> .....	51
2.1.4.4. <i>População ativa por regiões</i> .....	52
2.1.5. <i>População Inativa</i> .....	53
2.1.6. <i>População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia</i> .....	57
• <i>Saída escolar precoce</i> .....	57
• <i>População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF)</i> .....	58
<b>2.2. EMPREGO .....</b>	<b>61</b>
2.2.1. <i>Emprego e taxas de emprego</i> .....	61
2.2.1.1. <i>Emprego por escalões etários</i> .....	61
2.2.1.2. <i>Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia</i> .....	64
2.2.1.3. <i>População empregada por níveis de escolaridade</i> .....	65
2.2.1.4. <i>Emprego por regiões</i> .....	66
2.2.1.5. <i>População empregada por situação na profissão</i> .....	66
2.2.1.6. <i>População empregada por tempo de duração de trabalho</i> .....	67
• <i>Por escalão de duração semanal de trabalho</i> .....	69
• <i>Por tipo de horário de trabalho</i> .....	70
2.2.1.7. <i>Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato</i> .....	72
2.2.1.8. <i>Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia</i> .....	73
2.2.1.9. <i>População empregada por sectores de atividade</i> .....	74
2.2.1.10. <i>População empregada por grupos profissionais</i> .....	80
2.2.2. <i>Emprego nas administrações públicas</i> .....	81
2.2.2.1. <i>Postos de trabalho nas administrações públicas</i> .....	81
• <i>Por escalões etários</i> .....	82
• <i>Por níveis de escolaridade</i> .....	82
• <i>Por tipo de vínculo</i> .....	83
• <i>Por Ministérios</i> .....	84
• <i>Por tipo de entidade</i> .....	85
• <i>Por cargos/carreiras/grupos</i> .....	86
2.2.2.2. <i>Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP)</i> .....	87
• <i>Por escalões etários</i> .....	88
• <i>Por níveis de escolaridade</i> .....	88
• <i>Por setores de atividade</i> .....	89
• <i>Por cargos/carreiras/grupos</i> .....	90
2.2.3. <i>Trabalho temporário</i> .....	91
2.2.3.1. <i>Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários</i> .....	91
2.2.3.2.1. <i>Empresas de trabalho temporário por escalão de volume de contratos</i> .....	94

2.2.3.2.2. Trabalhadores com contratos de trabalho temporários .....	95
2.2.3.2.3 Contratos de trabalho temporários .....	97
2.2.4. Subutilização do trabalho em Portugal .....	98
<b>2.3. DESEMPREGO .....</b>	<b>102</b>
2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego .....	102
2.3.1.1. Desemprego por escalões etários .....	103
2.3.1.2. Taxas de Desemprego em Portugal e na União Europeia .....	104
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade.....	106
2.3.1.4. Por experiência anterior de trabalho .....	107
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego .....	108
• Por áreas de atividade.....	108
• Por grupos profissionais .....	111
• Por regiões .....	112
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração .....	113
2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego .....	117
MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO .....	123
MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO .....	123
2.3.3. Situação do desemprego subsidiado .....	127
<b>2.4. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INATIVIDADE.....</b>	<b>129</b>
2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas .....	132
2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off .....	134
2.4.3. Despedimentos coletivos .....	136
<b>3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS.....</b>	<b>139</b>
<b>3.1. ESTRUTURA EMPRESARIAL .....</b>	<b>139</b>
• Por sectores de atividade .....	139
• Por dimensão de empresas .....	141
<b>3.2. EMPREGO NAS EMPRESAS .....</b>	<b>142</b>
• Por sectores de atividade .....	142
• Por dimensão de empresas .....	145
• Por níveis de habilitações e qualificações.....	146
• Por tipos de contrato.....	147
▪ Por tipo de contrato e escalão etário .....	148
▪ Por tipo de contrato e níveis de qualificação .....	149
<b>3.3. TRABALHADORES ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS .....</b>	<b>150</b>
<b>3.4. ESTRUTURA EMPRESARIAL – SECTORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO .....</b>	<b>151</b>
• Por sectores de atividade .....	152
• Empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia .....	154
• Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC) .....	154
• Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia .....	155
• Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados.....	156
• Indústrias transformadoras de baixa tecnologia.....	157
• Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.....	158
<b>3.5. EMPREGO NAS EMPRESAS – SECTORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO .....</b>	<b>158</b>
• Por sectores de atividade .....	159
• Pessoas ao serviço nas empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia .....	160
• Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC) .....	161
• Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia .....	161
• Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados.....	162
• Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia.....	163
<b>4. GANHOS E REMUNERAÇÕES .....</b>	<b>167</b>
<b>4.1. REMUNERAÇÕES: REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL, GANHOS MÉDIOS E MEDIANA DO GANHO .....</b>	<b>167</b>
• Por sectores de atividade .....	169
• Por regiões .....	172

<b>4.2. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA .....</b>	<b>173</b>
• <i>TCO abrangidos pela Remuneração Mínima Mensal garantida .....</i>	<i>175</i>
<b>4.3. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO .....</b>	<b>176</b>
<b>4.4. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>179</b>
• <i>Ganhos e remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público .....</i>	<i>181</i>
<b>5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO .....</b>	<b>183</b>
<b>5.1. CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUA EXTRA-CATÁLOGO .....</b>	<b>183</b>
5.1.1. <i>Cursos de dupla certificação.....</i>	<i>183</i>
5.1.2. <i>Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).....</i>	<i>187</i>
5.1.3. <i>Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações .....</i>	<i>187</i>
5.1.4. <i>Programa Qualifica - Reconhecimento, validação e certificação de competências .....</i>	<i>189</i>
<b>5.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROMOVIDA PELO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>189</b>
<b>5.3. MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO .....</b>	<b>196</b>
<b>5.4. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO .....</b>	<b>200</b>
<b>CONCEITOS UTILIZADOS .....</b>	<b>205</b>
<b>PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA .....</b>	<b>215</b>
<b>COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL.....</b>	<b>218</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES, POR COMPONENTE DA DESPESA.....	30
GRÁFICO 2 – ÍNDICE CAMBIAL EFETIVO REAL, DEFLACIONADO PELOS CUSTOS UNITÁRIOS DO TRABALHO RELATIVOS, (1999=100).....	31
GRÁFICO 3 – COMPENSAÇÃO DO TRABALHO EM PERCENTAGEM DO PIB A CUSTO DE FATORES.....	32
GRÁFICO 4 – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR.....	32
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONTANTES (2008=100).....	33
GRÁFICO 6 – TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA, EM PORTUGAL E NA UE.....	33
GRÁFICO 7 – PIB <i>PER CAPITA</i> DE PORTUGAL EM PERCENTAGEM DA MÉDIA DA UE, A PREÇOS DE 2010.....	34
GRÁFICO 8 – DÉFICE E DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM DO PIB, PORTUGAL E MÉDIA DA UE.....	35
GRÁFICO 9 – TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO (CRITÉRIO DE MAASTRICHT).....	35
GRÁFICO 10 – POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA (15 A 64 ANOS).....	36
GRÁFICO 11 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL E PRINCIPAIS COMPONENTES, PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA, A PREÇOS CONSTANTES (2008=100).....	37
GRÁFICO 12 – PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR E POR HORA TRABALHADA (UE=100%).....	37
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 E MAIS ANOS POR ESCALÕES ETÁRIOS.....	39
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO MILÉNIO.....	40
GRÁFICO 15 - EMIGRANTES PORTUGUESES A RESIDIR NO ESTRANGEIRO EM 2016.....	41
GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR TIPOLOGIA.....	42
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXO.....	42
GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR GRUPO ETÁRIO.....	43
GRÁFICO 19 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA EM PORTUGAL.....	43
GRÁFICO 20 - EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXOS.....	44
GRÁFICO 21 - ESTRUTURA ETÁRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 2016.....	44
GRÁFICO 22 - PROVENIÊNCIA DOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM 2016.....	45
GRÁFICO 23 - POPULAÇÃO COM 15 E MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	46
GRÁFICO 24 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO.....	46
GRÁFICO 25 - POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO.....	47
GRÁFICO 26 - POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO.....	48
GRÁFICO 27 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA.....	49
GRÁFICO 28 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE POR ESCALÃO ETÁRIO.....	50
GRÁFICO 29 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	50
GRÁFICO 30 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS) EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	51
GRÁFICO 31 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE.....	52
GRÁFICO 32 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA COM 15 E MAIS ANOS POR CATEGORIAS.....	53
GRÁFICO 33 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR SEXO.....	54
GRÁFICO 34 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO.....	55
GRÁFICO 35 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO ENTRE OS 15 E OS 34 ANOS.....	55
GRÁFICO 36 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES.....	56
GRÁFICO 37 - JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA.....	57
GRÁFICO 38 - JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO.....	58
GRÁFICO 39 - POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO.....	59
GRÁFICO 40 - POPULAÇÃO JOVEM NEEF.....	59
GRÁFICO 41 - POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO.....	60
GRÁFICO 42 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA ENTRE OS 15 E OS 34 ANOS 2008-2017.....	62
GRÁFICO 43 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA ENTRE OS 35 E OS 64 ANOS 2008-2017.....	62
GRÁFICO 44 - TAXA DE EMPREGO POR SEXO.....	63
GRÁFICO 45 - EVOLUÇÃO A TAXA DE EMPREGO NOS ESCALÕES DOS 15 AOS 34 ANOS.....	63
GRÁFICO 46 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	64
GRÁFICO 47 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS) EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	65
GRÁFICO 48 - TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	65
GRÁFICO 49 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO.....	67
GRÁFICO 50 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO.....	67
GRÁFICO 51 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL 2008-2017.....	68
GRÁFICO 52 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÃO DE DURAÇÃO SEMANAL HABITUAL DE TRABALHO.....	69
GRÁFICO 53 - EMPREGO POR ESCALÃO DE DURAÇÃO HABITUAL DE TRABALHO ATÉ 35 HORAS.....	70
GRÁFICO 54 - EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – SERÃO, NOITE, SÁBADO E DOMINGO.....	71
GRÁFICO 55 - EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – TURNOS.....	71
GRÁFICO 56 - EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – NENHUM DOS ANTERIORES.....	71
GRÁFICO 57 - TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO.....	72
GRÁFICO 58 - EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL) EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	73
GRÁFICO 59 - EMPREGO POR GRANDES SECTORES DE ATIVIDADE.....	74

GRÁFICO 60 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO .....	75
GRÁFICO 61 - VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSECTORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS .....	76
GRÁFICO 62 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS .....	77
GRÁFICO 63 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSECTORES DO COMÉRCIO.....	78
GRÁFICO 64 - VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSECTORES DO ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO .....	78
GRÁFICO 65 - ESTRUTURA DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO - 2017 .....	79
GRÁFICO 66 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS .....	80
GRÁFICO 67 - POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	81
GRÁFICO 68 - VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES .....	83
GRÁFICO 69 - POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO .....	84
GRÁFICO 70 - EMPREGO NAS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR MINISTÉRIOS – 2017.....	84
GRÁFICO 71 - EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR TIPO DE ENTIDADE – 2017 .....	86
GRÁFICO 72 - EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR CARGOS/CARREIRAS/GRUPOS – 2017.....	86
GRÁFICO 73 - POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSECTOR – 2017 .....	88
GRÁFICO 74 - POSTOS DE TRABALHO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL .....	89
GRÁFICO 75 - EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP POR CAE.....	89
GRÁFICO 76 - EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, EXCETO AP POR CAE .....	90
GRÁFICO 77 - EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES POR CARREIRAS .....	90
GRÁFICO 78 - TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR TIPO DE CONTRATO – 2010 A 2016.....	91
GRÁFICO 79 - TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS – 2010 A 2016.....	92
GRÁFICO 80 - TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES – 2016 .....	93
GRÁFICO 81 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES E DO NÚMERO DE CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIO 2014-2016 .....	94
GRÁFICO 82 - EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR ESCALÕES DE VOLUME DE CONTRATOS – 2016 .....	95
GRÁFICO 83 - NÚMERO DE CONTRATOS POR EMPRESAS POR ESCALÕES DE VOLUME DE CONTRATOS -2016 .....	95
GRÁFICO 84 - TRABALHADORES COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR SECTORES DE ATIVIDADE .....	96
GRÁFICO 85 - TRABALHADORES QUE ESTABELECEM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR GRUPOS PROFISSIONAIS .....	97
GRÁFICO 86 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR SEXO .....	99
GRÁFICO 87 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO .....	99
GRÁFICO 88 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR ESCOLARIDADE .....	100
GRÁFICO 89 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO POR SEXO.....	102
GRÁFICO 90 - TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO.....	102
GRÁFICO 91 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPOS ETÁRIOS.....	103
GRÁFICO 92 - TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO .....	104
GRÁFICO 93 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	105
GRÁFICO 94 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO JOVEM EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	105
GRÁFICO 95 - TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE .....	106
GRÁFICO 96 - DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO .....	107
GRÁFICO 97 - DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO POR ÁREAS DE ATIVIDADE .....	108
GRÁFICO 98 - VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E CONSTRUÇÃO. ....	109
GRÁFICO 99 - VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NOS SERVIÇOS.....	110
GRÁFICO 100 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS .....	111
GRÁFICO 101 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES.....	112
GRÁFICO 102 - DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO .....	113
GRÁFICO 103 - DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES .....	114
GRÁFICO 104 - DESEMPREGADOS ENTRE OS 15 AOS 24 ANOS.....	115
GRÁFICO 105 - DESEMPREGADOS ENTRE OS 25 AOS 34 ANOS.....	115
GRÁFICO 106 - DESEMPREGADOS DE LONGA E MUITO LONGA DURAÇÃO .....	115
GRÁFICO 107 - TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA) .....	116
GRÁFICO 108 - TAXA DE DESEMPREGO DE MUITO LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA) .....	117
GRÁFICO 109 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR GÉNERO .....	117
GRÁFICO 110 - PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTADO.....	118
GRÁFICO 111 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR REGIÕES.....	119
GRÁFICO 112 - DESEMPREGO REGISTADO POR SECTORES DE ATIVIDADE .....	119
GRÁFICO 113 - DESEMPREGO REGISTADO NA INDÚSTRIA.....	120
GRÁFICO 114 - DESEMPREGO REGISTADO NOS SERVIÇOS .....	121
GRÁFICO 115 - DESEMPREGO REGISTADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES .....	122
GRÁFICO 116 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES (%).....	123
GRÁFICO 117 - MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2017 - MÉDIA MENSAL DO MOVIMENTO AO LONGO DO ANO.....	124
GRÁFICO 118 - EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS - TOTAL DOS MOVIMENTOS AO LONGO DOS MESES ....	125
GRÁFICO 119 - EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS - TOTAL DOS MOVIMENTOS AO LONGO DOS MESES ....	126
GRÁFICO 120 - VARIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO POR TIPO DE SUBSÍDIO.....	127

GRÁFICO 121 - BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS ENTRE 2015 E 2017 .....	128
GRÁFICO 122 - FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2017.....	130
GRÁFICO 123 - FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2016.....	131
GRÁFICO 124 - FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2017 .....	133
GRÁFICO 125 - FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2016 .....	133
GRÁFICO 126 - ENTIDADES EMPREGADORAS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF .....	134
GRÁFICO 127 - ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF.....	135
GRÁFICO 128 - BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA.....	135
GRÁFICO 129 - DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2017.....	136
GRÁFICO 130 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA .....	137
GRÁFICO 131 - NÚMERO DE TRABALHADORES A DESPEDIR POR DESPEDIMENTOS COLETIVOS, EM 2017 .....	137
GRÁFICO 132 - TOTAL DE TRABALHADORES E TOTAL DE TRABALHADORES A DESPEDIR, EM 2017.....	138
GRÁFICO 133 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	139
GRÁFICO 134 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE.....	140
GRÁFICO 135 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	142
GRÁFICO 136 - ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS).....	142
GRÁFICO 137 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SECTORES DE ATIVIDADE 2013-2016.....	143
GRÁFICO 138 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSECTORES DE ATIVIDADE DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2013-2016 .....	144
GRÁFICO 139 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS SUBSECTORES DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS 2013-2016 .....	145
GRÁFICO 140 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES .....	146
GRÁFICO 141 - EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO .....	148
GRÁFICO 142 - EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2016.....	149
GRÁFICO 143 - EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2016.....	149
GRÁFICO 144 - EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2016.....	149
GRÁFICO 145 - EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2016 .....	149
GRÁFICO 146 - TCO POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO – PESO DOS CONTRATOS COM TERMO E SEM TERMO EM 2016.....	150
GRÁFICO 147 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS 2008-2016.....	152
GRÁFICO 148 - EMPRESAS POR SECTORES MAIS SIGNIFICATIVOS POR REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS - 2016 .....	152
GRÁFICO 149 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NOS SECTORES DE ATIVIDADE MAIS SIGNIFICATIVOS.....	153
GRÁFICO 150 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DOS SECTORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA .....	154
GRÁFICO 151 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) .....	155
GRÁFICO 152 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA .....	156
GRÁFICO 153 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	156
GRÁFICO 154 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS .....	157
GRÁFICO 155 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA .....	158
GRÁFICO 156 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR FORMA JURÍDICA DAS EMPRESAS.....	159
GRÁFICO 157 - ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....	160
GRÁFICO 158 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SECTORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA .....	161
GRÁFICO 159 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	162
GRÁFICO 160 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	162
GRÁFICO 161 - EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS .....	163
GRÁFICO 162 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA .....	164
GRÁFICO 163 - EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL, DA REMUNERAÇÃO BASE E DA REMUNERAÇÃO BASE MAIS PRESTAÇÕES REGULARES .....	167
GRÁFICO 164 - EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL E DA MEDIANA DO GANHO – SEGURANÇA SOCIAL .....	168
GRÁFICO 165 - GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR ATIVIDADES ECONÓMICA - OUTUBRO DE 2016 .....	170
GRÁFICO 166 - EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR REGIÃO .....	172
GRÁFICO 167 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO (REMUNERAÇÃO BASE MENSAL MAIS PRESTAÇÕES REGULARES) 173	
GRÁFICO 168 - PERCENTAGEM DE TCO A TEMPO COMPLETO ABRANGIDOS PELO RMMG EM RELAÇÃO AOS TCO A TEMPO COMPLETO POR CAE (OUTUBRO 2015-OUTUBRO 2016).....	175
GRÁFICO 169 - ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA EU (BASE 2012 = 100) .....	177
GRÁFICO 170 - ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2017 (BASE 2012 = 100) .....	178
GRÁFICO 171 - GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR SUBSETOR .....	179
GRÁFICO 172 - GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR CAE -2017 .....	180
GRÁFICO 173 - GANHO MÉDIO MENSAL NAS SOCIEDADES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (CONTINENTE) – TRABALHADORES A TEMPO COMPLETO – 2017 .....	181
GRÁFICO 174 - DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR TIPO DE CURSO – 2016 E 2017.....	184

GRÁFICO 175 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES- 2016 E 2017 .....	184
GRÁFICO 176 - FORMANDOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO .....	186
GRÁFICO 177 - FORMANDOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO POR DURAÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO .....	186
GRÁFICO 178 - FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS – 2016 E 2017 .....	186
GRÁFICO 179 - FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR SEXO E SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO – 2015-2017.....	188
GRÁFICO 180 - FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS – 2015-2017 .....	188
GRÁFICO 181 - NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO.....	190
GRÁFICO 182 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES -2017.....	192
GRÁFICO 183 - POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO .....	193
GRÁFICO 184 - POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO – 2017 .....	194
GRÁFICO 185 - % DE DESISTÊNCIAS POR MEDIDA DE FORMAÇÃO .....	195
GRÁFICO 186 - NÚMERO DE ABRANGIDOS QUE TERMINARAM MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO .....	196
GRÁFICO 187 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO POR ESCALÕES ETÁRIOS – 2017 .....	197
GRÁFICO 188 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES – 2017 .....	198
GRÁFICO 189 - POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO – 2017 .....	199
GRÁFICO 190 - OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO .....	201
GRÁFICO 191 - OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS.....	202
GRÁFICO 192 - OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA.....	202
GRÁFICO 193 - OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS .....	203

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - PRINCIPAIS INDICADORES .....	26
QUADRO 2 - NÚMERO DE TRABALHADORES E DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO E TRABALHO TEMPORÁRIO POR SECTOR DE ATIVIDADE .....	98
QUADRO 3 - BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS POR TIPO DE SUBSÍDIO .....	128
QUADRO 4 - SALDOS FINAIS DOS FLUXOS DE MÃO DE OBRA .....	132
QUADRO 5 - SECTORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO .....	165



## INTRODUÇÃO

---

O Centro de Relações Laborais (CRL) é um organismo público criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto. Trata-se de um órgão colegial, de caráter tripartido, constituído por quatro representantes do Ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão.

O CRL tem funções de caráter técnico, de apoio à negociação coletiva e de acompanhamento das políticas de emprego e formação profissional, no âmbito de um Plano de Atividades e de um Orçamento a submeter ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A atividade do CRL é desenvolvida de acordo com um regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sendo presidido por um dos seus membros, designado rotativamente pelos demais membros pelo período de um ano. As atividades dos membros do CRL não são remuneradas. Os Serviços do CRL são dirigidos por uma Coordenadora Executiva, cuja nomeação foi precedida de audição das Organizações.

O presente Relatório beneficia da experiência obtida com a elaboração dos Relatórios anteriores. Assim, mantiveram-se os conteúdos e as fontes de informação principais, mas procurou-se, por um lado, alargar o âmbito de análise, e por outro reordenar a sua estrutura em função dos temas tratados, possibilitando assim uma mais fácil apreensão das questões em análise.

O processo de elaboração deste Relatório foi acompanhado e aprovado pelo Plenário do CRL, tendo em conta a metodologia definida originalmente. Neste âmbito destaca-se:

- I. A existência de um **Coordenador Científico** para acompanhar, apoiar e orientar a elaboração do Relatório, tarefas que, neste caso, ficaram a cargo de João Cerejeira, Professor Doutor da Universidade do Minho, cuja dedicação, qualidade do trabalho e disponibilidade cumpre realçar e agradecer.
- II. O apoio de uma **Comissão Científica** de quatro membros, pertencentes à Comunidade Académica, com perspetivas à partida diferentes sobre a matéria, cujas orientações, contributos e comentários, que importa destacar e agradecer, revelaram-se da maior

utilidade na elaboração do relatório. Esta Comissão, cujo trabalho foi totalmente *pro bono*, é constituída por:

- a. António Figueiredo (QUATERNAIRE);
- b. Cristina Rodrigues (Universidade NOVA de Lisboa);
- c. Mário Caldeira Dias (Universidade Lusíada)
- d. Francisco Madelino (ISCTE).

III. O contributo dos membros do CRL consistiu na análise, discussão e aprovação do respetivo Roteiro - sempre na perspetiva de que este pudesse ser o mais completo possível, equilibrado no conteúdo e contendo informação relevante -, bem como na apreciação da versão preliminar do Relatório, através do envio de comentários e sugestões que foram tidos em conta na versão final.

IV. A utilização da metodologia de aprovação definida para os relatórios anteriores, a saber:

- A discussão e aprovação desta *Introdução* pelos membros do CRL;
- A ratificação do Relatório – cuja elaboração é da responsabilidade do Coordenador Científico e da equipa técnica do CRL - pelos membros do CRL, por maioria, com a abstenção da CGTP;
- A anexação ao Relatório dos comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entendam e dum Parecer Conjunto da Comissão Científica.

Em linhas gerais, e comparativamente ao de 2016, o presente Relatório, procurou acolher um conjunto de matérias adicionais propostas pelos diferentes membros do CRL e pela Comissão Científica, a saber: a análise da taxa de subutilização do trabalho, do sector do trabalho temporário e dos despedimentos coletivos e ainda a informação proveniente do Sistema Integrado de Contas das Empresas sobre a estrutura empresarial e os sectores intensivos em tecnologia e conhecimento. No que toca à qualificação de adultos, cumpre assinalar a referência ao Programa Qualifica, lançado em 2017.

O Relatório foi elaborado pelos técnicos do CRL Teresa Pina Amaro, Teresa Sabido Costa e Miguel Ramos dos Santos que, com o Coordenador Científico, constituíram uma equipa competente e dedicada, o que se sublinha com apreço.

Finalmente, cumpre agradecer igualmente os contributos e a colaboração de diversos organismos da Administração Pública, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estatística (INE, IP), a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), o Instituto de Informática, IP, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP) e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, IP).

Lisboa, 22 de junho de 2018

O Presidente do CRL

António Valadas da Silva

### *1. Enquadramento Macroeconómico – Portugal No Contexto Europeu*

A economia portuguesa iniciou o processo de recuperação em 2013, após uma profunda recessão. A forte contração da procura interna, numa primeira fase, coincidiu com um crescimento expressivo das exportações, em simultâneo com a diminuição das importações, possibilitando o equilíbrio da balança corrente. Após 2014, a recuperação do consumo privado e do investimento, acompanhada por um crescimento significativo das exportações, permitiu variações positivas do PIB, mantendo o equilíbrio externo, embora ainda insuficiente para compensar a quebra real do PIB no período 2009-2013, acentuando-se o processo de divergência face à média dos países da União Europeia até 2016.

Comparando com a evolução do PIB, o desempenho do mercado de trabalho foi mais favorável. No entanto, a diminuição do desemprego no período 2013 a 2017 (-373 mil) foi superior ao aumento do emprego no mesmo período (+305 mil), explicando-se esta diferença pelo crescimento modesto do produto e pela forte emigração dos anos 2011 a 2015, visível na redução da população ativa em 231 mil efetivos nesse período. Em 2017 estavam desempregados 438 mil ativos no Continente, correspondendo a uma taxa de 8,8%, uma redução de 7 p.p. face a 2013.

A partir de 2013, o crescimento do emprego, mais dinâmico em setores mais intensivos em trabalho, traduziu-se numa estagnação da produtividade média, e num acentuar do diferencial desta face à média da União Europeia. Esta estagnação assenta não só no facto do crescimento do emprego ter sido mais forte em setores intensivos em trabalho, mas também na lenta recuperação do investimento, o qual representava, em 2017, 74% do valor observado em 2008.

A recuperação do investimento, público e privado, é crucial não só para que a dinâmica exportadora seja sustentável a médio prazo, mas também para que a recuperação da procura interna se possa processar sem tensões inflacionistas que poderiam comprometer a competitividade da economia portuguesa.

## **2. O Mercado De Trabalho Em Portugal E Na União Europeia**

### **2.1 População ativa, inativa e taxa de atividade**

Entre 2016 e 2017, a população ativa no Continente aumentou em 0,8%, o primeiro aumento registado desde 2008. Este crescimento foi mais significativo na população ativa feminina e no escalão etário dos 55 aos 64 anos (+6,2%). Comparando com a média da União Europeia, a taxa de atividade portuguesa mantém-se a níveis superiores. Contudo, nos escalões mais jovens a taxa de atividade portuguesa registou um decréscimo sistemático desde 2008 (40,9%) até 2017 (34%), enquanto na UE estabilizou, em torno dos 42%, nos anos mais recentes.

Em sentido inverso evoluiu a população inativa em 2017, com menos 44 mil pessoas que no ano anterior, sendo esta redução a primeira na última década, e devendo-se essencialmente à diminuição em todas as categorias de inativos com 15 e mais anos, com exceção da categoria dos reformados.

De referir que os inativos “disponíveis que não procuram emprego”, no Continente, constituíam cerca de 195 mil pessoas, ou seja, 5,6% do total dos inativos, número este que decresceu 9,6% entre 2016 e 2017. De salientar também a redução da percentagem de jovens NEEF entre os 15 e os 29 anos, sendo agora esta percentagem inferior em 2,8 p.p. face à média europeia (10,6% vs 13,4%, respetivamente).

O aumento da população ativa não compensou a diminuição da população inativa, mantendo-se a tendência anterior para a diminuição da população total residente no Continente em 2017 (-0,2% face a 2016), em parte justificada pelo saldo migratório negativo em -8,3 mil indivíduos.

### **2.2 Emprego**

O volume de emprego em 2017 atingiu o valor mais elevado dos últimos sete anos, ultrapassando o valor observado em 2011 (+10,7 mil pessoas). Durante 2017, o emprego cresceu o triplo do aumento observado em 2016 (+143 mil em 2017 e +54 mil em 2016), tendo aumentado de forma semelhante para ambos os sexos. A taxa de emprego masculina era de 59%, 10 p.p. mais elevada do que a taxa de emprego feminina. Pela primeira vez desde 2010 a taxa de emprego em Portugal voltou a superar a da UE.

O aumento do emprego não foi homogéneo entre os diferentes escalões etários, tendo mesmo sido verificada uma diminuição do emprego no escalão etário dos 35 aos 44 anos. No entanto, é de destacar a variação positiva do emprego nos escalões mais jovens, dos 15 aos 34 anos, pela primeira

vez na última década e o crescimento do emprego no grupo etário dos 55 aos 64 anos, o qual contribuiu em 43% para a variação do emprego total.

Em média as qualificações da população empregada aumentaram. A população empregada com o ensino secundário cresceu em 6,4%, a população empregada com o ensino superior em 3% e a população com o ensino básico em 1,7%.

No que diz respeito à evolução da população empregada por situação na profissão, entre 2016 e 2017 aumentou a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) no emprego total, não só porque o número TCO aumentou (+4,3%), mas também porque diminuiu o número de trabalhadores por conta própria (TCP), em -0,7%, tal como já vinha sucedendo desde 2009.

Em 2017, 88,8% da população empregada trabalhava a tempo completo. Relativamente a 2016 esta categoria de empregados cresceu 4,1%. Já a população empregada a tempo parcial diminuiu em 2,7%.

Os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média do conjunto dos países da UE, que, desde 2008, tem vindo a oscilar em torno dos 14% (o que corresponde, em média a cerca de 8 p.p. abaixo do valor observado para Portugal). No entanto, entre 2016 e 2017, os contratados sem termo cresceram 4,7%, bastante mais do que os contratados a termo que aumentaram em 3,3%. Assim, no Continente, em 2017, 78% dos 3.756,4 mil trabalhadores por conta de outrem tinham contratos sem termo e 18,4% tinham contratos a termo.

Em termos setoriais, a população empregada no Continente na *Indústria, construção, energia e água* (25,3% do total) cresceu mais (+4,2%) que a população empregada nos *Serviços* (68,5% do total, com um crescimento de +3,8%), enquanto que o emprego na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* que representava 6,2% do emprego, registou um decréscimo de 5,4% face a 2016.

Os subsectores das *Indústrias Transformadoras* que revelaram um crescimento mais significativo, em 2017, foram a *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos; fabricação de equipamentos elétricos; Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.* (+10 mil pessoas), as *Indústrias metalúrgicas de base* (+7,7 mil) e a *Indústria têxtil* (+7,3 mil pessoas). No caso dos *Serviços* foram o *Alojamento, restauração e similares* (+39,6 mil pessoas), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+14,9 mil pessoas) e os *Transportes e armazenagem* (+13,9 mil). E também de destacar o crescimento do emprego nas *Atividades de saúde humana e apoio social*, que aliás foi contínuo, na última década, tendo aumentado em cerca de 120 mil pessoas entre 2008 e 2017.

O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito profundamente desde 2008. Os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* cresceram de forma sistemática e o seu peso em termos de população empregada aumentou 4,1 p.p. desde 2011. O mesmo se verificou com o grupo dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio* (+2,8 p.p.)

No que diz respeito ao emprego nas *Administrações Públicas*, em dezembro de 2017, havia 618,9 mil postos de trabalho ocupados, no Continente, mais cerca de 5,5 mil do que em dezembro de 2016, sendo 81,5% na *Administração central* e os restantes na *Administração regional e local* (17,2%) e nos *Fundos da segurança social* (1,3%).

### 2.3 Desemprego

Em 2017 estavam desempregados, no Continente, 8,8% dos ativos, menos 2,2 p.p. que em 2016. Esta diminuição permitiu a aproximação da taxa de desemprego à média europeia, tendência que se verifica desde 2013, sendo que, em 2017, a taxa de desemprego em Portugal era ainda superior à média europeia em 1,4 p.p. A taxa de desemprego jovem seguiu um comportamento semelhante, fixando-se em 23,8% em 2017, um valor 7 p.p. superior à média europeia.

Em 2017, no Continente, estavam desempregadas 438 mil pessoas, um decréscimo de 19,3% (-104,7 mil) relativamente ao ano anterior. Ao contrário do que se verificava em 2016, a maioria eram mulheres.

A taxa de desemprego é tanto maior quanto mais jovem for o escalão etário. No que refere aos níveis de ensino, em 2017, a taxa de desemprego da população ativa com até o ensino básico era de 9,5%, praticamente equivalente à taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário que era de 9,9%. Já a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era bastante inferior, 6,5%.

No Continente, em 2017, 12% da população desempregada, cerca de 52,4 mil pessoas, estava à procura do 1º emprego e 88%, que correspondia a 385,6 mil, estava à procura de novo emprego. Desde 2013 que a percentagem de desempregados à procura de novo emprego tem vindo a decrescer de forma mais acelerada do que a dos desempregados à procura do 1º emprego. Estes últimos eram na sua maioria jovens, no escalão etário dos 15 aos 24 anos (76,5% do total).

Em 2017, os desempregados à procura de novo emprego que provinham do sector dos *Serviços* representavam 64% do total destes desempregados, os desempregados oriundos da *Indústria, construção, energia e água*, constituíam 24,25% e os desempregados provenientes da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, 3%.

Em 2017, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram o grupo do *Pessoal dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*. Relativamente a 2016, o desemprego diminuiu em todos os grupos profissionais exceto no que se refere ao grupo dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta*.

O número de desempregados de longa duração (DLD) diminuiu em 25,3% relativamente a 2016, somando em 2017 de 250,2 mil, uma diminuição em quase o dobro do decréscimo que registaram os desempregados até 12 meses (-9,5%). De notar o decréscimo em 29,3% dos desempregados há mais de 2 anos, que constituem quase 70% dos DLD.

De acordo com a informação fornecida pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2017 havia cerca de 171,3 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 316 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes. O número de beneficiários com prestações diminuiu relativamente ao período homólogo (-23%), o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de cerca de -51,1 mil beneficiários.

#### **2.4 Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade**

Em 2017, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 161,3 mil pessoas, que resulta sobretudo da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população desempregada, em contrapartida, diminuiu em cerca de -121,3 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados do desemprego para o emprego. Já o número de inativos decresceu, em grande parte devido à sua passagem para uma situação de desemprego.

Nas Administrações Públicas entraram através de novos recrutamentos 54,5 mil pessoas e saíram de forma definitiva 53,6 mil. Se a esta diferença (909) adicionarmos o saldo de entradas e saídas resultante da mobilidade (+4,5 mil), resulta um acréscimo de 5,4 mil trabalhadores em 2017.

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de ISS, 161 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, no decurso de 2017, tendo o número destas empresas mantido a tendência de decréscimo iniciada em 2014, após se terem registado, em 2012 e 2013, os valores mais elevados da década, anos em que 550 e 547 empresas, respetivamente, se encontravam em *Lay-off*.

Em 2017 foram comunicados 396 processos de despedimento coletivo que abrangeram um total de cerca de 3,5 mil trabalhadores. Em termos homólogos, 2017 registou um decréscimo na ordem dos 6%, o que correspondeu a menos 25 processos de despedimento coletivo comunicados.

### 3. Estrutura Empresarial E Trabalhadores Nas Empresas

Em 2016, no Continente, 276,3 mil empresas responderam aos Quadros de Pessoal (QP), mais 1,2% do que no ano anterior. No mesmo ano, o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) contabilizava 1,444,6 mil empresas, das quais cerca de 68% eram empresas individuais e as restantes, sociedades. Segundo esta mesma fonte, entre 2015 e 2016 as empresas individuais cresceram em 3,1% enquanto a percentagem de sociedades aumentou 2,4%.

De acordo com os QP entre 2008 e 2013 o número de empresas decresceu sempre, tendo a partir daí aumentado, mas de forma menos acentuada. Assim, em 2016, o número de empresas era consideravelmente mais baixo do que em 2008. O SCIE regista evolução semelhante, permitindo constatar que foram as empresas individuais que mais diminuíram, na primeira fase, mas também que foram estas que depois, mais aumentaram. Em 2016, o número de sociedades tinha já ultrapassado o valor verificado no início da série, enquanto o número de empresas individuais era ainda bastante inferior.

Em 2016, de acordo com os QP, havia 2.820 mil trabalhadores ao serviço nas empresas. O SCIE contabilizava 3.576,8 mil, 76% dos quais trabalhavam em sociedades (2,719 mil). Entre 2015 e 2016 o emprego aumentou, tendo crescido 2,6% nas empresas individuais e 3,8% nas sociedades.

Entre 2008 e 2016 nem a estrutura empresarial nem a estrutura de emprego nas empresas se alterou significativamente. Os sectores em que o número de empresas e o número de trabalhadores ao serviço mais diminuiu foram o *Comércio*, as *Indústrias Transformadoras* e a *Construção*. No sector das *Atividades de saúde humana e apoio social* o número de empresas e o número de trabalhadores cresceu sempre.

De acordo com os QP, desde 2013 o maior acréscimo no número de empresas registou-se no *Alojamento e restauração* sendo que no Sistema integrado de Contas das Empresas sobressaem igualmente os aumentos nas empresas dos sectores *das Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e da *Agricultura*. No que respeita às pessoas ao serviço nas empresas, para além destes sectores registaram-se também acréscimos significativos nos sectores do *Comércio* e das *Indústrias Transformadoras*.

Analisando as empresas e o emprego nos sectores intensivos em tecnologia ou conhecimento constata-se que, em 2016, os sectores de alta e média alta tecnologia reuniam 1,8% das empresas e 5,6% do total de trabalhadores. Quanto às empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação, estas constituíam 1,2% e agregavam 2,6% dos trabalhadores. Quer num caso quer noutro o peso das empresas e do emprego manteve-se estável ou aumentou ao longo da série.

Quanto às empresas de alta e média alta tecnologia estas constituíam 7,9% do conjunto das Indústrias Transformadoras e agregavam 16,7% dos trabalhadores. Já as empresas com fatores competitivos avançados representavam 42,2% do total do sector e reuniam 45% dos trabalhadores. A maior percentagem era, no entanto, a das empresas de baixa tecnologia (61,2%) que agregavam 57% dos trabalhadores. Em todas estas categorias a percentagem de trabalhadores mantém-se ou cresce, entre 2008 e 2016, mas o peso das empresas de alta e média alta tecnologia regista um decréscimo, entre 2013 e 2015. Nas outras duas categorias a evolução é oposta: o peso das empresas com fatores competitivos avançados aumenta até 2012 e depois diminui bastante entre 2013 e 2015 para voltar a aumentar ligeiramente no último ano. Nas indústrias de baixa tecnologia verificou-se precisamente o contrário.

#### **4. Ganhos e Remunerações**

De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal (QP), em outubro de 2016, o ganho médio mensal no Continente dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.107,86 €, o que representava um aumento de 1% face a outubro de 2015. O ganho médio mensal feminino constituía cerca de 80,7% do masculino. A mediana do ganho em 2016 era de 800 €.

Quanto ao valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 924,94 € tendo também aumentado, em 1,2%, relativamente ao mês homólogo. A mediana da remuneração base mensal era de 650 €.

De acordo com os dados do Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho, em outubro de 2016, 23,3% dos TCO que trabalhavam a tempo completo eram abrangidos pela Remuneração mínima mensal garantida (RMMG). A percentagem de TCO mulheres naquele nível de remuneração era cerca de 10 p.p. mais elevada do que a dos homens. A percentagem destes TCO cresceu 2,2 p.p. relativamente a 2015.

Se analisarmos a estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem que trabalhavam a tempo completo, em 2016, no que se refere à remuneração base mensal mais prestações regulares verificamos que o escalão remuneratório que reunia maior percentagem de trabalhadores continuava a ser o escalão dos “600 aos 999,99 €” (52,5%). O segundo escalão mais representativo era o dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 27,2% destes TCO. Relativamente a 2015 registe-se um decréscimo de 6,7 p.p. no escalão entre o “SMN e os 599,99 €” (que, em 2016, representava 8,8% destes TCO) em proveito sobretudo do escalão dos “600 aos 999,99 €” que cresceu em 5,8 p.p., embora o escalão equivalente ao SMN também tenha aumentado 0,8 p.p..

Segundo os dados do INE para Portugal, em 2017, o Índice de Custo do Trabalho (custo médio horário) registou um acréscimo de 3,1% em termos homólogos, tendo contribuído mais para este acréscimo os setores das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (+6,5%), da *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (+6,3%), logo seguido pelo das *Educação* (+5,3%).

De acordo com os dados da DGAEP, em 2017, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.695,4 €. A remuneração base média mensal era de 1.466,3 €.

No que se refere às empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2017, no Continente, o ganho médio mensal era de era de 2.100,29 € nas entidades detidas pela Administração Central e 1.050,86 € nas entidades detidas pela Administração local. Já a remuneração base média mensal era de 1.405,27 € e 856,03 €, respetivamente.

## **5. Formação Profissional E Medidas Ativas De Emprego**

De acordo com os dados do SIGO matricularam-se em cursos de educação e formação, em 2017, cerca de 197,8 mil indivíduos sendo que destes, 154,5 frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos e os restantes 43,4 mil, cursos de educação e formação de adultos. 82,1% dos jovens formandos (126,8 mil) frequentavam cursos profissionais.

Para além disso, e ainda segundo o SIGO, 286 mil pessoas frequentaram, em 2017, ações de formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e houve 518,2 mil matrículas em ações de formação contínua não inseridas no CNQ.

Nas ações de formação contínua não inseridas no CNQ, 62,8% das matrículas respeitavam a ativos. Os desempregados representavam 5%.

De acordo com os dados da Agencia Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) inscreveram-se no Programa Qualifica, em 2017, 125,9 mil pessoas das quais 10,2 mil obtiveram a certificação das suas competências escolares e/ou profissionais. Para além disso, 97,1 mil foram encaminhadas para ofertas de educação, formação profissional ou de dupla certificação.

No que se refere às ações de formação promovidas pelo IEF, estas abrangeram 294,4 mil pessoas, 246,8 mil das quais em ações de Qualificação de Adultos. Dos 31,8 mil jovens abrangidos pela Qualificação de Jovens, 90% integrava-se em cursos de “aprendizagem” e os restantes (cerca de 3.300) em cursos de “especialização tecnológica”.

Quanto à Qualificação de Adultos, a medida “Vida Ativa” abrangia 117,1 mil pessoas (47,4% do total). Seguiu-se a “Formação modular” (62,8 mil pessoas) e os “cursos de educação e formação de adultos” (46,3 mil).

Em 2017, 92,5% dos formandos nas ações de Qualificação de Jovens eram desempregados no início da formação. Na Qualificação de adultos o peso dos desempregados era de 73% e o dos ativos empregados, 22,1%.

Em 2017, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram 12,3 mil pessoas, das quais cerca de 42,7 mil tinham celebrado “contratos emprego-inserção”, 39,9 mil pessoas frequentavam estágios ao abrigo das medidas de “Inserção profissional” e 36,1 mil tinham beneficiado de “apoios à contratação”. O número de pessoas abrangidas por medidas de apoio ao emprego diminuiu relativamente a 2016 em todas as medidas exceto nos “Apoios à contratação”.

Nas medidas de “Inserção profissional”, 52,9% dos indivíduos que tinham concluído o estágio em 2017 estavam empregados. A esmagadora maioria tinha sido colocada na entidade onde tinha estagiado. Já relativamente aos indivíduos que tinham concluído “Contratos Emprego-Inserção” apenas 17,4% tinham ficado empregados (4,8 mil pessoas) sendo que destes, 3,4 mil tinham criado o seu próprio emprego.

Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego continuaram a descer ao longo de 2017 (-2,1%), mantendo-se assim a tendência de decréscimo progressivo que se verifica desde final de 2015, atingindo quase 143,6 mil em 2017. Quanto ao número de colocações efetuadas pelos Centros de Emprego, estas reduziram-se em 16,3%, no período em análise, o que correspondeu a menos 16,7 mil colocações face a dezembro de 2016. Em 2017, 60% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego.

## Principais indicadores

Quadro 1 - Principais indicadores

Continentes	2017	2017-2016	2017/2016
Milhares			%
População total	9.787,6	-19,4	-0,2
População ativa	4.964,6	38,4	0,8
Taxa de Atividade (15 e mais anos) (%)	58,9		0,5
População empregada	4.526,5	143,0	3,3
População empregada (15 aos 24 anos)	267,9	18,6	7,5
População empregada (25 aos 34 anos)	883,2	9,2	1,1
População empregada a tempo completo	4.021,2	157,1	4,1
População empregada a tempo parcial	505,4	-14,0	-2,7
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	190,0	-24,2	-11,3
Trabalhadores por conta própria (TCP)	749,7	-5,2	-0,7
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)	3.756,4	155,5	4,3
TCO contratados sem termo	2.930,8	131,8	4,7
TCO contratados a termo	691,6	22,4	3,3
Emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	279,5	-16,1	-5,4
Emprego na Indústria, construção, energia e água	1.287,6	-42,6	4,2
Emprego nos Serviços	3.102,2	113,4	3,8
Taxa de emprego (15 e mais anos) (%)	53,7		1,7
Taxa de emprego (população 15 aos 24 anos) (%)	26,1		2,0
Taxa de emprego (população 25 aos 34 anos) (%)	81,6		3,0
Taxa de emprego (população 25 aos 54 anos) (%)	82,9		2,4
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)	56,2		4,2
População desempregada	438,0	-104,7	-19,3
População desempregada (15 aos 24 anos)	82,9	-12,0	-12,6
População desempregada (25 aos 34 anos)	93,7	-29,5	-23,9
Desemprego de longa duração (DLD)	250,2	-84,9	-25,3
Desemprego de muito longa duração (DMLD)	173,8	-72,0	-29,3
Desempregados à procura de novo emprego - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	11,6	0,3	2,7
Desempregados à procura de novo emprego - Indústria, construção, energia e água	94,4	-46,0	-32,8
Desempregados à procura de novo emprego - Serviços	246,7	-50,6	-17,0
Taxa de desemprego (%)	8,8		-2,2
Taxa de desemprego (população 15 aos 24 anos) (%)	23,6		-4
Taxa de desemprego (população 25 aos 34 anos) (%)	9,6		-2,8
Taxa de desemprego (população 25 aos 54 anos) (%)	7,8		-2,2
Taxa de desemprego (população 55 aos 64 anos) (%)	8,7		-2,5

Desemprego registado - fim do período	Dezembro 2017	Dez.2017-Dez. 2016	Dez.2017/Dez.2016
Desemprego registado	377,8	-74,9	-16,5
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	16,2	-2,1	-11,6
Desempregados registados à procura de novo emprego na Indústria, construção, energia e água	81,3	-23,4	-22,4
Desempregados registados à procura de novo emprego nos Serviços	236,4	-41,9	-15,0

Estrutura empresarial	Outubro 2016	Out.2016-Out. 2015	Out.2016/Out.2015
Quadros de Pessoal			
Empresas	233,2	-39,9	1,2
TCO nas empresas	2.641,9	104,3	4,1
Sistema Integrado de contas das empresas			
	2016	2016-2015	2016/2015
Sociedades	367,8	8,6	2,4
Empresas individuais	776,8	23,2	3,1
Pessoas ao serviço nas sociedades	2.719,0	99,7	3,8
Pessoas ao serviço nas empresas individuais	857,9	21,5	2,6
% empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia	1,8		0,03
%de pessoas ao serviço nos sectores de alta e média alta tecnologia	5,6		-0,02

Remunerações	Outubro 2016	Out.2016/Out.2015 Variação %
Ganho médio (€)	1107,9	1,02
Remuneração base média mensal (€)	924,9	1,20

Cursos de dupla certificação	Dezembro 2017	Dez.2017-Dez. 2016	% total abrangidos 2017
Matriculados em cursos de dupla certificação (SIGO)	197.839	-22.117	100,0
Cursos profissionais	126.796	-17.173	64,1
Cursos de educação e formação de jovens	18.599	8.959	9,4
Cursos de educação e formação de adultos	43.351	-12.408	21,9

Formação modular certificada	286.002		
Formação profissional não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações	383.226	-16.990	-0,04

Medidas ativas de emprego do IEFP (inclui Centros de Gestão Participada)	Dezembro 2017	Dez. 2017-Dez.2016	% total abrangidos 2017
Abrangidos em medidas ativas de emprego do IEFP	416.688	-18.040	100,0
<b>Formação profissional</b>	<b>294.406</b>	<b>-17.094</b>	<b>100,0</b>
<i>Qualificação de jovens</i>	<i>31.624</i>	<i>-1.681</i>	<i>10,7</i>
Aprendizagem	28.325	-1.752	9,6
<i>Qualificação de adultos</i>	<i>246.811</i>	<i>-17.443</i>	<i>83,8</i>
Vida Ativa	117.055	-28.456	39,8
Educação e formação de adultos	46.257	-647	15,7
Formação modular	62.799	7.435	21,3

<b>Apoios à inserção do mercado de trabalho</b>	<b>122.282</b>	<b>-946</b>	<b>100,0</b>
Inserção profissional	39.938	-9.252	32,7
Apoios à contratação	36.061	17.204	29,5
Contratos emprego-inserção (CE,CEI+ e CEI Património)	42.674	-8.662	34,9

## NOTA PRÉVIA

---

O Relatório do 2º Semestre sobre Emprego e Formação de 2017, na sequência dos anteriores, mantém o objetivo de apresentar e analisar um conjunto de dados estatísticos e de indicadores que permita acompanhar e compreender a evolução do mercado de trabalho e de realidades afins. Não se tratando de um estudo, mas de um relatório, aproveitou da experiência obtida com a elaboração dos relatórios anteriores, seguindo como princípios orientadores a objetividade, a neutralidade e a abrangência possíveis, de acordo com as fontes disponíveis.

As novas matérias que foram acrescentadas em relação ao relatório de 2016 resultam exclusivamente das sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL, anteriormente validadas no roteiro de suporte ao presente Relatório, e sujeitas aos critérios da disponibilidade da informação.

Comparativamente com o relatório de 2016, as principais alterações a registar são as seguintes:

- A análise apresentada é anual, mantendo-se a janela temporal de dez anos como período de referência;
- Embora os conteúdos e as fontes de informação principais sejam os mesmos, procurou-se alargar o âmbito de análise e reordenar a sua estrutura em função dos temas tratados, com o objetivo de facilitar a leitura e a apreensão das questões em análise. A sequência das temáticas abordadas é a seguinte:
  - No **primeiro capítulo** é feito o enquadramento macroeconómico, destacando a evolução dos principais agregados, em Portugal e na UE, que condicionam a dinâmica do mercado de trabalho;
  - No **segundo capítulo**, descreve-se a evolução da oferta de trabalho e analisam-se os principais indicadores do mercado de trabalho em termos de emprego, desemprego e fluxos emprego- desemprego-inatividade, de forma desagregada de acordo com diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade regiões, sectores de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. É também descrito o emprego nas entidades do Setor Público.
  - Nos **terceiro e quarto capítulos** apresenta-se a estrutura empresarial e caracteriza-se o emprego nas empresas. Para além da informação obtida nos Quadros de Pessoal, nomeadamente aqueles que são relativos ao emprego nas empresas e às remunerações, foi adicionada uma nova secção com a repartição do pessoal ao

serviço nas empresas por nível de intensidade tecnológica e de conhecimento e apresentados dados sobre trabalhadores estrangeiros.

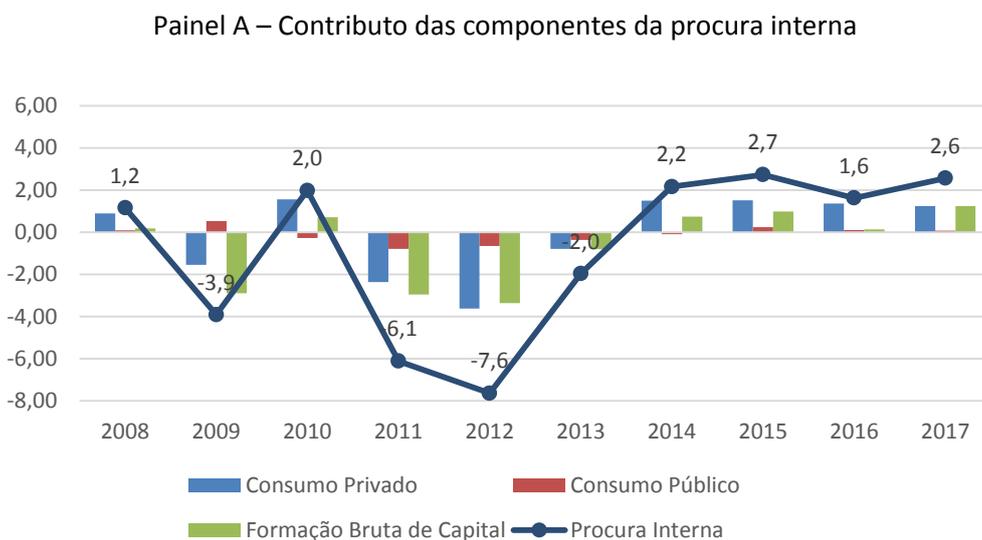
- Por último, no **quinto capítulo** são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional, privilegiando a informação proveniente do IEFP, enquanto agente central da atividade formativa de carácter profissional e de serviço público de emprego. Assim, são analisadas a formação profissional, as medidas de apoio ao emprego e as ofertas e colocações dos Centros de Emprego.

# 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

A economia portuguesa iniciou o processo de recuperação em 2013, após uma profunda recessão que se deveu, numa primeira fase, em 2009, à crise financeira internacional, e numa segunda fase, no período 2011-2013, à forte contração da procura interna. Esta contração ocorreu de forma mais evidente no consumo e no investimento e teve origem, em primeiro lugar, nas dificuldades de financiamento externo após a acumulação sucessiva de défices quer nas contas públicas, quer na balança corrente e, em segundo lugar, na aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

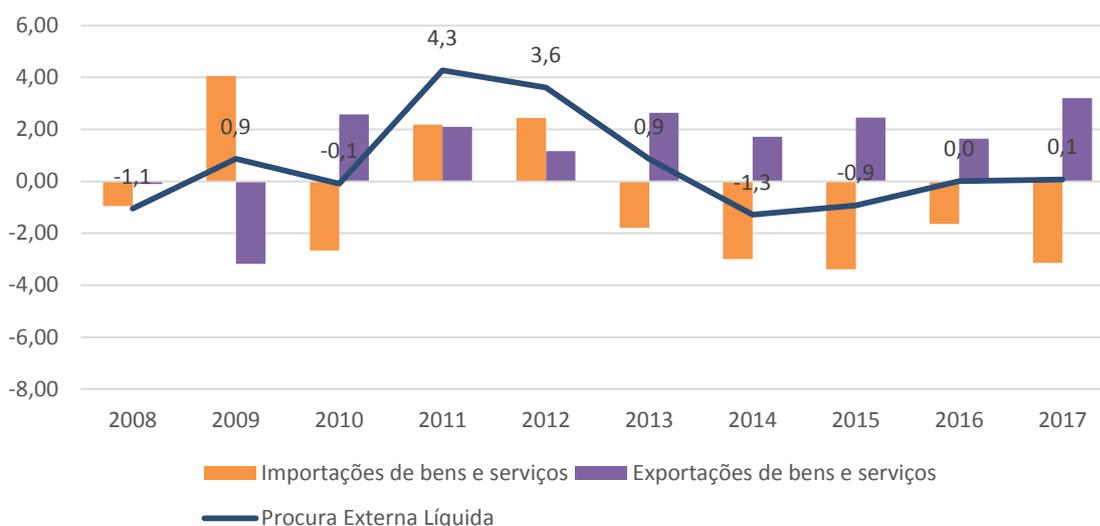
O contributo da procura interna líquida para o crescimento do PIB teve, assim, um comportamento simétrico ao contributo da procura externa líquida: a contração no consumo privado e no investimento no período 2011-2013 implicou uma diminuição significativa das importações, a qual permitiu um contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento, embora insuficiente para compensar a quebra real do PIB naquele período.

Gráfico 1 – Contributo para o crescimento do PIB a preços constantes, por componente da despesa



Fonte: AMECO

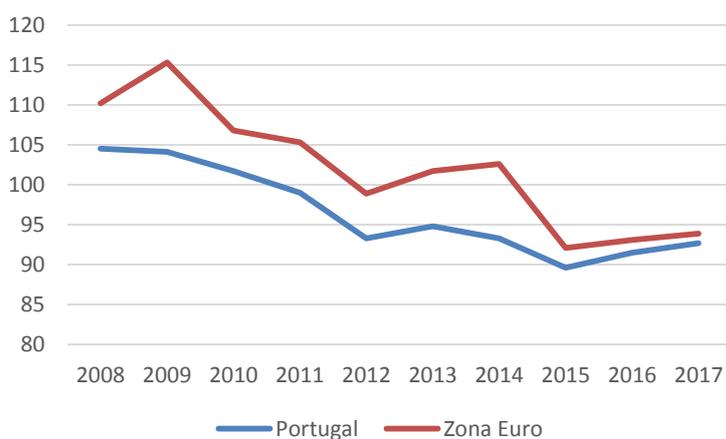
Painel B – Contributo das componentes da procura externa líquida



Fonte: AMECO

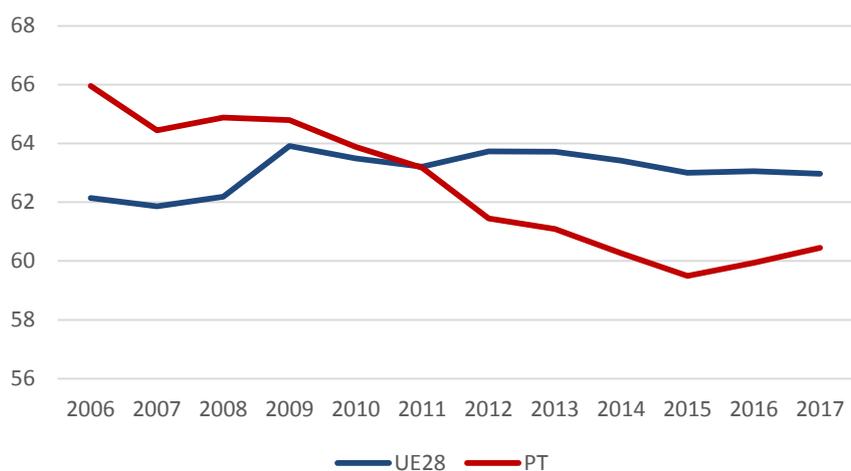
O bom comportamento das exportações, em simultâneo com a diminuição das importações, possibilitou o equilíbrio da balança corrente, sendo Portugal um dos países onde este ajustamento foi melhor conseguido, passando de défices externos em torno dos 10% do PIB que se verificavam desde a adesão de Portugal ao Euro, para um saldo positivo de 1,5% em 2013. A recuperação das exportações terá beneficiado quer da desvalorização da taxa de câmbio real efetiva em quinze pontos percentuais entre 2008 e 2015, que acompanhou a tendência verificada nos países da Zona Euro, quer da diminuição relativa do custo do trabalho, em percentagem do PIB, em 5,5 pontos percentuais entre 2008 e 2015.

Gráfico 2 – Índice cambial efetivo real, deflacionado pelos custos unitários do trabalho relativos, (1999=100)



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 3 – Compensação do trabalho em percentagem do PIB a custo de fatores

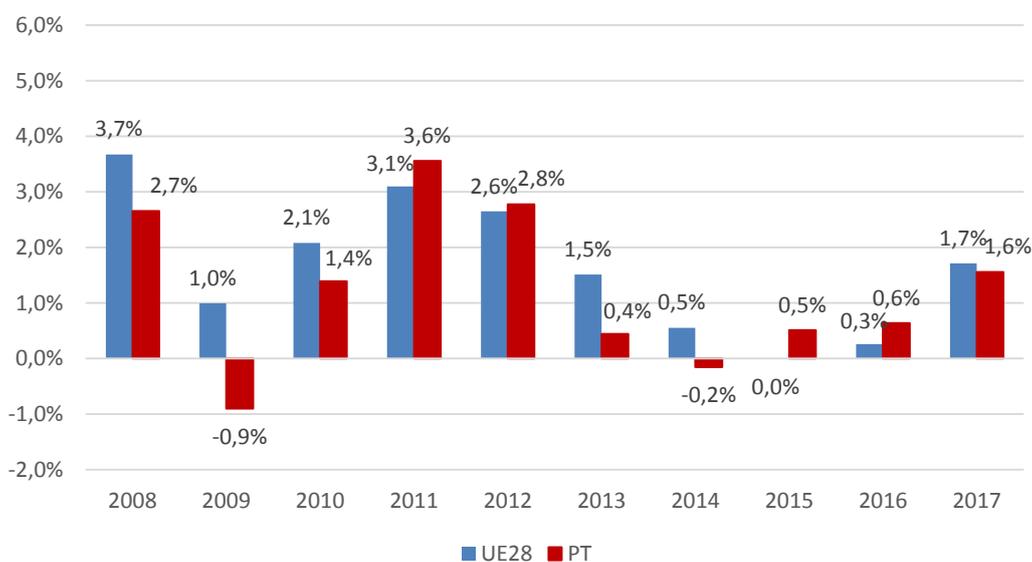


Fonte: AMECO

Após 2014, a recuperação, embora tímida, do consumo privado e do investimento, acompanhada por um crescimento significativo das exportações, permitiu variações positivas do PIB, sem que se alterasse de forma significativa o saldo positivo da Balança de Bens e Serviços.

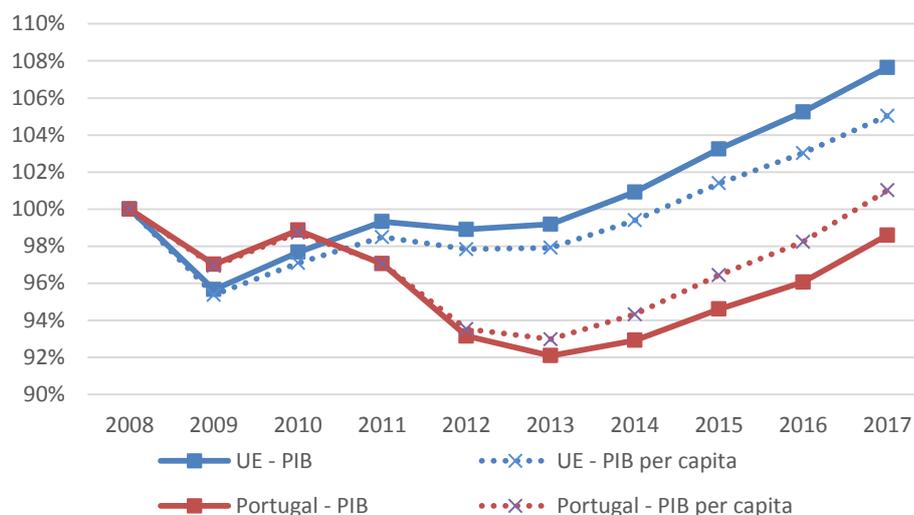
Apesar do aumento da procura externa, a ténue recuperação da procura interna nos anos mais recentes, visível também no abrandamento da variação entre 2011 e 2016, impediu um crescimento mais vigoroso, acentuando-se o processo de divergência face à média dos países da União Europeia até 2016. De facto, se em 2014 o PIB real da UE ultrapassou o valor observado em 2008, em Portugal só em 2018 é que se prevê que tal venha a acontecer.

Gráfico 4 – Taxa de variação anual do índice harmonizado de preços no consumidor



Fonte: AMECO

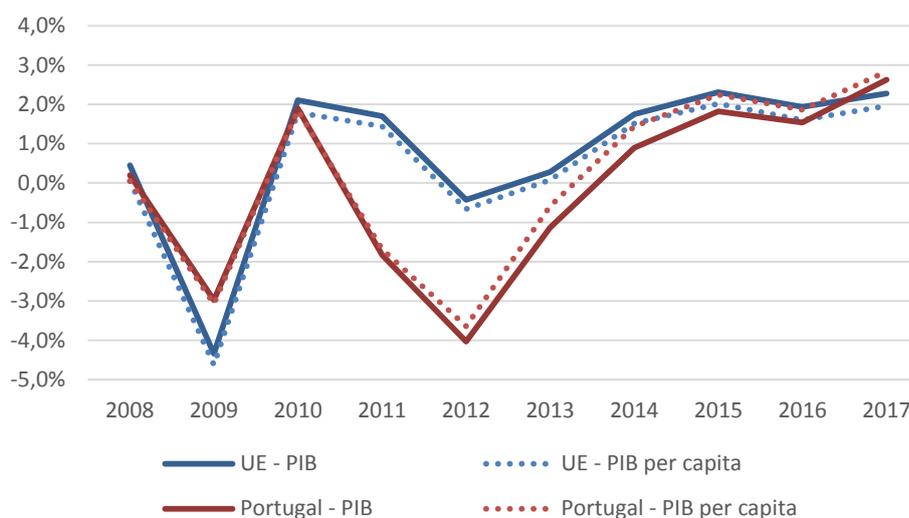
Gráfico 5 - Evolução do PIB, em Portugal e na UE, a preços constantes (2008=100)



Fonte: AMECO

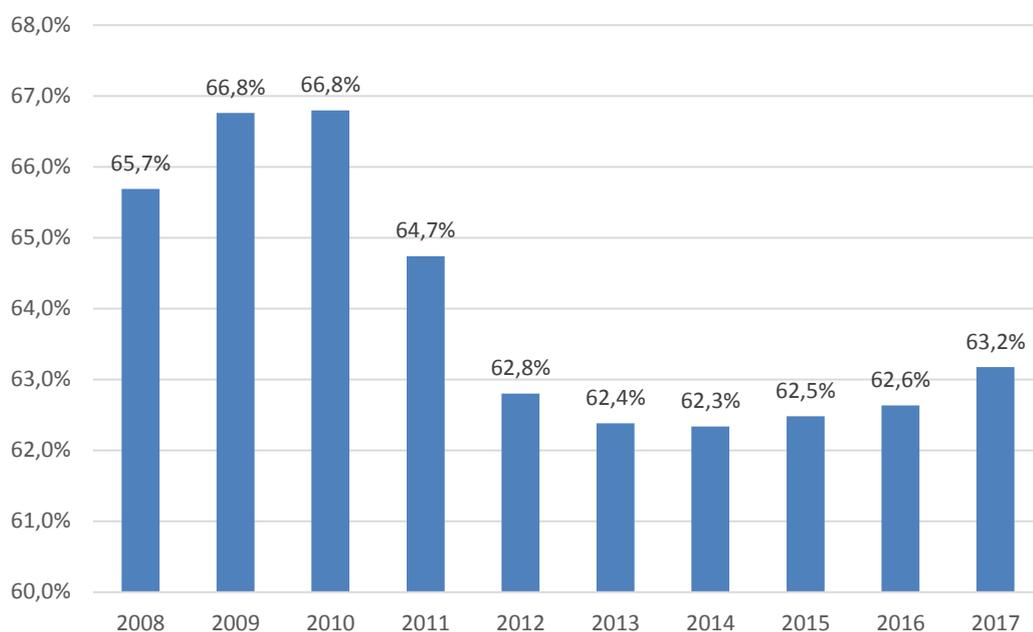
Quando se avalia a evolução do PIB *per capita* de Portugal, relativamente à evolução do PIB *per capita* médio da União Europeia, não só a sua queda no período 2011-2013 foi menos acentuada, como o processo de convergência com a média da UE tem início mais cedo, em 2015. No entanto, em 2017 o PIB *per capita* de Portugal representava pouco mais de 63% da média da UE, quando em 2010 chegou a representar 67%.

Gráfico 6 – Taxas de crescimento real do PIB e do PIB per capita, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO

Gráfico 7 – PIB *per capita* de Portugal em percentagem da média da UE, a preços de 2010

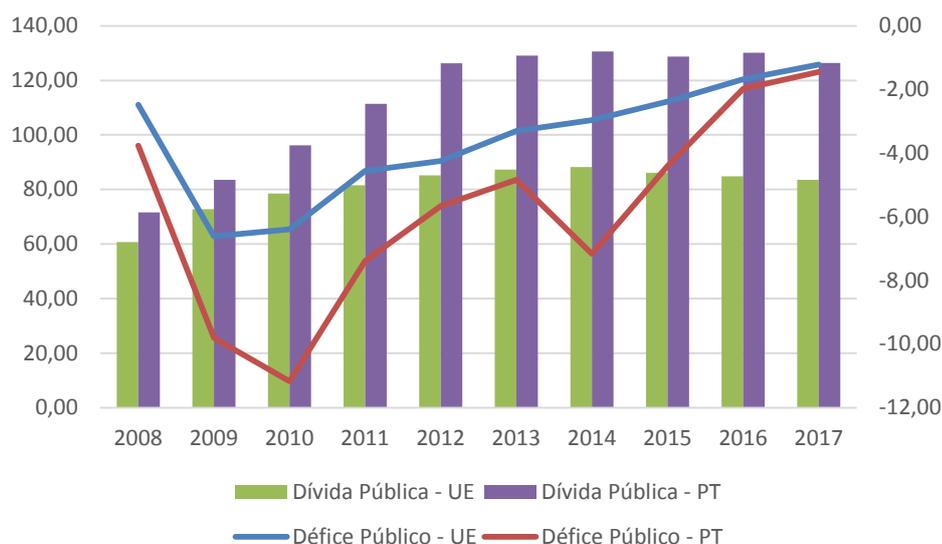


Fonte: AMECO

A forte redução do défice público, de valores superiores a 10% do PIB em 2010 para valores inferiores 2% nos anos mais recentes, foi uma das causas para a redução da procura interna verificada neste período. No entanto, só em 2016 é que o défice das contas públicas portuguesas se aproximou da média dos países da União Europeia. Como consequência, a dívida pública em percentagem do PIB cresceu significativamente, tendo duplicado entre 2008 e 2016, ano em que o seu valor foi superior a 130% do PIB, 45 pontos percentuais acima da média da União Europeia (85%).

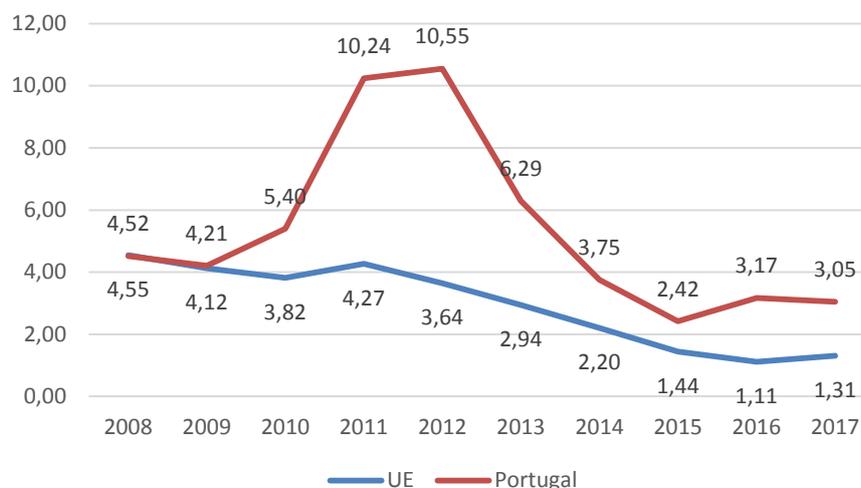
A diminuição dos défices públicos para valores historicamente baixos, a estabilização da dívida pública, acompanhados pela expectativa e consequente saída de Portugal do Procedimento de Défice Excessivo em 2017, e a política monetária do Banco Central Europeu, justificam em grande parte a diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português, para valores em torno dos 3%, ainda assim superiores à média dos países da União Europeia.

Gráfico 8 – Déficit e dívida pública em Percentagem do PIB, Portugal e média da UE



Fonte: AMECO

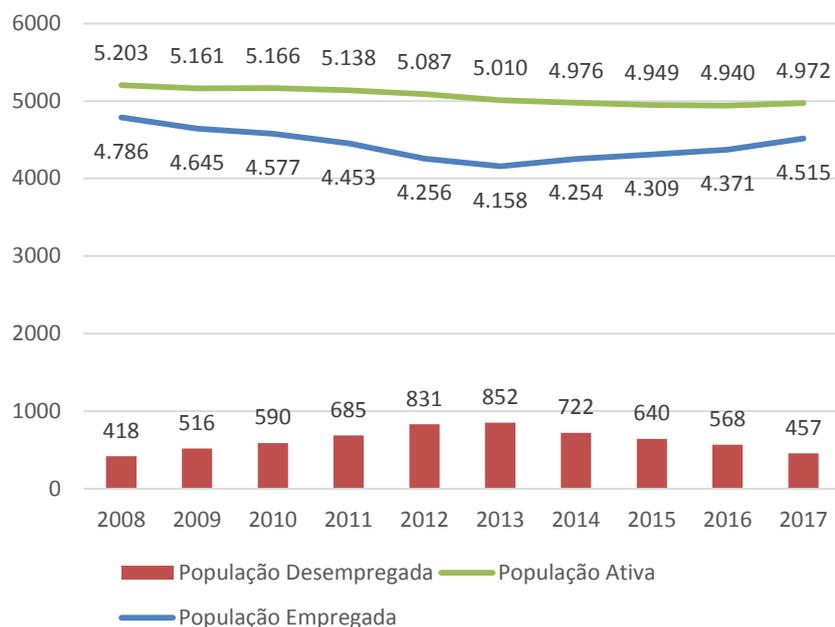
Gráfico 9 – Taxas de juro de longo prazo (critério de Maastricht)



Fonte: AMECO

Apesar do nível do produto ainda não ter atingido os valores pré-crise, o desempenho do mercado de trabalho foi mais favorável, nomeadamente no que diz respeito à evolução do desemprego. O número de desempregados atingiu o máximo em 2013 (852 mil ativos), diminuindo progressivamente desde então. Em 2017 estavam desempregados 457 mil ativos, correspondendo a uma taxa de 9,2%. É de referir que a diminuição do desemprego no período 2013 a 2017 (-395 mil) foi superior ao aumento do emprego no mesmo período (+357 mil), explicando-se esta diferença pelo crescimento modesto do produto e pela forte emigração dos anos 2011 a 2015, visível na redução da população ativa em 189 mil efetivos nesse período.

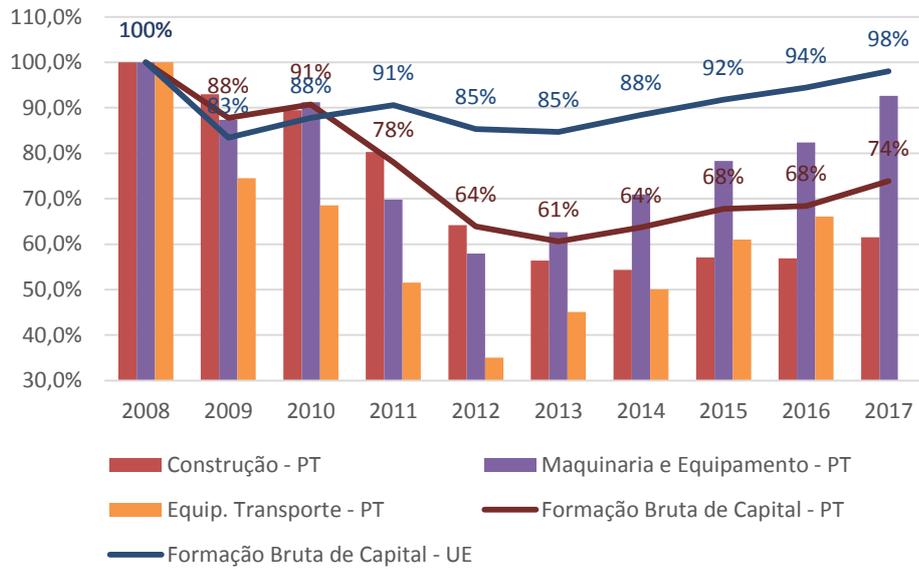
Gráfico 10 – População ativa, empregada e desempregada (15 a 64 anos)



Fonte: Eurostat e INE.

A manutenção de uma taxa de crescimento do PIB anual acima de 2,0%, indispensável à sustentabilidade da dívida pública e um crescimento das exportações compatível com a manutenção do equilíbrio externo, implicará mais investimento. O investimento foi a componente da procura interna que apresentou uma queda mais acentuada no período da crise, tendo diminuído em 40 pontos percentuais, em termos reais de 2008 para 2013. Em 2017, a formação bruta de capital representava ainda 74% do valor observado em 2008, quando nos restantes países da União Europeia o nível de formação bruta de capital se aproximava dos valores pré-crise. Nota-se, contudo uma recuperação mais forte, do investimento em maquinaria e equipamento, em comparação com o investimento em construção ou material de transporte, ao qual não será alheio o crescimento dos setores associados à produção de bens transacionáveis, nomeadamente a partir de 2012.

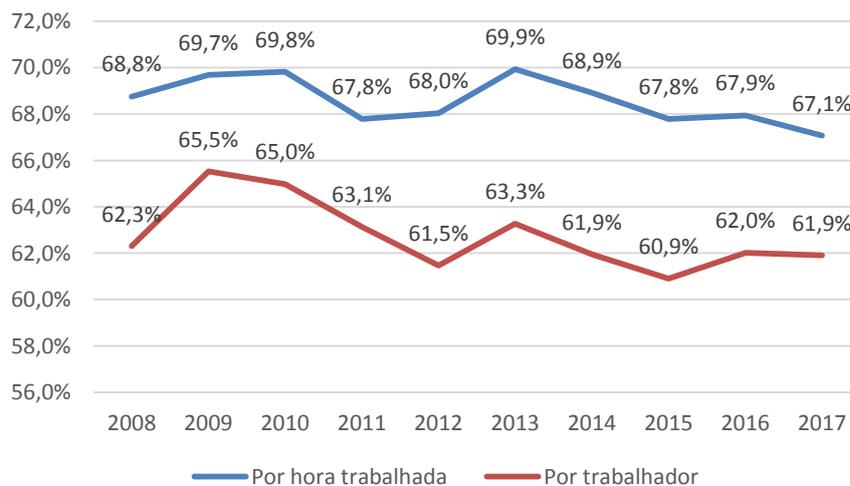
**Gráfico 11 – Formação bruta de capital e principais componentes, Portugal e União Europeia, a preços constantes (2008=100)**



Fonte: AMECO

A conjugação da evolução do PIB com a evolução do emprego, permite-nos analisar a dinâmica da produtividade. O crescimento da produtividade, sobretudo por hora trabalhada, durante os primeiros anos da crise, permitiu a convergência para a média da União Europeia em 2013. A partir de então, o crescimento do emprego, mais dinâmico em setores mais intensivos em trabalho, traduziu-se numa estagnação da produtividade média, e num acentuar do diferencial face à média da União Europeia.

**Gráfico 12 – Produtividade por trabalhador e por hora trabalhada (UE=100%)**



Fonte: AMECO

## *Considerações Finais*

A recuperação da economia portuguesa, após a forte crise do período 2009-2013, foi caracterizada por um redireccionamento para os setores transacionáveis, o que se refletiu num peso crescente das exportações no PIB e por um aumento significativo das quotas de mercado dos produtos e serviços nacionais nos mercados internacionais. Este crescimento não foi, porém, ainda suficiente para se atingir os níveis de produto e emprego observados nos anos anteriores a 2009, continuando a produtividade média a divergir da média da União Europeia.

A estagnação do crescimento da produtividade assenta não só no facto do crescimento do emprego ter sido mais forte em setores intensivos em trabalho, mas também na redução do investimento, quer por parte de privados quer por parte das Administrações Públicas. Esta queda foi o resultado das crescentes dificuldades de financiamento bancário, quer pela acumulação de crédito malparado quer pela maior exigência no que diz respeito aos rácios de capital dos bancos, quer ainda pelos custos de capital superiores à média europeia. Assim, a recuperação do investimento, público e privado, é crucial para que a dinâmica exportadora seja sustentável a médio prazo, bem como para que a recuperação da procura interna se possa processar sem tensões inflacionistas que poderiam comprometer a competitividade da economia portuguesa.

## 2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

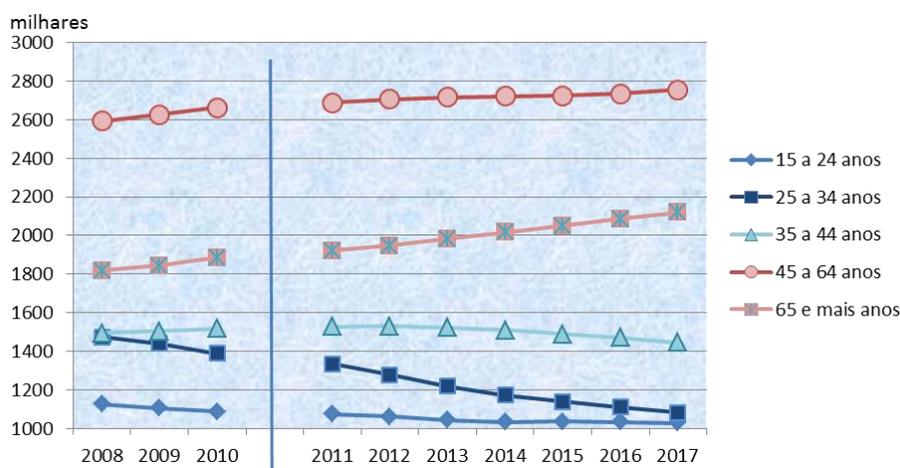
### 2.1. Oferta de trabalho

#### 2.1.1. População total

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, em 2017, residiam no Continente 9.787,6 milhares de pessoas, o que significou um decréscimo de 0,2% relativamente ao ano anterior. A população do Continente tem vindo a diminuir consecutivamente desde 2011. Essa diminuição foi de cerca de 0,6% por ano entre 2012 e 2014, tendo-se depois atenuado, sobretudo a partir de 2015. Entre 2016 e 2017, os homens diminuíram percentualmente o dobro das mulheres, como aliás já vinha acontecendo, de uma maneira geral, desde 2011.

Analisando a população de 15 e mais anos constata-se uma tendência de envelhecimento que se mantém desde 2008, que se traduz num decréscimo dos indivíduos nos escalões mais novos (que, a partir de 2012 passam a incluir o escalão dos 35 aos 44 anos) e num aumento dos indivíduos nos escalões mais velhos. Entre 2016 e 2017, como desde 2009, o escalão etário que mais diminuiu foi o escalão entre os 25 aos 34 anos (-2,7%), ligeiramente mais do que no ano anterior mas consideravelmente menos do que em 2012 e 2013, anos em que o decréscimo foi de cerca de 4,5%. O escalão que mais cresceu foi o dos 65 e mais anos, que tem aumentado regularmente em cerca de 1,7% desde 2012.

Gráfico 13 - Evolução da População com 15 e mais anos por escalões etários



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

## 2.1.2. Fluxos migratórios

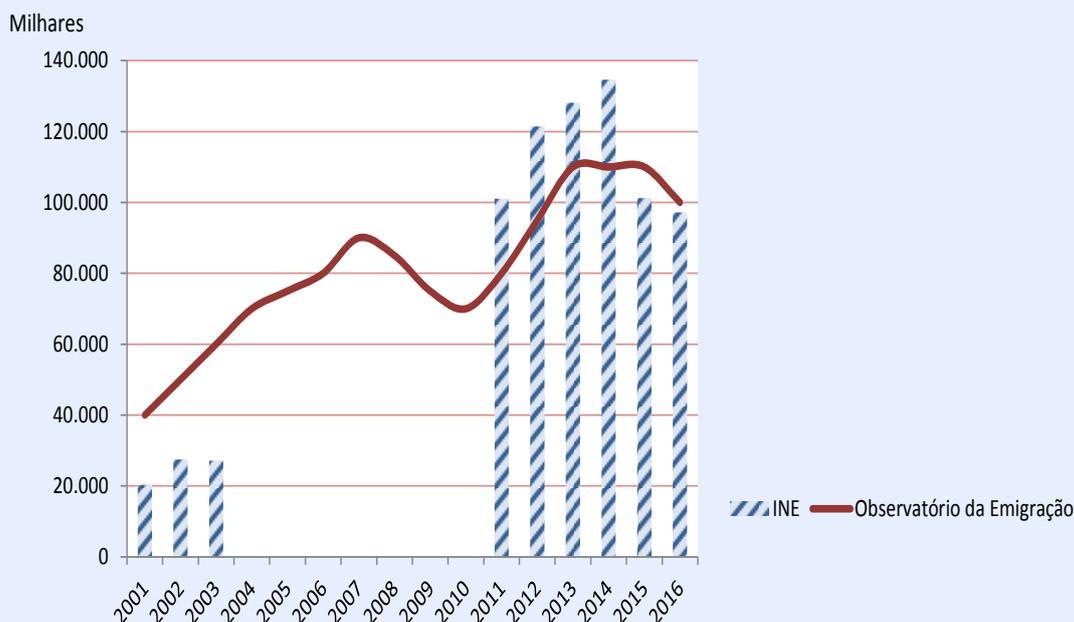
### FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

#### Evolução da Emigração portuguesa

De acordo com a informação estatística<sup>1</sup> disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, estima-se que, em 2016, cerca de 2,3 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 22%.

Paralelamente, no mesmo ano em análise, constatou-se a existência de um saldo migratório negativo (-8,3 mil indivíduos), dado que 38,3 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que não foi compensado pela entrada permanente de imigrantes, cujo valor total correspondeu a 30 mil indivíduos.

Gráfico 14 - Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



\* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

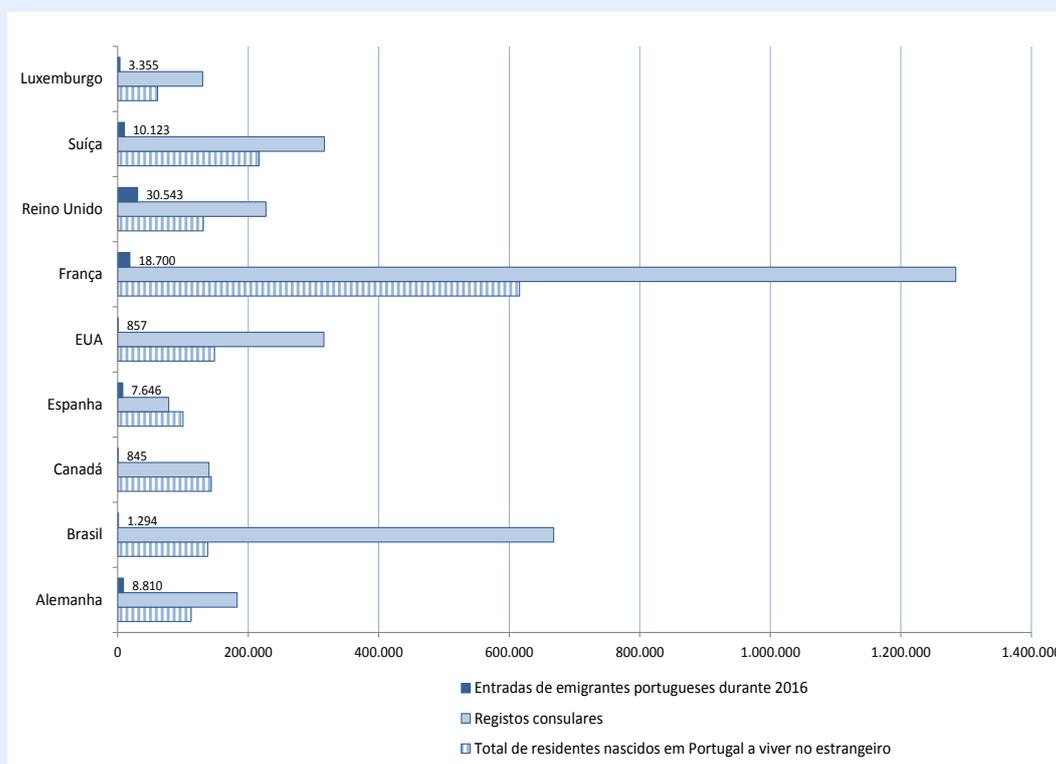
Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e dos dados do Observatório do Emigração sobre as entradas de portugueses nos países de destino, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos, em particular no decurso do último quinquénio, não obstante se verifique uma ligeira inflexão a partir de 2015.

<sup>1</sup> A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2016.

Analisando alguns dados da emigração portuguesa relativos a 2016, último ano disponível, observa-se que países de destino dos emigrantes portugueses foram sobretudo o Reino Unido (com cerca de 30,5 mil), a França (com 18,7 mil), a Suíça (com 10,1 mil), a Alemanha (com 8,8 mil) e a Espanha (com 7,6 mil).

Gráfico 15 - Emigrantes portugueses a residir no estrangeiro em 2016



Fonte: OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

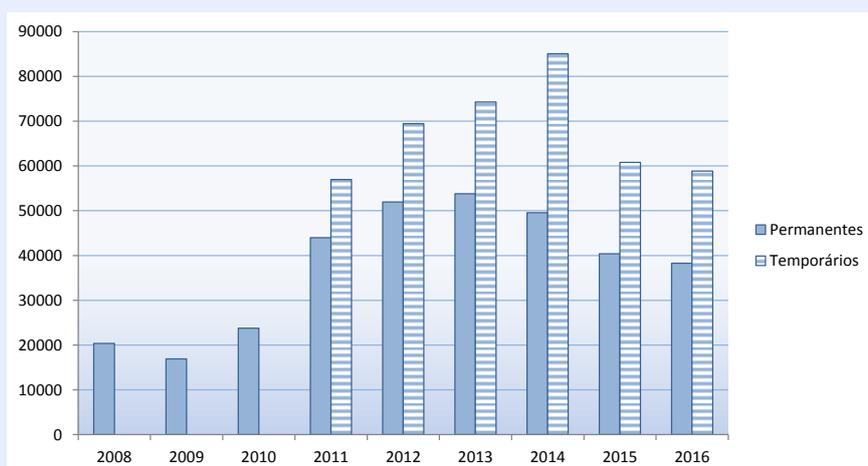
Contudo, tendo em conta os valores totais da população residente no estrangeiro, mas nascida em Portugal, verifica-se que a emigração portuguesa, em 2016, se concentrava maioritariamente em França (615,6 mil), na Suíça (216,4 mil), nos EUA (148,2 mil), no Canadá (143,2 mil), no Brasil (138 mil), no Reino Unido (131 mil), na Alemanha (112,4 mil), em Espanha (100 mil), e no Luxemburgo (60,9 mil).

Ainda de acordo com os valores disponibilizados pelas Estimativas anuais de emigração do INE, constata-se um aumento progressivo da emigração portuguesa, quer permanente<sup>2</sup> quer temporária<sup>3</sup>, a partir de 2010 e até 2013 e 2014, anos a partir dos quais se evidencia uma inflexão dessa tendência. De salientar o facto de, ao longo da série em análise, a emigração temporária apresentar sempre uma maior expressividade quando comparada com a emigração permanente, em particular nos últimos três anos, com diferenças superiores a 20 p.p.

<sup>2</sup> Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano.

<sup>3</sup> Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

**Gráfico 16 - Evolução da emigração portuguesa por tipologia**



Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.

Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Analisando esta informação por sexo, constata-se que a emigração masculina, quer permanente quer temporária, nos anos em análise, foi sempre mais elevada que a emigração feminina.

Com efeito, os homens têm vindo a assumir um peso mais significativo no total dos emigrantes portugueses, ultrapassando, em quase todos os anos, mais do dobro do valor das mulheres emigrantes. De referir, que esta diferença de proporções entre homens e mulheres ainda é mais acentuada na emigração temporária.

**Gráfico 17 - Evolução da emigração portuguesa por sexo**



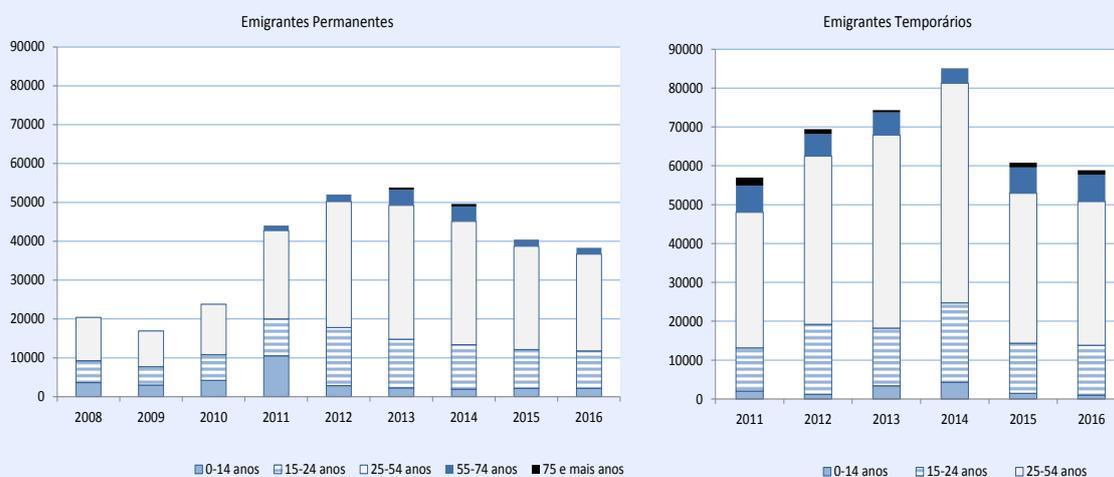
Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.

Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

No que diz respeito à estrutura etária, verificou-se uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou os 50%. Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos

apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos anos em análise, entre 19% a 29% do total da emigração portuguesa.

**Gráfico 18 - Evolução da emigração portuguesa por grupo etário**



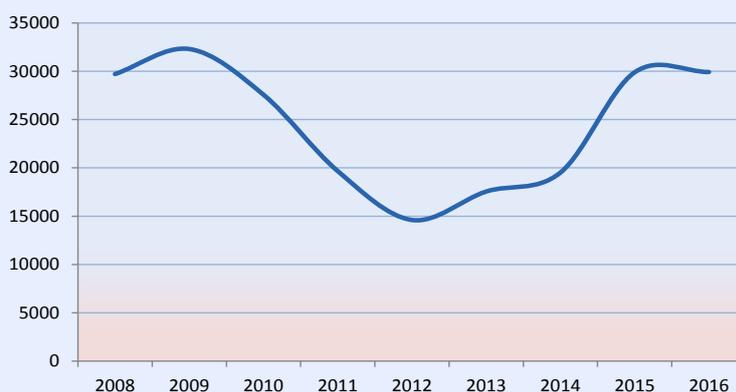
Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.

Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

### **Evolução da Imigração portuguesa**

Considerando alguma informação das Estimativas anuais de imigração<sup>4</sup> do INE relativa à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, verifica-se que, a partir de 2009 houve uma quebra do valor total de imigrantes, evidenciando-se uma subida a partir de 2012. De notar que o número total de imigrantes em 2015 e 2016, se manteve quase inalterado.

**Gráfico 19 - Evolução da população imigrada em Portugal**

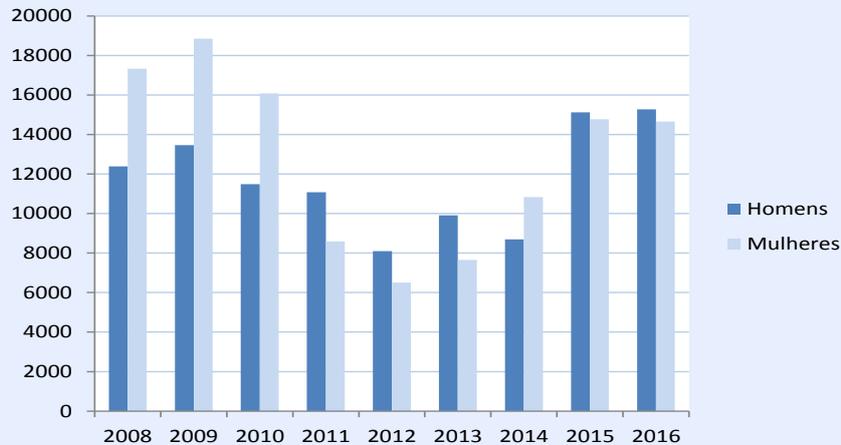


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Esta população estrangeira imigrada em Portugal repercutiu-se de forma diferenciada em ambos os sexos.

<sup>4</sup> Série estatística apenas disponível a partir de 2008.

Gráfico 20 - Evolução da imigração portuguesa por sexos

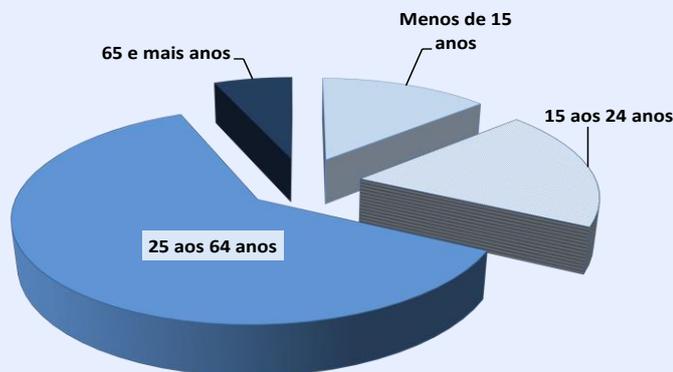


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Entre 2008 e 2010, a proporção de imigrantes masculinos foi inferior em 17 p.p. face à congénere feminina, situação que se inverteu entre 2011 e 2013, quando o valor percentual dos homens imigrados ultrapassou, em média cerca de 12 p.p. o valor registado para as mulheres estrangeiras a residir no nosso país. De salientar que, nos dois últimos anos em análise, 2015 e 2016, se observou uma aproximação da proporção de imigrantes femininos e masculinos.

Relativamente à distribuição etária, em 2016, a grande maioria da população estrangeira a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade (61,2%), em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente no das idades entre os 15 aos 24 anos (18,9%).

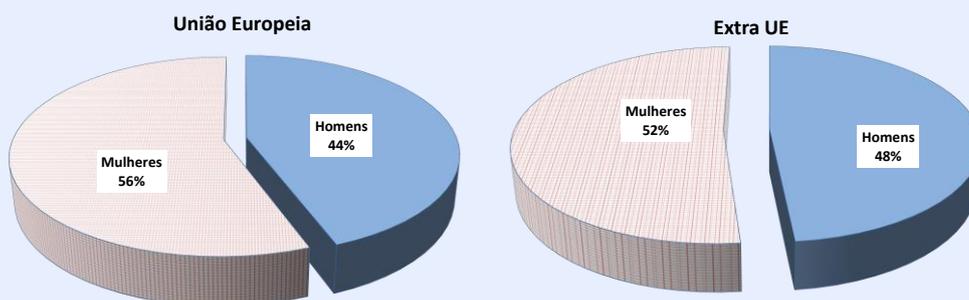
Gráfico 21 - Estrutura etária da imigração portuguesa em 2016



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por último, considerando a proveniência da imigração em Portugal, em 2016, observa-se que 59% do valor total dos imigrantes (29,9 mil), provinha de países extracomunitários enquanto 41% eram oriundos de Estados-membros da UE. Por outro lado, evidencia-se o facto da percentagem de mulheres ser superior à dos homens, tanto na imigração extracomunitária, como na com origem noutros Estados-membros da União.

Gráfico 22 - Proveniência dos imigrantes portugueses em 2016



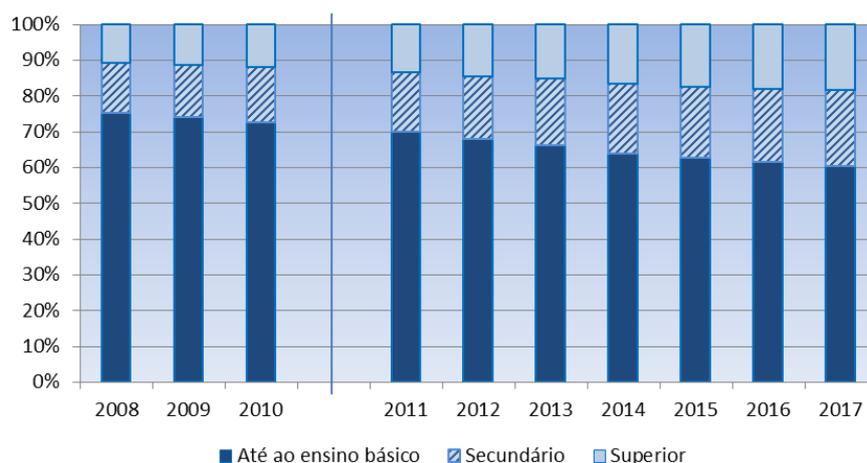
Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

### 2.1.3. População por níveis de escolaridade

Em 2017, a população do Continente de 15 e mais anos que possuía até o ensino básico representava 60,5% do total e a população com o ensino superior, 18,3%. Relativamente a 2016, o número de indivíduos com o ensino secundário e com o ensino superior aumentou mas, ao contrário do ano anterior, a população com o ensino secundário aumentou bastante mais (3,3% para 1,5% de aumento da população com o ensino superior).

Entre 2008 e 2017 o peso da população com 15 e mais anos com o ensino básico diminuiu em 14,9 p.p. enquanto o peso dos indivíduos com o ensino secundário e com o ensino superior aumentou em 7,5 p.p.

Gráfico 23 - População com 15 e mais anos por nível de escolaridade



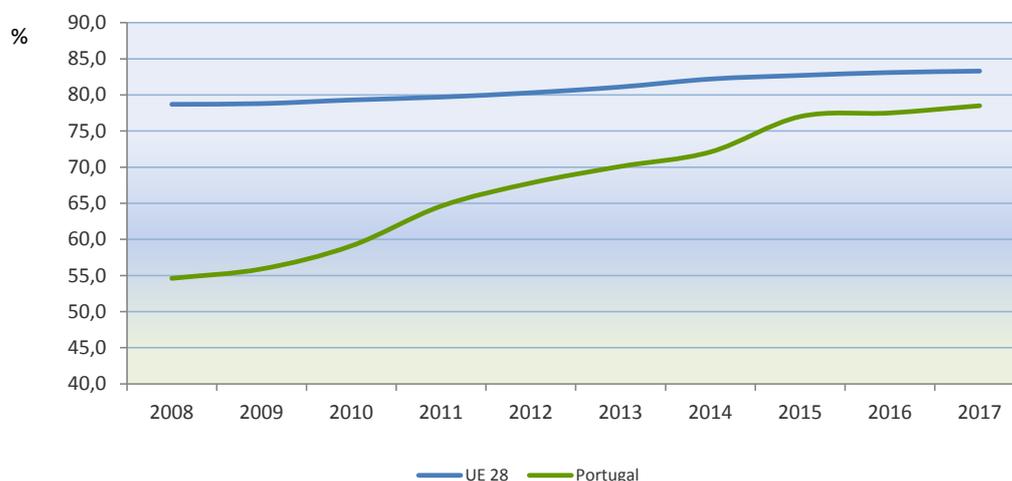
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2017, o número de homens com o ensino superior diminuiu relativamente ao ano anterior (-0,5%). A percentagem de mulheres com o ensino superior era 6,1 p.p. superior à percentagem de homens, tendo essa diferença vindo a acentuar-se desde 2011.

### 2.1.3.1. População com Nível de Educação Secundário em Portugal e na UE 28

A percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com pelo menos um nível de educação secundário era, em 2017, de 78,5%, cerca de menos 4,8 p.p. do que média da UE 28. No entanto, desde o início da última década, esta proporção tem vindo a crescer regularmente e de forma mais acentuada em Portugal, tendo aumentado, no espaço de dez anos, cerca de 24 p.p. face à média dos países da UE. De salientar que, em Portugal, este acréscimo acentuou-se sobretudo entre 2009 e 2015, tendo-se observado uma certa estabilidade dos valores nos últimos dois anos.

Gráfico 24 - Evolução da população (20 aos 24 anos) com pelo menos um nível de educação secundário

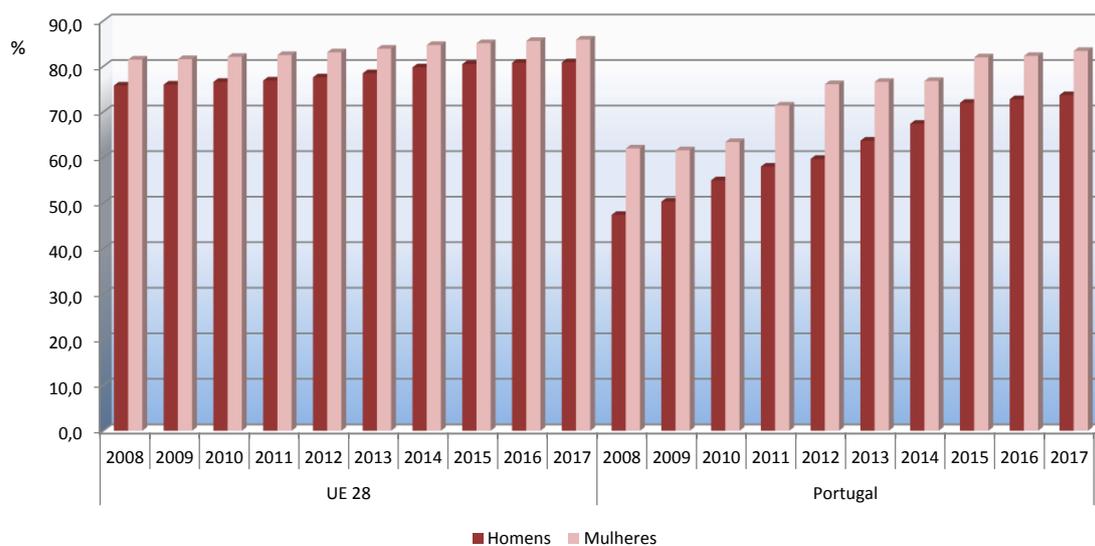


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2017, a percentagem de mulheres jovens que atingiu pelo menos um nível secundário foi mais expressiva do que a dos homens (83,4% de mulheres para 73,7% de homens). Entre 2008 e 2017 registou-se um aumento progressivo nesta proporção relativamente a ambos os sexos. Deste modo, no espaço de uma década, a percentagem de homens jovens com pelo menos um nível secundário cresceu 26,3 p.p., enquanto a proporção de mulheres com este nível de ensino aumentou cerca de 21,4 p.p.

Relativamente ao período homólogo, em 2017, a percentagem de mulheres (83,4%) subiu de forma pouco expressiva (+1,1 p.p.), mantendo assim a tendência de aproximação à média europeia (85,9%). Quanto à população masculina com este nível habilitacional, apesar de um aumento de quase 1 p.p. face a 2016, a sua percentagem em 2017 atingiu os 73,7%, mantendo-se inferior à percentagem do conjunto dos 28 países da União (80,9%).

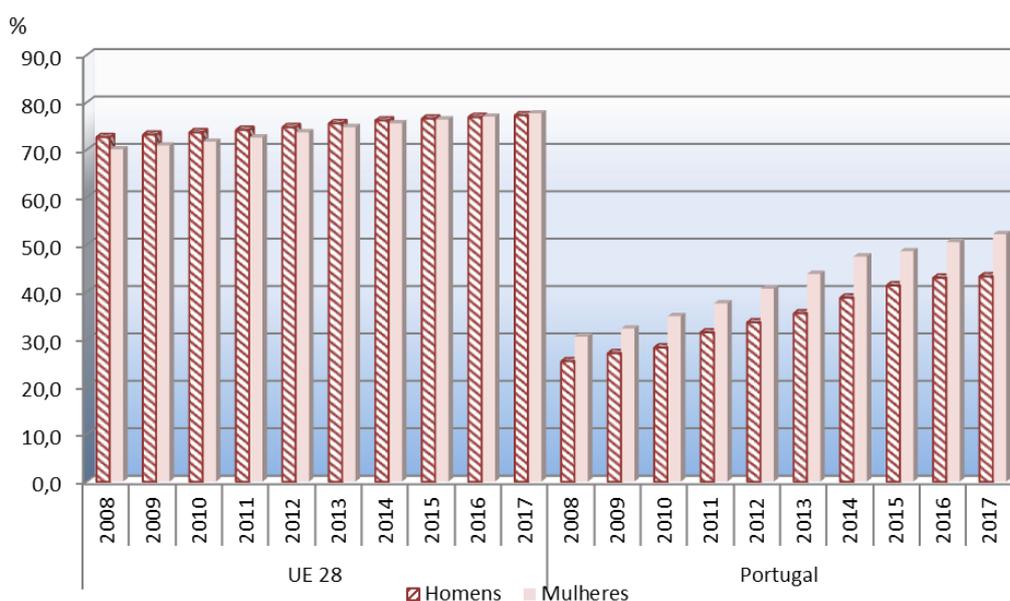
Gráfico 25 - População (20 aos 24 anos) com pelo menos um nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas que possuía, pelo menos, um nível de educação secundário era, em 2017, de 48%, menos 29,5 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (77,5%).

Gráfico 26 - População (25 aos 64 anos) com pelo menos um nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

No início do período em análise essa percentagem era, em Portugal, pouco mais de um terço da percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria bastante significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país (cerca de mais 19,9 p.p.).

A proporção de mulheres portuguesas com pelo menos um nível de educação secundário era em 2017, tal como em 2008, superior à dos homens. Por outro lado, na média dos países da UE, neste escalão etário a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres, não obstante esta situação se ter invertido a partir de 2016. Em Portugal, entre 2008 e 2017, a diferença da proporção entre géneros aumentou de 5,2 p.p. para 8,9 p.p.

#### 2.1.4. População ativa e taxas de atividade

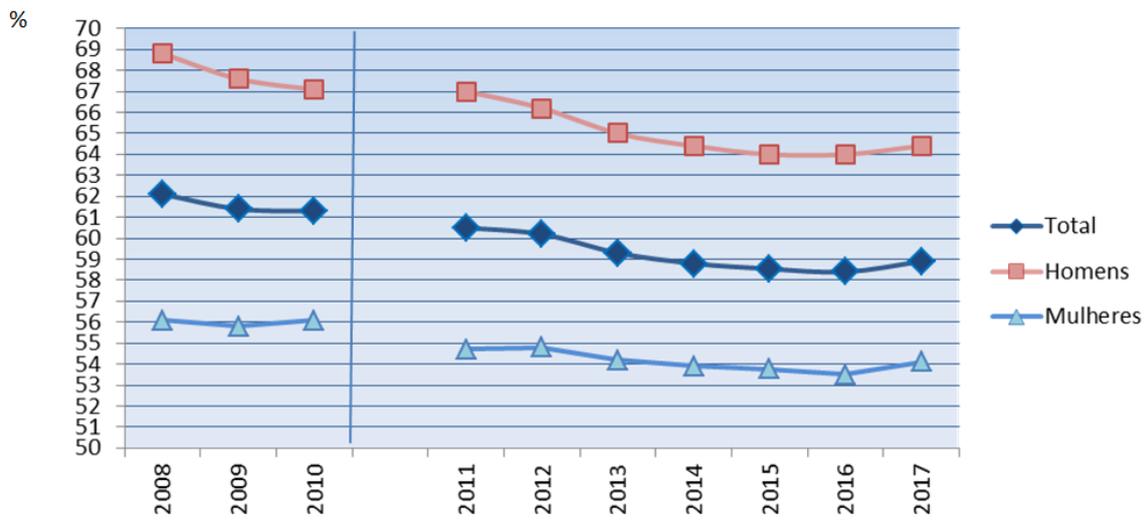
Entre 2016 e 2017 a população ativa no Continente aumentou em 0,8%, o primeiro aumento registado desde 2008. Esse aumento verificou-se para ambos os sexos mas foi mais significativo para a população ativa feminina que, desde o início da série, diminuiu sempre menos do que a população ativa masculina, exceto em 2016.

Relativamente aos escalões etários, entre 2016 e 2017, a população ativa cresceu nos escalões dos 15 aos 24 anos (em 1,9% e pela primeira vez desde 2008) e nos escalões entre os 45 e os 64 anos. Nos escalões dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos a população ativa continuou a diminuir (-2% e -

1,4%, respetivamente). O maior crescimento registou-se no escalão dos 55 aos 64 anos que aumentou em 6,2%, ou seja, quase o dobro do aumento verificado em 2016.

Em 2017, a taxa de atividade (população com 15 e mais anos) era de 58,9%, tendo crescido 0,5 p.p. este ano, após um decréscimo consecutivo desde 2008.

Gráfico 27 - Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

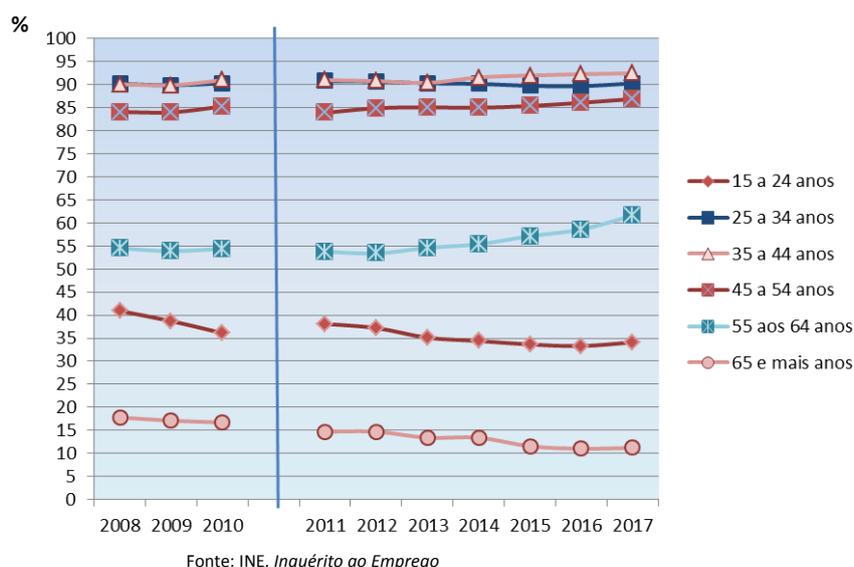
Em 2017, como em 2016, a taxa de atividade feminina era cerca de 10 p.p. mais baixa do que a masculina (54,1% e 64,4%, respetivamente) mas essa diferença reduziu-se, desde 2008, já que a taxa de atividade feminina diminuiu bastante menos até 2016 e, no último ano, aumentou mais.

#### 2.1.4.1. População ativa por escalões etários

Em 2017 a taxa de atividade cresceu relativamente a 2016 em todos os escalões etários. O maior aumento verificou-se no escalão dos 55 aos 64 anos (+3 p.p.) e depois nos escalões dos 15 aos 24 anos e dos 45 aos 54 anos (+0,8 p.p.).

Entre 2008 e 2017 a taxa de atividade no escalão dos 15 aos 24 anos diminuiu 6,8 p.p. mas, em todos os outros escalões até aos 65 anos, o valor da taxa de atividade em 2017 era superior ao registado em 2008.

Gráfico 28 - Evolução das taxas de atividade por escalão etário



#### 2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia

Desde o início do século XXI que Portugal tem vindo a evidenciar taxas de atividade<sup>5</sup> sempre superiores às da média dos 28 países da UE. Em Portugal, a taxa de atividade tem mantido, desde 2008, uma certa estabilidade, com valores em torno dos 73% e 74%, ao contrário do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem apresentado uma subida progressiva das respetivas taxas de atividade, tendo registado 73,3% em 2017. De salientar o facto de, no espaço de um ano a taxa de atividade portuguesa ter aumentado 1 p.p.

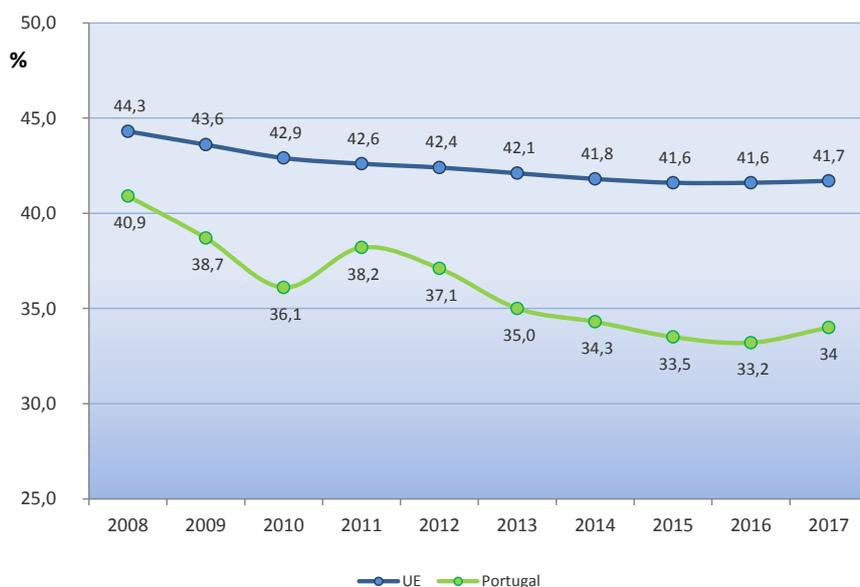
Gráfico 29 - Evolução da taxa de atividade em Portugal e na União Europeia



<sup>5</sup> Esta taxa de atividade refere-se à população do(a) 15 aos 65 anos.

No que se refere à taxa de atividade dos jovens, enquanto na União esta apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, entre os 44,3% e os 41,6%, a taxa de atividade dos jovens portugueses regista um decréscimo sistemático desde 2008 (40,9%) até 2017 (34%), apesar da ligeira oscilação em 2011.

Gráfico 30 - Evolução da taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos) em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat, Base de dados Labour Force Survey

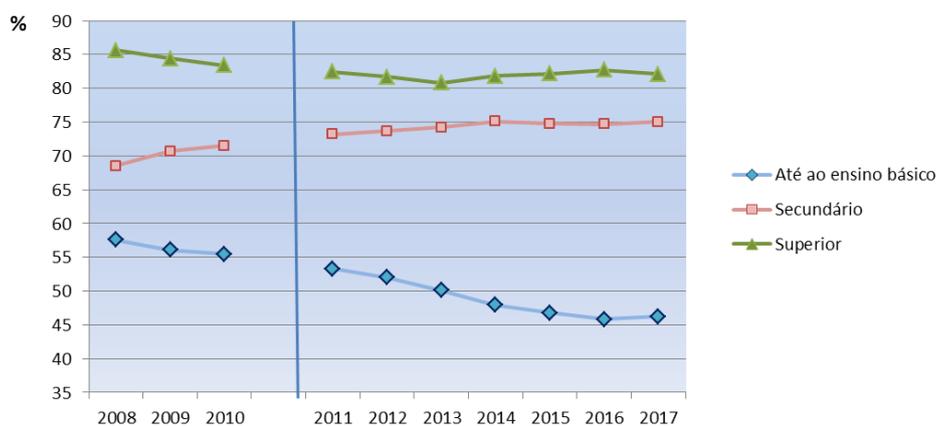
#### 2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos

Considerando a população ativa por nível de escolaridade completado, em 2017, no Continente, os ativos com até o ensino básico representavam 47,4% dos ativos (2.355,9 mil pessoas) e os ativos com o ensino secundário 27% (cerca de 1.341,5 mil pessoas). A população ativa com o ensino superior constituía 25,5% do total de ativos (1.267,1 mil indivíduos). Comparativamente com 2016, a população ativa com até o ensino básico diminuiu em -0,8%, os ativos com o ensino secundário aumentaram em 3,7% e os ativos com o ensino superior em 0,8%.

Entre 2008 e 2017, a percentagem dos ativos com até o ensino básico diminuiu em cerca de 22,4 p.p. A percentagem de ativos com o ensino secundário ou mais aumentou de forma bastante equilibrada (11,8 p.p. e 10,5 p.p., respetivamente).

Em 2017, a proporção de mulheres ativas com o ensino superior era 12,4 p.p. mais elevada que a dos homens. Já a proporção de homens ativos com o ensino básico era bastante superior à das mulheres. No que se refere aos ativos com o ensino secundário a proporção de homens e mulheres era muito semelhante.

Gráfico 31 - Evolução das taxas de atividade por níveis de escolaridade



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 2017, a taxa de atividade era tanto mais elevada quando mais elevado o nível de escolaridade. A taxa de atividade dos indivíduos com até o ensino básico era de 46,2%, e a taxa de atividade da população com o ensino secundário era de 75%, tendo ambas aumentado ligeiramente relativamente a 2016. A taxa de atividade da população com o ensino superior era de 82,1% mas diminuiu em 0,6 p.p. relativamente a 2016, devido ao decréscimo da taxa de atividade masculina (-0,9 p.p.).

A taxa de atividade da população com até ao ensino básico diminuiu sempre, entre 2008 e 2016 embora, entre 2013 e 2015 de forma cada menos acentuada e cresceu ligeiramente, no último ano. A taxa de atividade dos indivíduos com o ensino secundário aumentou sempre, até 2014, e depois estabilizou. A taxa de atividade dos indivíduos com o ensino superior decresceu, até 2013 e depois aumentou ligeiramente, até 2016, para voltar a diminuir ligeiramente no último ano.

#### 2.1.4.4. População ativa por regiões

Entre 2016 e 2017 a população ativa aumentou em todas as regiões do Continente. A região onde o número de ativos mais cresceu foi a região do Algarve (+2,2% ou seja o dobro do que cresceu no ano anterior). Seguiu-se a região Norte (+1,1%), que tinha registado um decréscimo de -0,6% entre 2015 e 2016, o Alentejo (+1%) e o Centro (+0,5%). A área metropolitana de Lisboa foi a região onde o crescimento dos ativos foi menos significativo (+0,3%).

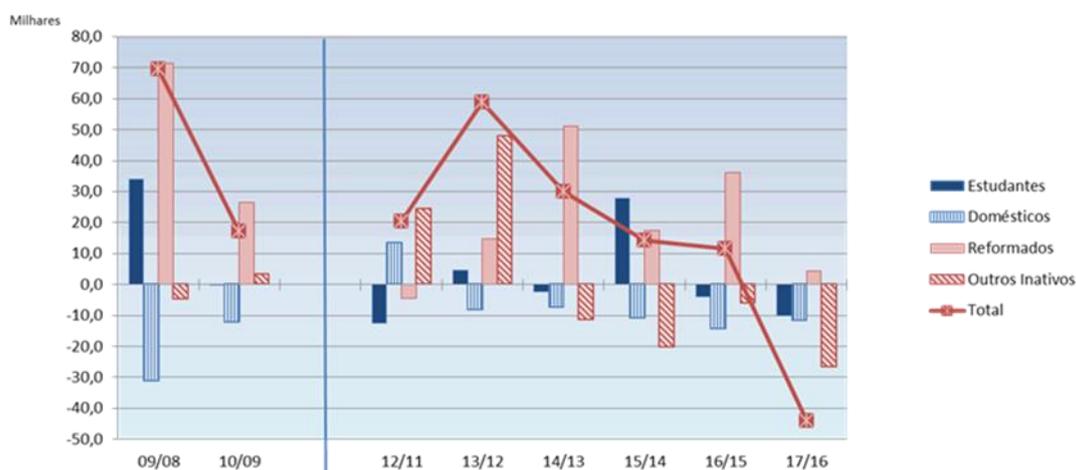
Entre 2008 e 2010 a população ativa aumentou no Algarve e diminuiu em todas as restantes regiões. Entre 2011 e 2017, a população ativa decresceu em todas as regiões. A região onde a percentagem desse decréscimo foi mais acentuada foi o Alentejo. Por outro lado, a área metropolitana de Lisboa foi a região onde os ativos diminuíram percentualmente menos.

### 2.1.5. População Inativa

Em 2017, a população inativa com 15 e mais anos no Continente totalizava cerca de 3.466,1 mil pessoas, menos 44 mil pessoas que no ano anterior. Quase metade (49,1%) destes inativos eram reformados. Os estudantes representavam 22%, os “outros inativos”, 18,4% e os domésticos, 10,5%. Entre 2016 e 2017 todas as categorias de inativos com 15 e mais anos diminuíram, exceto os reformados, aliás como já tinha acontecido no ano anterior.

Entre 2008 e 2016 a população inativa aumentou sempre, embora, a partir de 2013 de forma cada vez menos acentuada. Até 2010, este aumento deveu-se ao crescimento do número de reformados e de estudantes, o que voltou a acontecer a partir de 2013, no que se refere aos reformados (os estudantes só aumentaram em 2014). Entre 2011 e 2013 a população inativa cresceu devido ao aumento dos “outros inativos” mas, a partir daí estes diminuíram, registando em 2017, um decréscimo de -4%.

Gráfico 32 - Variação da população inativa com 15 e mais anos por categorias



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

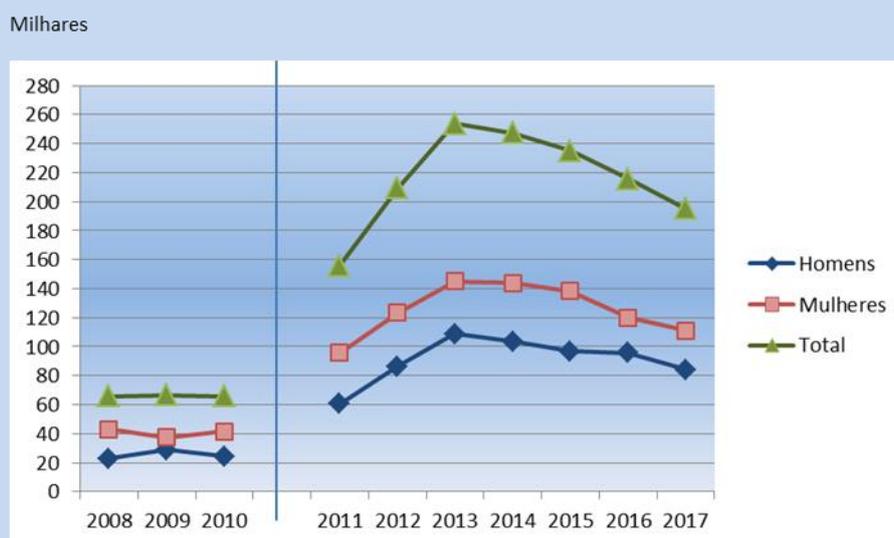
## INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

### INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

Em 2017, no Continente, os inativos “disponíveis que não procuram emprego” (aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito, não foram contabilizados como desempregados mas como inativos) constituíam cerca de 195 mil pessoas, ou seja, 5,6% do total dos inativos.

O número destes inativos aumentou significativamente entre 2011 e 2013, mas a partir daí diminuiu sempre e de forma progressivamente mais acentuada. Entre 2016 e 2017 esse decréscimo foi de 9,6%.

Gráfico 33 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por sexo

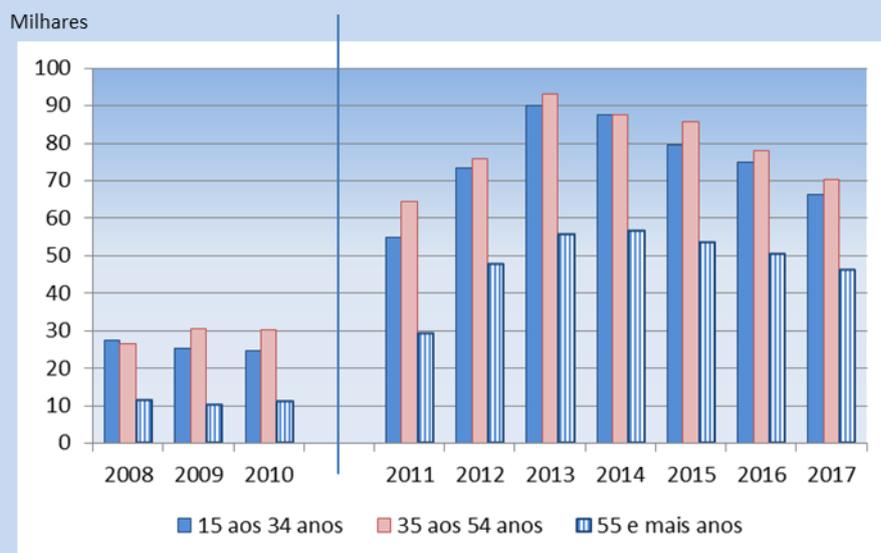


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O número de mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego manteve-se superior ao dos homens ao longo de toda a série. Em 2017 estas representavam 56% do total. Entre 2011 e 2013, o aumento no número de inativos foi quase equivalente nos dois sexos. Entre 2013 e 2017 os homens decresceram percentualmente mais, embora em número tenham diminuído menos.

No que se refere aos escalões etários, em 2017, cerca de 36,1% desta categoria de inativos, situava-se nos escalões entre os 35 e os 54 anos, 34%, nos escalões entre os 15 e os 34 anos e 29,9% nos escalões dos 55 ou mais anos. Relativamente ao ano anterior os inativos disponíveis que não procuravam emprego diminuíram em todos os escalões etários, tanto mais quanto mais jovem o escalão.

Gráfico 34 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário

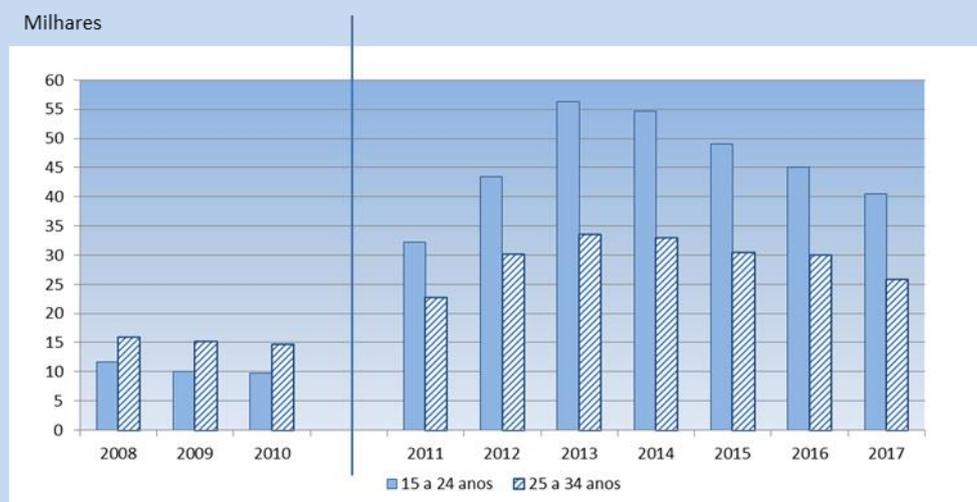


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2010 o número de inativos desta categoria aumentou ligeiramente nos escalões entre os 35 e os 54 anos e diminuiu levemente nos restantes escalões.

Entre 2011 e 2013, os escalões entre os 15 aos 34 anos aumentaram de forma mais acentuada do que os escalões entre os 35 e os 54 anos, sendo que o escalão dos 55 e mais anos praticamente duplicou. Entre 2013 e 2017, o decréscimo absoluto verificado nos escalões entre os 15 aos 34 anos e os 35 e os 54 anos foi praticamente equivalente, embora percentualmente os escalões entre os 15 aos 34 anos tenham diminuído mais.

Gráfico 35 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego entre os 15 e os 34 anos



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

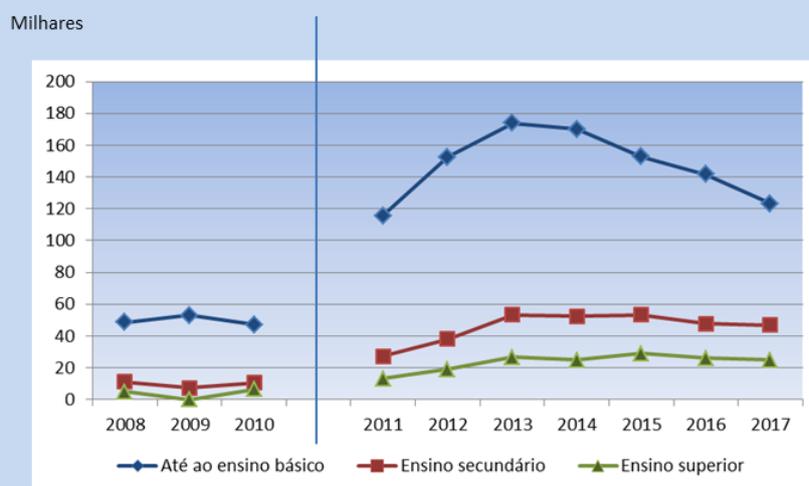
Analisando os escalões mais jovens de inativos disponíveis mas que não procuram emprego constata-se que, entre 2007 e 2010, o número destes inativos com entre 25 e 34 anos era superior aos que tinham entre 15 e 24 anos, tendo-se essa situação invertido e a partir de 2011. Entre 2011 e 2013, ambos os escalões aumentaram e, a partir daí, diminuíram, tendo o mais novo aumentado mais e decrescido mais depressa.

Em 2017, no Continente, os inativos disponíveis que não procuravam emprego que possuíam o ensino básico representavam 63,2% do total desta categoria tendo o seu peso decrescido em 2,5 p.p. relativamente a 2016. Já os que possuíam o ensino secundário constituíam 24% e o seu peso aumentou em 1,8 p.p. Os que tinham o ensino superior representavam 12,8%, ligeiramente mais do que no ano anterior.

Entre 2011 e 2013 os inativos disponíveis que não procuravam emprego aumentaram em todos os níveis de habilitações embora esse aumento tenha sido de 50%, no que respeita aos indivíduos com o ensino básico, e nos restantes níveis de habilitações de cerca de 80%.

A partir de 2013 os inativos disponíveis que não procuram emprego com o ensino básico diminuíram sempre e mais acentuadamente do que os inativos desta categoria com níveis de habilitações mais elevados que aliás aumentaram novamente, entre 2014 e 2015. Assim, em 2017, o número de inativos desta categoria com o ensino básico era já inferior ao registado em 2012, enquanto que, para os restantes níveis de habilitações, era ainda próximo dos valores registados em 2013.

Gráfico 36 - Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por níveis de habilitações

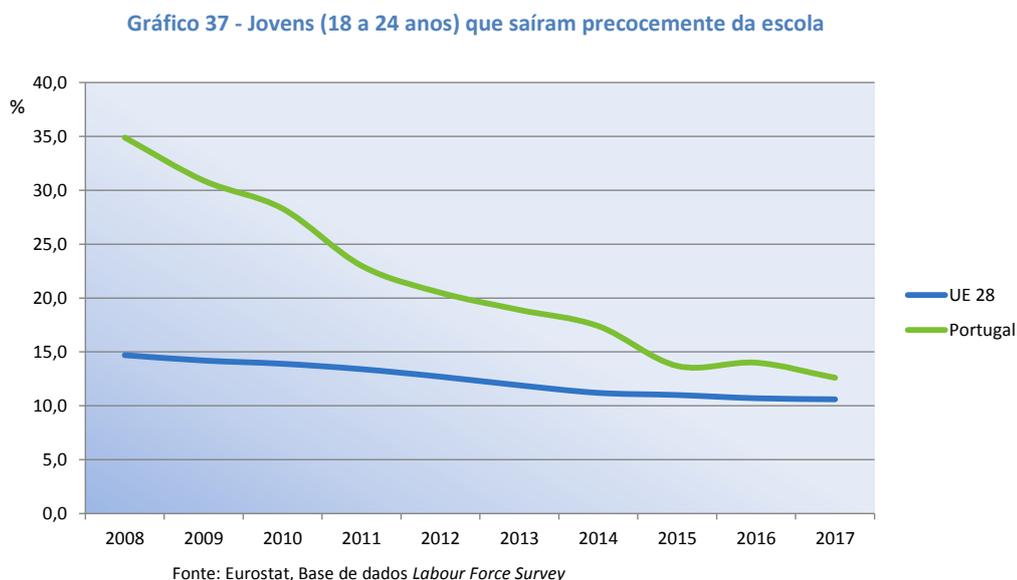


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

## 2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia

- Saída escolar precoce

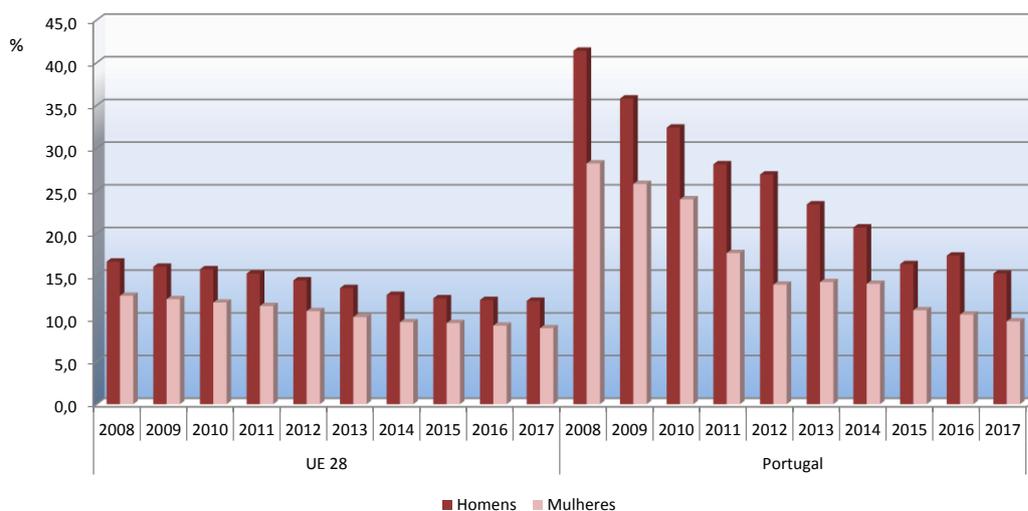
A proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação tem diminuído progressivamente em Portugal e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus, embora seja ainda superior à observada relativamente à média da UE.



Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico, diminuiu de 34,9% em 2008 para 12,6% em 2017, tendo-se aproximado da média dos 28 países da UE que, em 2017, se fixou nos 10,6%.

Uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é muito superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos 28 países da União. Com efeito, em 2017, a percentagem masculina dos que saíram precocemente da escola foi superior à feminina, apesar de essa diferença ter sido mais pronunciada em Portugal (mais 3,2 p.p. no que respeita à média da UE e mais 5,6 p.p. em Portugal).

Gráfico 38 - Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

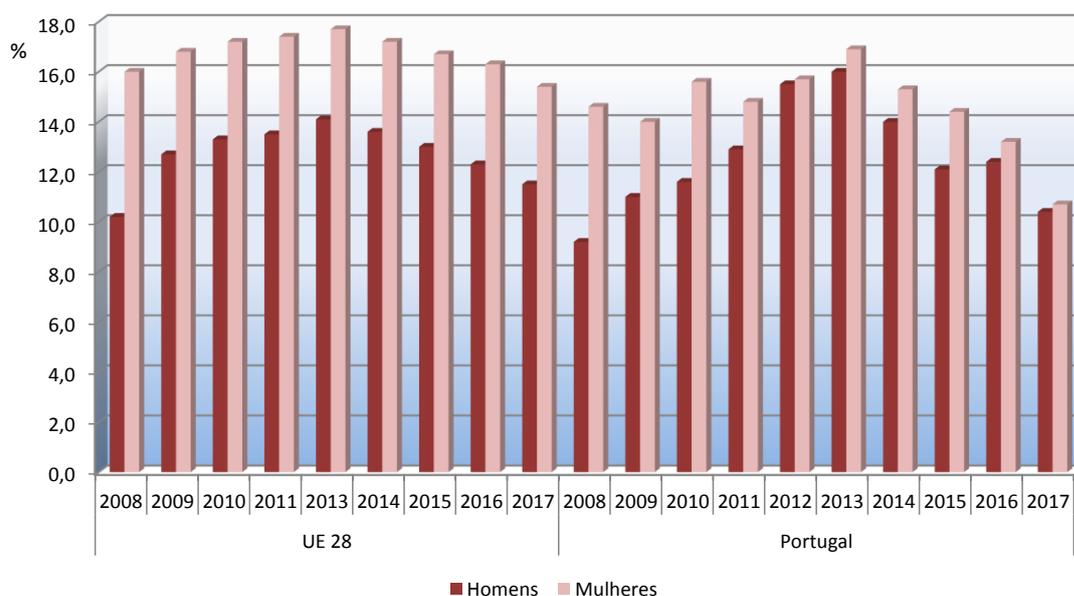
De salientar o facto de, desde 2008, a percentagem de homens portugueses, que abandonaram precocemente a escola, ter diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, entre 2008 e 2017, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 26,1 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 18,5 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos 28 países da União, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 4,6 p.p., entre 2008 e 2017, enquanto a das mulheres decresceu 3,8 p.p., no mesmo período de análise.

- *População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF<sup>6</sup>)*

Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, evidencia-se um acréscimo deste tipo de população jovem até 2013, quando atinge a percentagem máxima do período em análise (16,4% em Portugal e 15,9 na União), tendo vindo, desde então, a diminuir. De salientar que, em 2017, 10,6% da população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 2,8 p.p. (13,4%).

<sup>6</sup> NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação.*

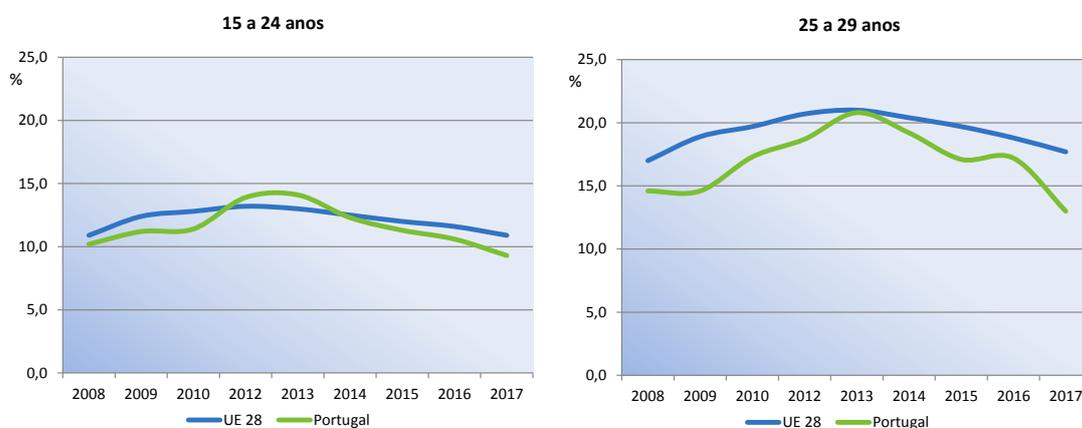
Gráfico 39 - População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Por outro lado, a análise do mesmo tipo de informação, mas por sexo, coloca em evidência o facto de, em geral, tanto em Portugal como na União Europeia, a população feminina NEEF apresentar percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De registar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da União do que em Portugal. Com efeito, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos, no que concerne à população jovem NEEF.

Gráfico 40 - População jovem NEEF

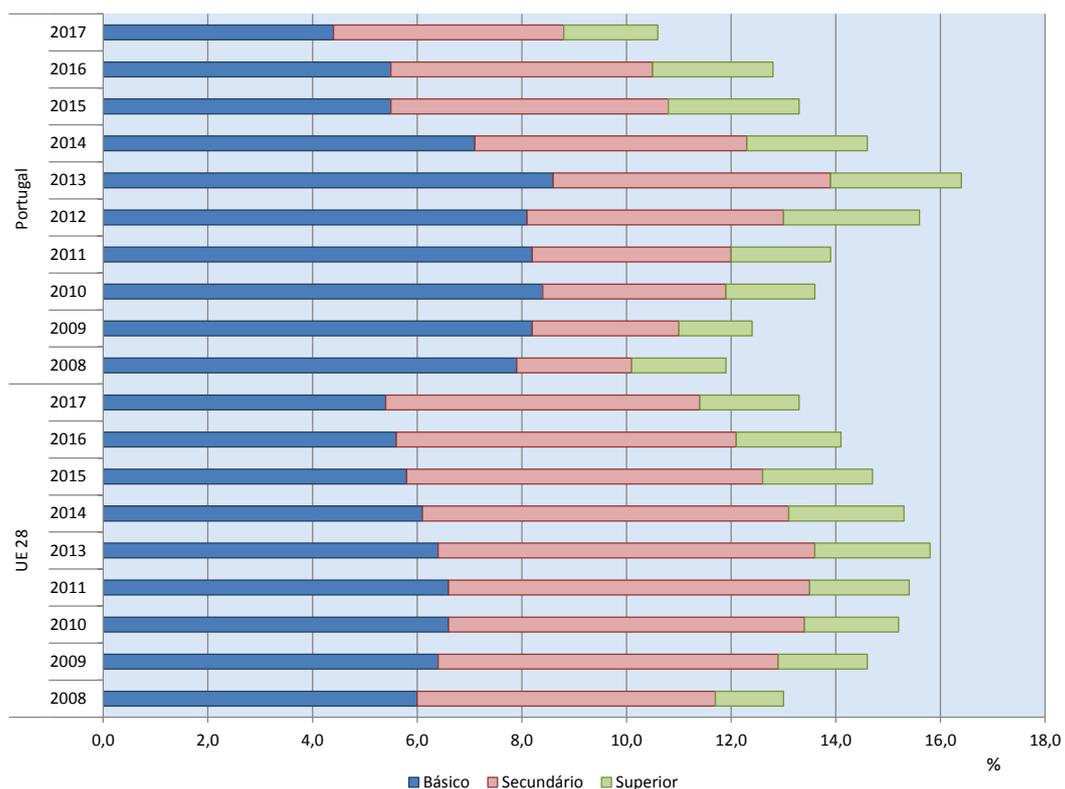


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, constata-se que a população jovem NEEF se concentra nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (13%), como no seio da Europa comunitária (17,7%), tendo, na última década, aumentado progressivamente até 2013, ano em que se inverteu esta tendência. Refira-se ainda que, neste grupo etário a percentagem de mulheres continua a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 0,2 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos países da união (mais 9,7 p.p.).

Considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, verifica-se que, em Portugal, estes se concentram sobretudo nos níveis de escolaridade do ensino básico e secundário (ambas as categorias com 4,4%), já que a percentagem de população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém habilitações superiores atinge 1,8%.

Gráfico 41 - População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

À semelhança de Portugal, também a União, no conjunto dos seus 28 Estados-membros, apresenta uma tendência similar, ou seja, os jovens NEEF de 15 a 29 anos têm maioritariamente o ensino secundário (6%) e básico (5,4%), enquanto os do ensino superior apresentam uma percentagem com menor expressão (1%).

## 2.2. Emprego

### 2.2.1. Emprego e taxas de emprego

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, em 2017, a população empregada no Continente totalizava 4.526,5 mil pessoas, mais 143,2 mil do que em 2016, que representa quase o triplo do aumento registado no ano anterior. Deste modo, em 2017 o número de empregados era já superior ao registado em 2011 (+10,7 mil pessoas).

Em 2017, como no ano anterior, os homens representavam 51,3% dos empregados no Continente. Relativamente a 2016 o emprego aumentou percentualmente de forma muito semelhante para ambos os sexos, desde o início da série, contudo, a população empregada masculina diminuiu mais do que a população feminina e, entre 2013 e 2015, aumentou percentualmente menos.

#### 2.2.1.1 Emprego por escalões etários

A análise da população empregada no Continente por grupos etários permite constatar que, entre 2016 e 2017, o emprego aumentou em todos os escalões etários exceto no escalão dos 35 aos 44 anos. Os escalões que percentualmente mais cresceram, como aliás já no ano anterior, foram o dos indivíduos entre os 55 e os 64 anos (+9,2%, ou seja, mais cerca de 62,2 mil pessoas) e o dos indivíduos entre os 15 aos 24 anos (+7,5%, o que equivale a mais cerca de 18,6 mil pessoas). O escalão que percentualmente menos cresceu foi o dos 25 aos 34 anos (+1,1%). Em todos os escalões em que o emprego aumentou esse aumento foi bastante mais acentuado do que em 2016.

Entre 2008 e 2013 a população empregada nos escalões até aos 35 anos sofreu uma redução muito acentuada que, no caso do escalão dos 25 aos 34 anos, se prolongou depois entre 2014 e 2016. Assim, em 2017, nestes escalões, o número de empregados era ainda inferior ao registado em 2011 sendo que, no escalão dos 25 aos 34 anos essa diferença era de cerca de menos 158 mil pessoas.

Gráfico 42 - Variação da População Empregada entre os 15 e os 34 anos 2008-2017

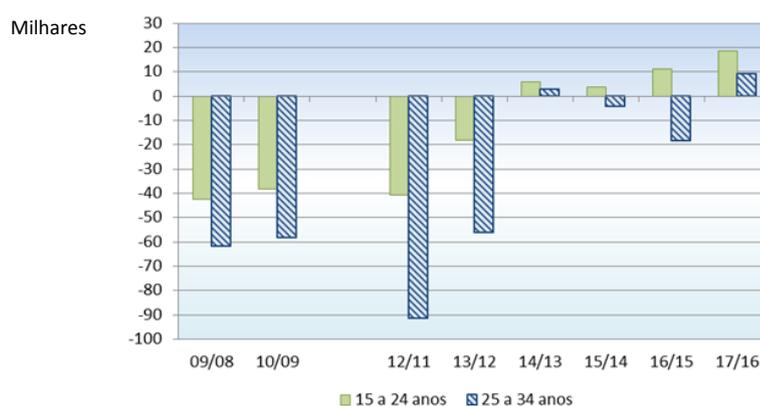
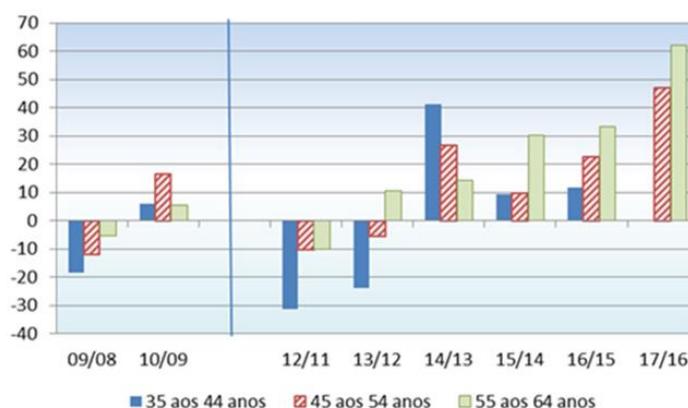


Gráfico 43 - Variação da População Empregada entre os 35 e os 64 anos 2008-2017



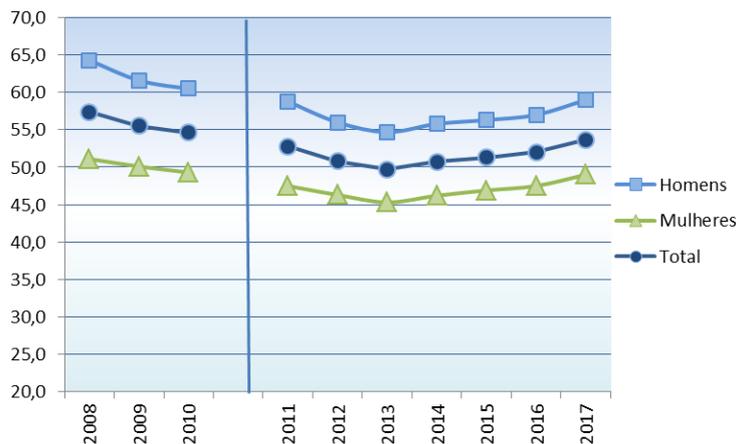
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Já nos escalões entre os 35 e os 64 anos entre 2008 e 2010, e depois entre 2011 e 2013, apenas o escalão dos 35 aos 44 anos registou decréscimos mais evidentes mas, em 2014, foi este o escalão que mais cresceu. Contudo, nos anos seguintes, o aumento neste escalão vai-se atenuando, enquanto nos escalões mais velhos, o emprego cresceu progressivamente mais.

Em 2017, a taxa de emprego no Continente era de 53,7%. A taxa de emprego masculina era de 59%, 10 p.p. mais elevada do que a taxa de emprego feminina.

A taxa de emprego diminuiu fortemente, entre 2008 e 2013 tendo, a partir daí, começado a crescer. Em 2017, o valor da taxa de emprego era já superior ao valor registado em 2011. A taxa de emprego masculina diminuiu mais do que feminina, até 2013, mas também aumentou mais entre 2013 e 2017.

Gráfico 44 - Taxa de Emprego por sexo

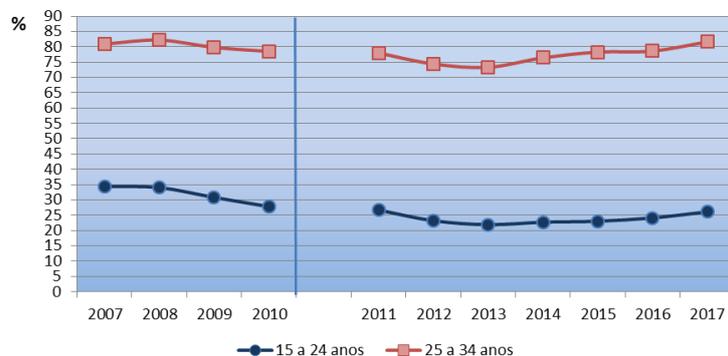


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando as taxas de emprego por escalões etários, constatamos que, em todos os escalões até aos 65 anos, a taxa de emprego aumentou, no último ano, como já vinha acontecendo, desde 2013. Assim, nos escalões entre os 35 e os 64 anos a taxa de emprego registou valores superiores aos verificados em 2008 e, no escalão dos 25 aos 34, atingiu já um valor muito próximo. No escalão dos 15 aos 24 anos o valor da taxa de emprego em 2017 é semelhante ao verificado em 2011.

De referir que, embora o número de empregados no escalão entre os 25 e os 34 anos esteja ainda muito abaixo do número verificado em 2011 (-158 mil) a taxa de emprego neste escalão está 3,4 p.p. acima da taxa registada em 2011.

Gráfico 45 - Evolução a taxa de emprego nos escalões dos 15 aos 34 anos



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

### 2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia

Desde o início do século XXI que Portugal tem vindo a evidenciar taxas de emprego<sup>7</sup> sempre superiores às da média dos 28 países da UE, não obstante, em 2011, se ter verificado uma inversão desta situação, com a taxa de emprego portuguesa a fixar-se abaixo dos valores da média da UE.

Gráfico 46 - Evolução da taxa de emprego em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, a taxa de emprego em Portugal, que atingira o seu pico em 2008, com 68%, decresceu progressivamente desde esse ano, tendo registado o valor mais baixo, da década, em 2013 (60,6%), apesar de em 2017 ter subido 7,2 p.p. face a 2013. Relativamente à taxa de emprego europeia, pela primeira vez, em 2011, esta foi superior à registada em Portugal, tendência que se manteve até 2016, dado que, em 2017, a taxa de emprego portuguesa ultrapassou em 0,2 p.p. a sua congénere europeia.

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm evidenciado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal que, no decurso da última década, registaram um decréscimo acentuado de 8,2 p.p.

<sup>7</sup> Esta taxa de emprego refere-se à população entre os 15 e os 64 anos

Com efeito, nos últimos anos, a taxa de emprego dos jovens portugueses passou de 34,1%, em 2008, para 25,9%, em 2017, distanciando-se progressivamente da média europeia (37,4%, em 2008, e 34,7%, em 2017). De notar que, desde 2013, ano em que Portugal registou o valor mais baixo desta série, tem-se verificado um aumento gradual da taxa de emprego dos jovens.

**Gráfico 47 - Evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) em Portugal e na União Europeia**

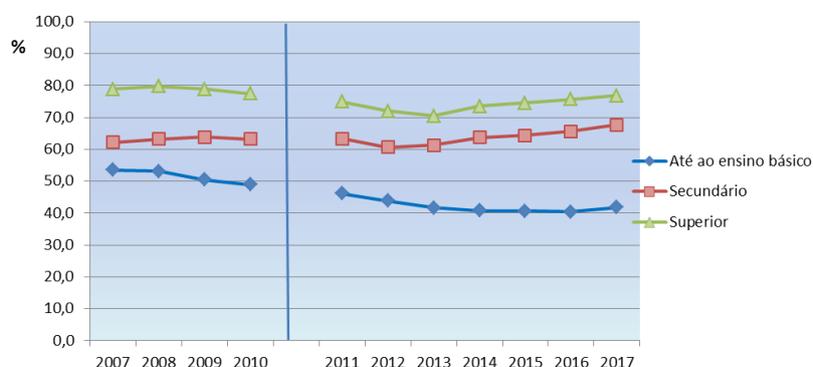


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

### 2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade

Em 2017, no Continente, mais de metade da população empregada possuía o ensino secundário ou mais, sendo que a percentagem de empregados com o ensino secundário e com o ensino superior era praticamente equivalente.

**Gráfico 48 - Taxas de emprego por nível de escolaridade**



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente a 2016, o emprego cresceu para todos os níveis de habilitações (no que respeita à população empregada com o ensino básico pela primeira vez desde o início da série). A população empregada com o ensino secundário cresceu em 6,4% e a população com o ensino superior em 3%. Estes aumentos correspondem a mais 35,7 mil pessoas empregadas com o ensino básico, mais 73,2 mil pessoas empregadas com o ensino secundário e mais 34,2 mil com o ensino superior.

Em 2017, a taxa de emprego (tal como a taxa de atividade) era tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de escolaridade. Entre 2008 e 2016 a taxa de emprego dos indivíduos com até o ensino básico diminuiu sempre embora, a partir de 2014 de forma muito ligeira. Já a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário aumentou de forma consecutiva, registando apenas um breve decréscimo entre 2011 e 2012. Quanto à taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior esta diminuiu até 2013 e depois começou a crescer. Nos três últimos anos aumentou anualmente cerca de 1,1 p.p.

Em 2017, a taxa de emprego masculina era bastante mais elevada do que a feminina na população com até o ensino secundário, sendo essa diferença de 17,1 p.p na população com até o ensino básico. Na população com o ensino superior a taxa era já praticamente equivalente para ambos os sexos.

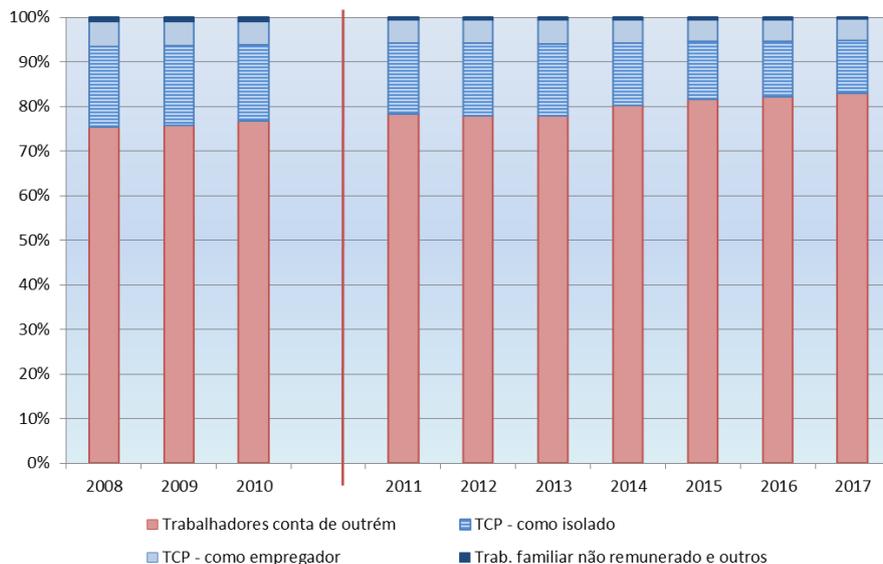
#### **2.2.1.4. Emprego por regiões**

Em 2017, o Norte continuava a ser a região com maior número de pessoas empregadas (38,5% do total no Continente), seguido pela Área metropolitana de Lisboa, que reunia 28,1% dos empregados, uma percentagem muito próxima da registada na região Centro. (27,7%) Entre 2016 e 2017 o emprego aumentou em todas as regiões, no Centro e no Alentejo pela primeira vez desde 2008. A região onde o emprego mais cresceu foi o Alentejo (5,2%) e depois o Algarve (4%) e a região Norte (3,8%). A área metropolitana de Lisboa registou um crescimento de 3% e o Centro de 2,1%. No Norte e na Área metropolitana de Lisboa o aumento verificado no último ano foi o mais significativo desde o início da série.

#### **2.2.1.5. População empregada por situação na profissão**

Em 2017, 83% da população empregada no Continente, ou seja cerca de 3.756,4 mil indivíduos, trabalhava por conta de outrem e 16,6% (cerca de 749,7 mil) trabalhava por conta própria. Os restantes 20,4 mil empregados eram trabalhadores familiares não remunerados. Para além disso, aproximadamente 71,1% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

**Gráfico 49 - Evolução da População Empregada por situação na profissão**



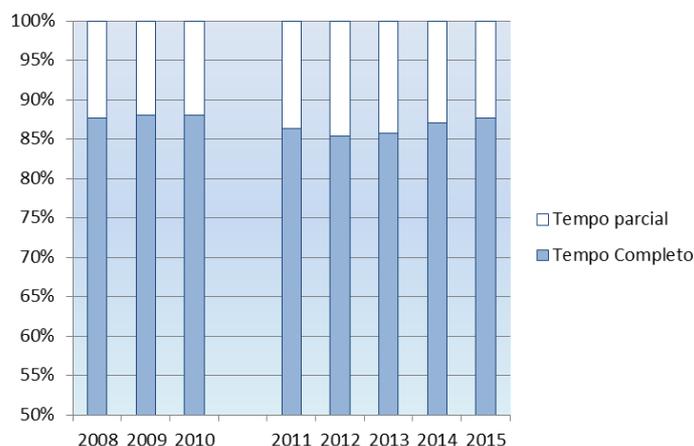
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2016 e 2017, o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) aumentou em 4,3% (como vinha acontecendo desde 2013) enquanto o número de trabalhadores por conta própria (TCP) diminuía, como também já vinha sucedendo desde 2009, embora de forma bastante mais ligeira do que nos anos anteriores (-0,7%).

#### 2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho

Em 2017, 88,8% da população empregada trabalhava a tempo completo. Relativamente a 2016 esta categoria de empregados cresceu 4,1%. Já a população empregada a tempo parcial diminuiu em 2,7%.

**Gráfico 50 - Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho**



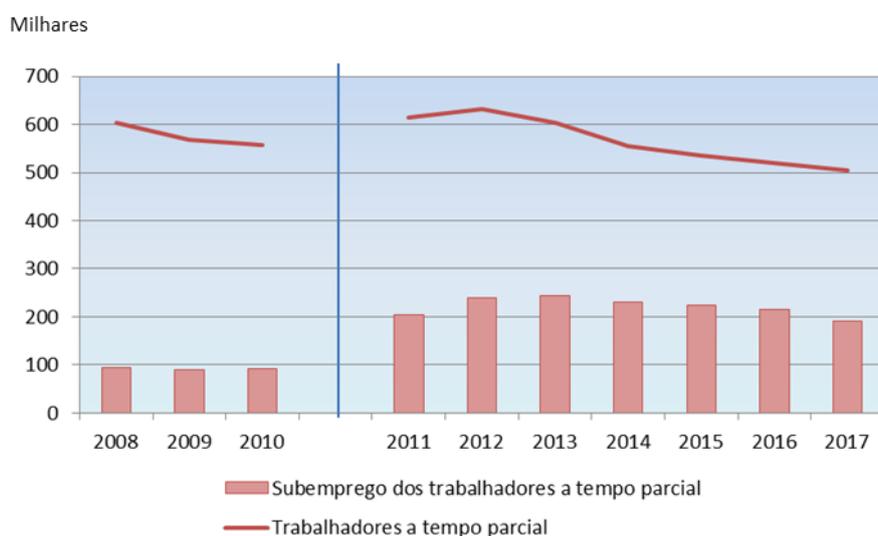
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A população empregada a tempo completo decresceu entre 2008 e 2012 e começou a aumentar a partir de 2013, tendo registado, entre 2016 e 2017, o aumento mais significativo. A população empregada a tempo parcial, por outro lado, diminuiu desde o início da série (exceto no ano de 2012) mas esse decréscimo tem vindo a atenuar-se desde 2014.

Em 2017, os homens constituíam 52,5% dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres 58,2% dos trabalhadores a tempo parcial. No entanto, o peso dos homens no total dos trabalhadores a tempo completo tem vindo a diminuir, uma vez que, nesta categoria, o número de mulheres tem aumentado mais do que o número de homens. Já no que se refere aos trabalhadores a tempo parcial, a percentagem de mulheres diminuiu, entre 2011 e 2014, mas depois aumentou mais e, em 2017, era mais alta do que em 2011.

Das 505,4 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial em 2017, no Continente cerca de 190 mil (37,6%) estavam disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, estavam numa situação de subemprego. Entre 2016 e 2017 os trabalhadores subempregados diminuíram de forma bastante mais acentuada do que os trabalhadores a tempo parcial (11,3% e 2,7%, respetivamente).

Gráfico 51 - Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial 2008-2017



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

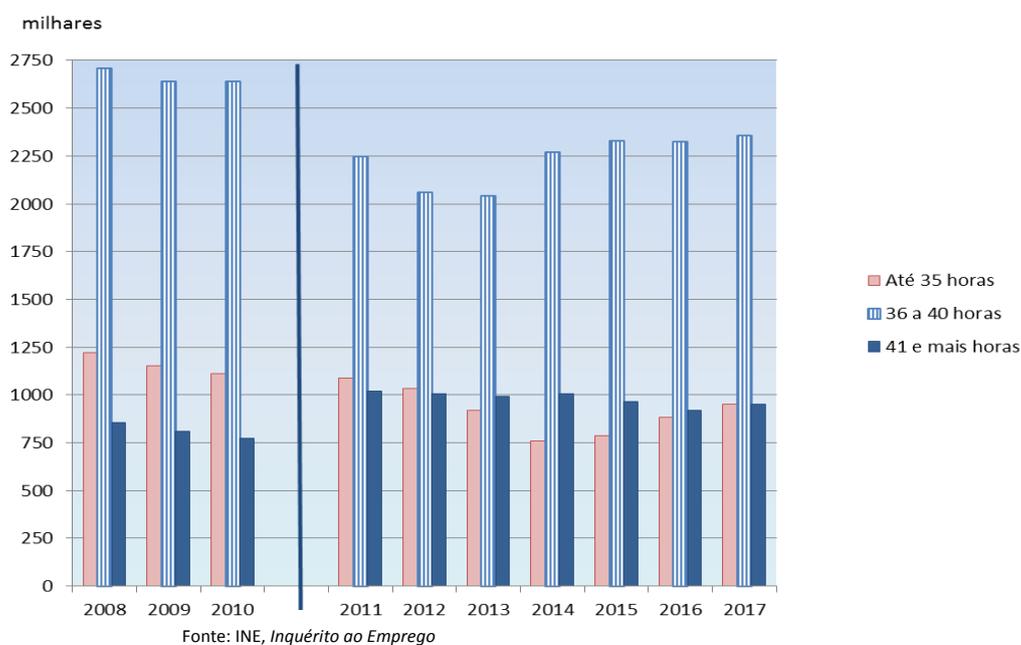
A partir de 2011, o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial cresceu consideravelmente, e só começou a decrescer em 2015. Em 2017, contudo, o seu peso no total dos trabalhadores a tempo parcial era já equivalente ao registado em 2012.

- *Por escalão de duração semanal de trabalho*

Em 2017, no Continente, cerca de 52% da população empregada trabalhava habitualmente entre 36 a 40 horas. A percentagem de indivíduos que trabalhavam habitualmente até 35 horas e 41 e mais horas era equivalente (21%). Entre 2016 e 2017 o emprego aumentou relativamente a todas as categorias, sobretudo na categoria dos que trabalhavam habitualmente até 35 horas (7,7%). A categoria que menos cresceu foi a dos indivíduos que trabalhavam habitualmente entre 36 a 40 horas (1,4%) tendo a categoria dos que trabalhavam 41 e mais horas aumentado em 3,2%.

Entre 2008 e 2010 todas as categorias registaram um decréscimo no número de trabalhadores, sendo esse decréscimo particularmente acentuado na categoria dos que trabalhavam até 35 horas.

**Gráfico 52 - População empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho**

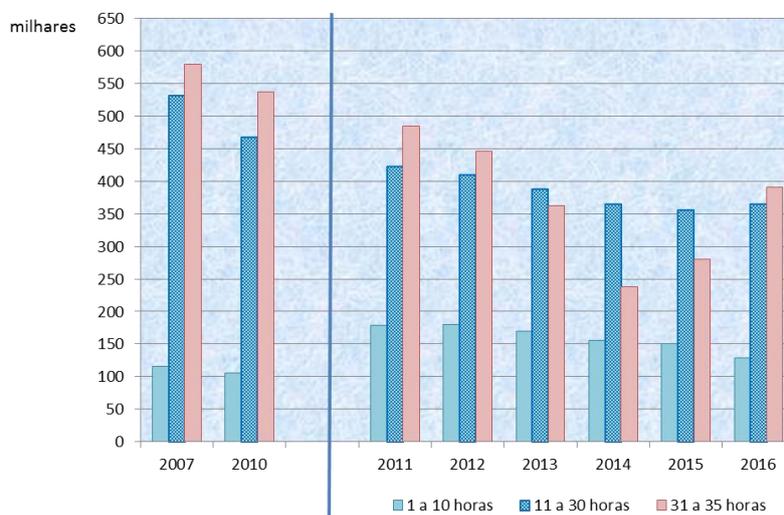


Entre 2011 e 2017, a população empregada que trabalhava habitualmente entre 36 e 40 horas aumentou em 5,6% (tendo decrescido entre 2011 e 2013 e depois aumentado sempre), a população empregada que trabalhava habitualmente 41 e mais horas diminuiu 6,9% (cresceu apenas em 2013 e agora novamente em 2017) e a população empregada que trabalhava até 35 horas diminuiu 9,6%, uma vez que o aumento registado a partir de 2014 não compensou o decréscimo verificado até aí.

Analisando, de forma mais detalhada, os indivíduos que trabalham habitualmente até 35 horas verifica-se que, em 2017, os que trabalhavam habitualmente entre as 31 a 35 horas representavam 10,5% do total dos empregados, os que trabalhavam de 11 a 30 horas, 7,8%, e os que trabalhavam 1

a 10 hora, 2,7%. Relativamente a 2016 só a subcategoria dos que trabalhavam entre as 31 e as 35 horas aumentou.

**Gráfico 53 - Emprego por escalão de duração habitual de trabalho até 35 horas**



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

De um modo geral, as subcategorias dos que trabalhavam entre 1 a 10 horas e 11 a 30 horas decresceram ao longo de toda a série. Assim, o aumento verificado a partir de 2014, no número de empregados que trabalhavam até 35 horas, deveu-se quase exclusivamente ao crescimento do número de indivíduos que trabalhavam entre as 31 e as 35 horas.

No que se refere às diferenças entre sexos, em 2017 as mulheres constituíam 62,2% dos que trabalhavam até às 35 horas e os homens 62,2% dos que trabalhavam 41 e mais horas. Na categoria dos que trabalhavam entre 36 e 40 horas, o peso de cada um dos sexos era praticamente equivalente.

- **Por tipo de horário de trabalho**

Em 2017, cerca de 1.900,6 mil pessoas, ou seja, 42% da população empregada, trabalhava ao sábado, cerca de 1.129 mil (24,9%) trabalhava serões e 1.016,9 mil (22,5%) trabalhava ao domingo. Os que trabalhavam por turnos constituíam cerca de 15,7% (712,5 mil pessoas) e os que trabalhavam noites, 10,6%. Contudo, 44,3% da população empregada (cerca de 2.003,9 mil pessoas) tinha horários de trabalho que não se incluíam em nenhum dos tipos anteriores.

Gráfico 48 -

Gráfico 54 - Emprego por tipo de horário de trabalho – serão, noite, sábado e domingo

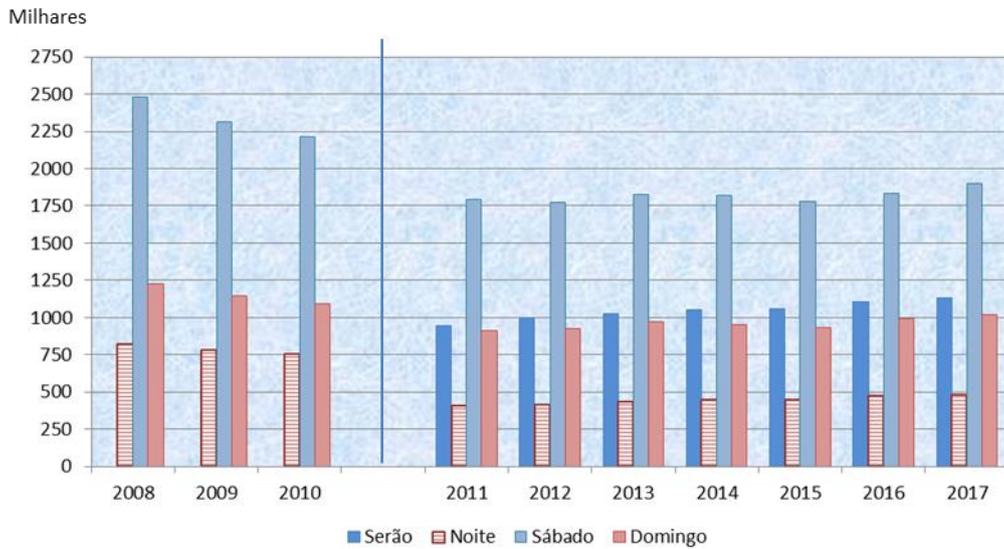


Gráfico 55 - Emprego por tipo de horário de trabalho – turnos

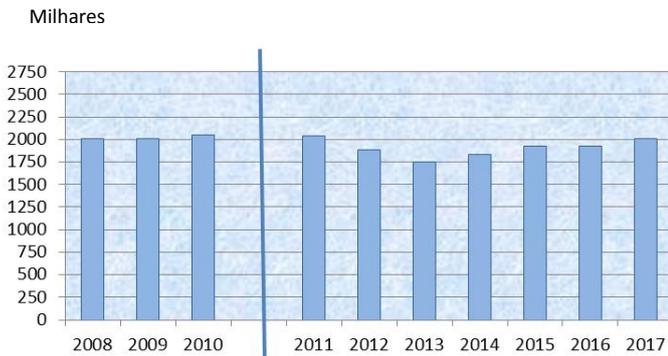
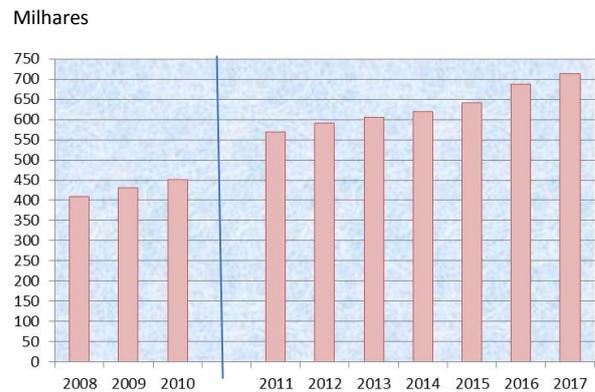


Gráfico 56 - Emprego por tipo de horário de trabalho – nenhum dos anteriores



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente a 2016 o número de trabalhadores aumentou relativamente a todos os tipos de horários, sendo que o maior aumento se verificou nos trabalhadores cujo horário não incluía nenhum dos outros tipos (4,2%, ou seja, cerca de 80 mil pessoas). Os trabalhadores cujo horário incluía trabalhar ao sábado cresceram em 3,8% (+69 mil indivíduos) e os que trabalhavam por turnos 3,7%. (+25,4 mil pessoas).

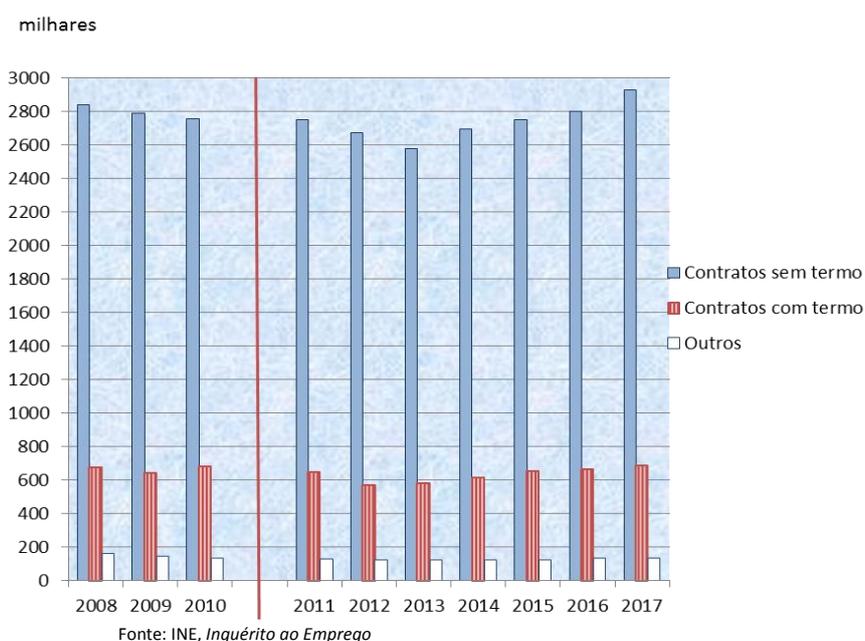
Entre 2008 e 2010, o número de trabalhadores diminuiu relativamente à maioria dos tipos de horários de trabalho. Os trabalhadores com horários por turnos e aqueles cujos horários de trabalho não se incluíam em nenhum dos outros tipos, aumentaram. O decréscimo foi especialmente acentuado no que se refere aos que trabalhavam ao sábado e ao domingo.

Já entre 2011 e 2017 o único decréscimo verificou-se nos trabalhadores cujo horário não se incluía em nenhum dos outros tipos (cujo peso no total dos empregados diminuiu 0,9 p.p.), embora tenham recomeçado a aumentar a partir de 2013. Os acréscimos mais acentuados verificaram-se relativamente aos indivíduos que trabalhavam serões cujo peso cresceu em 4,1 p.p. e aos que trabalhavam por turnos (cuja percentagem aumentou em 3,2 p.p. relativamente a 2011).

### 2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato

De acordo com o Inquérito ao emprego do INE, em 2017, no Continente, 78% dos 3.756,4 mil trabalhadores por conta de outrem tinham contratos sem termo e 18,4% tinham contratos a termo. Isto correspondia a cerca de 2.930,8 mil pessoas e 691,6 mil pessoas, respetivamente. Para além disso, 3,6% dos TCO (134 mil pessoas) tinham outro tipo de contratos.<sup>8</sup>

Gráfico 57 - TCO com contratos a termo e sem termo



Entre 2016 e 2017 os contratados sem termo cresceram 4,7%, bastante mais do que os contratados a termo que aumentaram em 3,3%. De facto, dos +155,5 mil TCO observados em 2017, 131,8 mil, ou seja 85% estabeleceram contratos sem termo.

Entre 2008 e 2010 os TCO com contratos sem termo diminuíram em 2,5% enquanto os TCO com contratos a termo cresciam em 7,2%.

<sup>8</sup> Incluem contratos sazonais, ocasionais e de prestação de serviços.

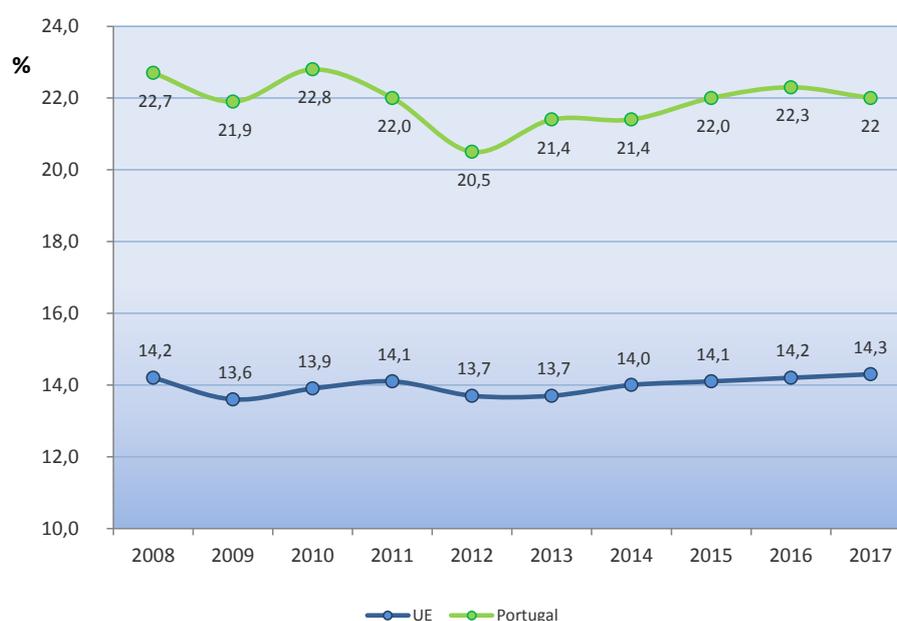
Entre 2011 e 2017 os TCO aumentaram em todas as categorias de contrato, os contratados sem termo em 6,6% e os contratos a termo em 6,9%. Entre 2012 e 2016 os contratados a termo cresceram sempre percentualmente mais do que os contratos sem termo.

### 2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia

No conjunto dos 28 países da UE, a percentagem de contratos a termo tem permanecido estável ao longo da última década, apesar das inexpressivas quebras em 2009 e em 2012. Com efeito, apesar de algumas ligeiras oscilações, a percentagem de contratos a termo, no emprego total, tem-se apresentado quase inalterada, registando valores próximos dos 14%, tanto em 2008 como em 2017.

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem evidenciado um comportamento semelhante, oscilando ligeiramente em torno dos 22%, apesar do valor mais elevado dos últimos anos ter sido registado em 2010 (22,8%).

Gráfico 58 - Evolução dos contratos a termo (% no emprego total) em Portugal e na União Europeia



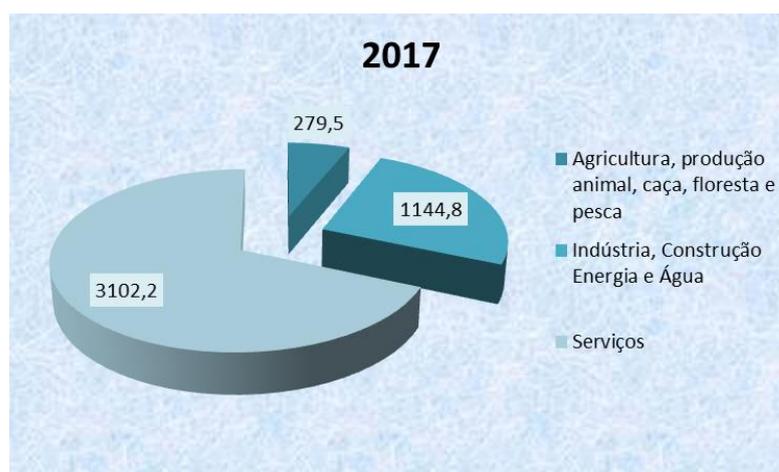
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Deste modo, os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média do conjunto dos países da UE, que, desde o início da série em análise, tem vindo a oscilar em torno dos 14%, o que corresponde, em média a cerca de 8 p.p. abaixo do valor observado para Portugal.

### 2.2.1.9. População empregada por sectores de atividade

Em 2017, no Continente, estavam empregadas nos *Serviços*, 3.102,2 mil pessoas, que representavam 68,5% do total de empregados. A *Indústria, construção, energia e água* empregava 1.144,8 mil indivíduos (25,3% do total) e a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, 279,5 mil (6,2%)

Gráfico 59 - Emprego por grandes sectores de atividade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente a 2016 o emprego nos *Serviços* aumentou em 3,8%, (ou seja em mais 113,4 mil pessoas) e o emprego na *Indústria, construção, energia e água* em 4,2% (+45,7 mil pessoas). Num caso como no outro trata-se dos maiores aumentos verificados desde 2008. Já o número de indivíduos empregados na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* diminuiu, em 5,4% (-16,1 mil indivíduos), que foi contudo, o decréscimo menos significativo registado desde o início da série.

Considerando a estrutura sectorial do emprego desde 2008, verifica-se que o peso do sector dos *Serviços* aumentou sempre. Entre 2011 e 2017, esse crescimento foi de cerca de 6, p.p., tendo no mesmo período o peso da *Indústria, construção, energia e água* decrescido em cerca de 2 p.p. e o peso da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, em cerca de 4 p.p.

O número de empregados na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* diminuiu ao longo de toda a série, exceto no ano de 2012. O emprego neste sector diminuiu em cerca de 37,7 mil indivíduos entre 2008 e 2010, e em cerca de 177,6 mil, entre 2011 e 2017.

Quanto aos sectores mais significativos no âmbito da *Indústria, construção, energia e água* ou seja, as *Indústrias Transformadoras* e a *Construção*, foram estes os sectores que mais perderam trabalhadores, entre 2008 e 2010 (-66,8 mil pessoas nas *Indústrias Transformadoras* e -63,1 mil na

*Construção*). Esse decréscimo foi ainda mais acentuado nos anos seguintes. Contudo, ao emprego nas *Indústrias Transformadoras* começou a crescer em 2013 e, em 2017 o número de trabalhadores no sector tinha já ultrapassado o registado em 2011 (+18,6 mil). Já a *Construção* começou a recuperar a partir de 2014 e apenas muito ligeiramente. Assim, em 2017 o sector tinha perdido cerca de 108,5 mil empregos relativamente a 2011.

Gráfico 60 - Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2016 e 2017, e no que se refere aos subsectores das *Indústrias Transformadoras* mais representativos em termos de emprego, os subsectores onde o emprego mais cresceu foram a *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos; fabricação de equipamentos elétricos; Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.* (+10 mil pessoas) as *Indústrias metalúrgicas de base* (+7,7 mil) e a *Indústria têxtil* (+7,3 mil pessoas). Em contrapartida a *Indústria do couro e dos produtos do couro* registou um decréscimo de -2,5 mil indivíduos. Os subsectores da *Indústria alimentar, das bebidas e do tabaco* e a *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* também registaram pequenos decréscimos.

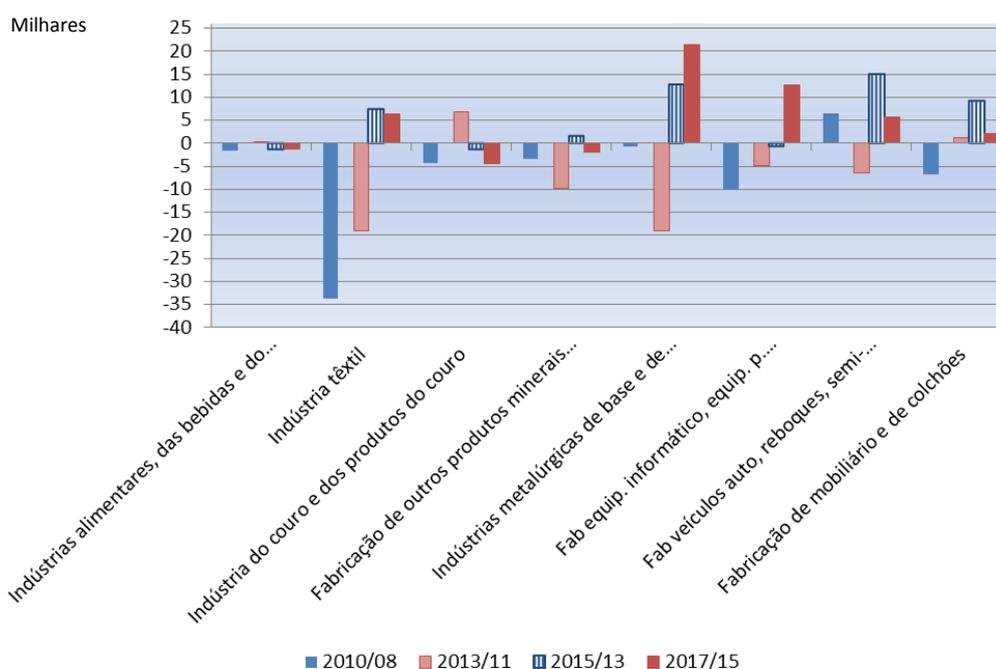
Entre 2008 e 2010, o emprego diminuiu em todos os subsectores mais significativos, exceto no subsector da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+6,5 mil pessoas). A *Indústria têxtil* foi o subsector que mais diminuiu em volume de emprego (cerca de -33,8 mil pessoas).

Entre 2011 e 2013, o emprego continuou a diminuir em todos os principais subsectores das *Indústrias Transformadoras* exceto na *Indústria do couro e dos produtos do couro* e na *Fabricação de*

*mobiliário e colchões*. Em contrapartida, entre 2013 e 2015, cresceu em quase todos eles. Entre 2015 e 2017 o emprego cresceu mais nas *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* e na *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos; fabricação de equipamentos elétricos; Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.* .

Em 2017 o número de pessoas empregadas em todos os subsectores mais representativos era já superior ao verificado em 2011 exceto na *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos*, na *Indústria têxtil* e nas *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco*. Entre 2011 e 2017 os subsectores onde o emprego mais cresceu foram as *Indústrias metalúrgicas de base* (+15,2 mil pessoas) e a *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+14,1 mil pessoas).

Gráfico 61 - Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras

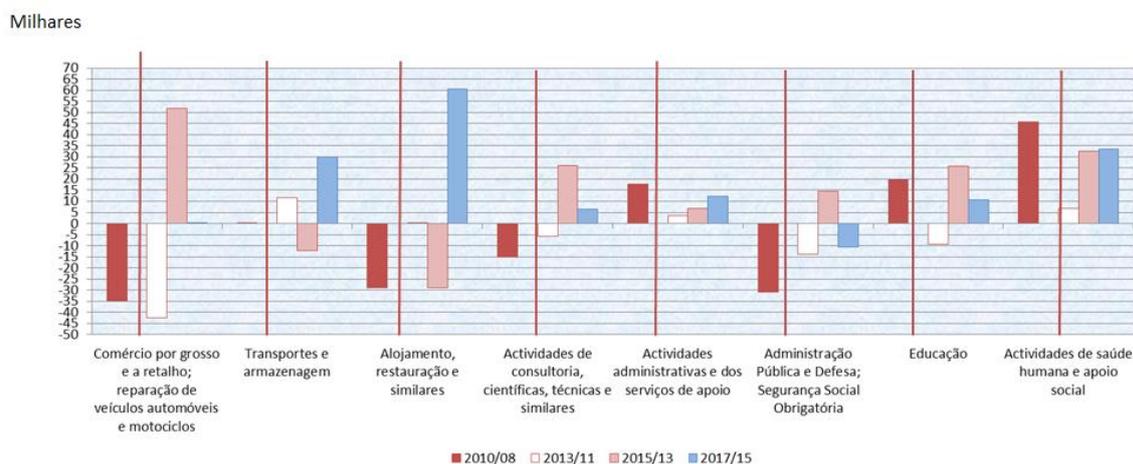


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando a evolução do emprego no que se refere aos sectores mais representativos em termos de emprego dos *Serviços* verifica-se que, entre 2016 e 2017, os sectores que mais cresceram foram o *Alojamento, restauração e similares* (+39,6 mil pessoas), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+14,9 mil pessoas) e os *Transportes e armazenagem* (+13,9 mil). O emprego diminuiu ligeiramente no sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*.

No que se refere à evolução verificada nestes sectores desde o início da série sobressai o sector das *Atividades de saúde humana e apoio social*, em que o emprego cresceu praticamente sempre, desde 2008, tendo aumentado em +45,8 mil pessoas entre 2008 e 2010 e em +72,6 mil entre 2011 e 2017.

Gráfico 62 - Variação do emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No sector do *Alojamento, restauração e similares* o decréscimo do emprego entre 2008 e 2010 foi significativo e prolongou-se até 2015 mas, entre 2015 e 2017 foi neste sector que o emprego mais cresceu. Assim, em 2017, havia mais 31,5 mil pessoas empregadas no *Alojamento, restauração e similares* do que em 2011. Os sectores dos *Transportes e armazenagem*, da *Educação*, e das *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, também registaram aumentos significativos no número de empregados entre 2011 e 2017 (mais 29,2 mil, 27,2 mil e 26,7 mil pessoas, respetivamente) sendo que os *Transportes e Armazenagem* cresceram sobretudo a partir de 2015 e os outros dois sectores registaram os maiores aumentos no emprego entre 2013 e 2015.

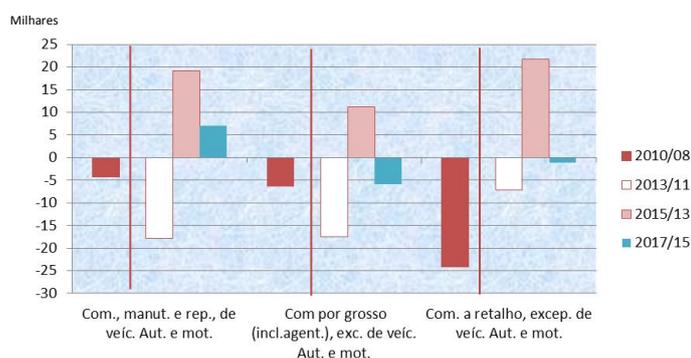
O sector do *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* foi o sector que sofreu maior redução no número de trabalhadores entre 2008 e 2010 e entre 2011 e 2013. Depois, entre 2013 e 2015, foi o sector onde o emprego mais cresceu mas, nos dois últimos anos, não registou praticamente aumentos. De qualquer modo, em 2017, empregava mais cerca de 9,5 mil pessoas do que em 2011. O sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, foi o único destes sectores que, em 2017, tinha menos trabalhadores do que em 2011 (-10,1 mil).

No que se refere à evolução por subsectores dos *Serviços* refira-se que, a evolução é muito semelhante nos subsectores do *Comércio*. O *Comércio a retalho* foi o subsector que registou o

decréscimo mais acentuado, entre 2008 e 2010 e também o maior aumento, entre 2013 e 2015. Nos últimos dois anos o único subsector que cresceu, em termos de emprego, foi o do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos*. Em 2017 o subsector do *Comércio por grosso* registava menos 12,3 mil pessoas empregadas do que em 2011 mas, nos outros subsectores, o número de pessoas empregadas era já superior.

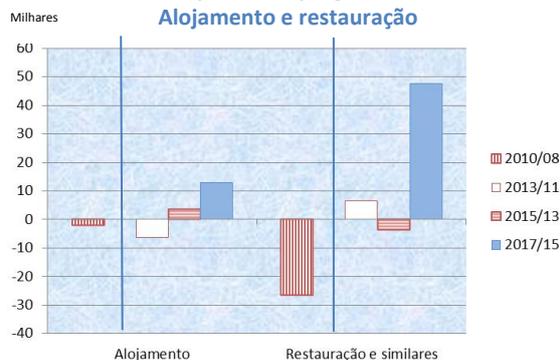
Nos subsectores do *Alojamento, restauração e similares*, a diminuição do emprego, entre 2008 e 2010, respeitou sobretudo ao subsector da *Restauração e similares* que contudo, entre 2011 e 2017, foi o subsector que mais cresceu. Deste modo, em 2017, o sector da *Restauração e similares* reunia mais cerca de 50 mil trabalhadores do que em 2011, enquanto no sector do *Alojamento* esse aumento era de cerca de 10 mil pessoas.

Gráfico 63 - Variação do emprego nos subsectores do Comércio



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Gráfico 64 - Variação do emprego nos subsectores do Alojamento e restauração



No sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, destacam-se os subsectores das *Atividades de investigação científica e de desenvolvimento* que, ao longo da série registou apenas leves decréscimos, e sobretudo o subsector das *Atividades jurídicas e de contabilidade* que, tendo decrescido em cerca de -11,8 mil pessoas, entre 2008 e 2010 aumentou em 18,8 mil pessoas entre 2011 e 2017.

## EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO

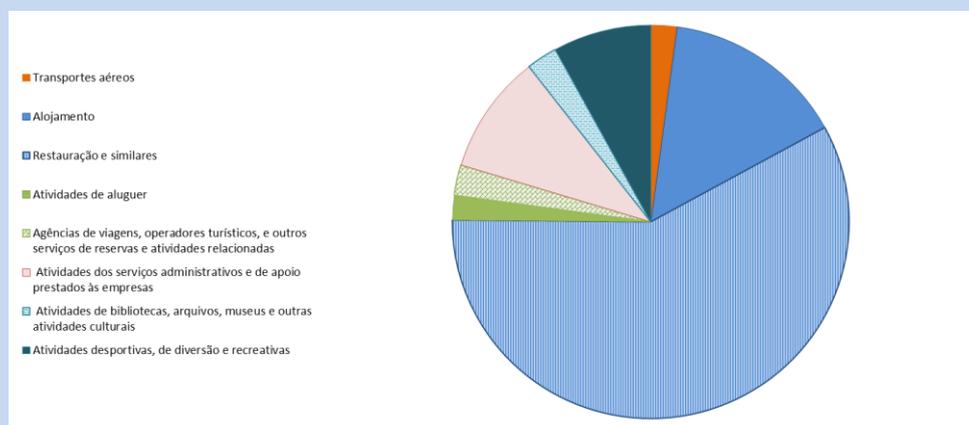
### EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO

Embora uma parte substancial das atividades do Turismo se enquadre no sector do *Alojamento e restauração*, há um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros sectores de atividade, mas igualmente relacionadas com o Turismo, como por exemplo: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos, etc.*<sup>9</sup>

Tal como no relatório anterior, procurou-se analisar a evolução do emprego no conjunto de atividades consideradas como relacionadas com esse sector, entre 2011 e 2017.

Em 2017, as atividades consideradas relacionadas com o Turismo empregavam cerca de 411,2 mil pessoas, e constituíam 9,1% do total do emprego. Os subsectores com maior expressão neste universo eram, em primeiro lugar o subsector da *restauração e similares* que reunia 58,1% do emprego destas atividades, seguido pelos subsectores do *Alojamento* (14,9%), das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio às empresas* (9,8%) e das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (8%).

Gráfico 65 - Estrutura do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo - 2017



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2016 e 2017 o aumento do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo concentrou-se praticamente nos subsectores do *Alojamento* (+7,5 mil pessoas) e *sobretudo da Restauração e similares* (+32,1 mil indivíduos). De facto este último subsector cresceu mais, neste último ano, do que no conjunto dos anos entre 2011 e 2017. Para além deste, os subsectores onde o emprego mais cresceu entre 2011 e 2017 foram as *Atividades dos serviços administrativos e de apoio às empresas* e as *Atividades desportivas, de diversão e recreativas*.

<sup>9</sup> As atividades classificadas como “relacionadas com o Turismo” consideradas no relatório deste ano não incluem, como em 2016, a área da saúde humana e apoio social, uma vez que, este sector não consta da “Conta Satélite do Turismo”.

### 2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais

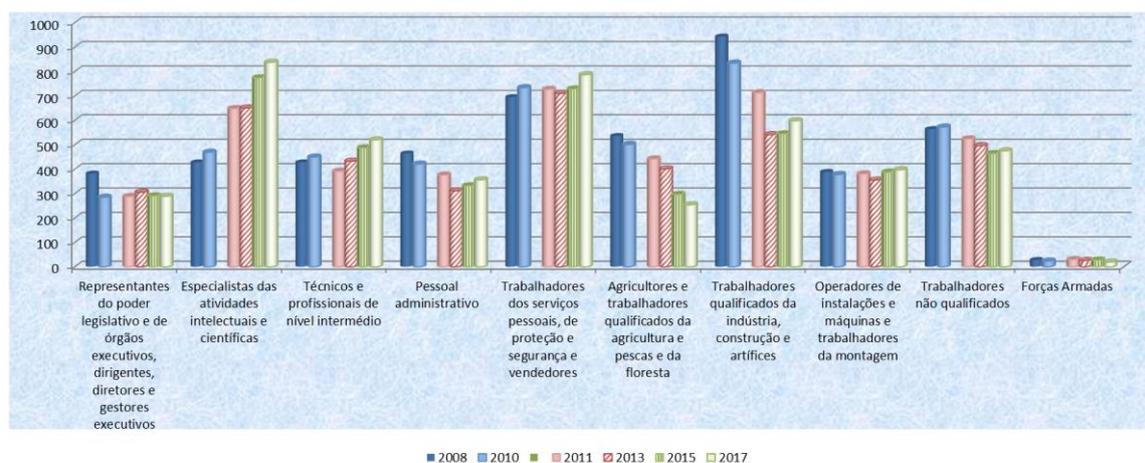
Em 2017, o grupo profissional mais representativo em termos da população empregada era o dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que representava 18,5% do total e empregados. Seguiu-se o grupo dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, que representavam 17,4% do total; o grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, que constituíam 13,2%, e o dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio* (11,5%).

O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito profundamente desde o início da série. Os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* cresceram de forma sistemática e o seu peso em termos de população empregada aumentou 4,1 p.p. desde 2011. O mesmo se verificou com o grupo dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio*, embora este tenha crescido percentualmente menos (2,8 p.p.) Já os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança* registaram pequenas flutuações, ao longo da série e cresceram sobretudo nos três últimos anos, O seu peso aumentou 1,3 p.p. entre 2011 e 2017.

Em contrapartida, houve um conjunto de grupos profissionais cujo peso diminuiu significativamente, desde o início da série. Deste modo, o peso do grupo dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta* decresceu em -4,2 p.p. entre 2011 e 2017 e o dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* em -2,6 p.p. (embora o seu número tenha vindo a aumentar, desde 2015). O peso dos *Trabalhadores não Qualificados* também diminuiu, em -1,1 p.p. bem como o do *Pessoal Administrativo* (-0,5 p.p.).

Milhares

Gráfico 66 - Evolução do emprego por grupos profissionais



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O peso dos grupos dos *Operadores de Instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* e dos *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores*

*executivos* manteve-se estável, embora o número de trabalhadores do primeiro grupo tenha recomeçado a crescer a partir de 2013.

## 2.2.2. Emprego nas administrações públicas

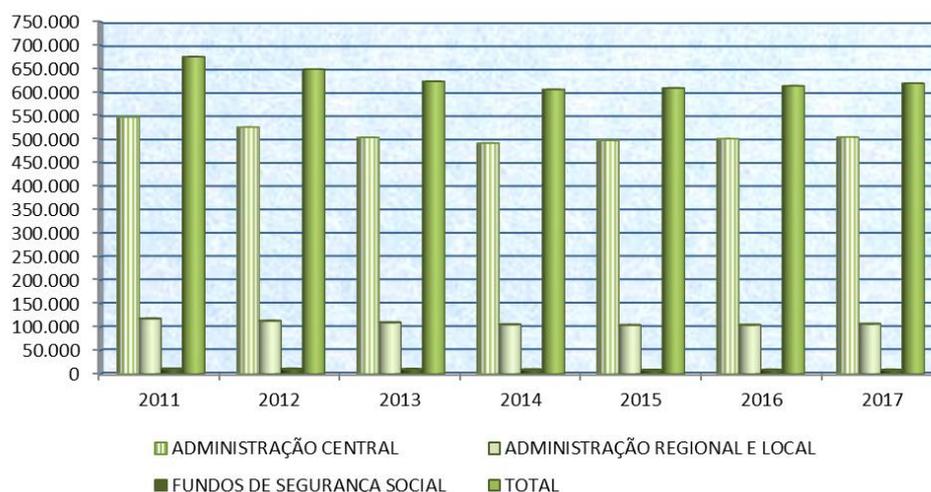
### 2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

Segundo os dados da Direção-Geral da Administração Pública (DGAEP), em dezembro de 2017, havia 618,9 mil postos de trabalho ocupados<sup>10</sup> nas administrações públicas, no Continente, mais cerca de 5,5 mil do que em dezembro de 2016. Entre 2011 e 2014, o número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas diminuiu de forma muito acentuada (-69,5 mil postos de trabalho), tendo a partir daí crescido em 13,2 mil.

Em 2017, a administração central concentrava 81,5% do total dos postos de trabalho nas administrações públicas no Continente, enquanto a administração regional e local constituía 17,2% e os fundos da segurança social, 1,3%.

Entre 2011 e 2017 o número de postos de trabalho diminuiu em 22,9% nos fundos da segurança social, em 9,5% na administração regional e local e em 7,8% na administração central.

Gráfico 67 - Postos de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2017 as mulheres ocupavam 59,8% dos postos de trabalho nas administrações públicas, tendo o seu peso aumentado ligeiramente nos últimos três anos. Na administração central as mulheres

<sup>10</sup> A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e que, por outro lado, designadamente nos sectores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

detinham 62,8% dos postos de trabalho e nos fundos da segurança social, 80,3%. Os homens eram maioritários nos postos de trabalho da administração regional local.

- *Por escalões etários*

Analisando o emprego nas administrações públicas por escalões etários constata-se que, em 2016<sup>11</sup>, 33,5% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com entre 45 e 54 anos, 28,3% por indivíduos com entre 35 e 44 anos e 23,1% por indivíduos entre os 55 aos 64 anos.

Entre 2011 e 2016 os únicos escalões etários que registaram aumento nos postos de trabalho foram os escalões dos 55 e mais anos e, nos dois últimos anos, o escalão até aos 24 anos.

- *Por níveis de escolaridade*

Em dezembro de 2016, 52% dos postos de trabalho nas administrações públicas no Continente, eram ocupados por indivíduos que possuíam o ensino superior. Os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior ocupavam 25,4% dos postos de trabalho.

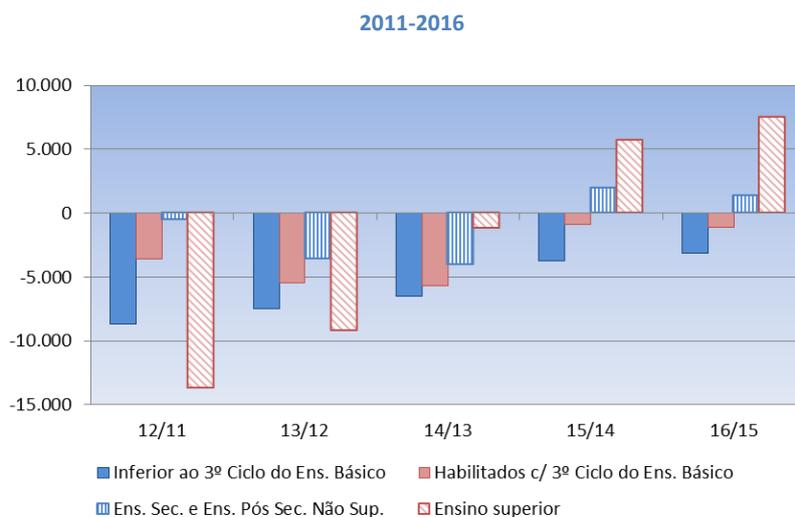
Entre 2015 e 2016, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior aumentou em cerca de 7,6 mil e os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário e pós secundário não superior em cerca de 1,4 mil. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com níveis de habilitações mais baixos decresceram, tendo os ocupados por trabalhadores com menos do que o 3º ciclo do ensino básico diminuído mais.

Entre 2011 e 2016, no Continente, o número de postos de trabalho nas Administrações Públicas diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações. O decréscimo registado entre 2011 e 2014 foi bastante acentuado no que se refere aos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior que diminuíram em cerca de -24 mil mas, a partir de 2014, estes foram também os postos de trabalho que mais cresceram. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos com o ensino secundário ou pós secundário não superior foram os que menos decresceram, até 2014, tendo depois aumentado também. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores de níveis de habilitações mais baixos diminuíram ao longo de toda a série, embora de forma progressivamente menos acentuada.

---

<sup>11</sup> A informação relativa a 2017 que respeita ao emprego nas administrações públicas por sexos, níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

Gráfico 68 - Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

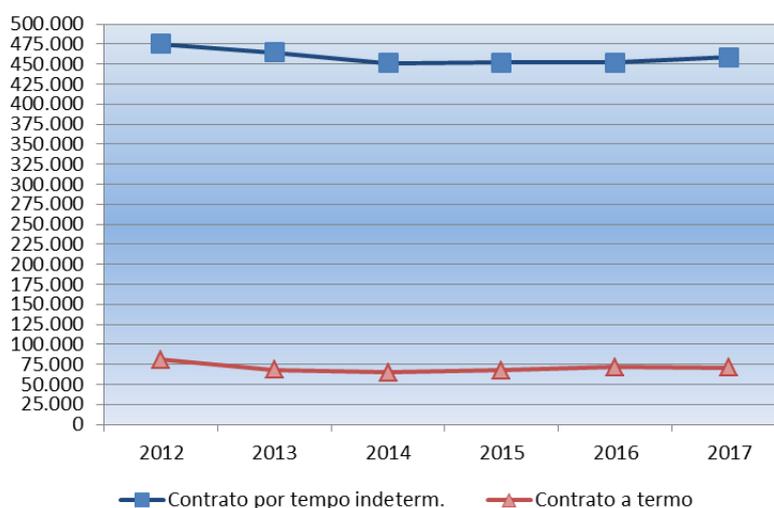
- **Por tipo de vínculo**

De acordo com a informação da DGAEP, em Dezembro de 2017, no Continente, 458,4 mil postos de trabalho das administrações públicas (ou seja, 74% do total) eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 71,1 mil (11,5%) por contratados a termo. Para além disso, cerca de 11,7% dos postos de trabalho eram ocupados por indivíduos que tinham sido nomeados e 2,8% preenchidos por indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos.

Entre 2016 e 2017 o número de postos de trabalho aumentou relativamente aos indivíduos com contratos por tempo indeterminado (+6,1 mil) e também relativamente aos indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos. (+1,3 mil). No que se refere aos contratados a termo e aos nomeados o número de postos de trabalho diminuiu.

Entre 2012 e 2014, o número de trabalhadores decresceu relativamente a todas as categorias. Os contratados por tempo indeterminado diminuíram em cerca de -24,3 mil e os contratados a termo em -15,9 mil. Depois, entre 2014 e 2017, os contratados por tempo indeterminado aumentaram em cerca de 7,2 mil e os contratados a termo em 6,1 mil indivíduos.

Gráfico 69 - Postos de trabalho nas Administrações Públicas – evolução dos contratos a termo e sem termo

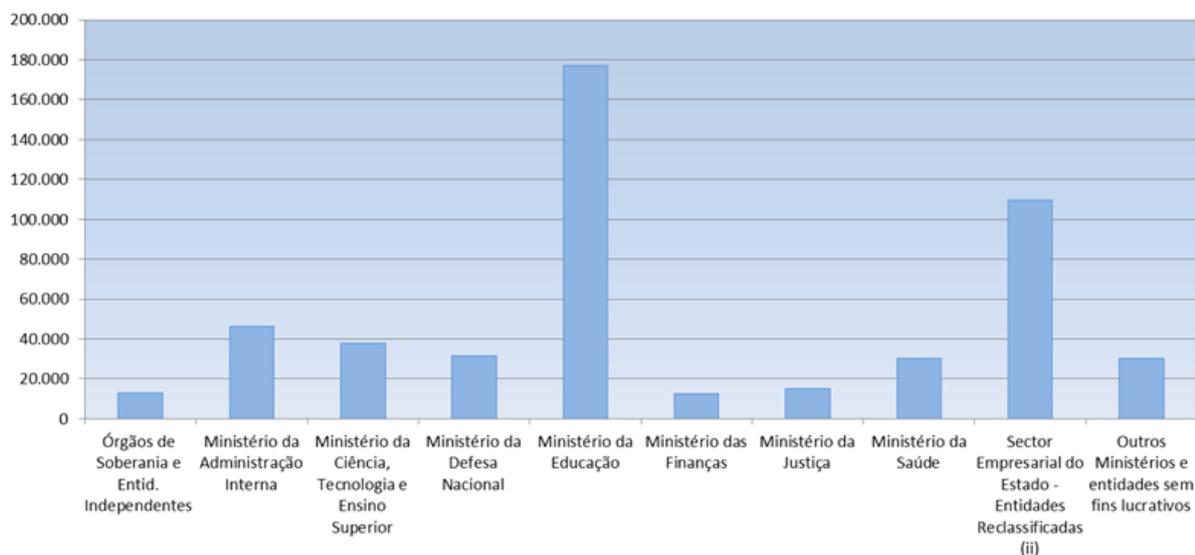


Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

### • Por Ministérios

Em dezembro de 2017 e no que respeita à Administração Central, no Continente, o Ministério da Educação concentrava 34,8% do total dos postos de trabalho (177,1 mil). Seguiu-se o sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas que abrangia 21,8% (109,7 mil) e depois o Ministério da Administração Interna, que representava 9,4% (46,2 mil postos de trabalho).

Gráfico 70 - Emprego nas Administração central por Ministérios – 2017



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Relativamente a 2016 o número de postos de trabalho aumentou na maioria dos Ministérios com maior volume de postos de trabalho, tendo aumentado mais nos Ministérios da Ciência e Tecnologia (+2,4%) e da Educação (+1,6%). Nos Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna o número de postos de trabalho diminuiu (menos 3% e menos 1,7%, respetivamente).

Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014, o emprego decresceu em todos os Ministérios com maior volume de postos de trabalho, mas sobretudo no Ministério da Educação. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2017, o número de postos de trabalho do Ministério da Defesa Nacional e no Ministério da Administração Interna continuou a decrescer mas aumentou nos outros Ministérios, com destaque para o Ministério da Educação e para o sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas.

No que respeita à Administração local no Continente, em 2017, os municípios representavam 85,6% dos postos de trabalho e as Freguesias cerca de 11%. Entre 2012 e 2017 refira-se sobretudo o crescimento no número de postos de trabalho nas freguesias, a partir de 2015, de tal modo que, em 2017, o número de postos de trabalho nas freguesias era já superior a 2012.

- *Por tipo de entidade*

Analisando os diversos tipos de entidade que, nas administrações públicas, mais significado tinham em termos de postos de trabalho, no Continente, verificamos que, em 2017 como no ano anterior eram os estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário que reuniam maior percentagem de postos de trabalho na Administração Central, (34,3% do total), seguindo-se-lhes as entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde<sup>12</sup> (18,5%), as Forças de Segurança. (9%) e as unidades Organicas de Ensino e Investigação,<sup>13</sup> (6,9%). Estes foram também os tipos de entidade que mais cresceram, em termos de postos de trabalho, relativamente a 2016.

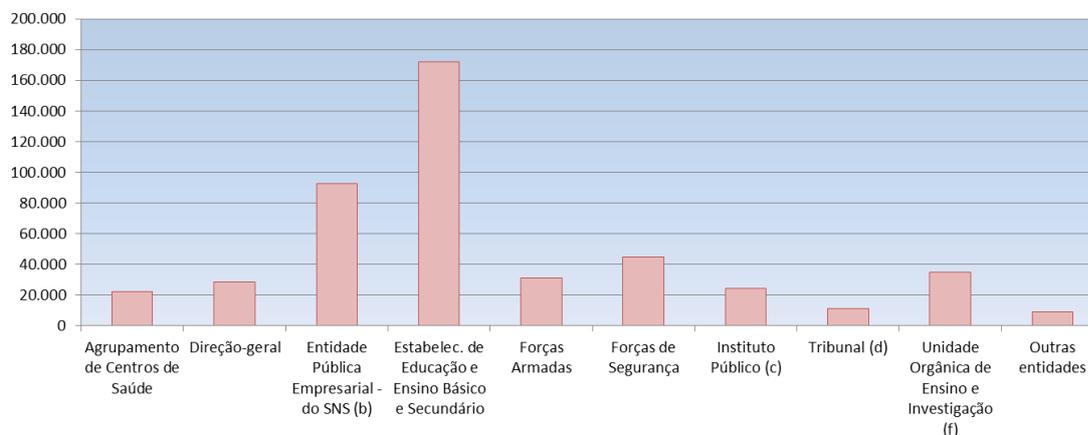
Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2017, todos os tipos de entidades com maior volume de postos de trabalho perderam trabalhadores com exceção das entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde. Em 2017 havia assim menos 18,6 mil postos de trabalho do que em 2012 nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, menos 9,8 mil nas Forças Armadas (onde o número de postos de trabalho diminuiu sempre, ao longo da série) e menos 4,1 mil nos Institutos Públicos.

---

<sup>12</sup> Hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde do tipo E.P.E.

<sup>13</sup> Inclui Universidades e respetivas Faculdades, Institutos Politécnicos e respetivas Escolas Superiores e outras unidades de ensino superior não integradas em Universidades e Institutos Politécnicos.

Gráfico 71 - Emprego na Administração central por tipo de entidade – 2017

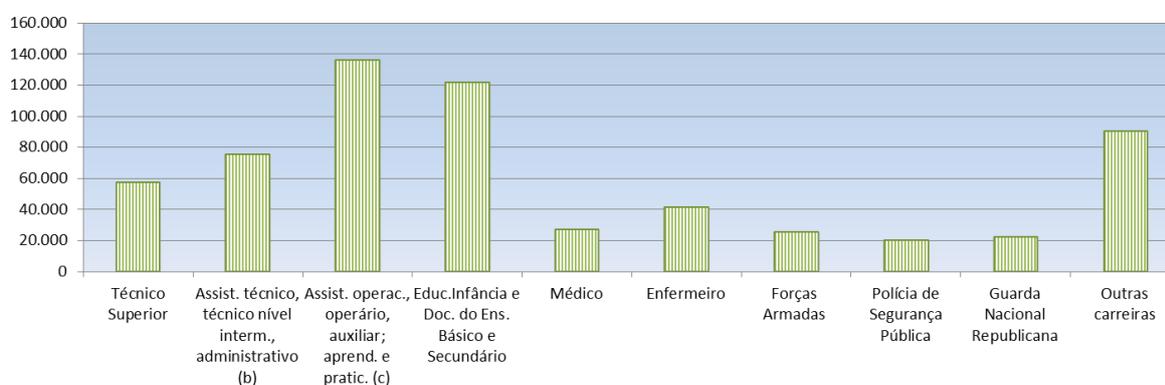


Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

- **Por cargos/carreiras/grupos**

Nos que respeita às carreiras profissionais nas administrações públicas, e de acordo com os dados da DGAEP, em dezembro de 2017, no Continente, os *Assistentes operacionais, operários, auxiliares; aprendizes e praticantes* representavam 22% do total dos postos de trabalho, os *Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário*, 19,7%, os *Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos*, 12,2%, os *Técnicos superiores*, 9,3%, os *Enfermeiros*, 6,7%, e os *Médicos*, 4,4%. Entre 2016 e 2017 foi precisamente nestas três últimas carreiras bem como relativamente aos *Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário*, que os postos de trabalho aumentaram mais.

Gráfico 72 - Emprego na Administração Pública por cargos/carreiras/grupos – 2017



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

No que se refere à evolução dos postos de trabalho emprego nas carreiras mais significativas, entre 2011 e 2017, refira-se que o número de postos de trabalho dos *Assistentes operacionais, operários, auxiliares; aprendizes e praticantes* diminuiu em -20,2 mil postos de trabalho; o número de postos de trabalho dos *Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário* decresceu em -16,4 mil (embora tenha aumentado a partir de 2014) e o número de postos de trabalho dos *Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos* diminuiu em -12,9 mil. Em contrapartida o número de postos de trabalho dos Médicos, Técnicos Superiores e Enfermeiros cresceu, no mesmo período (em 3,4 mil, 3,3 mil e 1,8 mil, respetivamente).

### 2.2.2.2. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP)

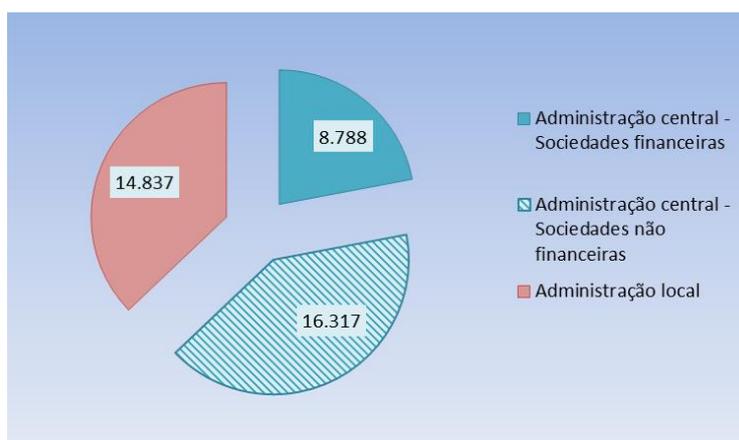
No que se refere ao emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, a análise dos dados restringe-se à informação de 2017 (ou de 2016, quando a informação relativa a 2017 não está ainda disponível) uma vez que, relativamente a 2016, e tal como já tinha acontecido em anos anteriores, foram integradas e excluídas desta categoria diversas entidades,<sup>14</sup> o que inviabiliza uma análise ao longo da série.

De acordo com os dados da DGAEP, em 2017, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) no Continente registavam 39,9 mil postos de trabalho, 22,9% dos quais eram em empresas e demais entidades detidas pela administração central e os restantes 37,1% em empresas e demais entidades detidas pela administração local. Para além disso, dos 25,1 mil postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração central, 16,3 mil (40,9% do total) eram em sociedades não financeiras e 8,8 mil (22%) em sociedades financeiras.

<sup>14</sup> "Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego"

2013/T1	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
2013/T4	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T1	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T2	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T3	Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
2015/T3	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A. e participadas
2015/T4	Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
2016/T1	Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2017/T4	Saída do Novo Banco, S.A. e participadas

Gráfico 73 - Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto AP, por subsector – 2017



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Analisando o emprego nas empresas e demais entidades públicas por sexo, constata-se que, em dezembro 2017 os homens ocupavam 65,1% destes postos de trabalho, representando 62,5% dos postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração central e 69,6% nas detidas pela administração local. Contudo, nas Sociedades financeiras detidas pela administração central as mulheres ocupavam 58% dos postos de trabalho.

- **Por escalões etários**

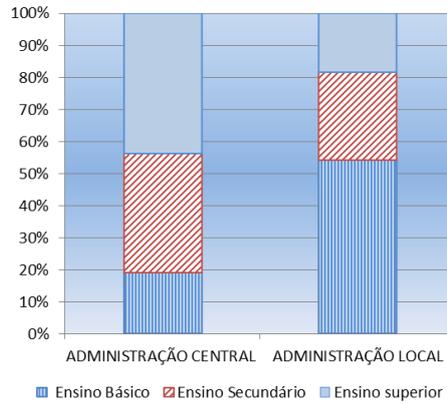
Analisando o emprego por escalões etários, nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, em dezembro de 2016<sup>15</sup>, constata-se que, 36,5% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores no escalão entre os 35 aos 44 anos, 30,1% por trabalhadores no escalão entre os 45 aos 54 anos e 17,5% por trabalhadores no escalão entre os 25 aos 34 anos.

- **Por níveis de escolaridade**

Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades em dezembro de 2016, nas empresas detidas pela administração central, 43,9% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior, 37,1% por trabalhadores com o ensino secundário e 19% por trabalhadores que possuíam o ensino básico. Já nas empresas e demais entidades detidas pela administração local 54,2% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino básico, 27,4% por trabalhadores com o ensino secundário e os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior representavam apenas 18,4%.

<sup>15</sup> A informação relativa a 2017 no que respeita ao emprego nas empresas e demais entidades do sector público, exceto administrações públicas por níveis etários e níveis de habilitações ainda não se encontra disponível.

Gráfico 74 - Postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela Administração central e local  
– distribuição por níveis de habilitações – 2016

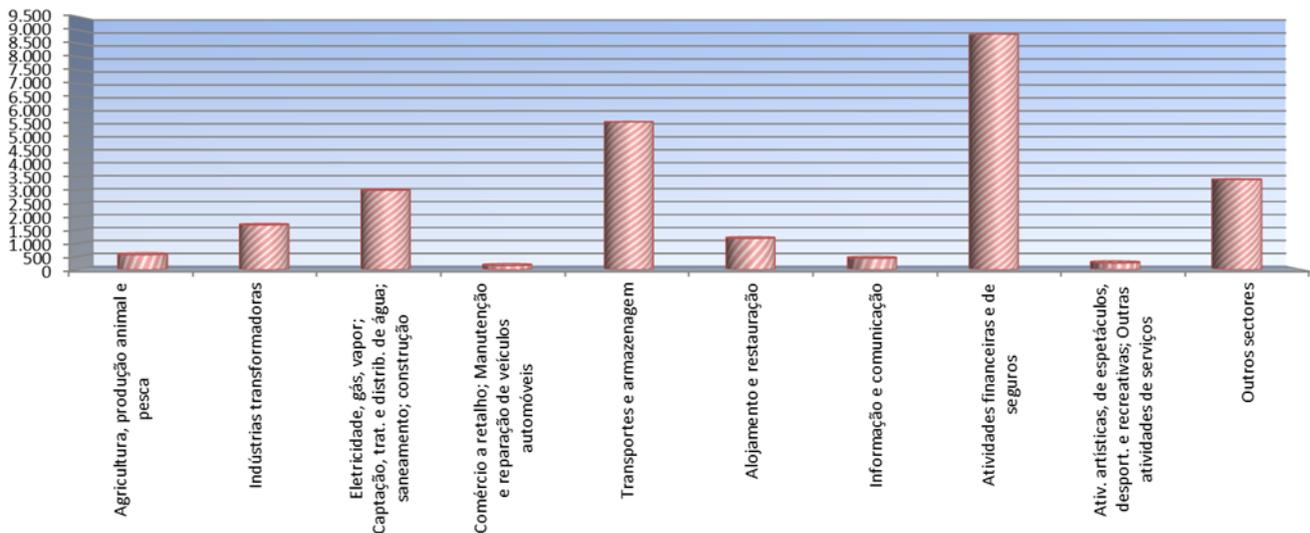


Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

• **Por setores de atividade**

No que respeita aos postos de trabalho nas empresas e demais entidades públicas, no Continente, por CAE constata-se que, em dezembro de 2017, nas empresas e outras entidades detidas pela administração central os sectores que concentravam maior número de postos de trabalho eram as *Atividades financeiras e de seguros* (40,8% do total dos postos de trabalho), os *Transportes e armazenagem* (25,6%) e os sectores da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* (13,8%).

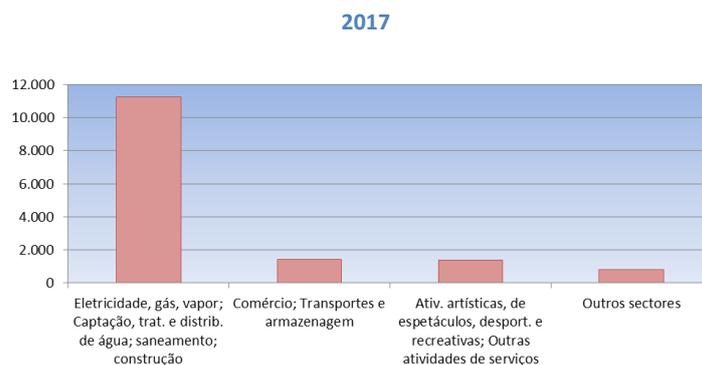
Gráfico 75 - Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP por CAE  
2017



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Relativamente às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local destacava-se o sector da Eletricidade, gás, vapor, captação, tratamento e distribuição e água e saneamento e construção, que reunia 75,7% do total dos postos de trabalho desta categoria de empresas e outras entidades.

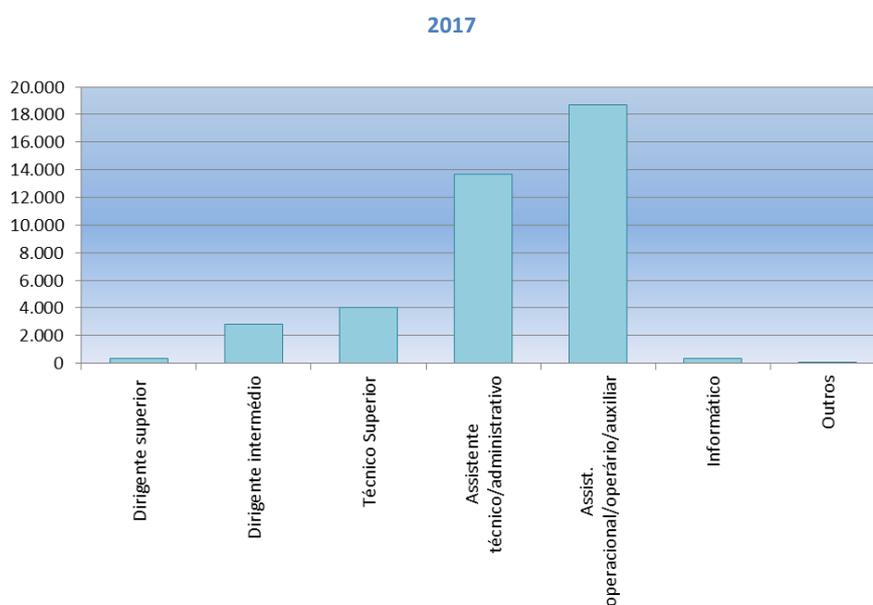
**Gráfico 76 - Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Local, exceto AP por CAE**



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

- **Por cargos/carreiras/grupos**

**Gráfico 77 - Emprego nas empresas e demais entidades por carreiras**



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2017, nas empresas e outras entidades, no Continente, o grupo profissional mais relevante era o dos *Assistentes técnico/administrativo* que ocupavam 46,8% do total dos postos de trabalho, seguindo-se-lhe o dos *Assistentes operacionais, operários e auxiliares*, que representavam 34,2% do total dos postos de trabalho. Os *técnicos superiores* ocupavam cerca de 10,1% do total dos postos de trabalho destas empresas.

## 2.2.3. Trabalho temporário

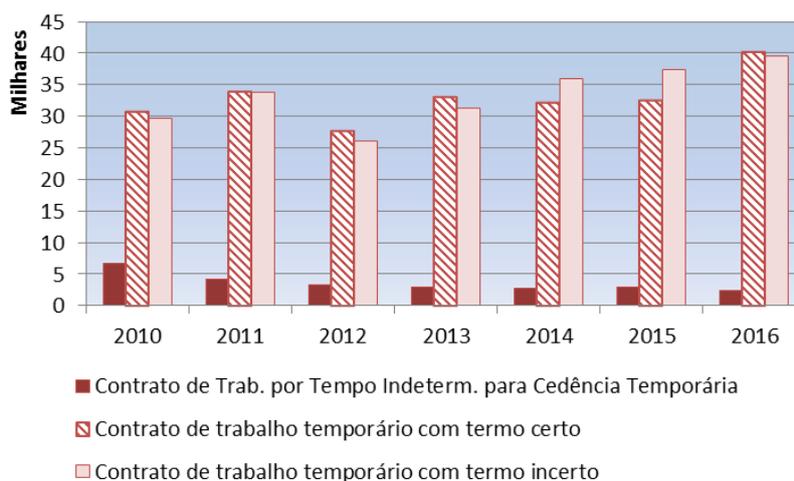
### 2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários

De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, em 2016, o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos de trabalho temporário era de 82,5 mil, ou seja, 3,1% do total dos TCO.

Entre 2010 e 2016, o número de TCO com contratos deste tipo cresceu sempre, exceto no ano de 2012. Entre 2015 e 2016 aumentou em 12,8%, o aumento mais significativo desde 2013. Assim, neste último ano, peso dos TCO com contratos temporários no total dos TCO aumentou ligeiramente.

#### ▪ Por tipo de contrato

Gráfico 78 - Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por tipo de contrato – 2010 a 2016



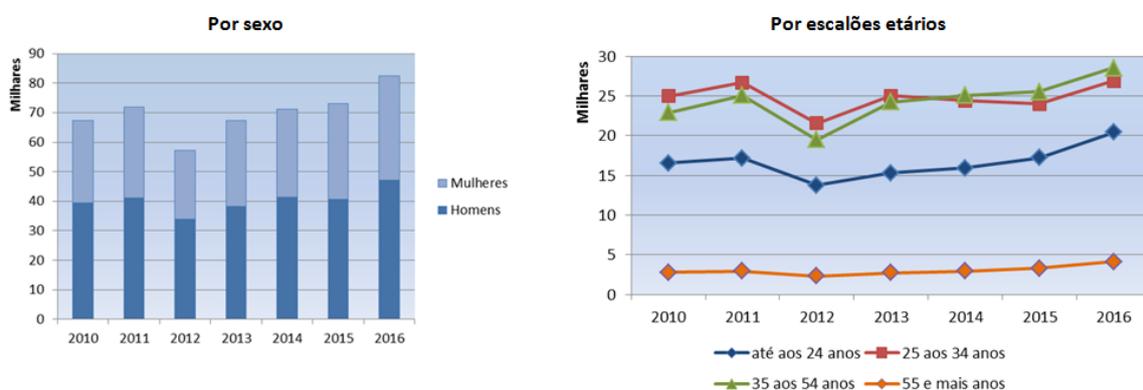
Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Analisando os TCO com contratos temporários por tipo de contrato verifica-se que, em 2016, a percentagem de TCO com “contratos com termo certo” e com “contratos com termo incerto” era muito próxima (49% e 48%, respetivamente). Já os TCO com “contratos por tempo indeterminado para cedência temporária”<sup>16</sup> representavam apenas 3%. Entre 2010 e 2013, os TCO com “contratos temporários com termo certo” eram superiores aos “contratados a termo incerto”, tendo estes diminuído mais, em 2012, e crescido menos, em 2013. Depois, em 2014 e 2015, os TCO com “contratos com termo incerto” ultrapassam os TCO com “contratos com termo certo”. No último ano, contudo, os TCO desta última categoria aumentaram 23,6%, enquanto os “contratados temporários com termo incerto” cresceram 5,9%. Quanto aos TCO com “contratos por tempo indeterminado para cedência temporária” diminuíram sempre, desde o início da série, exceto em 2015.

#### ▪ *Por sexo e escalão etário*

Em 2016, os homens representavam 57,3% do total dos TCO com contratos temporários. Entre 2010 e 2016 os homens mantiveram-se sempre em maioria. No que se refere aos TCO com contratos de trabalho temporários por escalões etários, em 2016, 35,7% destes TCO tinha “entre 35 e 54 anos” e 33,6% “entre 25 e 34 anos”. O escalão até aos 24 anos constituía 25,5% do total. Entre 2010 e 2013 o escalão dos “25 aos 34 anos” manteve-se maioritário tendo sido ultrapassado pelo escalão dos “35 aos 54 anos” em 2014. A partir daí este último escalão cresceu mais.

Gráfico 79 - Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários – 2010 a 2016



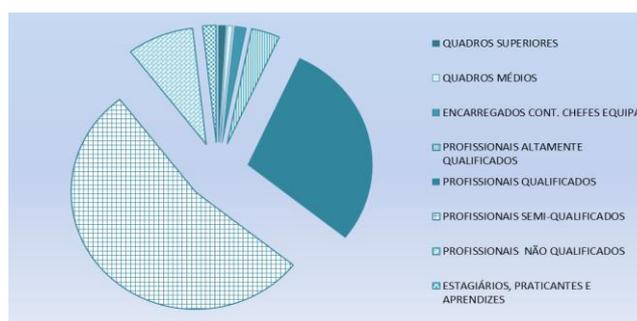
Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

#### ▪ *Por níveis de qualificação*

<sup>16</sup> Contratos celebrados entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual este se obriga a exercer temporariamente a sua atividade junto de empresas utilizadoras, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

Considerando os TCO com contratos de trabalho temporários por níveis de qualificação constata-se que, em 2016, 53,9% eram **Profissionais semiquualificados**, 28,8%, **Profissionais qualificados** e 8,9%, **Profissionais não qualificados**. Estas percentagens mantiveram-se mais ou menos constantes desde 2011.

Gráfico 80 - Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por níveis de qualificações – 2016



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

#### ▪ *Por regiões*

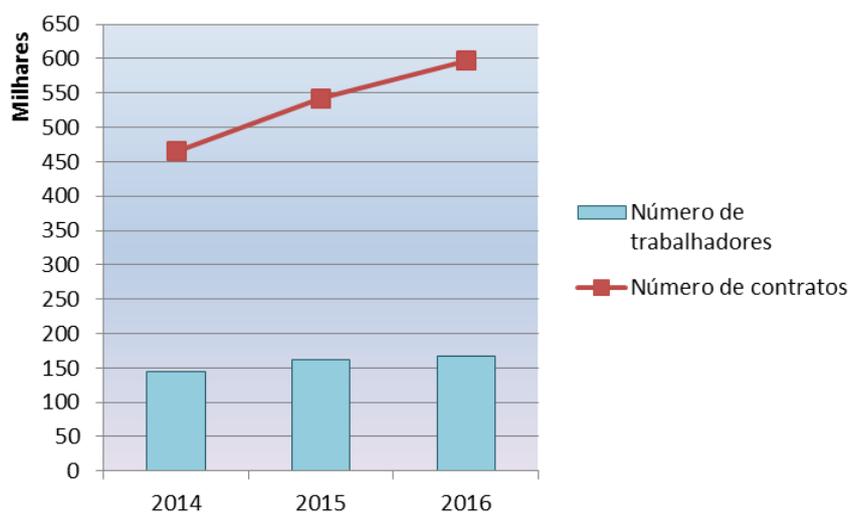
No que respeita à distribuição dos TCO com contratos de trabalho temporários por regiões, em 2016 quase metade destes TCO trabalhava em Lisboa (49,3%). O Norte congregava 29,2% do total e o Centro 16,8%. Entre 2010 e 2016 não se verificaram grandes alterações no peso das diferentes regiões.

#### **2.2.3.2. Dados das empresas de trabalho temporário**

Os dados sobre trabalho temporário fornecidos pelo IEFP, que a seguir se analisam, referem-se às empresas de trabalho temporário (ETT) constantes do registo nacional das Empresas de Trabalho Temporário, que identifica as empresas licenciadas. Estes dados resultam das listagens que as ETT devem remeter semestralmente ao IEFP. De acordo com a legislação em vigor, essas listagens deveriam incluir a relação completa dos trabalhadores cedidos no semestre anterior, com indicação do nome, sexo, idade, início e duração do contrato, local de trabalho, atividade contratada, retribuição base e classificação da atividade económica (CAE). Na prática, contudo, verificam-se muitas vezes lacunas na informação remetida. Os últimos dados disponibilizados pelo IEFP respeitam a 2016.

Em 2016, estavam registadas no IEFP, 198 empresas de trabalho temporário, que estabeleceram, ao longo desse ano, 596,9 mil contratos de trabalho temporário envolvendo 166,5 mil trabalhadores. O rácio de contratos por número de trabalhadores foi pois de 3,6.

Gráfico 81 - Evolução do número de trabalhadores e do número de contratos de trabalho temporário 2014-2016



Fonte: IEFP

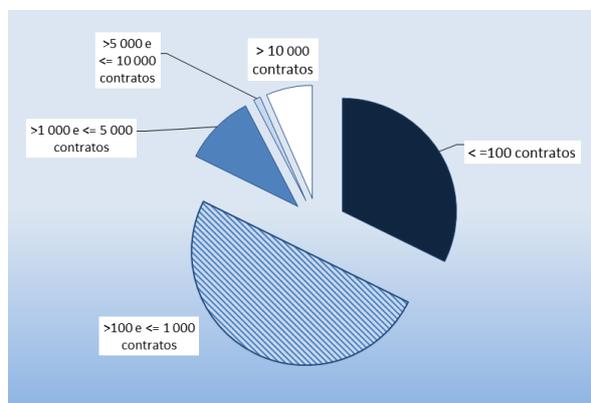
Entre 2014 e 2016 o número de empresas de trabalho temporário registadas manteve-se praticamente igual. Já o número de trabalhadores abrangidos aumentou, sobretudo entre 2014 e 2015, tendo o número de contratos crescido ainda mais. Deste modo, verificou-se um ligeiro aumento no rácio de contratos por número de trabalhadores, que foi de 3,2 em 2014 e de 3,3 em 2015.

#### 2.2.3.2.1. Empresas de trabalho temporário por escalão de volume de contratos

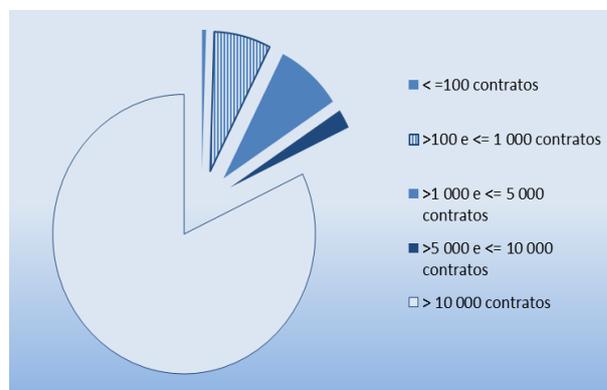
Analisando as empresas registadas por volume de contratos de cedência temporária constatamos que 82,3% das empresas se situam nos escalões “até aos mil contratos” mas 82.1% dos contratos foram estabelecidos pelas empresas no escalão dos “mais de 10 mil contratos”, que eram apenas 13.

Relativamente aos anos anteriores registe-se que o peso dos contratos estabelecidos pelas empresas no escalão dos “mais de 10.000 contratos” tem vindo a crescer, em prejuízo, sobretudo das empresas dos escalões “entre os mais de mil e os 10 mil contratos”.

**Gráfico 82 - Empresas de trabalho temporário por escalões de volume de contratos – 2016**



**Gráfico 83 - Número de contratos por empresas por escalões de volume de contratos -2016**



Fonte: IEFP

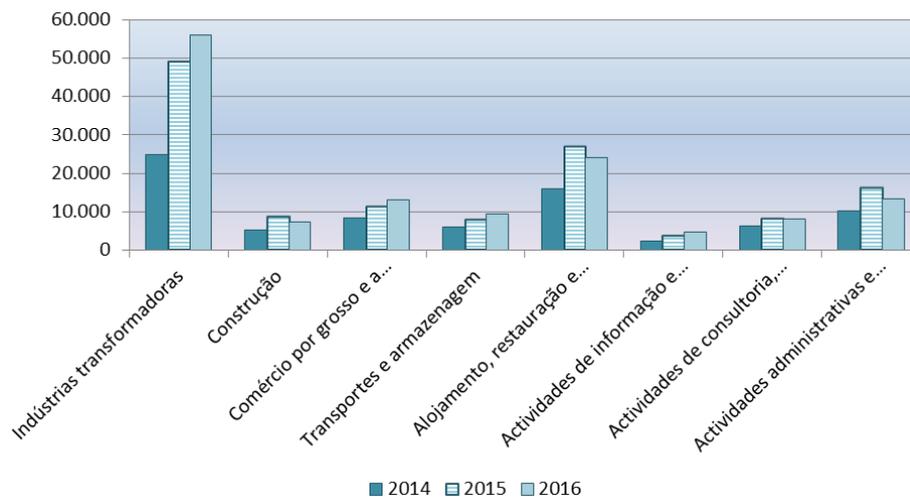
### 2.2.3.2.2. Trabalhadores com contratos de trabalho temporários

De acordo com os registos do IEFP, em 2016, 166,5 mil trabalhadores estabeleceram contratos de trabalho temporários, mais 2,6% do que em 2015. Entre 2014 e 2015 o número destes trabalhadores aumentou 12%.

#### ▪ *Por sectores de atividade*

Relativamente à distribuição dos trabalhadores com contratos de trabalho temporário por sectores de atividade, 54,2% foram contratados por empresas dos *Serviços*, 45,4% por empresas da *Indústria, Construção, Energia e Água* e 0,4% por empresas da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

**Gráfico 84 - Trabalhadores com contratos de trabalho temporário por sectores de atividade 2014-2016**



Fonte: IEFP

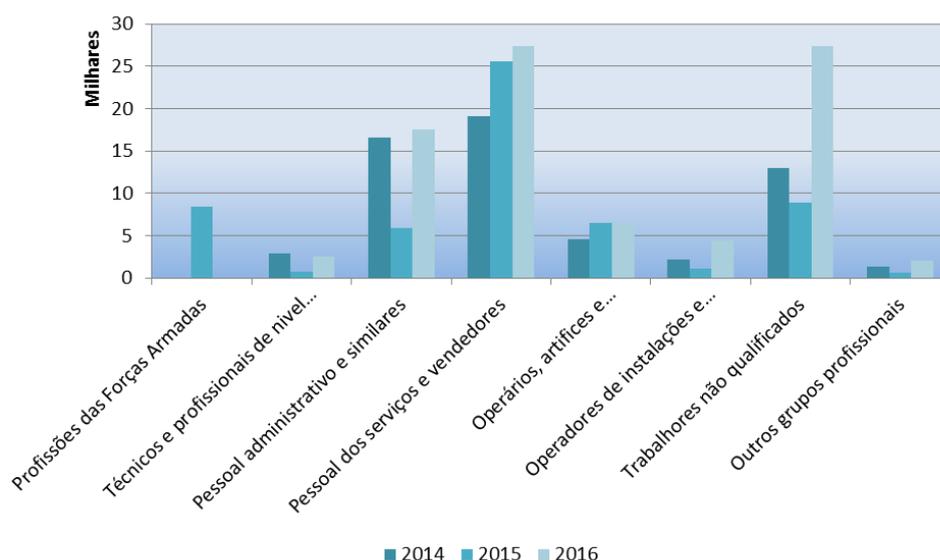
Em 2016, como nos anos anteriores, a maioria dos trabalhadores foi contratado por empresas no sector das *Indústrias Transformadoras* (38,7% em 2016), e depois dos sectores do *Alojamento, restauração e similares* (16,7% em 2016) e das *Actividades administrativas e dos serviços de apoio*. (9,2% em 2016).

#### ▪ **Por grupos profissionais**

Os trabalhadores que estabeleceram contratos de trabalho temporários em 2016 enquadravam-se sobretudo nos grupos do “Pessoal dos serviços e vendedores” e dos “Trabalhadores não qualificados” e no grupo do “Pessoal administrativo e similares”.

Nos anos de 2014 e 2015, estes foram precisamente os grupos profissionais mais representativos em termos de número de trabalhadores embora, em 2014, o grupo do “Pessoal administrativo e similares” tenha reunido maior número de trabalhadores do que o dos “Trabalhadores não Qualificados” e, em 2015, o grupo “Profissões das Forças Armadas” - que só surge nesse ano - tenha ocupado o terceiro lugar.

Gráfico 85 - Trabalhadores que estabeleceram contratos de trabalho temporário por grupos profissionais 2014-2016



Fonte: IEFP

### 2.2.3.2.3 Contratos de trabalho temporários

De acordo com informação do IEFP estabeleceram-se, em 2016, 596,9 mil contratos de trabalho. O número de contratos cresceu em 10,1% entre 2015 e 2016, tendo antes disso aumentado em 16,5% entre 2014 e 2015.

#### ▪ *Por sectores de atividade*

No que se refere à distribuição de contratos por grandes áreas de atividade, 63,4% dos contratos foram estabelecidos com empresas de *Serviços*, 36,4% com empresas do sector da *Indústria, construção, energia e água* e apenas 0,2% com empresas da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*. O número de contratos com empresas deste último sector tem diminuído, desde 2014. Já no que se refere aos restantes sectores o número de contratos tem aumentado, entre 2014 e 2015, mais nos *Serviços* e entre 2015 e 2016 mais na *Indústria, construção, energia e água*.

O rácio de contratos por trabalhador em 2016 era pois de 1,8 para as empresas da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, de 3 para as empresas da *Industria, construção, energia e água* e de 4,4 para as empresas dos *Serviços*.

**Quadro 2 - Número de trabalhadores e de contratos de prestação e trabalho temporário por sector de atividade**

		2014	2015	2016
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Nº trabalhadores	2.137	560	529
	Nº de contratos	8.878	1.261	957
	rácio trabalhadores/contratos	4,15	2,25	1,81
Indústria, Construção Energia e Água	Nº trabalhadores	31.886	59.678	65.687
	Nº de contratos	99.885	167.721	197.264
	rácio trabalhadores/contratos	3,13	2,81	3,00
Serviços	Nº trabalhadores	51.686	77.708	78.404
	Nº de contratos	184.390	324.327	343.209
	rácio trabalhadores/contratos	3,57	4,17	4,38

Fonte: IEFP

Relativamente a 2014 e 2015 o rácio de contratos por trabalhador aumentou no que se refere aos *Serviços* e diminuiu no sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*. No que respeita às empresas da *Indústria, construção, energia e água* o rácio diminuiu entre 2014 e 2015 e depois voltou a crescer.

## 2.2.4. Subutilização do trabalho em Portugal

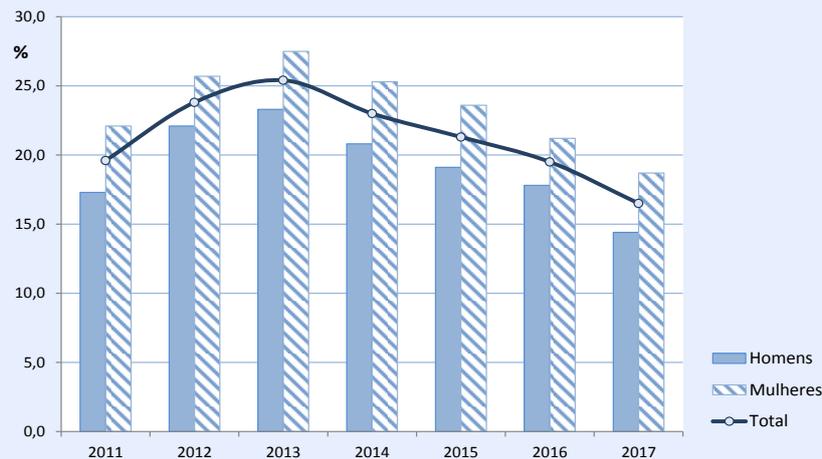
### SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO EM PORTUGAL

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2017, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 16,5%. Este *indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego*, conheceu um aumento no início da década em análise, tendo iniciado uma fase descendente a partir de 2013, ano em que atingiu o seu valor máximo (25,4%). De notar que, 2017 foi o ano que evidenciou uma menor expressão desta taxa (16,5), após uma variação negativa de 8,5%.

Considerando esta informação por sexo, constata-se que, apesar do declínio desta taxa se ter repercutido de forma mais acentuada nas mulheres (-10,2% face a -6,8% nos

homens), estas continuam a apresentar taxas de subutilização do trabalho superiores às dos homens.

Gráfico 86 - Evolução da taxa de subutilização do trabalho por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, analisando este indicador por grupo etário, observa-se que são sobretudo os mais novos, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, quem apresenta valores mais elevados, com taxas de subutilização laboral superiores a 40% ao longo de toda a série em análise. De salientar que, entre 2012 e 2015, mais de metade da população dos 15 aos 24 anos foi afetada por este tipo de subutilização.

No que diz respeito aos restantes grupos da estrutura etária, a incidência desta taxa tem oscilado em torno de valores menos significativos e, à semelhança da taxa do grupo de idades dos 15 aos 24 anos, têm apresentado uma tendência de decréscimo nos últimos anos, atingindo o valor mais baixo da série em 2017.

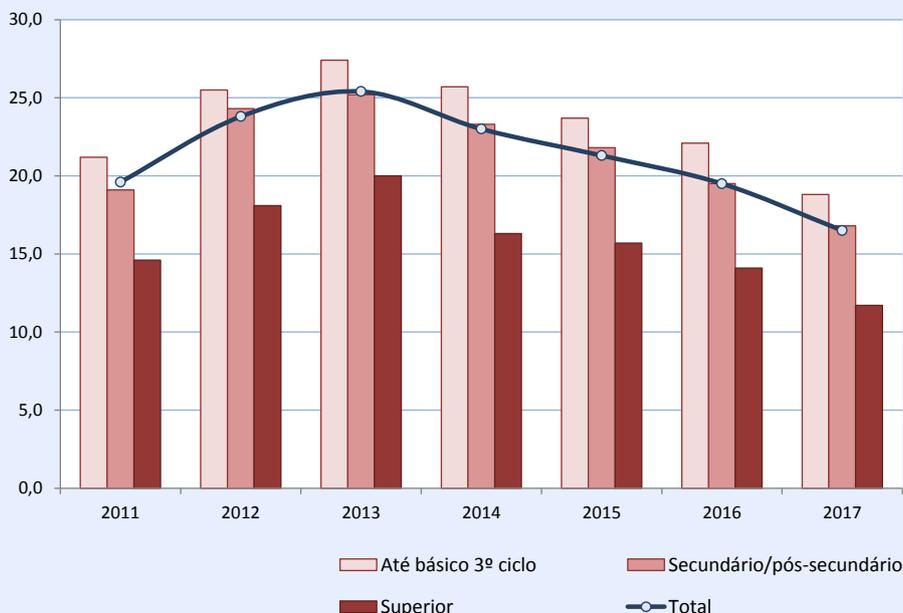
Gráfico 87 - Evolução da taxa de subutilização do trabalho por grupo etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por último, considerando o indicador em análise por nível habilitacional, denota-se que, a taxa de subutilização do trabalho diminui à medida que a escolaridade aumenta. Com efeito, não obstante esta taxa apresentar uma tendência de decréscimo em todas as categorias escolares, a diferença percentual entre o nível de habilitações inferior e o superior permanece quase constante, oscilando entre 7 p.p. e 8 p.p., à exceção de 2014, ano em que essa distância percentual foi de 9 pontos.

**Gráfico 88 - Evolução da taxa de subutilização do trabalho por escolaridade**



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente à taxa da população com o ensino secundário e pós-secundário que se encontra numa situação de subutilização laboral, constata-se uma maior proximidade

com a taxa da população que não foi além do ensino básico do 3º ciclo. De facto, ao longo da série, a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem tem o ensino superior é maior (5 p.p.) do que a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem apenas tem o ensino básico do 3º ciclo (2 p.p.).

## 2.3. Desemprego

### 2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego

Segundo o Inquérito ao Emprego do INE, em 2017, no Continente, 438 mil pessoas estavam desempregadas, um decréscimo de 19,3% relativamente ao ano anterior que equivale a cerca de -104,7 mil pessoas. As mulheres representavam 51,8% do total de desempregados, ao contrário do que se verificava em 2016, em que os homens constituíam a maioria, já que o número de desempregados diminuiu mais do que o número de desempregadas.

#### Evolução do número de desempregados por sexo

Gráfico 89 - Evolução do desemprego por sexo

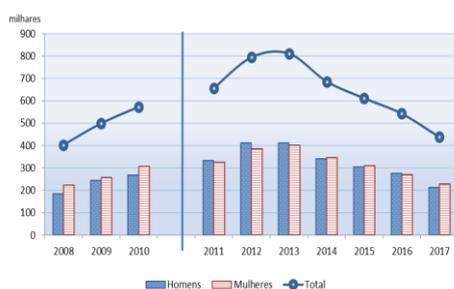
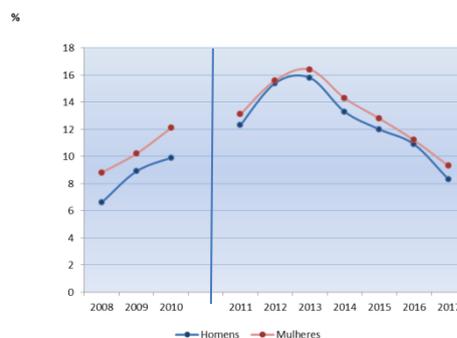


Gráfico 90 - Taxa de desemprego por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando a evolução do desemprego desde 2008 constatamos que, depois de um crescimento acentuado, entre 2008 e 2010 (mais cerca de 169,4 mil indivíduos) e depois entre 2011 e 2013 (+155 mil pessoas) o desemprego diminuiu fortemente a partir de 2013. Assim, em 2017 havia menos 218,1 mil pessoas desempregadas do que em 2011. O maior decréscimo anual registou-se entre 2013 e 2014 (-124,5 mil desempregados).

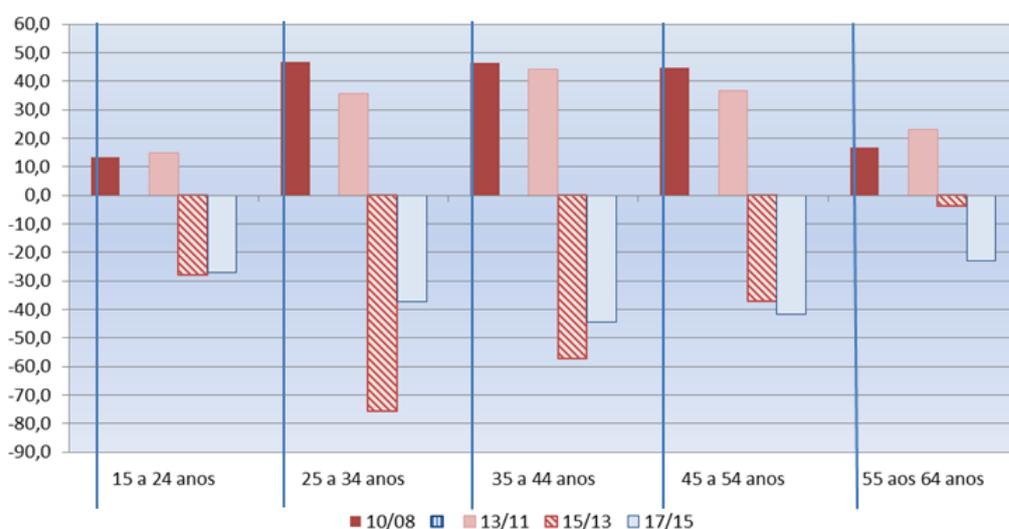
Em 2017, a taxa de desemprego era de 8,8%, tendo decrescido cerca de 2,2 p.p. relativamente a 2016. A taxa de desemprego aumentou de 7,6% em 2008 para 16,1% em 2013 e depois diminuiu sempre. Em 2017 registava já um valor mais baixo do que em 2009. No que respeita às diferenças entre sexos, a taxa de desemprego evoluiu de forma muito semelhante para ambos os sexos mas a taxa de desemprego feminina manteve-se acima da taxa de desemprego masculina durante toda a série. Entre 2014 e 2016 a diferença entre as taxas feminina e masculina foi-se reduzindo mas, no último ano, voltou a alargar-se.

### 2.3.1.1. Desemprego por escalões etários

Em 2017 o escalão etário que contava maior número de desempregados era o escalão dos 35 aos 44 anos, embora em número muito próximo do escalão dos 25 aos 34 anos (que era o mais numeroso em 2016). Seguiu-se-lhes o escalão entre os 45 e 54 anos. Relativamente a 2016 o desemprego diminuiu em todos os escalões etários até aos 65 anos, tendo decrescido 25,2% no escalão dos 45 aos 54 anos, o que corresponde a cerca de 30,3 mil pessoas, e 23,9% no escalão dos 25 aos 34 anos (cerca de 29,5 mil pessoas). O escalão onde essa diminuição foi menos significativa foi o escalão dos 15 aos 24 anos que decresceu em 12,6% (-12 mil pessoas).

Analisando a evolução do desemprego por escalões etários até aos 65 anos, desde o início da série, constata-se que o escalão dos 15 aos 24 anos foi o que menos cresceu entre 2008 e 2010 e depois entre 2011 e 2013 mas, a partir de 2013, foi também um dos que menos diminuiu. (apenas o escalão dos 55 aos 64 anos decresceu menos e mais lentamente). No que se refere aos escalões entre os 25 e 34 anos e entre os 35 e 44 anos, o desemprego aumentou em ambos os escalões de forma quase equivalente até 2010, embora entre 2011 e 2013 tenha crescido mais acentuadamente no escalão dos 35 aos 44 anos. Entre 2013 e 2017, foi o escalão dos 25 aos 34 anos que diminuiu mais (sobretudo entre 2013 e 2015). O escalão dos 45 aos 54 anos teve uma evolução muito semelhante ao escalão dos 25 aos 34 anos até 2013, mas depois decresceu bastante menos do que os escalões mais novos.

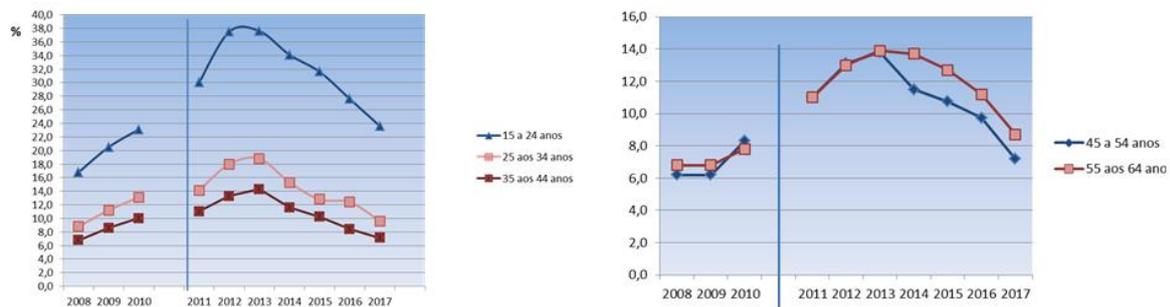
Gráfico 91 - Variação da população desempregada por grupos etários



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2017, a taxa de desemprego evolui de forma semelhante nos diferentes escalões etários. Contudo, a taxa de desemprego manteve-se sempre superior nos escalões mais jovens. No escalão dos 15 aos 24 anos a taxa cresceu bastante mais, até 2013, e também diminuiu mais depressa, a partir daí. Assim, em 2017, as taxas de desemprego nos escalões entre os 25 e os 54 anos eram já mais baixas do que em 2009 e, no escalão etário dos 55 aos 64 anos, mais baixa do que em 2010. No escalão entre os 15 e os 24 anos o valor da taxa era ainda ligeiramente superior ao registado em 2010.

Gráfico 92 - Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2010, a taxa de desemprego feminina era superior à masculina nos escalões etários até aos 55 anos. A partir de 2011 a taxa de desemprego masculina era superior à feminina nos escalões a partir dos 45 anos.

### 2.3.1.2. Taxas de Desemprego em Portugal e na União Europeia

A taxa de desemprego portuguesa<sup>17</sup> evidenciou um crescimento progressivo desde 2008, tendo na última década, subido de 8,8%, em 2008, para 16,4%, em 2013, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série, tendo-se posteriormente invertido esta tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2017, se fixou nos 9%.

Relativamente à taxa média dos países europeus, que registou uma subida de 2 p.p. entre 2008 e 2009, verificou-se uma tendência para a manutenção dos valores em torno dos 9% e 10%, não obstante, em 2013, ter atingido quase 11%. Deste modo, apesar de, em 2008, Portugal evidenciar uma taxa de desemprego mais próxima da UE, esse valor distanciou-se do da média europeia sobretudo a partir de 2010, atingindo, em 2017, os 9%, ou seja, mais 1,4 p.p. que a taxa de desemprego registada no conjunto dos países europeus (7,6%).

<sup>17</sup> A taxa de desemprego utilizada nesta análise respeita aos indivíduos entre os 15 e 74 anos.

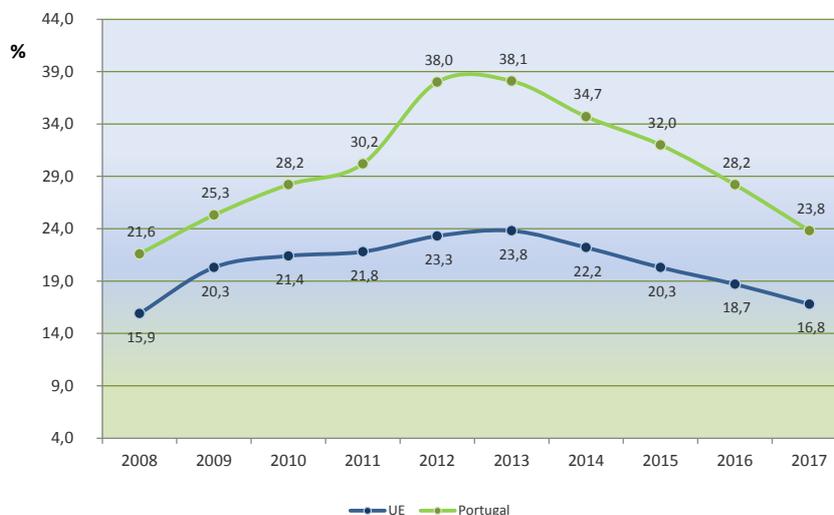
Gráfico 93 - Evolução da taxa de desemprego em Portugal e na União Europeia



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto à taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos, esta apresenta um comportamento muito similar à da taxa de desemprego do total da população. Entre 2008 e 2013, a taxa de desemprego jovem portuguesa aumentou de forma expressiva à semelhança da taxa de desemprego geral. Assim, no espaço de 5 anos, a taxa de desemprego jovem aumentou cerca de 16,5 p.p., passando de 21,6%, em 2008, para 38,1%, em 2013, tendo desde então decrescido progressivamente até 2017, ano em que registou 23,8% (menos 14,3 p.p. face ao registo máximo em 2013).

Gráfico 94 - Evolução da taxa de desemprego jovem em Portugal e na União Europeia



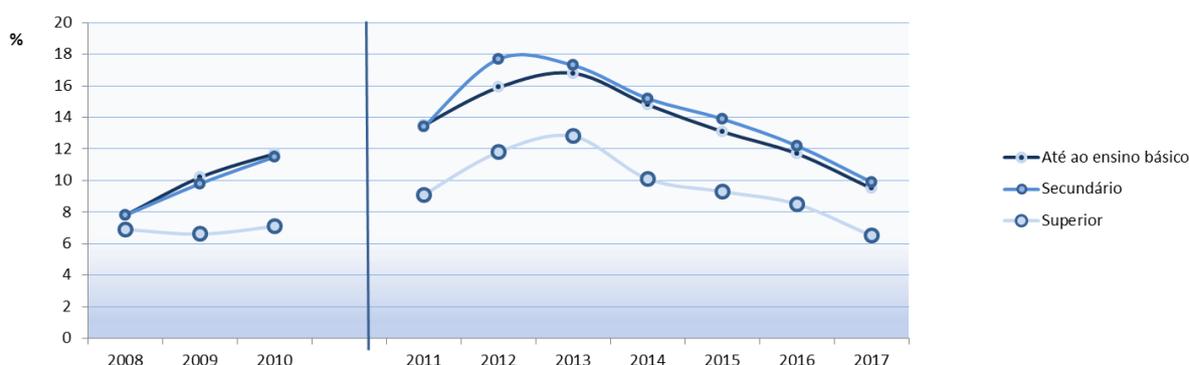
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens tem vindo a aumentar progressivamente desde 2008, tendo atingido o valor mais elevado (23,8%) em 2013, ano a partir do qual se observou uma inversão da tendência de crescimento. De salientar que, tal como a taxa de desemprego geral europeia, também a da população jovem entrou em declínio a partir de 2013, tendo registado 16,8%, após uma diminuição de 7 p.p., no decurso dos últimos quatro anos.

### 2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade

Em 2017, os desempregados com o ensino básico constituíam 51% dos 438 mil desempregados no Continente. Os desempregados com o ensino secundário representavam 30,3% e os desempregados com o ensino superior, 18,7%. Entre 2016 e 2017 o desemprego diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações, tendo diminuído em 55,2 mil pessoas no que se refere aos indivíduos com até ao ensino básico, e em cerca de 24,5 mil relativamente aos desempregados com o ensino secundário e com o ensino superior.

Gráfico 95 - Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2017, a taxa de desemprego da população ativa com até o ensino básico era de 9,5%, praticamente equivalente à taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário que era de 9,9%. Já a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era bastante inferior (6,5%). A evolução da taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico e com o ensino secundário foi muito semelhante, ao longo de toda a série, exceto entre 2011 e 2013. A taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior manteve-se sempre bastante inferior.

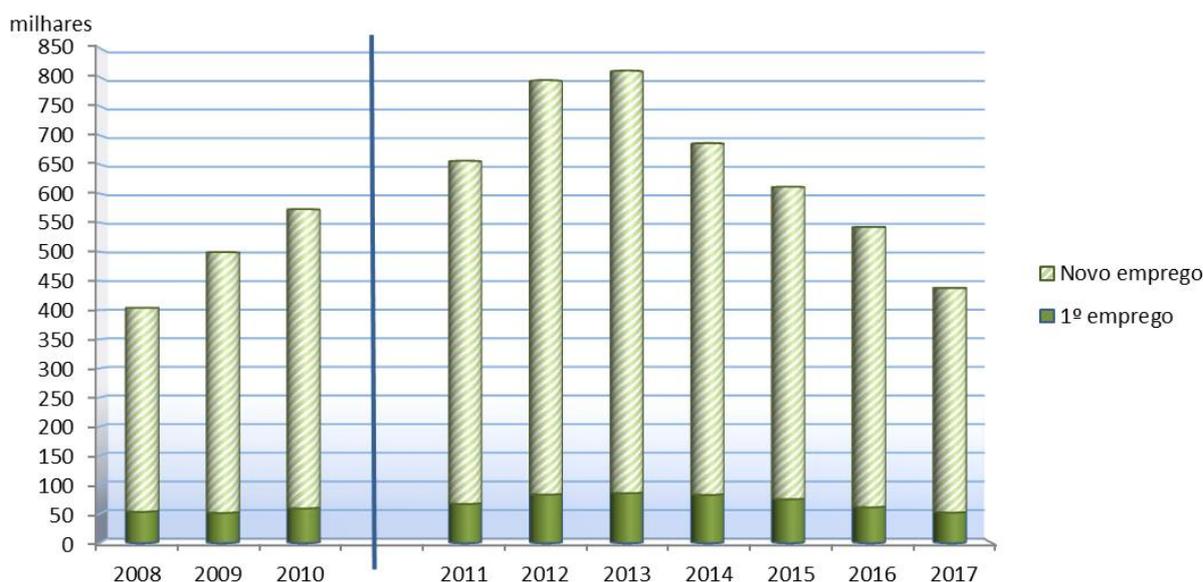
Em 2017 a taxa de desemprego da população ativa com o ensino básico e da população ativa com o ensino superior era já inferior à registada em 2009, enquanto a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário era equivalente à registada nesse ano.

#### 2.3.1.4. Por experiência anterior de trabalho

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, em 2017, no Continente, 12% da população desempregada, o que equivalia a cerca de 52,4 mil pessoas estavam à procura do 1º emprego e 88%, que correspondia a 385,6 mil, estavam à procura de novo emprego.

Entre 2008 e 2010, os desempregados à procura de novo emprego cresceram de forma muito significativa e o seu peso relativo aumentou em cerca de 3 p.p. Depois, entre 2011 e 2013, o desemprego continuou a crescer em ambas as categorias mas, proporcionalmente, os desempregados à procura do primeiro emprego cresceram mais. A partir de 2013 foram os desempregados à procura de novo emprego que decresceram percentualmente mais. Entre 2011 e 2017 o peso dos desempregados à procura de novo emprego diminuiu 1,7%.

Gráfico 96 - Desemprego por experiência anterior de trabalho



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego foi superior ao dos homens entre 2008 e 2015. Nos dois últimos anos os homens tornaram-se maioritários. No que se refere aos

desempregados à procura de novo emprego, o número de homens desempregados foi superior ao número de mulheres entre 2011 e 2013 e depois, até 2016, o peso dos dois sexos tornou-se quase equivalente. Em 2017 as mulheres representavam 52,2% destes desempregados.

Relativamente aos diferentes escalões etários, e no que respeita aos desempregados à procura do primeiro emprego, a maioria situava-se naturalmente no escalão dos 15 aos 24 anos (76,5% do total, em 2017).

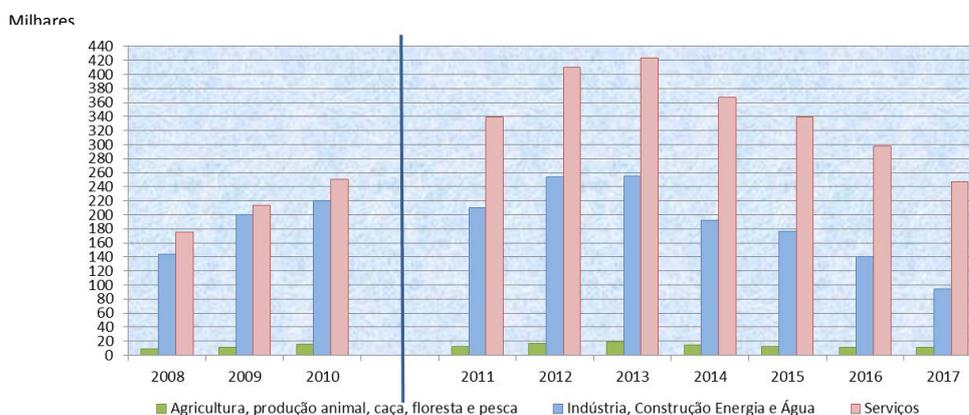
Já no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos representava, em 2017, mais de 69,1% destes desempregados tendo o seu peso vindo a diminuir desde 2013. Em contrapartida o peso do escalão dos 15 aos 24 anos nesta categoria de desempregados, que diminuiu entre 2011 e 2014, tem vindo a crescer, constituindo, em 2017, 11,1% do total. Quanto ao escalão dos 55 aos 64 anos o seu peso no total desta categoria, que em 2011 era de 12,6% cresceu sempre. Em 2017 representavam 18,2% do total de desempregados nesta categoria.

### 2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego

- *Por áreas de atividade*

Em 2017, no Continente, os desempregados à procura de novo emprego que provinham do sector dos *Serviços* representavam 64% do total destes desempregados e somavam cerca de 246,7 mil pessoas, os desempregados oriundos da *Indústria, construção, energia e água*, constituíam 24,5% do total, ou seja cerca de 94,4 mil pessoas e os desempregados provenientes da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* eram cerca de 11,6 mil (3%).

Gráfico 97 - Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade



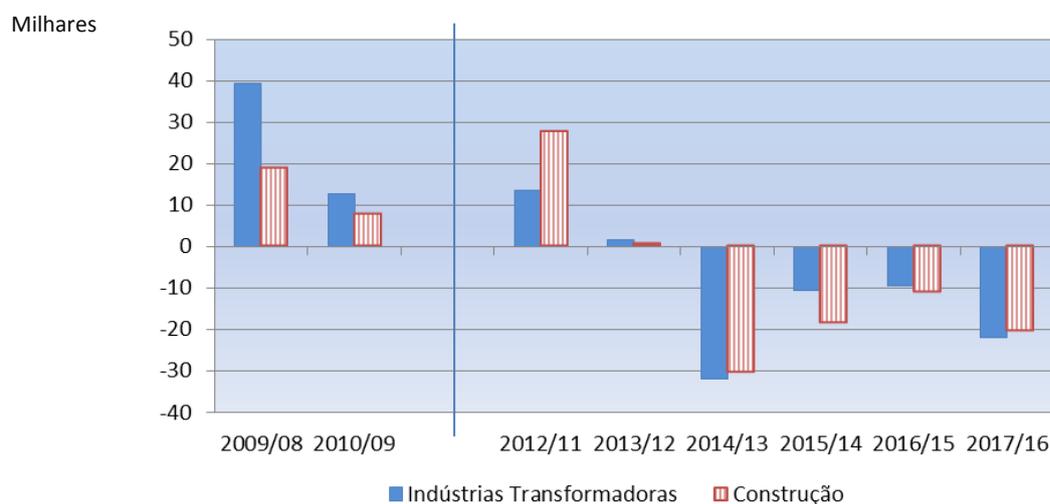
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente ao ano anterior o número de desempregados diminuiu significativamente na *Indústria, construção, energia e água*, (-46 mil) e ainda mais nos *Serviços* (-50,6 mil). Os desempregados oriundos do sector da *Agricultura* contudo aumentaram, se bem que de forma muito ligeira.

Entre 2008 e 2010, o número de desempregados aumentou de forma quase equivalente na *Indústria, construção, energia e água* e nos *Serviços* (cerca de +76 mil pessoas). Entre 2011 e 2013, o número de desempregados dos *Serviços* cresceu quase o dobro dos desempregados da *Indústria, construção, energia e água*. Os desempregados na *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, também cresceram, em cerca de +6,5 mil pessoas, em cada um destes períodos. Depois de 2013, o desemprego diminuiu nos três sectores, nos dois maiores de forma muito acentuada. Assim, em 2017, havia menos 1,1 mil desempregados do que em 2011 na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, menos 92,1 mil nos *Serviços* e menos 116,1 mil na *Indústria, construção, energia e água*.

No que se refere aos principais sectores da *Indústria, construção, energia e água*, em 2017 as *Indústrias Transformadoras* representavam 15,2% dos desempregados à procura de novo emprego e a *Construção*, 9,3%.

Gráfico 98 - Variação dos desempregados à procura de novo emprego na Indústria Transformadora e Construção

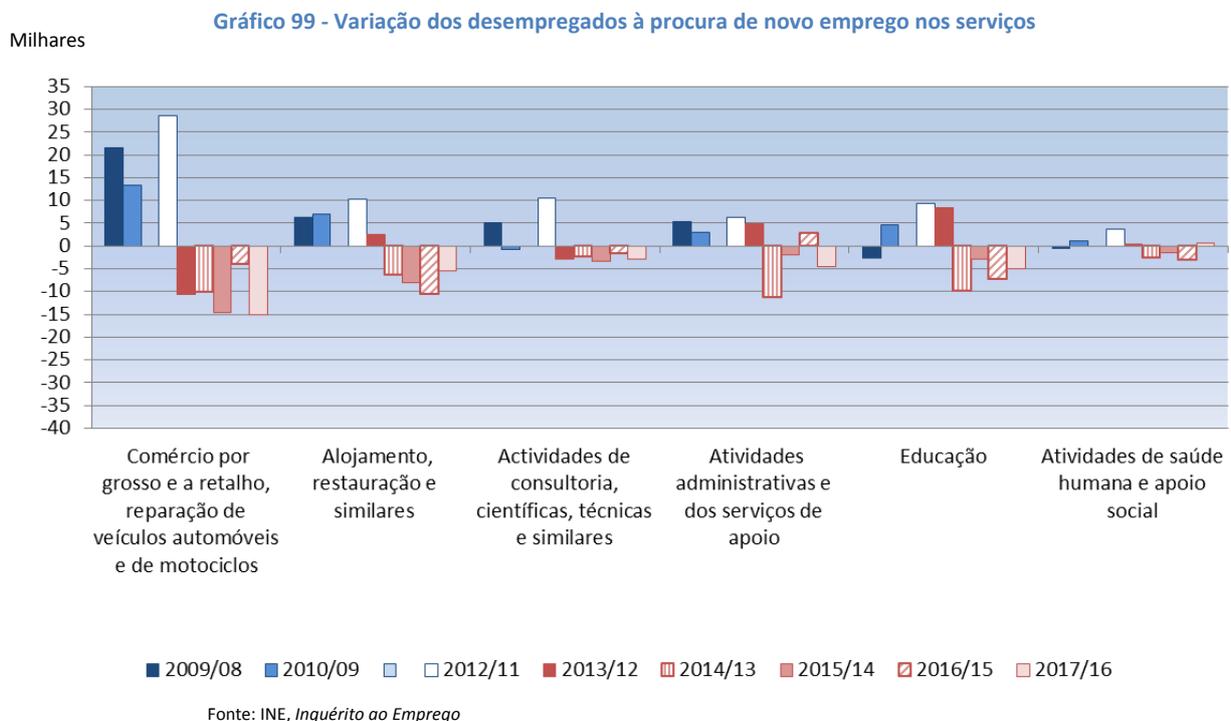


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2008 e 2010, os desempregados à procura de novo emprego nas *Indústrias Transformadoras* aumentaram em cerca de +52 mil pessoas enquanto o acréscimo na *Construção* foi de 26,7 mil indivíduos. Entre 2011 e 2013, o desemprego continuou a aumentar nos dois sectores, embora mais na *Construção* e, a partir de 2013 diminuiu em ambos os sectores. Assim, em 2017, os

desempregados oriundos das *Indústrias Transformadoras* eram -58,6 mil do que em 2011 e os desempregados na Construção, -51,8 mil.

No que se refere aos principais sectores dos *Serviços*, em 2017, 18,3% dos desempregados à procura de novo emprego provinham do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos*, 10,9% do *Alojamento, restauração e similares*, 5,8% das *Atividades de saúde humana e apoio social* e 5,7% das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e 4,7% do sector da *Educação*. O número de desempregados à procura de novo emprego diminuiu em todos estes sectores, entre 2016 e 2017, exceto nas *Atividades de saúde humana e apoio social*, onde se registou um ligeiro aumento. O maior decréscimo registou-se no sector *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* (-15,1 mil pessoas).



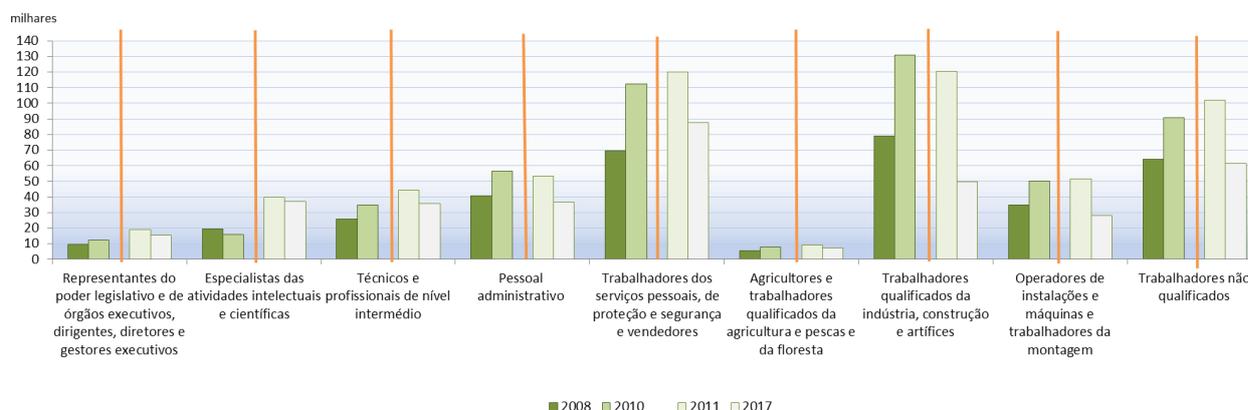
Entre 2008 e 2010, o desemprego aumentou em todos os principais sectores dos *Serviços*, sobretudo no *Comércio* (mais cerca de 35 mil pessoas) e no *Alojamento, restauração e similares* (mais 13,3 mil). Entre 2011 e 2013, o desemprego continuou a crescer, em todos estes sectores exceto no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* e nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* que, entre 2012 e 2013, registou já um decréscimo. A partir de 2013 os desempregados à procura de novo emprego oriundos destes sectores diminuiram de tal modo que, em 2017, todos somavam valores inferiores aos verificados em 2011. Assim, no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* havia menos 25,9

mil desempregados do que em 2011 e no sector do Alojamento, restauração e similares menos 17,7 mil.

- **Por grupos profissionais**

Em 2017, no Continente, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram, tal como no ano anterior, os grupos dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (22,7% do total), dos Trabalhadores não qualificados (15,9%) e dos Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (12,8%). Entre 2016 e 2017 o desemprego diminuiu relativamente a todos os grupos profissionais exceto no que se refere ao grupo dos Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta, que registou um ligeiro aumento. Os grupos profissionais que registaram maiores decréscimos foram os Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (-33,5%), os Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (-31,5%) e os Trabalhadores não qualificados (-23,2%)

**Gráfico 100 - Evolução do desemprego por Grupos Profissionais**



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

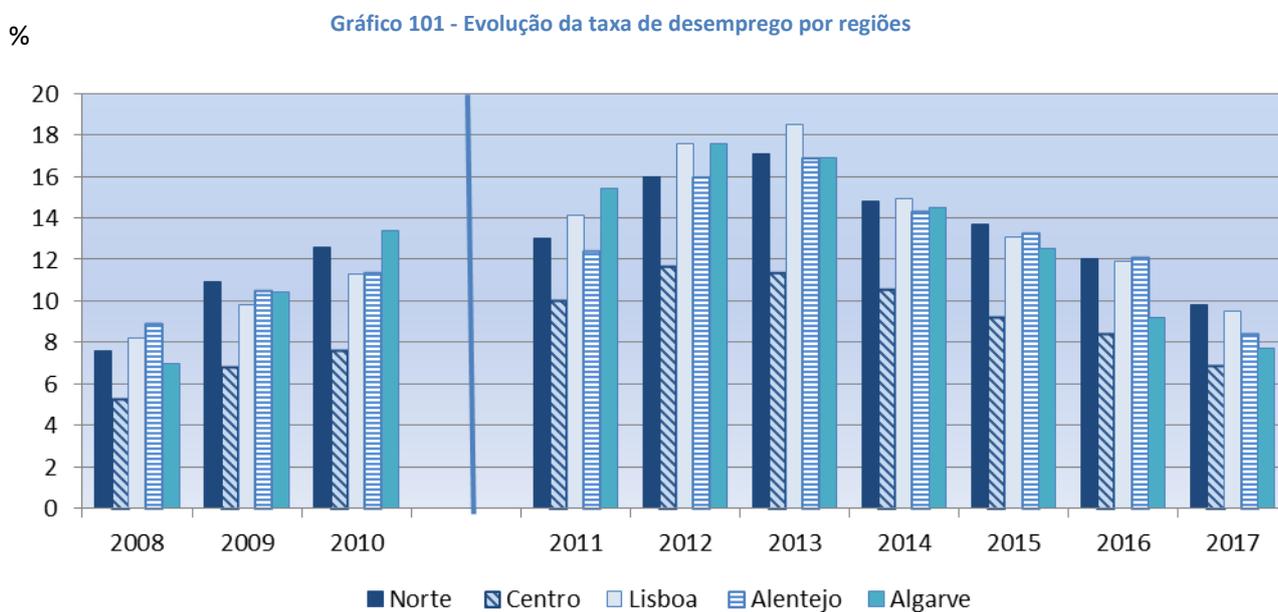
Entre 2008 e 2010 o desemprego aumentou relativamente a todos os grupos profissionais mas sobretudo no grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (+52 mil indivíduos) e ainda nos grupos dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (+42,8 mil) e dos *Trabalhadores não qualificados* (+26,7 mil). Entre 2011 e 2017 o desemprego diminuiu para todos os grupos profissionais, tendo decrescido mais nos grupos em que mais tinha aumentado anteriormente. Assim, o grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* diminuiu em 70,8 mil pessoas, o dos *Trabalhadores não qualificados* em 40,4 mil e o dos *Trabalhadores pessoais, de proteção e segurança e vendedores* em 32,2 mil.

- **Por regiões**

Segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2017, as regiões do Continente com maior número de desempregados eram o Norte (40,8% dos total), e depois a Área Metropolitana de Lisboa (30,4%) e o Centro (18,2%). Relativamente a 2016 o desemprego diminuiu mais no Alentejo (-30,1%) e na Área Metropolitana de Lisboa (-20,1%)

No que se refere às taxas de desemprego, em 2017, o Norte registava uma taxa de 9,8% e a Área Metropolitana de Lisboa de 9,5%, tendo ultrapassado a região do Alentejo, onde a taxa de desemprego era de 8,4%. A região Centro continuava a registar a taxa de desemprego mais baixa (6,9%)

No início da série o Alentejo era a região com a taxa de desemprego mais elevada mas, entre 2008 e 2010 o aumento mais acentuado verificou-se no Algarve que, a partir de 2010, e até 2012, passa a ser a região com a taxa de desemprego mais alta. É ultrapassada em 2013 pela Área Metropolitana de Lisboa e, a partir de 2015, o Norte passa a ocupar essa posição. Em 2017 a taxa de desemprego era mais baixa do que em 2009 em todas as regiões do Continente.



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

### 2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração

Em 2017, dos 438 mil indivíduos que estavam desempregados no Continente cerca de 250,2 mil, representando 57,1% do total estavam desempregados há 1 ano ou mais (desempregados de longa duração-DLD). O número de DLD diminuiu em 25,3% relativamente a 2016, mais do dobro do decréscimo que registaram os desempregados até 12 meses (-9,5%)

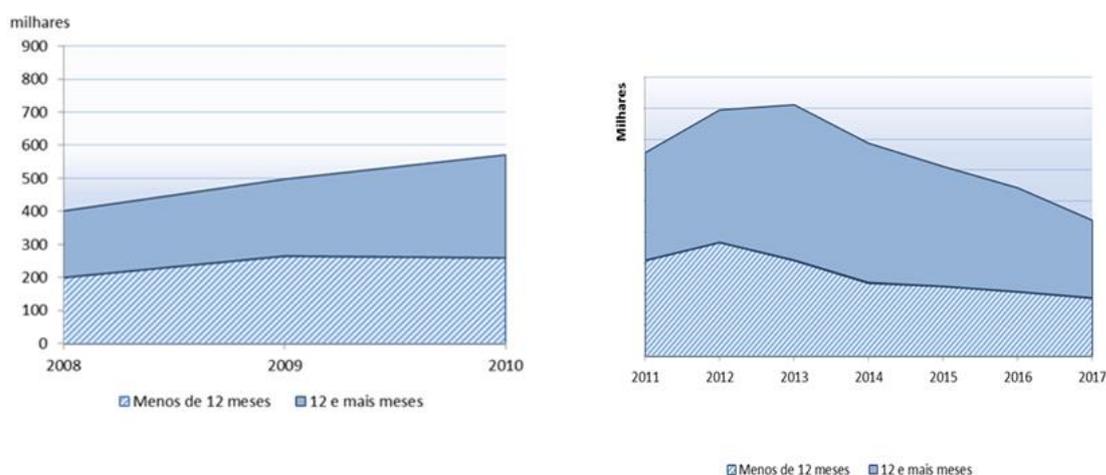
Em 2008, os desempregados de longa duração (DLD) constituíam aproximadamente metade do total e em 2009 foram sobretudo os desempregados até 12 meses que cresceram acentuadamente mas, em 2010, os DLD representavam já 54,6%. Entre 2011 e 2014, o seu peso aumentou sempre. Em 2014 representavam 65,4% do total de desempregados. Contudo, a partir de 2014, o seu número diminuiu mais rapidamente do que os desempregados há menos de 1 ano.

No que se refere às diferenças entre sexos, em 2017 as mulheres eram maioritárias em ambas as categorias, representando 52,6% dos desempregados até 12 meses e 51,3% dos desempregados com 12 e mais meses.

Em 2008 os homens representavam 51,6% dos desempregados até 12 meses. O seu peso aumentou, nos anos seguintes, e até 2016 manteve-se sempre superior ao das mulheres.

Quanto aos DLD, em 2008 as mulheres representavam 54,1% mas em 2011 já tinha diminuído para cerca de 50%, tendo-se esta percentagem mantido mais ou menos constante até 2016.

Gráfico 102 - Desemprego de Longa Duração



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2017, os DLD com o ensino básico representavam 56,4% do total dos desempregados de longa duração enquanto, no total dos desempregados, estes representavam 51%. Em contrapartida, o peso dos DLD com habilitações mais elevadas era bastante inferior à sua percentagem no total de desempregados, sobretudo dos DLD com o ensino superior (que eram 15,9% dos DLD e 24,3% do total dos desempregados) mas também no que se refere aos desempregados com o ensino secundário (27,7% dos DLD e 30,3% do total de desempregados).

Entre 2008 e 2010 o número de DLD que mais cresceu foi o dos habilitados com o ensino básico embora os DLD que tinham o ensino secundário tenham praticamente duplicado. Entre 2011 e 2013 os DLD aumentaram relativamente a todos os níveis de habilitações e, a partir daí, diminuíram. Assim, em 2017 os DLD com o ensino básico eram menos cerca de 100 mil do que em 2011 e o número de DLD com habilitações secundárias e superiores apenas ligeiramente acima do registado nesse mesmo ano.

Gráfico 103 - Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

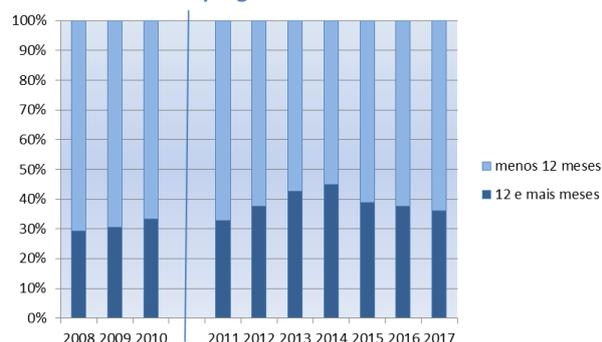
Em 2017 os DLD com entre 15 e 34 anos constituíam 30,8% do total dos DLD. O peso dos DLD destes escalões era de 36,8% em 2008 e decresceu até 2015, tendo estabilizado nos últimos 2 anos.

Ainda no que se refere aos DLD mais jovens constata-se que, em 2017, 50% dos desempregados no escalão dos 25 aos 34 anos, eram desempregados de longa duração enquanto no escalão dos 15 aos 24 anos os DLD constituíam 36,1% do total de desempregados.

Analisando a evolução dos desempregados destes escalões por duração de procura de emprego desde o início da série verifica-se que os DLD se tornaram maioritários no escalão dos 25 aos 34 anos partir de 2012, chegando a representar quase 60% nos anos de 2013 e 2014. Por outro lado, no escalão dos 15 aos 24 anos, os DLD representavam, em 2008, 29,3%. O seu peso aumentou, nos anos seguintes, tendo atingido os 45% em 2014 e, a partir daí, diminuiu.

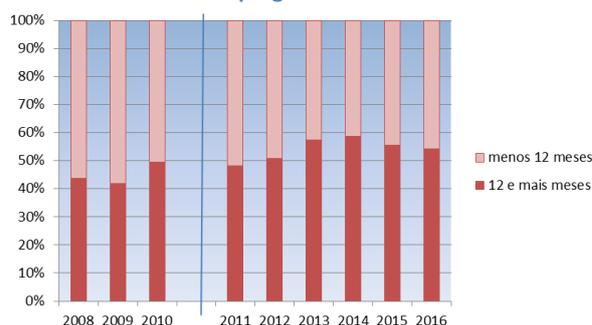
### Desempregados entre os 15 e os 34 anos por duração da procura de emprego

Gráfico 104 - Desempregados entre os 15 aos 24 anos



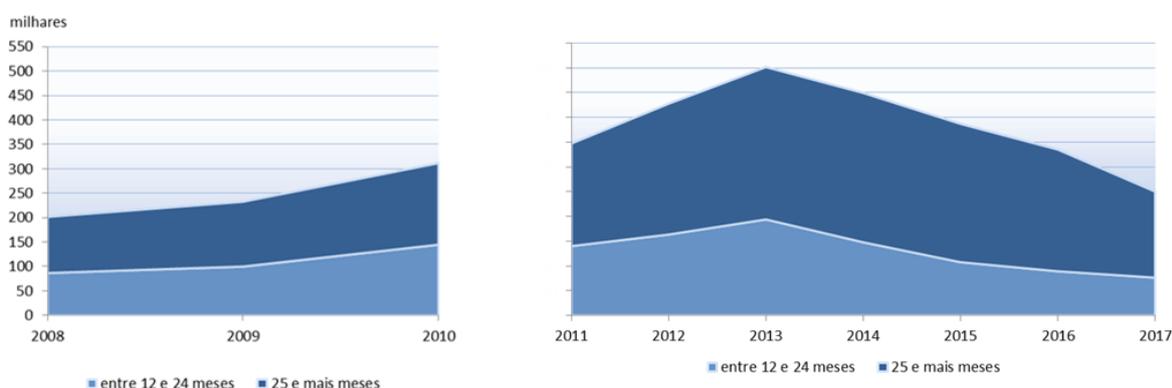
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Gráfico 105 - Desempregados entre os 25 aos 34 anos



Dos 250,2 mil indivíduos que, em 2017, no Continente, estavam desempregados há mais de 1 ano, cerca de 173,8 mil, ou seja quase 70%, estavam desempregados há mais de 2 anos (eram desempregados de muito longa duração (DMLD)). Relativamente a 2016 esta subcategoria de DLD diminuiu 29,3% ou seja, bastante mais do que os DLD com entre 12 e 24 meses, que decresceram 14,4%.

Gráfico 106 - Desempregados de longa e muito longa duração



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Entre 2008 e 2010 os desempregados de muito longa duração (DMLD), ou seja, os desempregados há mais de 2 anos, representavam cerca de 30% do total. Entre 2011 e 2013, foram a categoria de

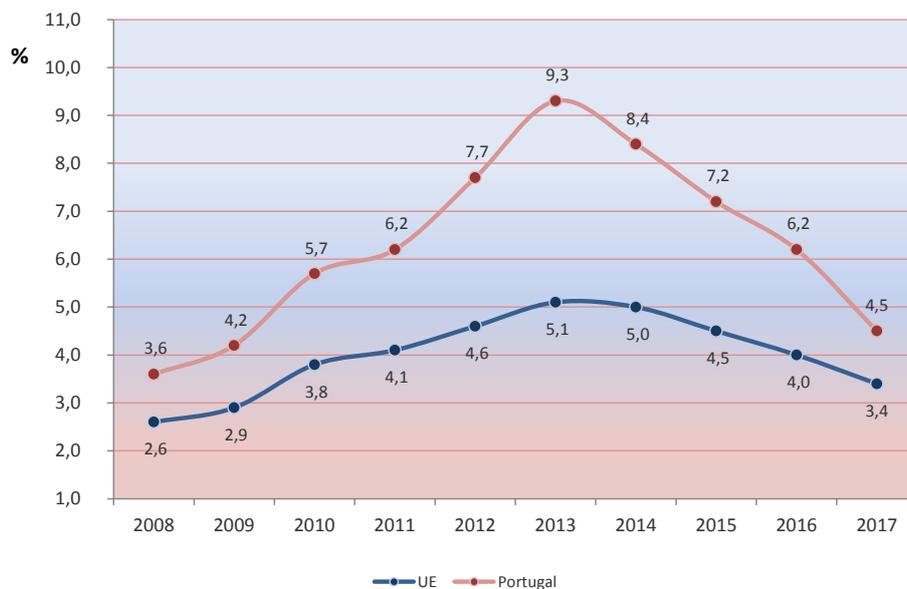
desempregados que mais cresceu em número e, a partir de 2014, a categoria que menos diminuiu, do que resultou um aumento consecutivo do seu peso relativo no total dos desempregados até 2016 (45,3%) Em 2017, contudo, a percentagem dos DMLD no total dos desempregados era de 39,7%.

### 2.3.1.3. Taxa de desemprego de longa duração e de muito longa duração em Portugal e na União Europeia

A taxa de desemprego de longa duração para Portugal, que registou uma subida progressiva desde 2008, mais que duplicou o seu valor em 2013, quando atingiu o valor máximo (9,3%) da última década. Porém, em 2014, verificou-se uma inflexão do comportamento desta taxa, com o início de uma fase de decréscimo.

Deste modo, o desemprego de longa duração diminuiu 4,8 p.p. entre 2013 e 2017, tendo registado, neste último ano, uma taxa de 4,5%. Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta uma diferença superior de 1,1 p.p., apesar de, desde 2013, essa diferença ter-se vindo a esbater.

Gráfico 107 - Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)

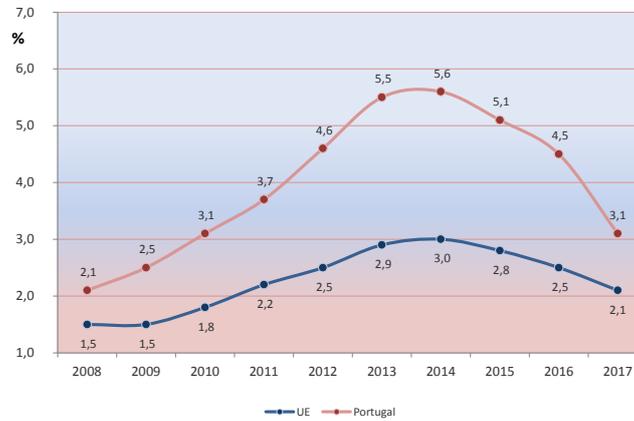


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa média europeia a manter uma certa constância entre os

1,5% e os 3%, enquanto a taxa portuguesa registou uma subida de 1 p.p., entre 2008 e 2017, continuando, assim, a distanciar-se da média dos 28 países da União.

**Gráfico 108 - Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)**

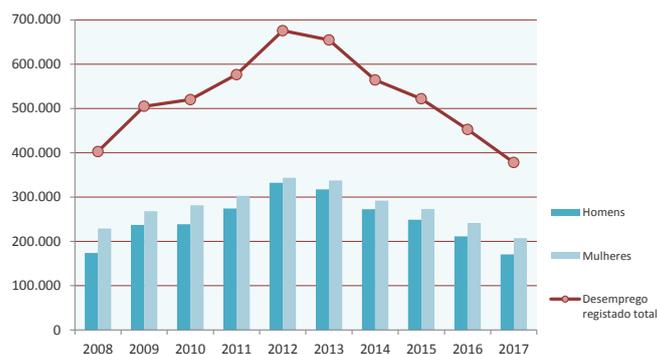


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

### 2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego

De acordo com a informação disponibilizada pelo IEFP, no final de Dezembro de 2017, havia cerca de 377,8 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Continente, o que representou uma diminuição de aproximadamente 74,9 mil indivíduos face ao final do ano anterior. Este decréscimo do desemprego registado foi mais acentuado para os homens (-19,3%) do que para as mulheres (-14,2%), pelo que o peso relativo masculino decresceu, no final de 2017, representando 45,2% do total do desemprego registado.

**Gráfico 109 - Evolução do Desemprego registado por género**



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao número de desempregados registados de longa duração (DLD), em 2017, verificou-se uma quebra de 16,7% face ao período homólogo (menos 36,2 mil pessoas), tendo o respetivo peso relativo no total de inscritos se mantido face ao período homólogo, atingindo 47,7%. Quanto ao número de jovens inscritos, registou-se igualmente um decréscimo (-20%, ou seja, menos 10,2 mil indivíduos), mantendo-se, no entanto, o seu peso relativo sensivelmente idêntico ao do ano anterior (10,8%).

Gráfico 110 - Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registrado

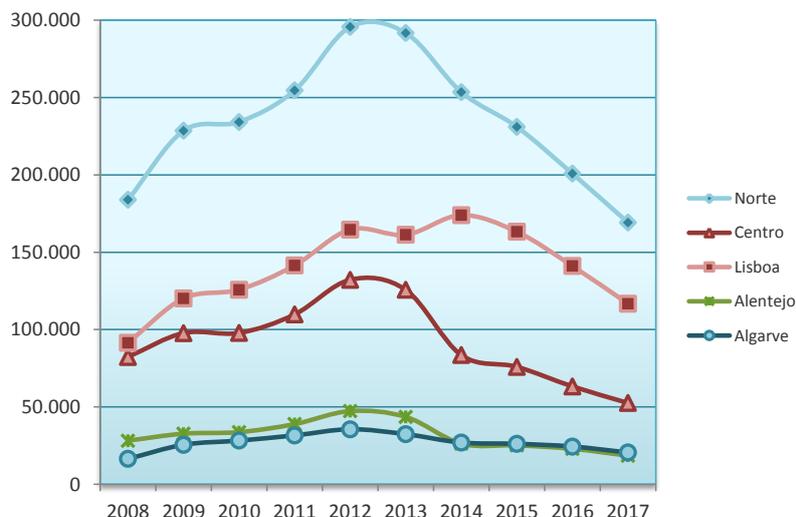


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por outro lado, a análise regional permite constatar que a tendência de decréscimo anual do desemprego, iniciada em 2013, se verificou em todas as regiões do Continente. O Norte continuou a ser a região mais afetada pelo desemprego, com cerca de 169,2 mil desempregados inscritos, não obstante ter evidenciado, em 2017, a maior descida, em termos absolutos, face ao período homólogo (-31,6 mil pessoas), logo seguida pela região de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro (com menos 24,3 mil e 10,7 mil registos, respetivamente).

De salientar que o Norte, só por si, representava, no final de 2017, cerca de 44,8% do total de registos de desemprego e, conjuntamente com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, representavam perto de 89,6% do desemprego registrado no Continente em Dezembro de 2017. No que respeita às restantes regiões, tanto o Alentejo como o Algarve registaram variações negativas, com descidas do número de desempregados na ordem dos 13%, o que, em termos absolutos, se traduziu nos decréscimos menos expressivos (menos 4,4 mil pessoas na região alentejana e menos 3,9 na região algarvia).

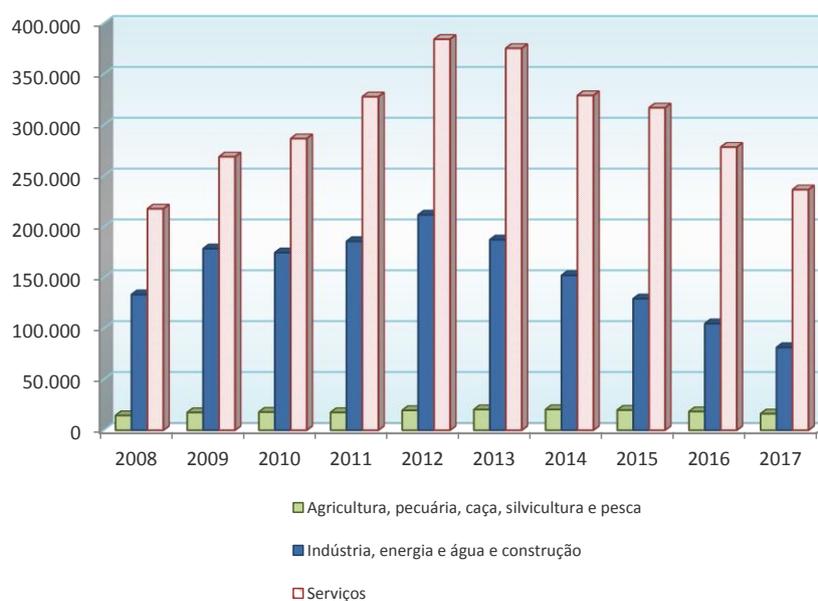
Gráfico 111 - Evolução do Desemprego registado por regiões



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Relativamente ao desemprego registado por sectores de atividade, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do sector dos *Serviços* (70%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (24,1%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (4,8%).

Gráfico 112 - Desemprego registado por sectores de atividade



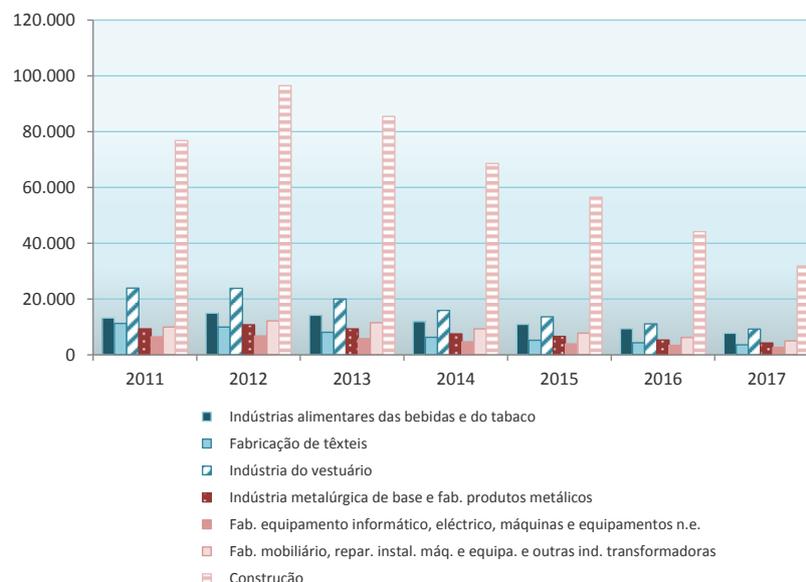
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Apesar de todos os sectores de atividade evidenciarem, em dezembro de 2017, quebras face ao período homólogo, o sector da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou, em 2017, a quebra menos expressiva (-11,6%), o que se traduziu, dada a sua menor representatividade (4,8%) no total dos sectores, numa diminuição de 2,1 mil desempregados. Os restantes sectores registaram igualmente uma descida do número de desempregados inscritos face a Dezembro de 2016. O sector dos *Serviços* que continuou a evidenciar o maior peso relativo no conjunto dos sectores de atividade (70%) em dezembro de 2017, foi o sector que apresentou a maior descida absoluta face ao período homólogo (cerca de menos 41,9 mil inscritos).

Numa análise mais desagregada da *Indústria, Energia e Água e Construção*, foi o subsector da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (39,2%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (11,3%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (9,6%).

De salientar que o subsector da *Construção* registou a maior quebra em termos absolutos, com uma diminuição de 12,3 mil desempregados inscritos, logo seguido pela *Indústria do vestuário* que evidenciou também um decréscimo do número de inscrições, com menos 1,9 mil desempregados inscritos neste subsector, face ao período homólogo.

Gráfico 113 - Desemprego registado na Indústria



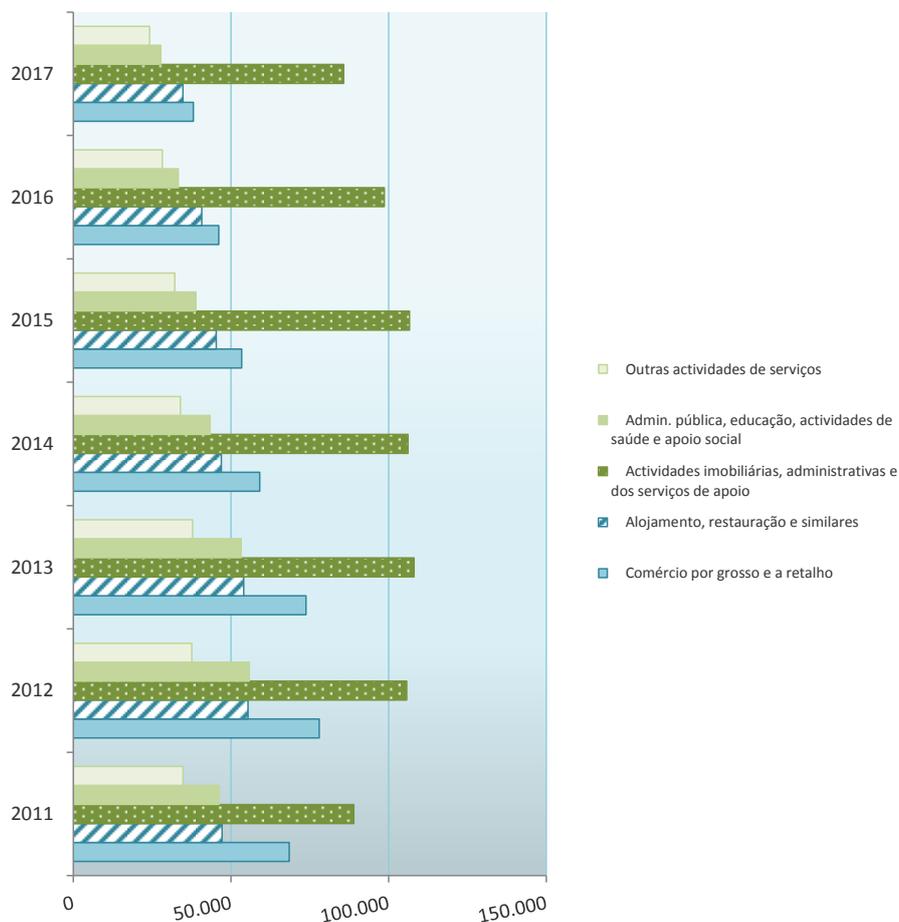
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

No sector dos *Serviços*, o subsector com maior peso relativo (36,3%) – *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* – registou um decréscimo do desemprego em relação a dezembro de 2016 (-13%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de menos 12,9 mil desempregados.

Relativamente ao subsector *Comércio por Grosso e a Retalho*, que manteve, em 2017, a segunda maior representatividade com 16,1% do total do desemprego registado no sector dos *Serviços*, verificou-se o maior decréscimo, em termos absolutos, com uma redução do número de desempregados inscritos (-8 mil).

Os subsectores do *Alojamento, restauração e similares* e da *Administração Pública, Educação, Atividades de Saúde e Apoio Social* evidenciaram, também, descidas expressivas do número de desempregados inscritos (menos 6 mil e 5,6 mil, respetivamente).

Gráfico 114 - Desemprego registado nos Serviços

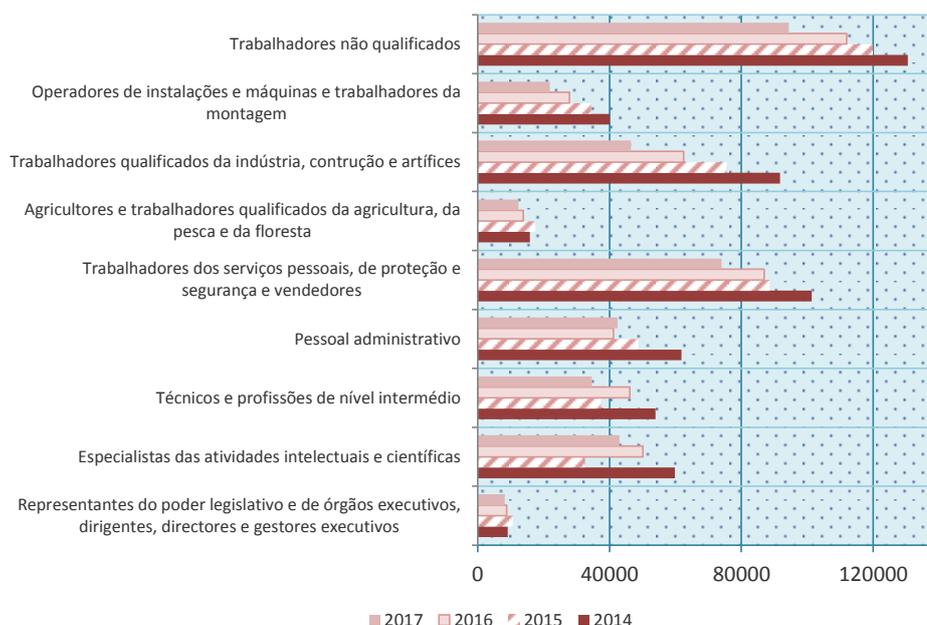


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Em 2017, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (25%) e o *Pessoal dos serviços de proteção e segurança* (19,6%), sucedendo-se os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (12,3%).

Em valores absolutos, a evolução face a Dezembro de 2016 indicou uma quebra na maioria das profissões, tendo-se verificado os maiores decréscimos do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores não qualificados* (menos 17,6 mil), dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (menos 16 mil) e dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (menos 13 mil). Pelo contrário, o único aumento, em termos absolutos, registou-se no grupo do *Pessoal administrativo* (mais 1,2 mil).

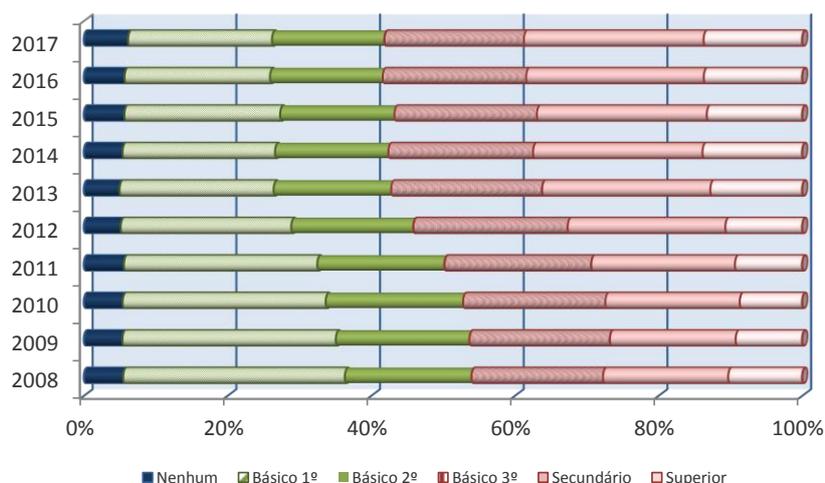
Gráfico 115 - Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IIEFP, Mercado de Emprego

Ao nível das habilitações, quando comparado com a estrutura de 2008, denota-se que os desempregados registados com o Ensino Secundário ou Superior têm vindo a assumir maior peso no desemprego total, em detrimento dos que têm níveis inferiores de habilitações. Contudo, em 2017, os desempregados registados com o Ensino Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (26%) com um aumento de 8,5 p.p. em relação a 2008, ao contrário dos desempregados com o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico que, no espaço de uma década, viram o seu peso relativo diminuir 10,7 p.p. e 3,9 p.p., respetivamente.

Gráfico 116 - Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



Fonte: IIEFP, Mercado de Emprego

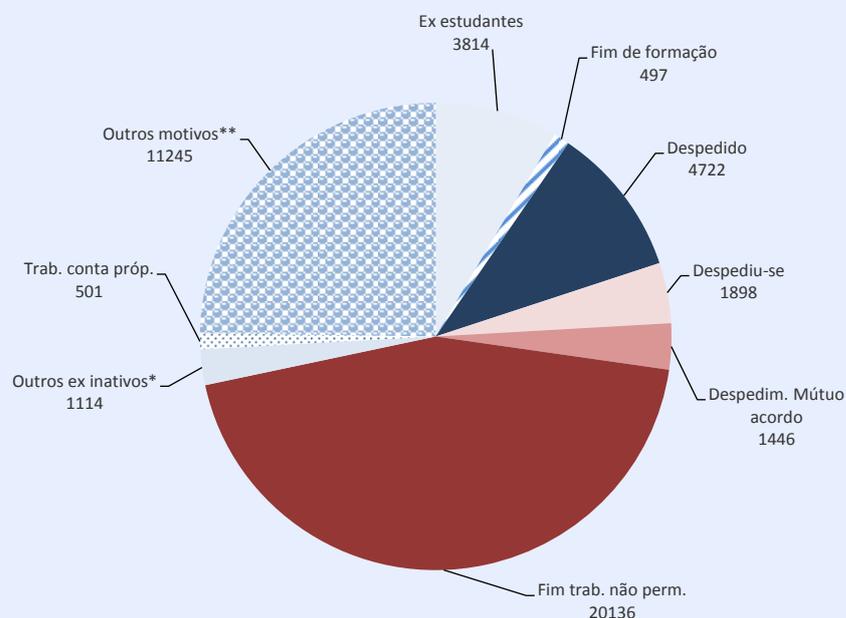
A evolução do desemprego registado face a Dezembro de 2016 registou quebras em todos os níveis de ensino, tendo os maiores decréscimos ocorrido no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, com menos 20,8% e menos 21,6% respetivamente, o que se traduziu em menos 18,8 mil e 15,3 mil desempregados registados. De registar que, em 2017, o Ensino Secundário evidenciou, em termos absolutos, a terceira maior diminuição no desemprego registado, com menos 15,1 mil indivíduos (-13,3%) relativamente ao período homólogo.

## MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

### MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

De acordo com a informação estatística disponibilizada pelo Mercado de emprego do IIEFP, em 2017, o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou 44,4% do total dos registos de desemprego, logo seguido, não obstante com uma representatividade bastante menor, pelas categorias dos *Despedidos* (10,4%), dos *Ex-estudantes* (8,4%), dos *Despediram-se* (4,2%) e das situações de *Despedimento por mútuo acordo* (3,2%).

Gráfico 117 - Motivos de inscrição dos desempregados em 2017 - Média mensal do movimento ao longo do ano



\* Inclui ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

\*\* Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

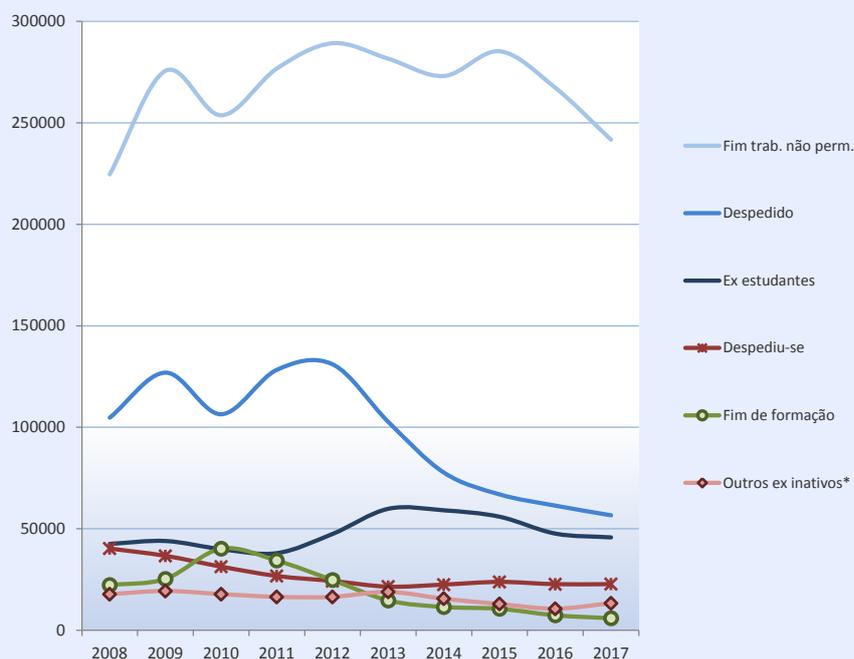
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por outro lado, considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo da última década, constata-se que a categoria mais representada – *Fim de trabalho não permanente* – tem vindo a apresentar uma trajetória de oscilação, evidenciando três picos de aumento no volume de registos, em 2009, 2012 e 2015.

De salientar que, apesar do decréscimo desta categoria em 2016, quando comparada com o início da década em análise, verifica-se um acréscimo de cerca de 7,6%, ou seja mais 17,1 mil inscrições de desempregados devido ao *Fim de trabalho não permanente*.

No que concerne à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a análise da sua evolução, ao longo dos últimos 10 anos, traduz uma redução de 48,1 mil registos em 2017 face a 2008, não obstante os acréscimos no volume de inscrições verificados em 2009 e 2012.

Gráfico 118 - Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados - Total dos movimentos ao longo dos meses



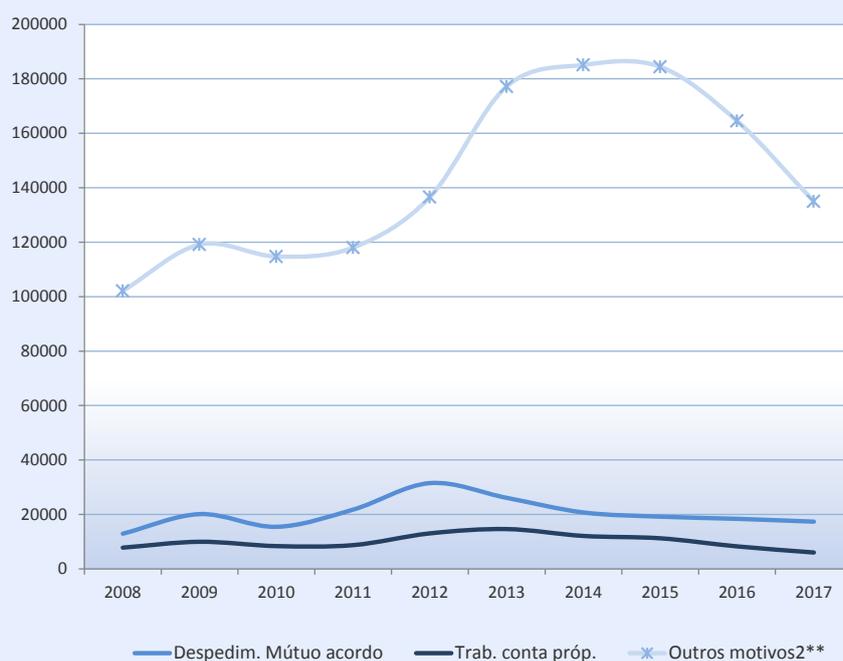
\* Inclui ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Quanto aos *Ex-estudantes*, que ocupam a terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, o número de registos apresentou alguma constância até 2012, ano a partir do qual se evidenciou uma subida, com maior expressividade em 2013 e 2014. De notar que, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados inflectiram a sua trajetória ascendente a partir de 2015.

Relativamente aos motivos de inscrição *Despediu-se*, *Fim de formação* e *Outros ex-inativos* (*ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego*), constata-se uma perda expressiva da sua representatividade face ao início da década em análise, em 2008. Com efeito, no decurso dos últimos 10 anos, estas três categorias, em conjunto, viram o seu peso relativo diminuir 6 p.p., tendo passado de 13,7%, em 2008, para 7,7%, em 2017.

Gráfico 119 - Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados - Total dos movimentos ao longo dos meses



\*\* Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

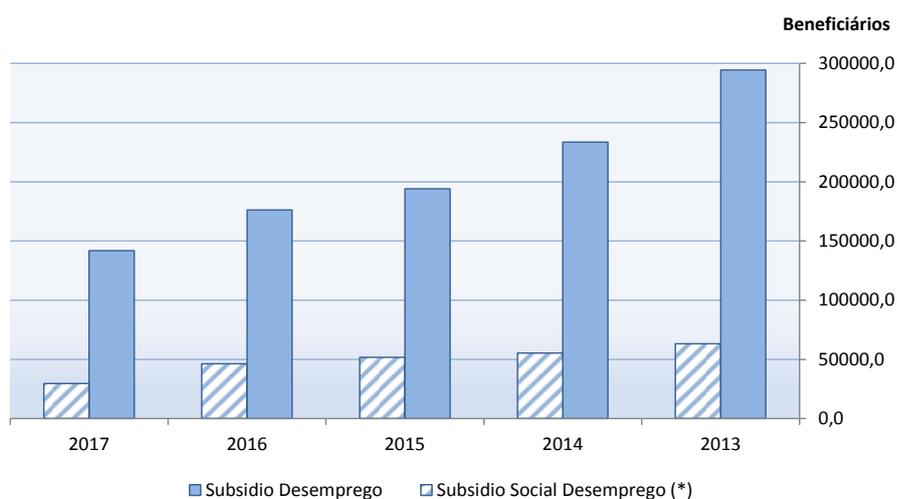
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por último, no que respeita aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo* e os *Trabalhadores por conta própria*, verificou-se um decréscimo nos últimos anos, apesar destas categorias terem apresentado subidas significativas nos anos de 2009 e 2012. De salientar que, as inscrições originadas por *Outros motivos* (*serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, entre outros*), continuaram a evidenciar um decréscimo bastante acentuado, iniciado em 2015.

### 2.3.3. Situação do desemprego subsidiado

De acordo com a informação fornecida pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2017 havia cerca de 171,3 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 316 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Gráfico 120 - Variação dos beneficiários com prestações de desemprego por tipo de subsídio



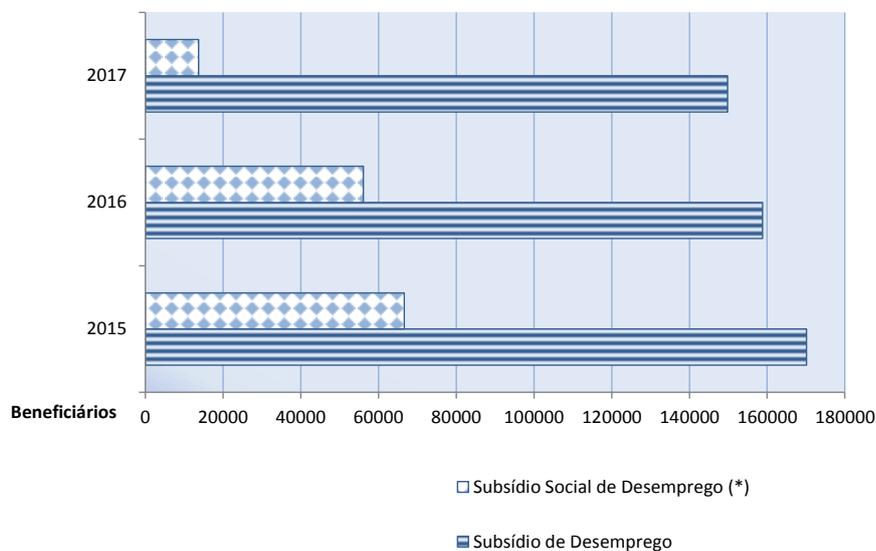
(\*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

O número de beneficiários com prestações diminuiu relativamente ao período homólogo (-23%), o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de cerca de 51,1 mil beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio de desemprego (SD) e do subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente) embora, na variação homóloga, o decréscimo tenha sido mais expressivo nos beneficiários com prestações de SSD (-36% face a -19,6% nos beneficiários com SD).

Quando comparado com o ano anterior, 2017 continuou a apresentar uma maior representatividade do número de beneficiárias femininas (54,5% de mulheres face a 45,5% de homens), tendo esse peso relativo aumentado em virtude do decréscimo mais acentuado dos beneficiários masculinos (-28,1%). No que respeita aos escalões etários, em 2017, a maioria dos beneficiários situava-se no escalão dos 25 aos 54 anos (64,4% do total dos beneficiários dependentes), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (29,9%).

**Gráfico 121 - Beneficiários com prestações de desemprego deferidas entre 2015 e 2017**



(\*) Inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

No decurso de 2017, foram deferidas prestações de desemprego relativas a cerca de 172,6 mil beneficiários: cerca de 141,8 mil relativas ao subsídio de desemprego e 29,6 mil relativas ao subsídio social de desemprego.

**Quadro 3 - Beneficiários com prestações de desemprego deferidas por tipo de subsídio**

	2013	2014	2015	2016	2017
	<b>Número beneficiários</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>357.755</b>	<b>289.261</b>	<b>246.519</b>	<b>212.109</b>	<b>172.575</b>
Subsídio por Cessação de Atividade	222	512	367	474	316
Subsídio por Cessação de Atividade Empresarial	—	—	77	159	135
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional MOE	—	—	376	736	775
Subsídio de Desemprego	294.397	233.460	194.019	154.642	141.760
Subsídio Social de Desemprego (*)	63.136	55.289	51.680	56.098	29.589

— valor não disponível

(\*) Inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

No que se refere ao subsídio por cessação de atividade e de atividade empresarial foram deferidas prestações relativas a 316 e 135 beneficiários, respetivamente. Quanto ao subsídio por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, este foi atribuído a 775 pessoas.

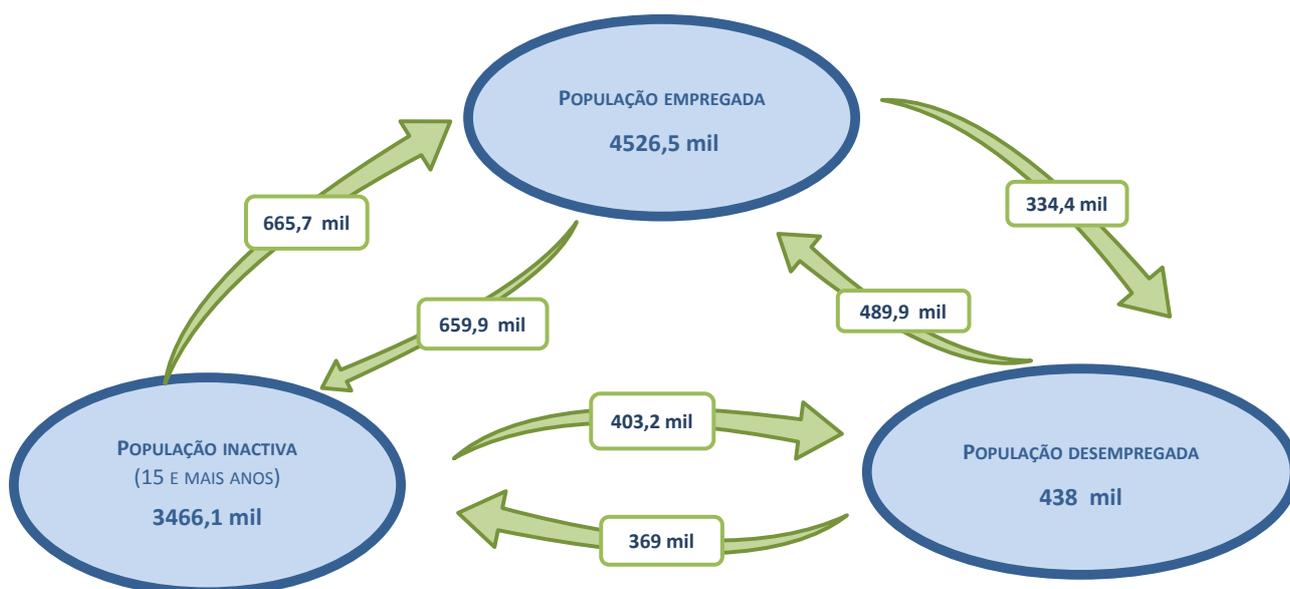
Relativamente ao período homólogo o número de beneficiários com prestações deferidas diminuiu 18,6%, o que se traduziu num decréscimo de 39,5 mil pessoas. De referir que, entre 2016 e 2017, o número de beneficiários com prestações relativas ao subsídio de desemprego conheceu a menor variação negativa (-8,3%), contrastando com os beneficiários do subsídio social de desemprego, cuja diminuição foi cerca de 47%.

Por último, no que diz respeito aos subsídios por cessação de atividade e de atividade empresarial, verificaram-se variações homólogas de 33,3% e 15,1%, respetivamente, ao contrário do subsídio por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, cujo número de prestações deferidas evidenciou um aumento de 5,3% face a 2016.

## **2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade**

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, em 2017, o número de pessoas que passaram de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 489,9 mil. Por outro lado, 334,4 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 155,5 mil pessoas.

Gráfico 122 - Fluxos de mão de obra em 2017



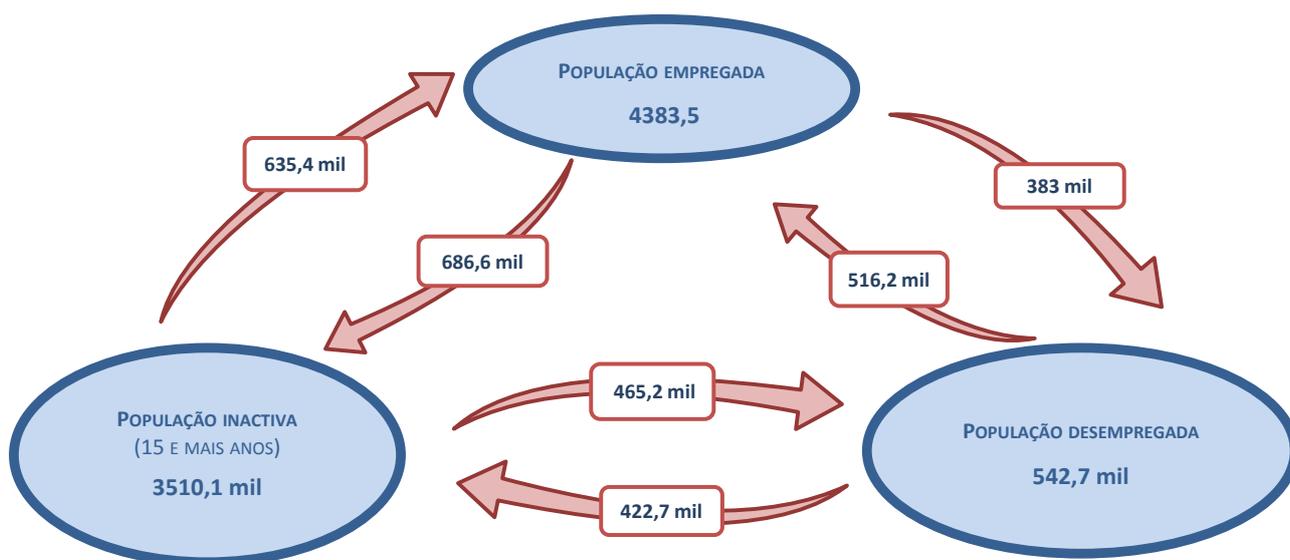
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Para além disso, cerca de 665,7 mil passaram da inatividade para o emprego sendo que 659,9 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi positivo (mais 5,8 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de cerca de 369 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 403,2 mil indivíduos. O saldo desemprego-inatividade é por isso negativo (-34,2 mil pessoas).

Em resumo, em 2017, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 161,3 mil pessoas, que resulta sobretudo da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população desempregada, em contrapartida, diminuiu em cerca de -121,3 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados do desemprego para o emprego. Já o número de inativos diminuiu, sobretudo devido à saída de inativos para o emprego.

Analisando os fluxos de mão de obra no período homólogo, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi também positivo (133,2 mil pessoas) uma vez que cerca de 516,2 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 383 mil passaram do emprego para o desemprego.

Gráfico 123 - Fluxos de mão de obra em 2016



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O saldo emprego-inatividade foi, contudo, negativo (-51,2 mil pessoas) já que cerca de 686,6 mil indivíduos passaram do emprego para a inatividade e 635,4 mil saíram da inatividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inatividade, este foi igualmente negativo (-42,5 mil indivíduos) considerando que cerca de 465,2 mil transitaram da inatividade para uma situação de desemprego enquanto 422,7 mil transitaram do desemprego para a inatividade.

Assim, no 2º semestre de 2016 a população empregada aumentou cerca de 82,6 mil pessoas, sobretudo devido aos transitados da inatividade para o emprego. Por outro lado, a população desempregada conheceu um decréscimo de -90,7 mil pessoas em virtude da saída de desempregados para o emprego. Já o número de inativos aumentou (8,7 mil pessoas) devido à entrada de empregados, uma vez que o saldo negativo da inatividade-desemprego foi compensado pelo saldo positivo inatividade-emprego.

Por último, de salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho em 2017, quando comparados com os do período homólogo, terem apresentado um saldo positivo do emprego e negativo do desemprego e da inatividade.

Quadro 4 - Saldos finais dos fluxos de mão de obra

Fluxos de mão de obra		
Saldos Finais (milhares)		
	2016	2017
Emprego	+ 82,6	+ 161,3
Desemprego	- 90,7	- 121,3
Inatividade	+ 8,7	- 40

### 2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

De acordo com os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em 2017, entraram nas Administrações públicas, no Continente, cerca de 103,3 mil trabalhadores. Destes, 54,5 mil (cerca de 52,8%) constituíam novos recrutamentos<sup>18</sup> e os restantes provinham da mobilidade e outras situações<sup>19</sup>.

Em contrapartida, saíram das Administrações Públicas do Continente, em 2017, 97,8 mil trabalhadores, 53,6 mil dos quais em definitivo<sup>20</sup>. Refira-se que, relativamente aos que saíram definitivamente, apenas cerca de 5,5 mil saíram por reforma/aposentação<sup>21</sup>.

Destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de 5,4 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 4,5 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações, e 909 do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

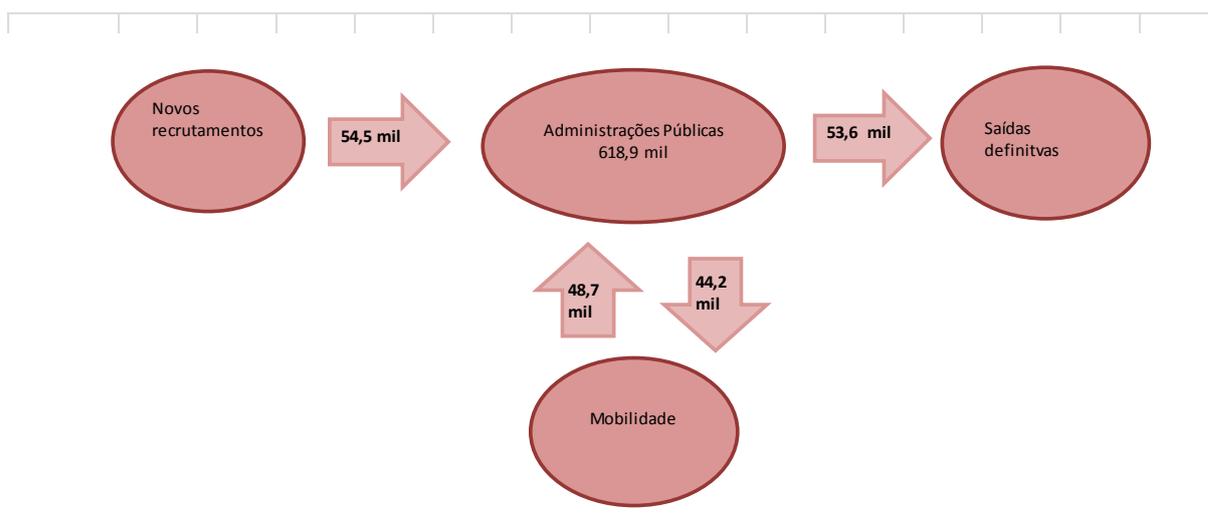
<sup>18</sup> inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

<sup>19</sup> Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

<sup>20</sup> As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

<sup>21</sup> Dos trabalhadores que não saíram por aposentação/reforma 66,2% provinham do Ministério da Educação, 11,5% do Sector Empresarial do Estado – entidades reclassificadas (unidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais em SEC 2010) e 10,4% do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

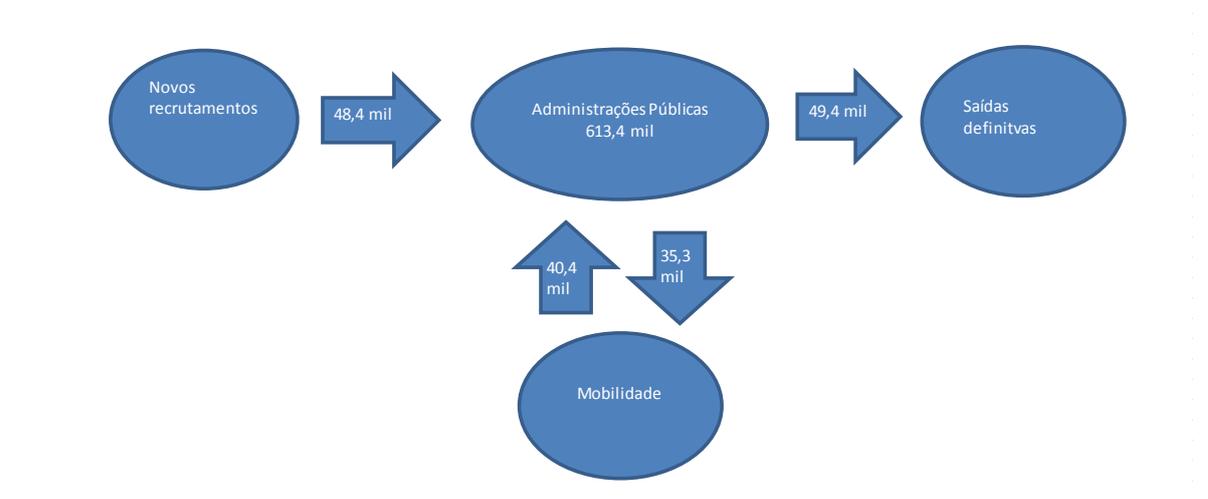
Gráfico 124 - Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2017



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2016, o número de entradas foi mais elevado mas houve também maior número de saídas. De qualquer modo, o saldo anual foi positivo (+4,8 mil pessoas).

Gráfico 125 - Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2016



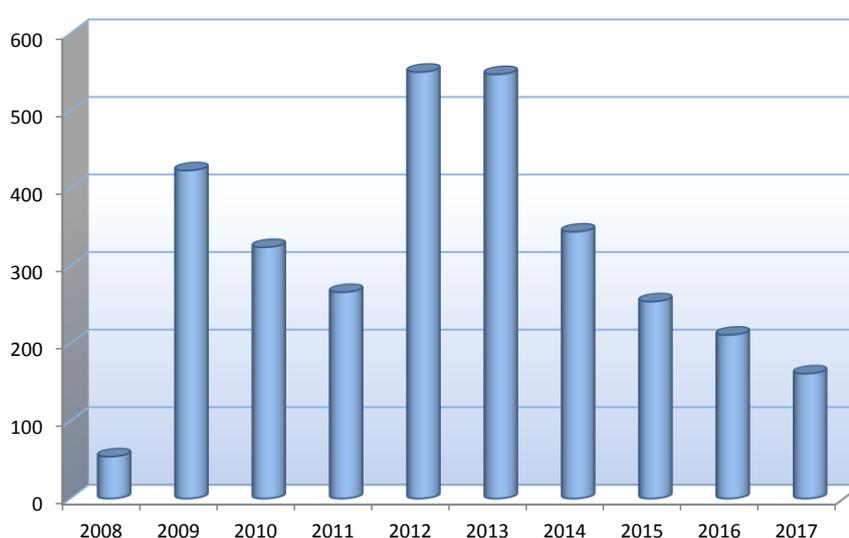
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2012 e 2014, o saldo anual de entradas e saídas foi sempre negativo pelo que o número de trabalhadores nas administrações públicas diminuiu, nesse período, em cerca de -69,4 mil pessoas. Depois disso, entre 2015 e 2017, o número de trabalhadores cresceu sempre.

## 2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática da Segurança Social, 161 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, no decurso de 2017, tendo o número destas empresas mantido a tendência de decréscimo iniciada em 2014, após se terem registado, em 2012 e 2013, os valores mais elevados da década, anos em que 550 e 547 empresas, respetivamente, se encontravam em *Lay-off*.

Gráfico 126 - Entidades empregadoras em situação de Lay-off



Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

A análise dos últimos dez anos, evidencia o número reduzido de empresas em *Lay-off* no primeiro ano da série, em 2008, e o aumento bastante expressivo que ocorreu a partir de 2009 e em particular nos anos de 2012 e 2013.

Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, apesar dos anos de 2012 e 2013 evidenciarem um maior número de registo de empresas em situação de *Lay-off* nos últimos dez anos (550 e 547 respetivamente), o número de trabalhadores envolvidos apresentou o valor mais expressivo em 2009, ano em que o total de beneficiários com prestações de *Lay-off* atingiu 19,3 mil pessoas.

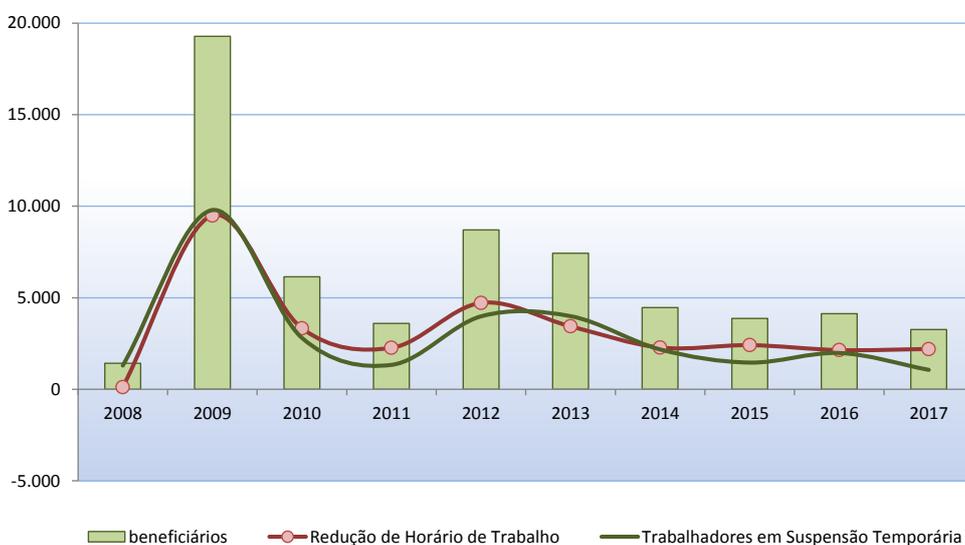
Gráfico 127 - Entidades empregadoras e beneficiários em situação de Lay-off



Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que ambas as situações têm vindo a evidenciar uma tendência semelhante ao longo dos últimos dez anos, não obstante, em 2017, se ter verificado um ligeiro aumento dos trabalhadores com redução de horário de trabalho, ao contrário dos trabalhadores em suspensão temporária de trabalho, cujo valor decresceu de forma expressiva.

Gráfico 128 - Beneficiários com prestações de Lay-off, por tipologia



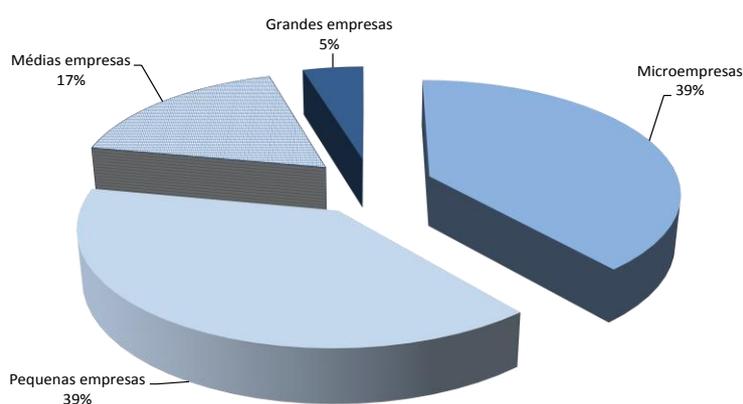
Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

### 2.4.3. Despedimentos coletivos

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), em 2017, foram comunicados 396 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3,5 mil trabalhadores. Em termos homólogos, 2017 registou um decréscimo na ordem dos 6%, o que correspondeu a menos 25 despedimentos coletivos comunicados.

Considerando o número de despedimentos coletivos por dimensão de empresa, constata-se que, em 2017, as pequenas empresas e as microempresas concentraram mais de metade dos despedimentos coletivos comunicados, com cerca de 39% cada uma das tipologias (155 nas pequenas empresas e 154 nas microempresas).

Gráfico 129 - Despedimentos coletivos por tipologia de empresa, em 2017



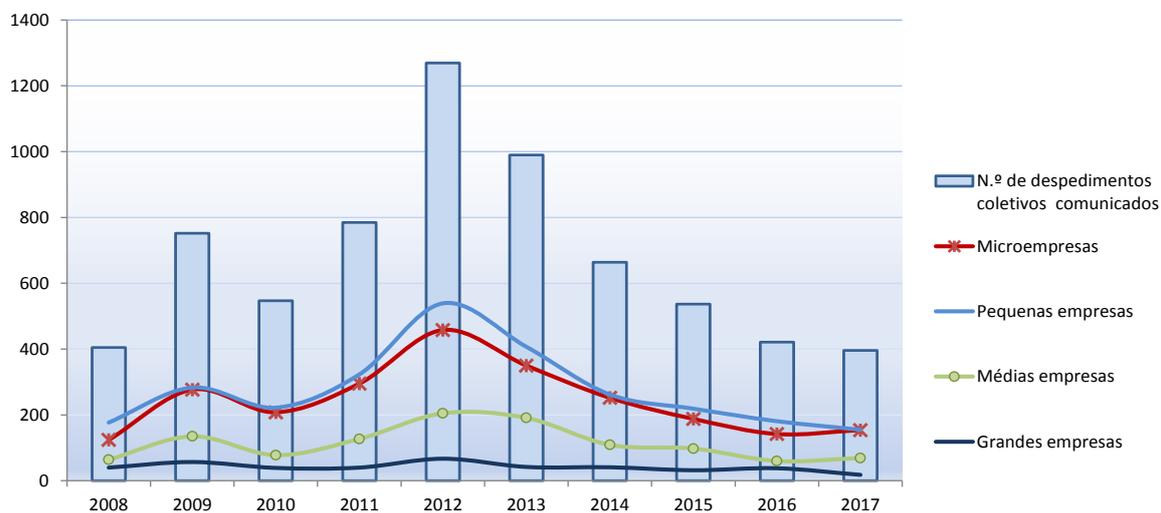
Fonte: DGERT, *Relatório anual*

De salientar o facto das grandes empresas terem sido, em 2017, a dimensão empresarial que apresentou o menor número de despedimentos coletivos (18), após ter registado uma variação homóloga negativa de 52,6%.

Por outro lado, a análise dos últimos dez anos, evidencia um aumento bastante expressivo entre 2010 e 2012, ano em que se atingiu o expoente máximo da série em análise, com 1269 despedimentos coletivos registados, tendo a partir de então e até 2017, decrescido o número total de despedimentos coletivos comunicados.

De salientar o facto de 2017 ser o ano em que se registou o menor número de despedimentos coletivos, tendo afetado um total de 3,5 mil trabalhadores, o valor mais baixo do período em análise, a par com o valor referente a 2010 (3,5 mil trabalhadores).

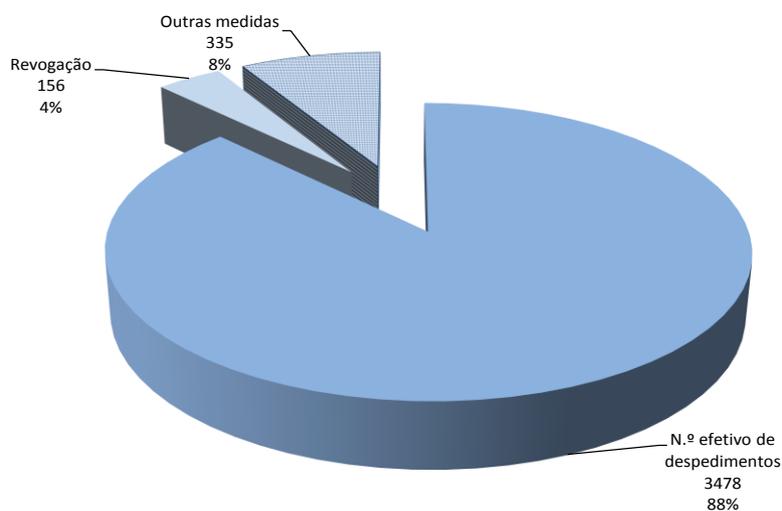
**Gráfico 130 - Evolução do número de despedimentos coletivos por tipologia de empresa**



Fonte: DGERT, Relatório anual

Relativamente ao número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos, em 2017, de um total de 396 despedimentos coletivos, foram efetivamente despedidos cerca de 3,5 mil trabalhadores, tendo-se constatado um decréscimo homólogo de 26,2%, o que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de cerca de 1200 trabalhadores face a 2016.

**Gráfico 131 - Número de trabalhadores a despedir por despedimentos coletivos, em 2017**

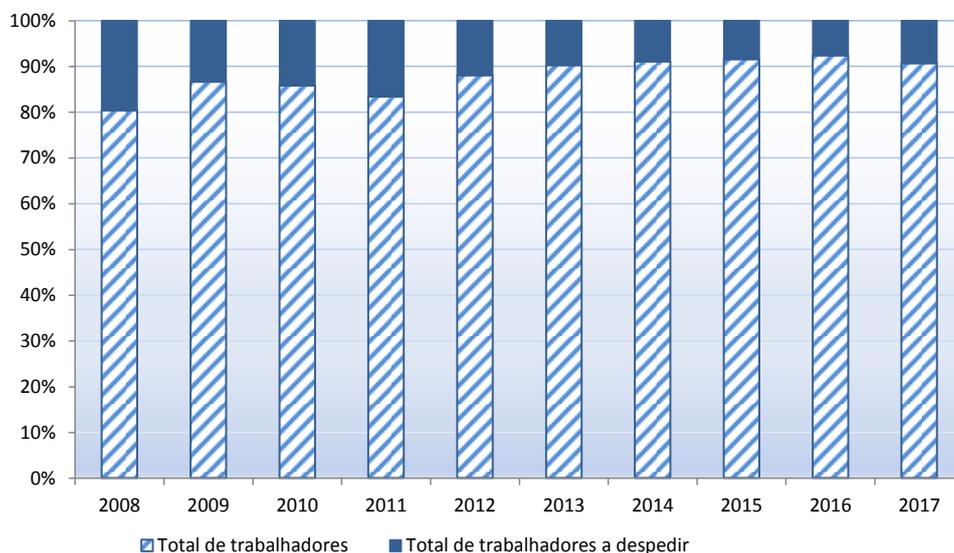


Fonte: DGERT, Relatório anual

De referir que, em 2017, o número de trabalhadores a despedir atingiu quase 4 mil, não obstante, na prática se terem efetivado cerca de 3,5 mil despedimentos, 156 revogações<sup>22</sup> e 335 trabalhadores foram abrangidos por outras medidas<sup>23</sup>.

Por último, evidencia-se o facto da percentagem de trabalhadores a despedir no total dos trabalhadores das empresas que efetuaram despedimentos coletivos ter vindo gradualmente a diminuir no decurso da última década.

Gráfico 132 - Total de trabalhadores e total de trabalhadores a despedir, em 2017



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

<sup>22</sup> Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

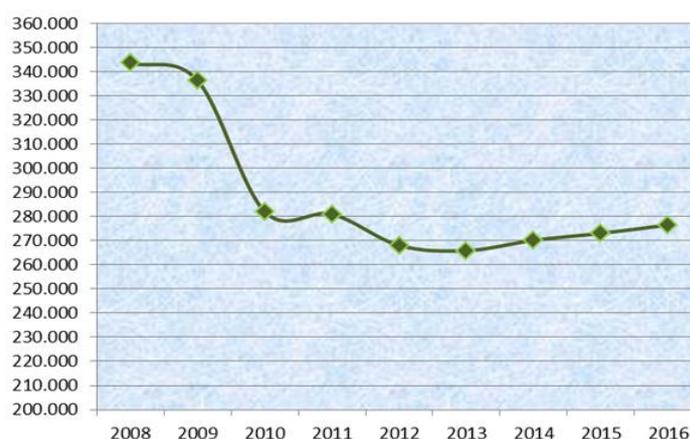
<sup>23</sup> Suspensão de contratos de trabalho, redução de períodos normais de trabalho, reconversão ou reclassificação profissional e reformas antecipadas ou pré-reformas.

## 3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

### 3.1. Estrutura Empresarial

Em 2016, 276 mil empresas responderam aos Quadros de Pessoal, ou seja, mais 3,3 mil do que no ano anterior. Entre 2008 e 2013, o número de empresas diminuiu significativamente, tendo esse decréscimo sido particularmente acentuado entre 2009 e 2010 (menos cerca de 54,3 mil empresas). A partir de 2013 o número de empresas cresceu sempre. Contudo, em 2016, responderam aos Quadros de Pessoal menos 67,3 mil empresas do que em 2008.

Gráfico 133 - Evolução do número de empresas



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

- **Por sectores de atividade**

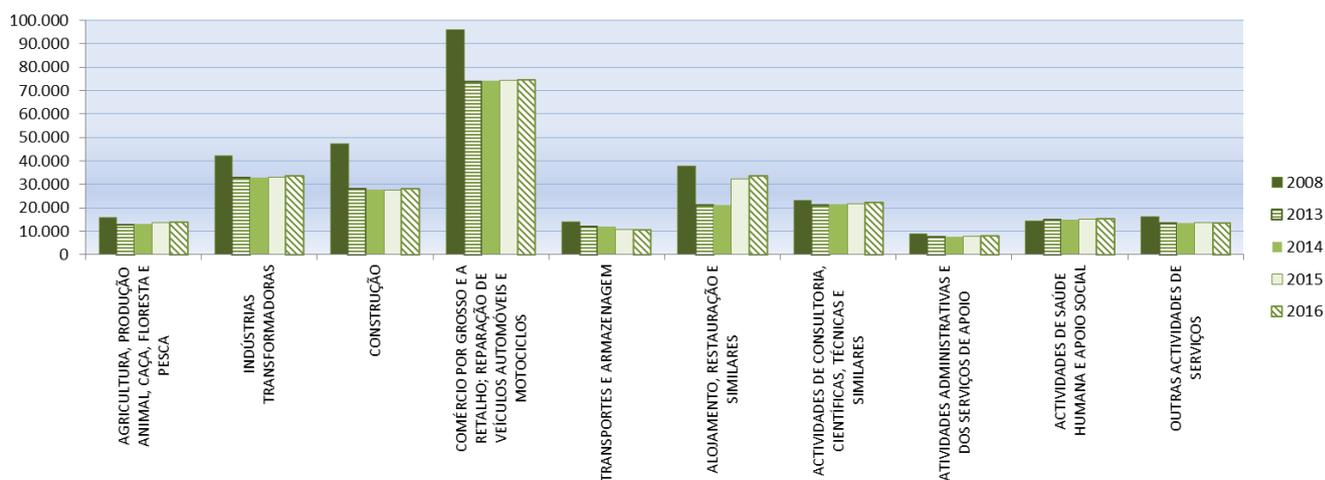
Entre 2015 e 2016, o maior aumento no número de empresas registou-se, tal como no ano anterior, no sector do *Alojamento, restauração e similares* (+ 1,1 mil empresas). Seguiram-se as empresas de *Construção* (+545) e o sector das *Atividades Imobiliárias* (+428 empresas). De referir ainda os sectores da *Agricultura, caça, floresta e pesca, e das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, que registaram cerca de mais 300 empresas. Nalguns sectores o número de empresas diminuiu embora, na maior parte, de forma pouco significativa. Os sectores que registaram os maiores decréscimos no número de empresas foram o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (-109 empresas) e o dos *Transportes e Armazenagem* (-75 empresas).

No que se refere aos subsectores de atividade, nas *Indústrias Transformadoras* os aumentos no número de empresas concentraram-se na *Indústria têxtil do couro dos seus produtos* (+129 empresas) e nas *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (+125). Relativamente ao *Comércio* o único subsector que cresceu foi o do *Comércio, manutenção e reparação e veículos automóveis e motociclos* (+313 empresas) sendo que nos outros dois se verificou um decréscimo que foi de 183 empresas no *Comércio por grosso* e de 192 no *Comércio a retalho*.

Entre 2008 e 2016, o número de empresas diminuiu em todos os sectores mais significativos exceto nos sectores da *Saúde humana e apoio social* e das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*. O sector que registou maior decréscimo no número de empresas foi o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (cerca de -21,7 mil empresas) seguido do sector da *Construção* (-19,4 mil empresas) e das *Indústrias Transformadoras* (-9 mil empresas).

A partir de 2013 o número de empresas cresceu em todos os sectores exceto na *Construção*, onde o número de empresas diminuiu até 2015. Entre 2013 e 2016 o sector que registou um maior acréscimo no número de empresas foi o *Alojamento, restauração e similares* (+12,3 mil empresas). Por outro lado, o sector dos *Transportes e Armazenagem*, (onde o número de empresas voltou a diminuir a partir de 2014) registou, no mesmo período, o maior decréscimo (-1,4 mil empresas).

Gráfico 134 - Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Já no que respeita aos subsectores de atividade os maiores acréscimos verificados no número de empresas entre 2013 e 2016 registaram-se nos subsectores da *Indústria têxtil do couro dos seus produtos* (+440 empresas) e no subsector do *Comércio, manutenção e reparação e veículos automóveis e motociclos* (+600 empresas).

- **Por dimensão de empresas**

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se sem alterações. As empresas até 49 trabalhadores representavam 97,4% do total. Refira-se que, desde 2013 se verifica um ligeiro decréscimo na percentagem de empresas com até 9 trabalhadores a favor das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores.

Os sectores com maior peso de empresas no escalão **até 9 trabalhadores** (mais de 90%) continuavam a ser as *Atividades imobiliárias, as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, e as *Outras atividades de serviço*, bem como os subsectores da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* e do *Comércio a retalho*.

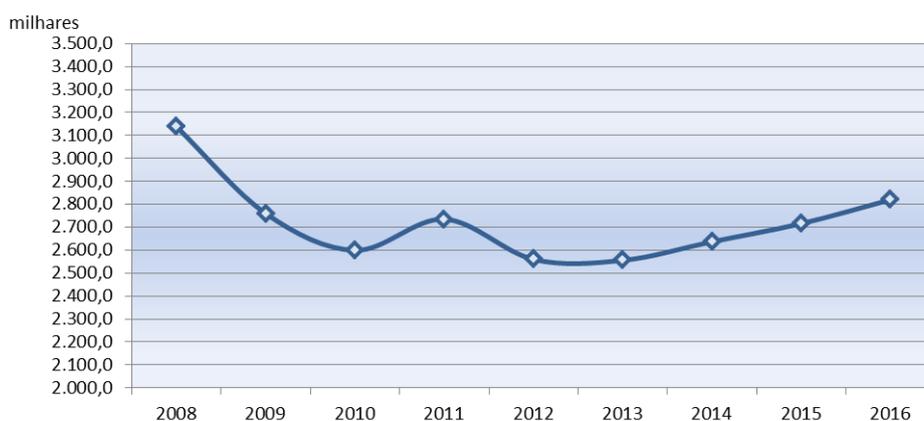
No segmento das empresas com **entre 10 a 49 trabalhadores**, destaca-se, para além do sector das *Atividades das organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais*, o sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (este escalão representava 57,9% do total das empresas), e ainda os subsectores da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas e das Indústrias têxteis, do couro e dos produtos do couro*.

Nos escalões de empresas com **50 e mais trabalhadores** refiram-se os subsectores do *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*. Nestes sectores as empresas destes escalões representavam, respetivamente 34% e 23,4% do total.

## 3.2. Emprego nas empresas

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2016 havia 2,820 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, o que representou um aumento de 104 mil relativamente a 2015. Este número é superior ao registado em 2009, mas significa ainda um decréscimo de -318 mil trabalhadores relativamente a 2008.

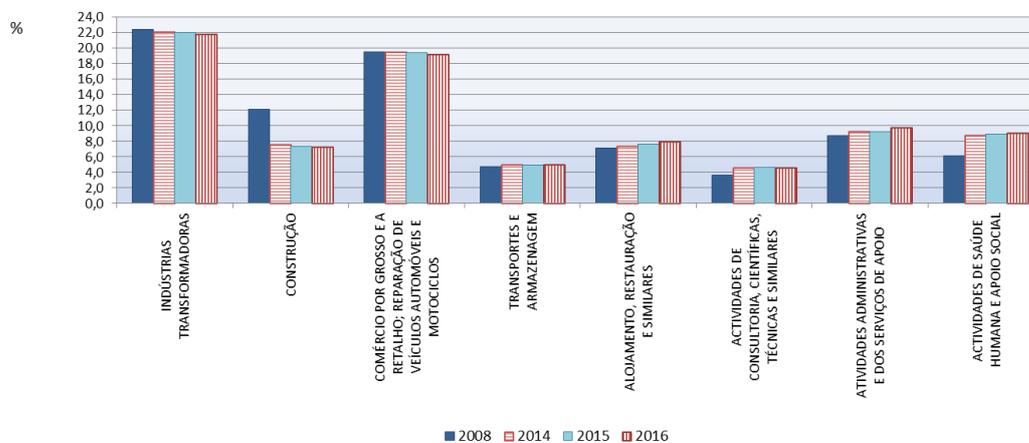
Gráfico 135 - Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- **Por sectores de atividade**

Gráfico 136 - Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos)

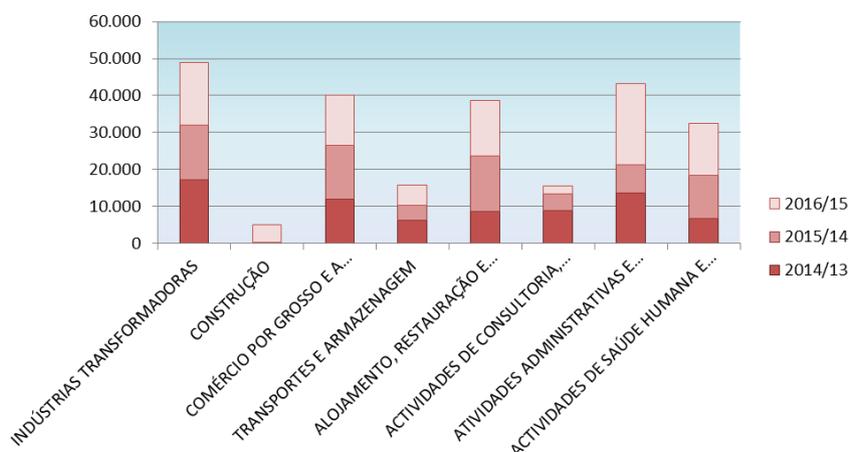


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Os sectores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos) não sofreram grandes alterações desde 2008: as *Indústrias Transformadoras* mantêm-se o sector mais representativo, com 21,8% do total dos trabalhadores, seguindo-se o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (19,2%) as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (9,7%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (9%), o *Alojamento, restauração e similares* (7,9%) e a *Construção* (7,2%).

Entre 2015 e 2016 o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou em todos os sectores mais representativos em termos de emprego. Os sectores em que o emprego mais cresceu foram as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+21,9 mil pessoas), as *Indústrias Transformadoras* (+17 mil) e o *Alojamento, restauração e similares* (mais 15,2 mil trabalhadores).

Gráfico 137 - Crescimento do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais sectores de atividade 2013-2016



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

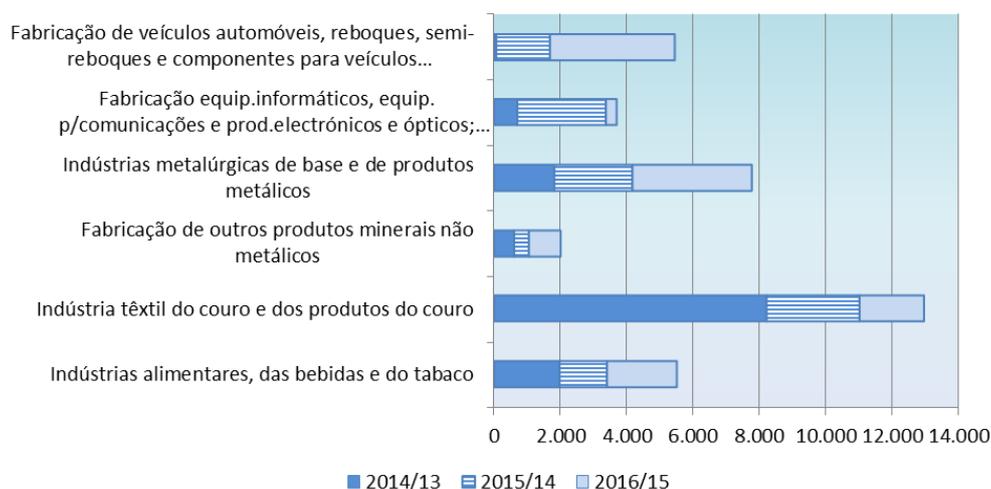
Entre 2008 e 2016 o sector da *Construção* perdeu cerca de 176,6 mil trabalhadores, o sector das *Indústrias Transformadora* 87,2 mil e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos*, 71,3 mil trabalhadores. Em contrapartida, no sector das *Atividades de saúde humana e apoio social* o número de trabalhadores aumentou em cerca de 62,2 mil e o sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* em cerca de 12,4 mil. A partir de 2013 o número de trabalhadores ao serviço aumentou em todos estes principais sectores exceto na *Construção*, tendo crescido mais nas *Indústrias Transformadoras* (+ cerca de 49 mil) e depois nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+43,1 mil),

no Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motocicletas (+40,1 mil) e no Alojamento, restauração e similares (+38,9 mil).

No que se refere aos subsectores das Indústrias Transformadoras mais representativos em termos de emprego, entre 2015 e 2016 o número de trabalhadores cresceu em todos os subsectores, sobretudo no subsector da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+3,7 mil trabalhadores) e das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (+3,6 mil).

No que respeita aos subsectores do Comércio, dos mais cerca 13,6 mil indivíduos que integraram o sector, em 2016, 8,6 mil desenvolviam a sua atividade no subsector do *Comércio a retalho*, que foi o subsector onde o emprego mais cresceu, desde 2013.

**Gráfico 138 - Crescimento do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras 2013-2016**

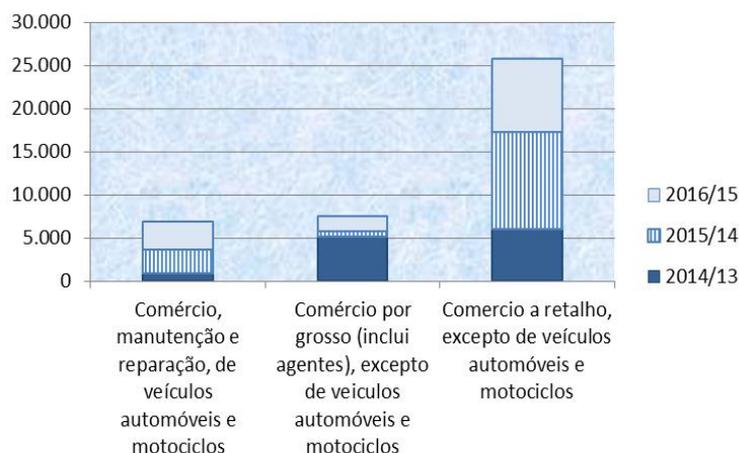


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2008 e 2016, o número de trabalhadores diminuiu em todos estes subsectores. O subsector que registou um maior decréscimo foi o da *Indústria têxtil, do couro e dos produtos do couro*, onde se verificou, neste período um decréscimo de 27,6 mil trabalhadores. Este foi contudo também o subsector onde o número de trabalhadores mais cresceu, desde 2013.

Relativamente aos subsectores do Comércio o *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motocicletas* foi o subsector que perdeu mais trabalhadores (-36,1 mil).

**Gráfico 139 - Crescimento do número de trabalhadores ao serviço nas empresas nos subsectores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos 2013-2016**



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- **Por dimensão de empresas**

Em 2016, as empresas com 100 e mais trabalhadores empregavam 40,6% do total dos trabalhadores, tendo o seu peso crescido desde 2015. Em contrapartida, o peso do emprego nos escalões de empresas com até 9 trabalhadores decresceu. De facto, entre 2008 e 2016 a percentagem de trabalhadores das empresas com 100 e mais trabalhadores no total dos trabalhadores cresceu 4,6 p.p. à custa dos escalões das empresas com até 49 trabalhadores.

No sector das atividades imobiliárias a percentagem de trabalhadores no **escalão de empresas até 9 trabalhadores** era de 68,8% do total e no sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* 48,9%. Quer no sector das *Atividades Imobiliárias* quer da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* o peso deste escalão diminuiu, desde 2008 (na *Agricultura* -7,1 p.p.)

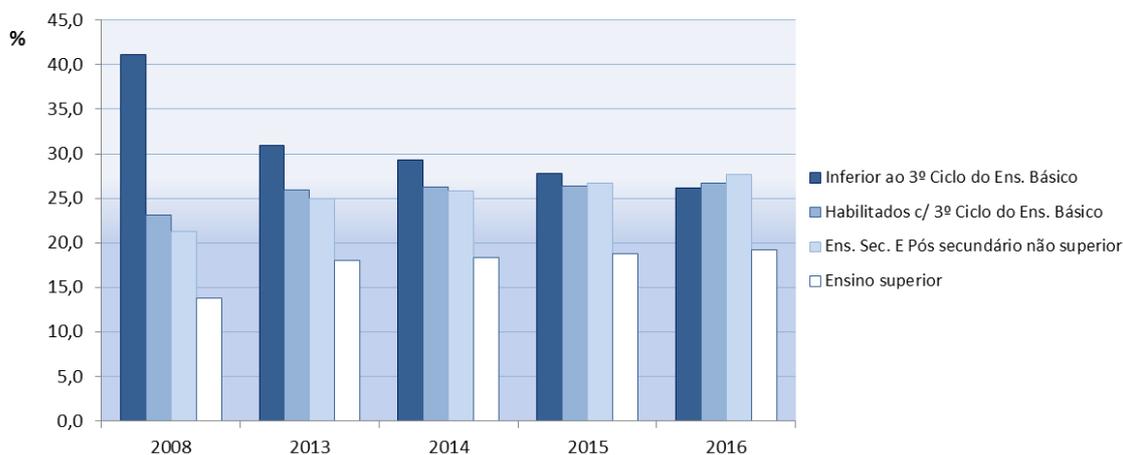
No segmento das empresas entre os **10 e os 49 trabalhadores** destacava-se o peso do emprego dos sectores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (70,2% dos trabalhadores), das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* (61,3%) e o subsector da *Pesca e aquacultura* (47,1%). Entre 2008 e 2016 o peso deste escalão no sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* aumentou 44,3 p.p.

No escalão de empresas com **100 ou mais trabalhadores**, sublinhe-se o sector das *Atividades administrativas e serviços de apoio* que reunia 80,9% dos trabalhadores neste escalão e ainda os subsectores das *Telecomunicações* (90,8% dos trabalhadores), da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (82,1%) e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (78,9%).

- **Por níveis de habilitações e qualificações**

Em 2016, os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior constituíam 27,7% dos trabalhadores por conta de outrem, tendo ultrapassado os trabalhadores com *menos do que o 3º ciclo do ensino básico*, (que era a categoria mais numerosa em 2015) e os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico. Os TCO com o ensino superior representavam 19,2%.

Gráfico 140 - Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitações



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

A categoria dos TCO habilitados com o ensino secundário e pós secundário não superior foi também a que percentualmente mais cresceu, desde 2008 (6,4 p.p.), tendo o peso dos TCO com o ensino superior aumentado em 5,4 p.p., no mesmo período. Por outro lado, a percentagem de TCO *com menos que o 3º ciclo do ensino básico* diminuiu cerca de 15 p.p.

Analisando a estrutura dos TCO por nível educativo e por sectores de atividade constata-se que, em 2016, mais de metade dos TCO na *agricultura, produção animal, caça, floresta e*

*pesca*, tinham *menos do 3º ciclo do ensino básico* e essa percentagem era de 65,2% no subsector da *Pesca e aquacultura*. Também no subsector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* mais de 50% dos trabalhadores tinha este nível de habilitações. Para além destes, nos sectores das *Indústrias Extrativas* e da *Construção*, o número de TCO com até o 3º ciclo do ensino básico era superior a 70%. O mesmo acontecia nos subsectores das *Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria* e do *Fabrico de mobiliário e colchões*.

Em contrapartida, nos sectores das *Atividades financeiras e dos seguros*, das *Atividades de informação e comunicação* e da *Educação* mais de 50% dos TCO tinham o *ensino superior*. No sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* onde a percentagem dos TCO com o ensino superior, em 2008, era de 31,4%, o peso dos trabalhadores com este nível de habilitações decresceu, sistematicamente. Em 2016, estes TCO constituíam 12,4%.

A **estrutura do emprego por níveis de qualificação** manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos continuavam a ser os **Profissionais qualificados** (37,6%), os **Profissionais semiquualificados** (22,2%) e o grupo dos **Profissionais não qualificados** (11%). Entre 2008 e 2016 a categoria profissional que mais cresceu, em termos percentuais, foi a dos **Profissionais semiquualificados** e a categoria que mais diminuiu foi a dos **Profissionais não qualificados**.

Em 2016, 80,2% dos Quadros Superiores e 64,7% dos Quadros Médios tinham o ensino superior. No que respeita aos Profissionais altamente qualificados, 73% possuía o ensino secundário ou mais. Em contrapartida, 75,1% dos Profissionais não qualificados, 67,3% dos Profissionais semiquualificados e 61% dos Profissionais qualificados tinham até o 3º ciclo do ensino básico.

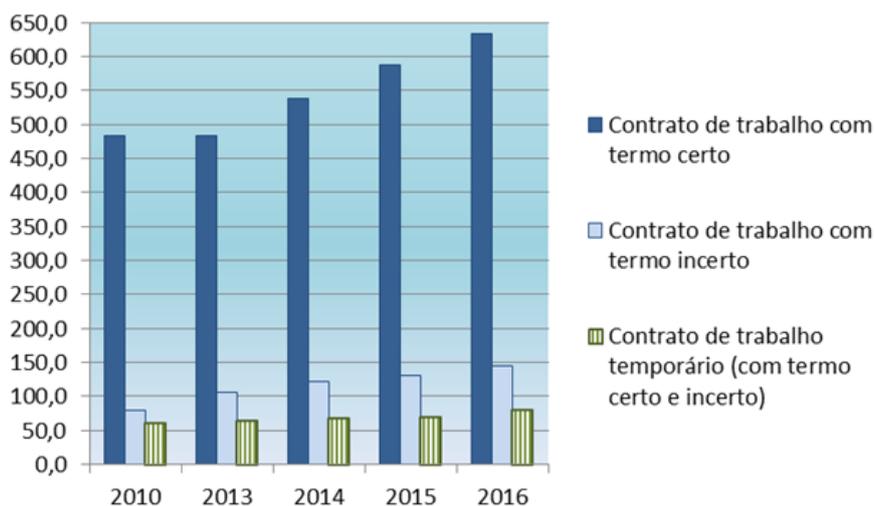
- **Por tipos de contrato**

Em 2016, 1,764,1 mil trabalhadores por conta de outrem, representando 66,8% do total dos TCO, tinham contratos de trabalho sem termo. O número destes TCO aumentou em 2% desde o ano anterior.

Quanto aos TCO com contratos com termo, totalizavam cerca de 859,6 mil pessoas e representavam 32,5%. Destes, 73,7% tinham estabelecido contratos de trabalho com termo

certo, 16,9% contratos de trabalho com termo incerto e cerca de 9,7% contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto). Entre 2015 e 2016 os TCO com contratos a termo cresceram em 8,9%.

Gráfico 141 - Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



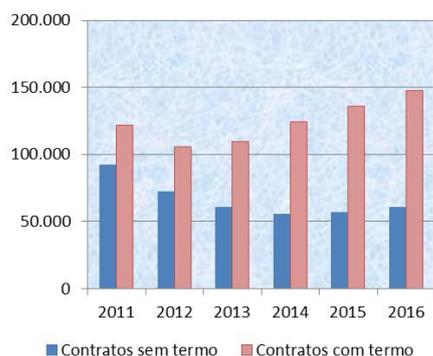
Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Relativamente a 2010, o peso dos contratados sem termo diminuiu em 8 p.p. Já a percentagem de contratados a termo aumentou, em todas as categorias, sobretudo no que se refere aos contratados com termo certo (5,4 p.p.).

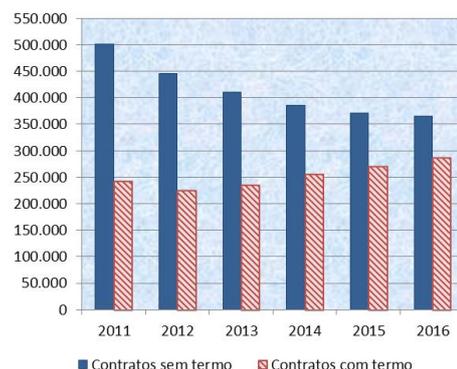
- *Por tipo de contrato e escalão etário*

Segundo os Quadros de Pessoal, e analisando os trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato por escalões etários em 2016, os contratados a termo representavam 69,8% dos trabalhadores do escalão até aos 24 anos e 43,7% dos trabalhadores no escalão dos 25 aos 34 anos. Pelo contrário, no escalão dos 35 anos aos 55 anos o peso dos contratados sem termo era de 74% e atingia os 81,5% no escalão dos 55 e mais anos.

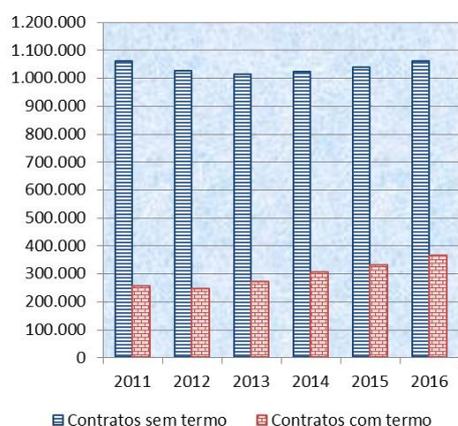
**Gráfico 142 - Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato 2011-2016**



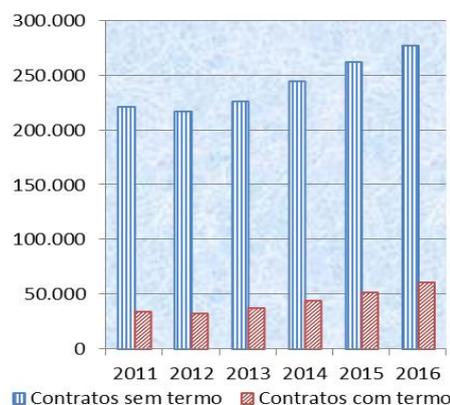
**Gráfico 143 - Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato 2011-2016**



**Gráfico 144 - Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato 2011-2016**



**Gráfico 145 - Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato 2011-2016**



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

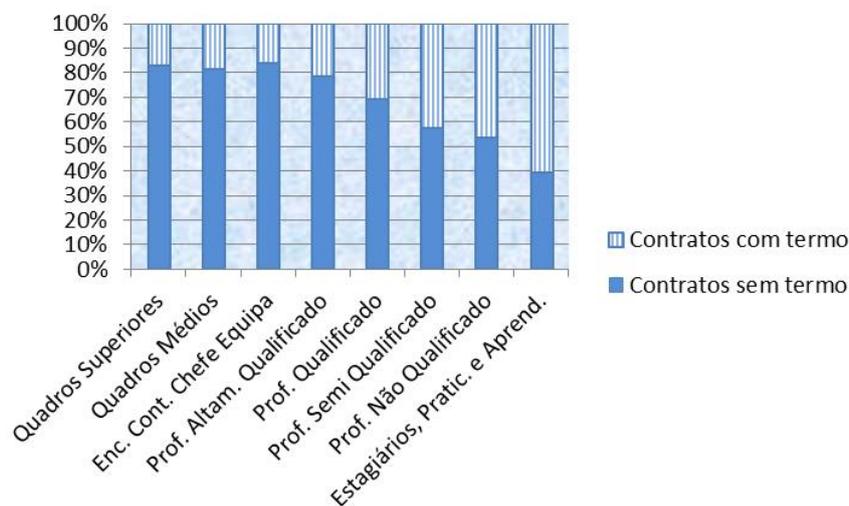
Analisando a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário desde 2011, constata-se que os contratados com termo aumentaram a partir de 2012, em todos os escalões etários. Quanto aos contratados sem termo, estes aumentaram a partir de 2012 no escalão dos 55 e mais anos e a partir de 2013 no escalão dos 35 aos 54 anos. No escalão até aos 24 anos o número dos contratados sem termo só começou a crescer em 2014. Já no que se refere ao escalão dos 25 aos 34 anos, o número destes contratados continua a diminuir, se bem que de forma cada vez menos acentuada.

▪ *Por tipo de contrato e níveis de qualificação*

Relativamente aos TCO por tipo de contrato e por níveis de qualificação, em 2016, a percentagem de contratados com termo diminuía à medida que aumentava o nível de qualificações. Estes representavam pois, 17,1% dos Quadros Superiores e 46,5% dos

Profissionais não Qualificados. No que se refere aos estagiários, praticantes e aprendizes o peso dos contratados a termo era de 60,5%.

Gráfico 146 - TCO por níveis de qualificação – peso dos contratos com termo e sem termo em 2016



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Entre 2012 e 2016 o peso dos contratados com termo aumentou para todos os níveis de qualificações, tanto mais quanto mais baixo o nível de qualificações. Assim, relativamente aos Quadros Superiores cresceu em 1,5 p.p. enquanto para os Profissionais não qualificados aumentou quase 10 p.p.

### 3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

Em 2016, e de acordo com os *Quadros de Pessoal*, estavam ao serviço nas empresas, no Continente cerca de 127,2 mil estrangeiros, o que representou um aumento de 11,2 mil desde 2015. Entre 2008 e 2016 os TCO estrangeiros diminuíram em cerca de -40, 1 mil pessoas. O decréscimo mais acentuado no número de estrangeiros TCO verificou-se entre 2011 e 2012 (-22,1 mil). A partir de 2013, o número de TCO estrangeiros aumentou sempre.

No que se refere à sua distribuição por sectores de atividade, cerca de 21,4% destes estrangeiros trabalhava no sector das *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio* que ultrapassou, neste último ano, o sector do *Alojamento, restauração e similares* (20,2% dos

estrangeiro). Cerca de 12,6% destes trabalhadores empregava-se no sector do *Comércio* e 9,8% nas *Indústrias Transformadoras*. Relativamente a 2015 o número de TCO estrangeiros manteve-se ou aumentou na esmagadora maioria dos sectores de atividade. No sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* cresceu em 5,2 mil pessoas e no sector do Alojamento, restauração e similares em 2,5 mil.

Entre 2008 e 2016 o sector de atividade em que o número de estrangeiros mais diminuiu foi o da *Construção* (menos 26,8 mil trabalhadores) e o sector em que mais cresceu foi o da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (mais cerca de 4,6 mil trabalhadores).

### 3.4. Estrutura Empresarial – Sectores intensivos em tecnologia e conhecimento

Neste capítulo do relatório pretende-se analisar a repartição das empresas e do emprego por nível de tecnologia, recorrendo aos dados constantes do Sistema Integrado de Contas das Empresas do INE. Adicionalmente, porque estes dados incluem as empresas individuais (que não respondem ao Relatório Único, e portanto não constam da análise realizada no capítulo anterior) a informação constante do Sistema Integrado de Contas das Empresas permite complementar os dados dos Quadros de Pessoal no que se refere à estrutura empresarial e do emprego nas empresas.

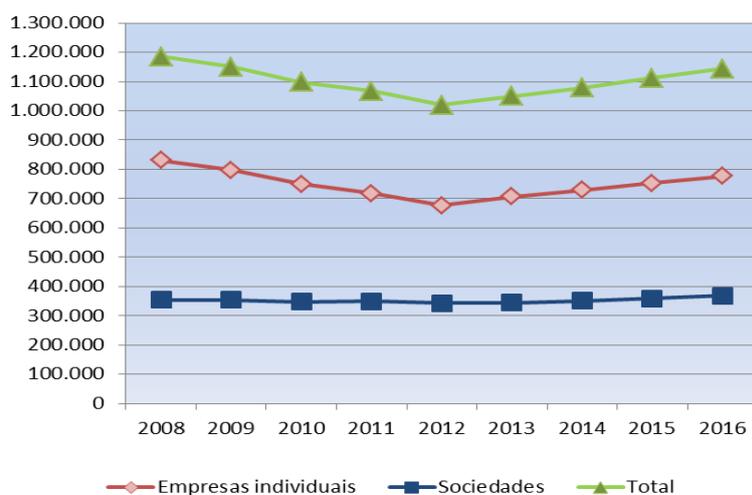
De acordo com os dados do Sistema de Contas Integradas das empresas do INE, em 2016<sup>24</sup>, havia no Continente 1.144,6 mil empresas, sendo que 67,9% dessas empresas, ou seja, 776.8 mil, eram empresas individuais e 32,1% (367,8 mil) eram sociedades. Entre 2015 e 2016 o número de empresas cresceu (+31,8 mil) tendo as empresas individuais aumentado em 3,1% (+23,2 mil) e as sociedades em 2,4% (+8,6 mil).

Ainda de acordo com a mesma fonte, o número de empresas decresceu significativamente, entre 2008 e 2012, sobretudo no que se refere às empresas individuais, cujo peso no total de empresas diminuiu em 3,6 p.p. nesse período. A partir de 2012 o número de empresas cresceu, nas duas categorias, embora de forma mais evidente no que respeita às empresas individuais. Contudo, em 2016 havia mais 13,2 mil sociedades do que em 2008, enquanto as empresas individuais eram ainda cerca de menos 54 mil do que no início da série.

---

<sup>24</sup> Os últimos dados disponíveis respeitam a 2016.

Gráfico 147 - Evolução do número de empresas por regime jurídico das empresas 2008-2016

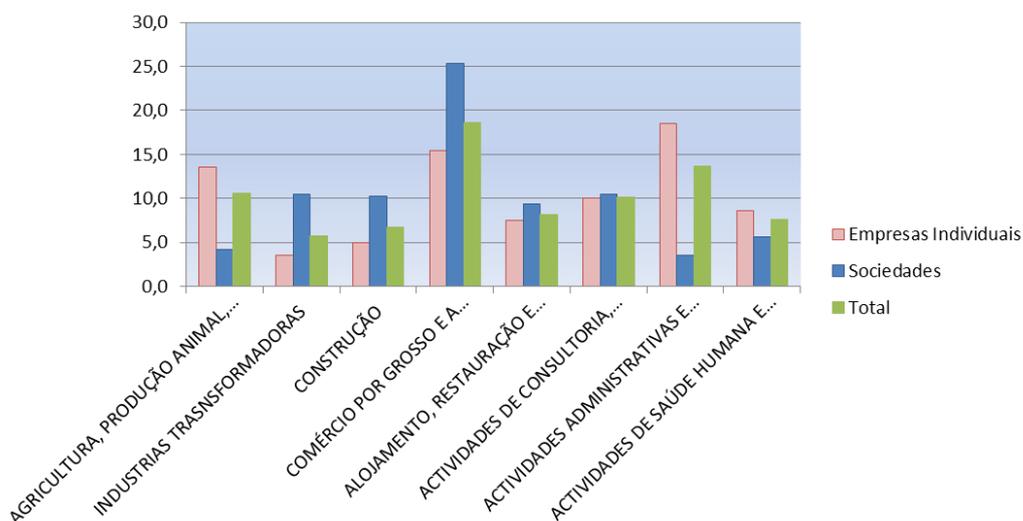


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- **Por sectores de atividade**

Analisando os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE no que se refere aos diversos sectores de atividade constata-se que, em 2016, no Continente, os sectores mais significativos em termos da estrutura empresarial eram *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*, que representava 18,6% do total das empresas, seguindo-se as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (13,7%) e a *Agricultura, caça, floresta e pesca* (10,6%). Em quarto lugar surgiam as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (10,2%) e depois o *Alojamento, restauração e similares* (8,1%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (7,6%) e a *Construção* (6,7%).

Gráfico 148 - Empresas por sectores mais significativos por regime jurídico das empresas - 2016

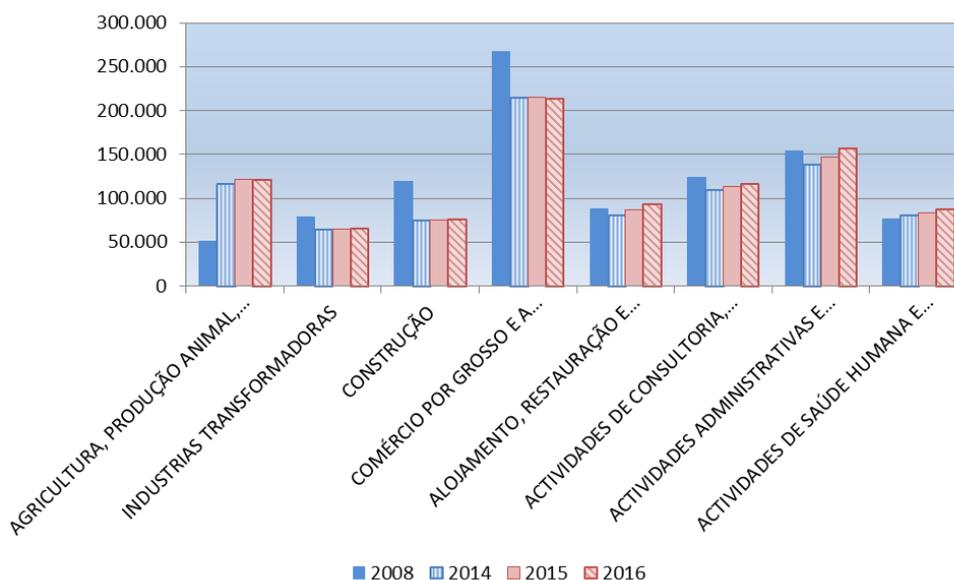


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

O peso dos sectores da *Atividades Administrativas e dos serviços de apoio* e da *Agricultura, caça, floresta e pesca* na estrutura empresarial devia-se sobretudo ao número de empresas individuais nestes sectores. Por outro lado, sectores como as *Indústrias Transformadoras* e a *Construção* tinham um peso acrescido no que se refere às sociedades. Já em sectores como o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* e as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* o número de empresas era significativo em ambas as categorias.

No que se refere aos dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas, entre 2008 e 2016 o número de empresas decresceu acentuadamente nos sectores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, das Indústrias Transformadoras* e sobretudo da *Construção* e mais ligeiramente no sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*. Por outro lado, aumentou consideravelmente nos sectores da *Saúde humana e apoio social, das Atividades administrativas e dos serviços de apoio e do Alojamento, restauração e similares*. O maior aumento registou-se contudo no sector da *Agricultura, caça, floresta e pesca* (+70,2 mil empresas) devido em grande parte ao crescimento registado no número de empresas individuais entre 2012 e 2013 (+46,4 mil empresas).

Gráfico 149 - Evolução do número de empresas nos sectores de atividade mais significativos



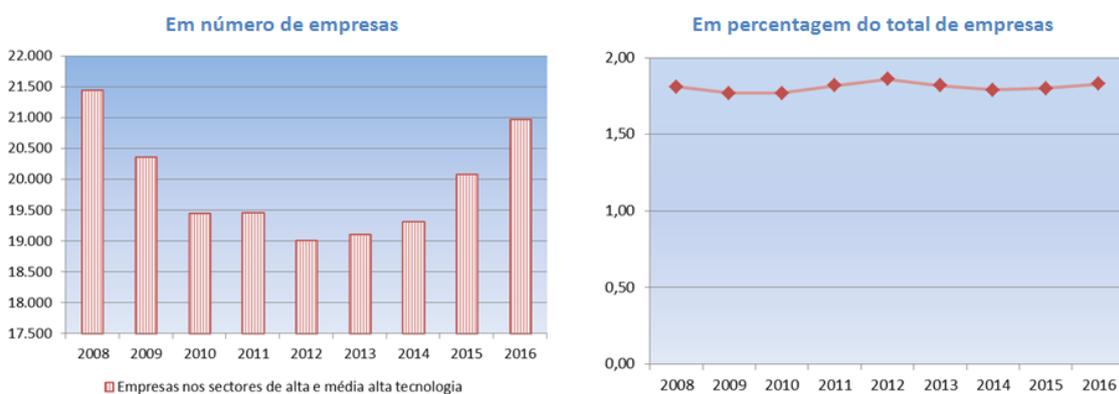
Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- **Empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia**

Analisando o volume de empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia <sup>25</sup> verifica-se que, em 2016, esses sectores reuniam cerca de 21 mil empresas, que constituíam 1,8% do total das empresas.

Tal como verificado relativamente ao total das empresas, o número de empresas dos sectores de alta e média alta tecnologia decresceu, entre 2008 e 2012, e a partir daí aumentou embora, em 2016, não tivesse ainda atingido o valor registado no início da série. Contudo, se considerarmos a percentagem de empresas destes sectores no total das empresas, constatamos que o seu peso se manteve bastante estável, tendo crescido ligeiramente entre 2010 e 2012, diminuído muito levemente até 2014 e depois voltado a crescer. Assim, em 2016, a percentagem de empresas destes sectores era ligeiramente mais alta do que em 2008.

**Gráfico 150 - Evolução das empresas dos sectores de alta e média alta tecnologia**



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

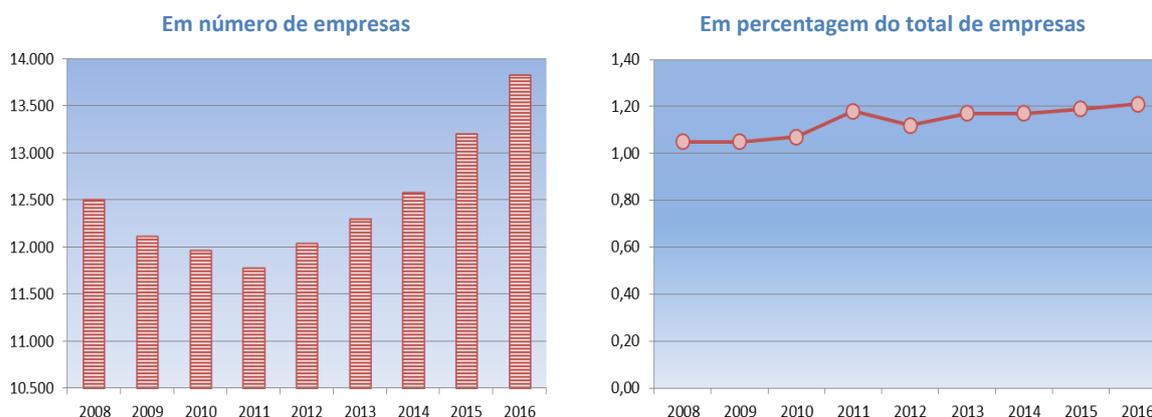
- **Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)**

Já no que se refere às empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)<sup>26</sup>, estas totalizavam 13,8 mil, em 2016 e representavam 1,2% do total das empresas.

<sup>25</sup> Os sectores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver em anexo)

<sup>26</sup> Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (ver quadro pág. 165 e 166)

Gráfico 151 - Evolução das empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Entre 2008 e 2011, o número de empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação diminuiu, mas começou a aumentar ainda em 2012 e, em 2014, era já superior a 2008. Por outro lado, o seu peso no total das empresas aumentou sempre, desde o início da série, exceto no ano de 2012.

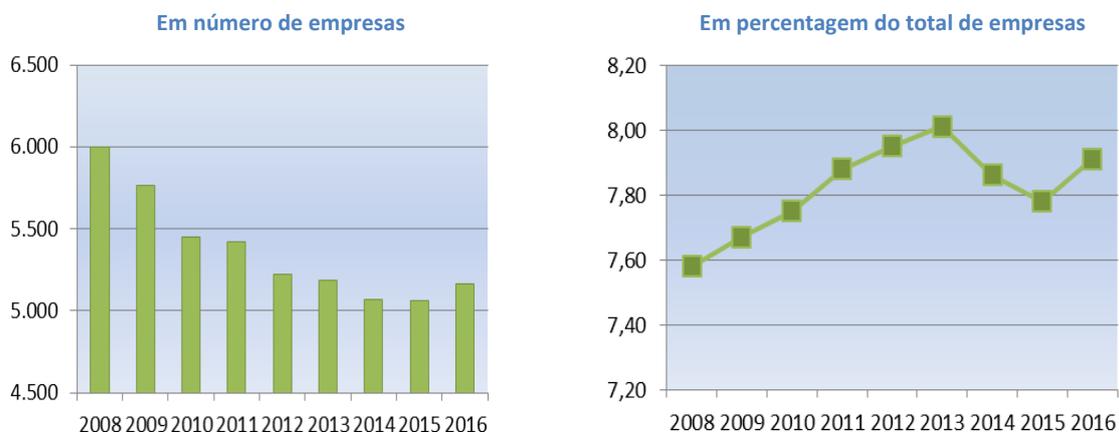
- ***Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia***

No que se refere ao sector das *Indústrias Transformadoras*, e de acordo com informação do Sistema de Contas Integradas das Empresas, em 2016 havia 5,2 mil empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia<sup>27</sup> no Continente. Estas representavam 7,9% das empresas das Indústrias Transformadoras.

O número destas empresas diminuiu consecutivamente, entre 2008 e 2015, e só aumentou no último ano mas o seu peso cresceu sempre, desde o início da série e até 2013, tendo diminuído, entre 2013 e 2015, para voltar a aumentar em 2016, para um valor próximo de 2012.

<sup>27</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

Gráfico 152 - Evolução das empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

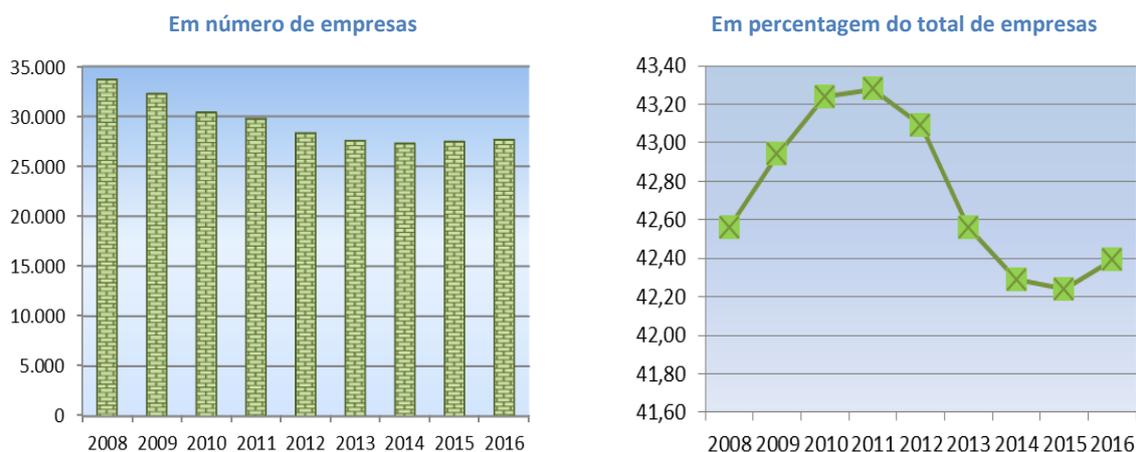


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- **Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados**

Em contrapartida, em 2016, as empresas das Indústrias transformadoras com factores competitivos avançados<sup>28</sup> constituíam 42,4% do total das empresas do sector, ou seja 27,7 mil empresas.

Gráfico 153 - Evolução das empresas das Indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

<sup>28</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (ver quadro pág.165 e 166)

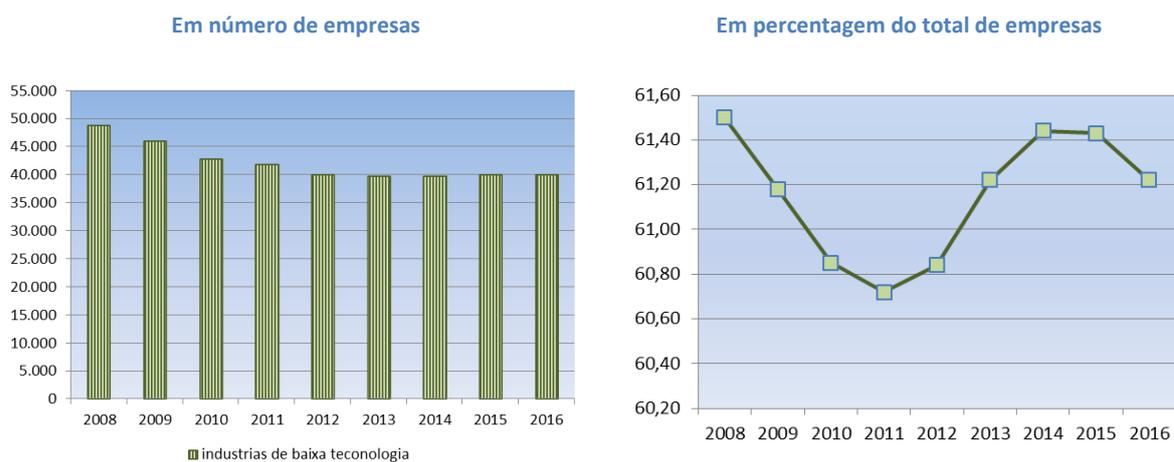
O número destas empresas diminuiu, embora de forma pouco significativa entre 2008 e 2014, tendo crescido levemente, entre 2014 e 2016. Já em termos de proporção no total do sector, o seu peso aumentou, até 2012 em cerca de 0,7 p.p. depois decresceu em 1 p.p. até 2015. No último ano em análise cresceu muito ligeiramente.

- **Indústrias transformadoras de baixa tecnologia**

Ainda no que se refere às Indústrias Transformadoras, em 2016, no Continente as Indústrias de baixa tecnologia Industrial<sup>29</sup>, representavam 61,2% das empresas do sector (40 mil empresas).

As empresas das indústrias de baixa tecnologia Industrial também decresceram, entre 2008 e 2013 mas nos anos seguintes, o seu número estabilizou. No que se refere à sua representatividade no sector, estas empresas evoluíram de forma praticamente oposta às das empresas com factores competitivos avançados, ou seja o seu peso decresceu, entre 2008 e 2011, em cerca de 0,7 p.p. e depois aumentou em 0,6 p.p. até 2014 para diminuir muito ligeiramente em 2016.

**Gráfico 154 - Evolução das empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras**



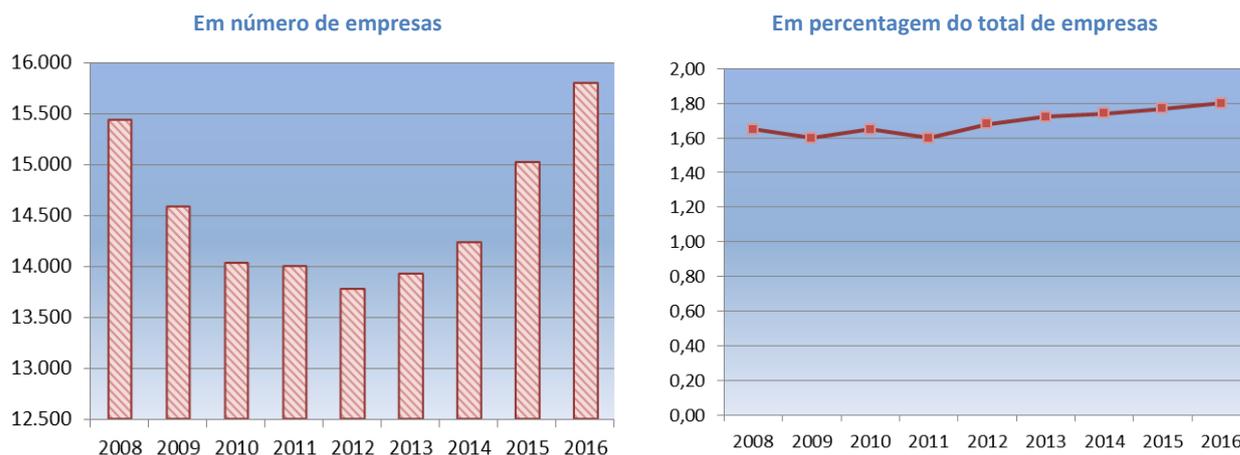
Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

<sup>29</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

- **Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia**

Relativamente ao sector dos serviços, e analisando as empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia<sup>30</sup> constata-se que, em 2016, no Continente, estas totalizavam 15,8 mil empresas e constituíam 1,8% do total das empresas do sector.

**Gráfico 155 - Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia**



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Tal como se verificou nas restantes categorias, as empresas de de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia diminuíram entre 2008 e 2012 e depois aumentaram. Em 2016 o seu número era já superior ao registado em 2008. Em termos percentuais contudo, e após uma ligeira oscilação entre 2008 e 2011, aumentaram sempre.

### 3.5. Emprego nas empresas – Sectores Intensivos em tecnologia e conhecimento

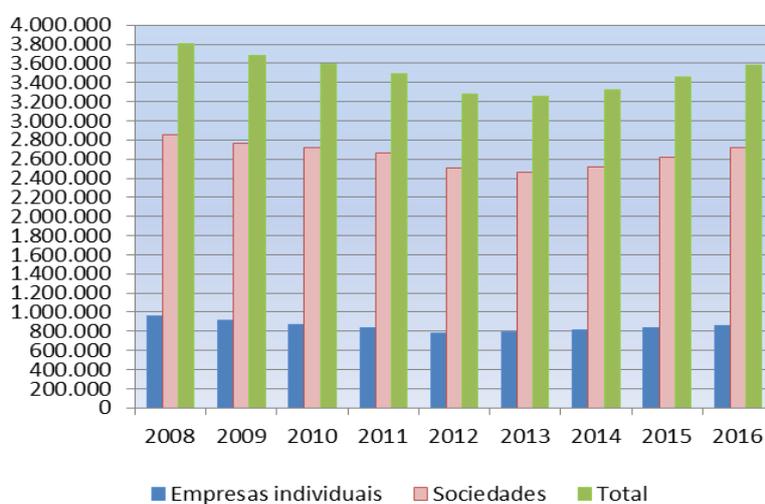
De acordo com os dados do Sistema Integrado de Contas das Empresas do INE, em 2016, havia no Continente, 3.576,8 mil pessoas ao serviço nas empresas. Destas, 76%, ou seja, 2.718,9 mil trabalhavam em Sociedades e as restantes 24% (857,9 mil pessoas) em empresas individuais. Relativamente a 2015, o pessoal ao serviço nas empresas aumentou em 121,2 mil indivíduos,

<sup>30</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

sendo que o emprego nas Sociedades aumentou 3,8% enquanto o emprego nas empresas individuais cresceu em 2,6%.

Considerando os dados do Sistema Integrado de Contas das Empresas o emprego nas empresas decresceu até 2013, tendo diminuído percentualmente mais nas empresas individuais do que nas sociedades e nos anos seguintes aumentou, tendo também crescido percentualmente mais nas sociedades. Em 2016 havia -232,6 mil pessoas ao serviço nas empresas do que no início da série.

Gráfico 156 - Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas por forma jurídica das empresas

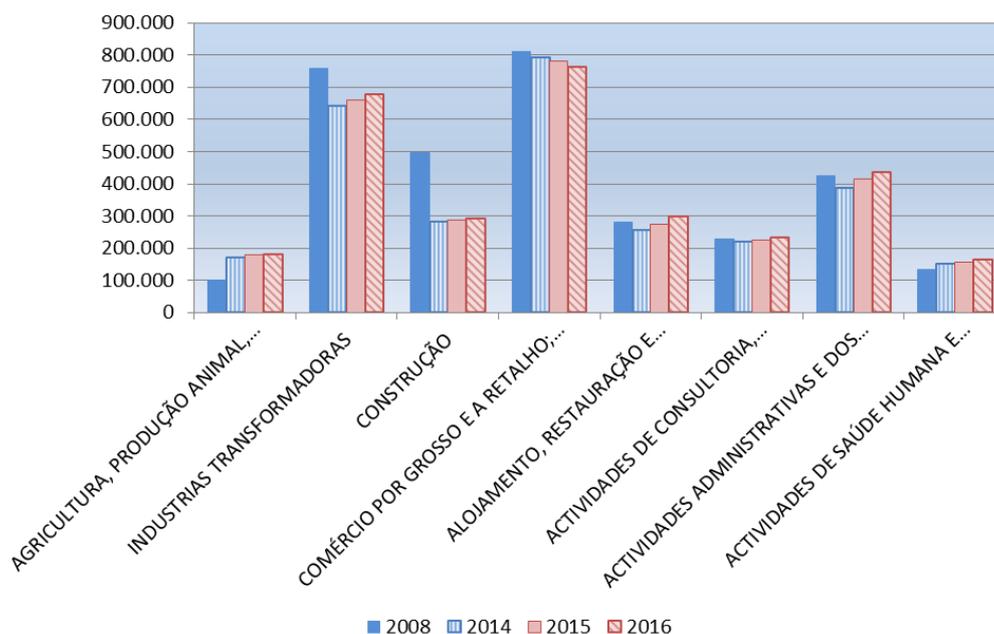


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- **Por sectores de atividade**

De acordo com os dados do Sistema Integrado de Contas das Empresas, em 2016, no Continente, o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos era o sector de atividade mais representativo em termos do emprego (20,2% do total das pessoas ao serviço nas empresas) seguido pelas Indústrias Transformadoras (18,9%), as Atividades administrativas e os serviços de apoio (12,2%) e depois o Alojamento, restauração e similares (8,3%) e a Construção (8,1%). Se analisarmos mais detalhadamente o emprego nas empresas considerando a sua forma jurídica, nas Sociedades, a Construção surgia antes do Alojamento, Restauração e similares e, nas empresas individuais, a Agricultura, produção animal caça, floresta e pesca ocupava o terceiro lugar e as Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares o quarto.

Gráfico 157 - Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

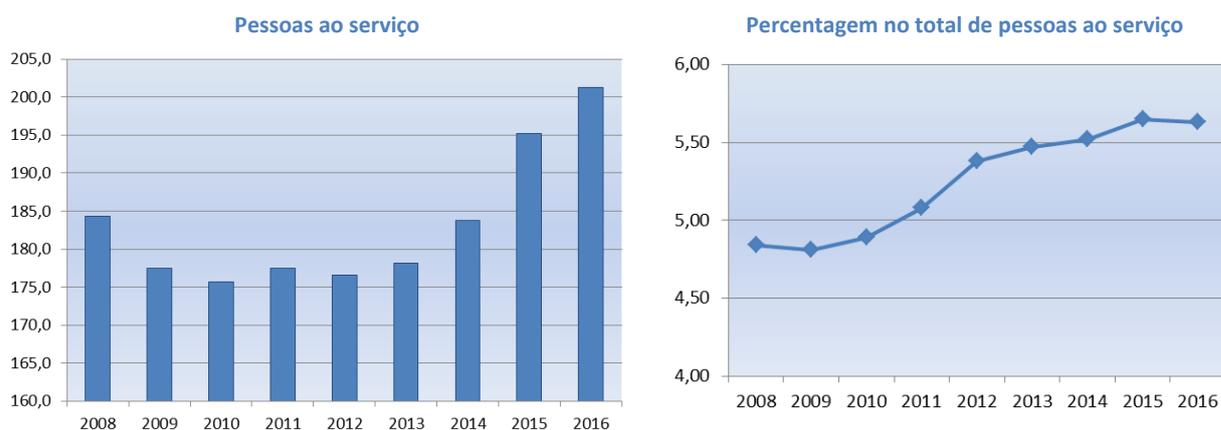
Segundo os dados do Sistema Integrado de Contas das Empresas, entre 2008 e 2016, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas diminuiu nas Indústrias Transformadoras, no Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos e sobretudo na Construção e aumentou nos outros sectores mais representativos em termos de emprego, com destaque para o sector das Atividades de saúde humana e apoio social e para o sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (neste caso devido sobretudo ao aumento do número de trabalhadores ao serviço nas empresas individuais).

- **Pessoas ao serviço nas empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia**

O número de pessoas ao serviço nas empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia <sup>31</sup> no Continente, em 2016, representava 5,6% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes sectores diminuiu, entre 2008 e 2013 mas, em 2014 já tinha regressado aos valores de 2008 e, a partir daí, aumentou significativamente. Quanto ao peso das pessoas ao serviço nestes sectores aumentou sempre, entre 2008 e 2015 e, no último ano, estabilizou.

<sup>31</sup> Os sectores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver quadro pág. 165 e 166)

Gráfico 158 - Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos sectores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- ***Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)***

Relativamente ao pessoal ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)<sup>32</sup>, estas representavam, em 2016, 2,6% do total. No que se refere à sua evolução entre 2008 e 2016, embora os dados relativos a esta categoria de empresas não tenham sido disponibilizados para todos os anos, os que foram permitem constatar que quer o número de pessoas ao serviço quer o seu peso cresceram.

- ***Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia***

Concretamente no que respeita ao sector das *Indústrias Transformadoras*, as indústrias de alta e média alta tecnologia<sup>33</sup> representavam, em 2016, no Continente 16,7% do pessoal ao serviço no sector.

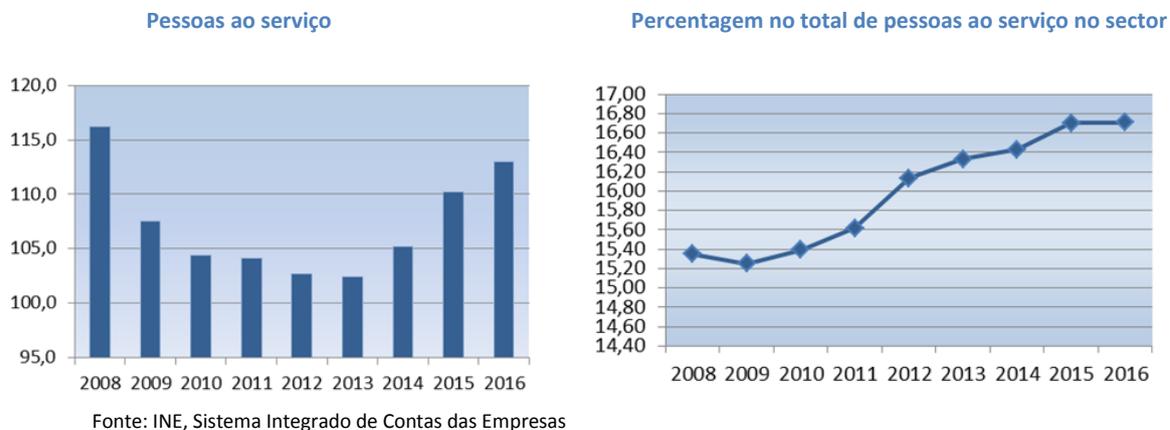
Relativamente à evolução do emprego nesta categoria de empresas das *Indústrias Transformadoras* ao longo da série, embora o número de empresas nesta categoria tenha decrescido, até 2015, o pessoal ao serviço aumentou, a partir de 2014 e, em 2016, ultrapassou

<sup>32</sup> Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (ver em anexo)

<sup>33</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

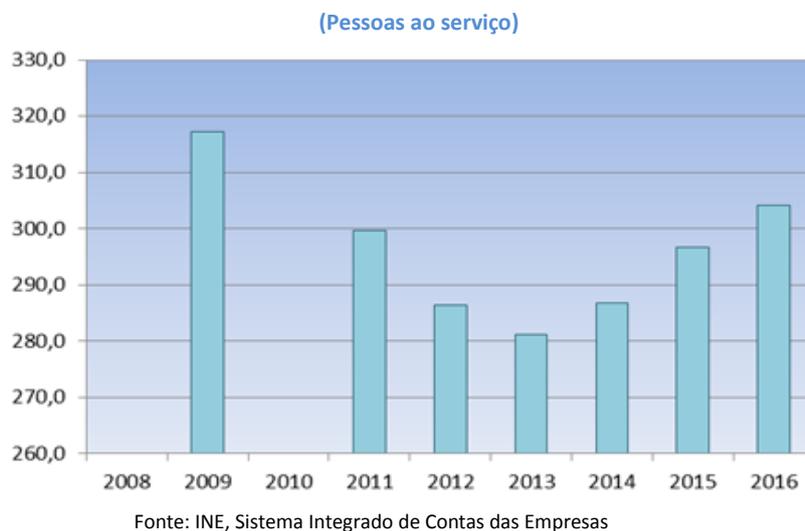
os valores registados em 2009. O peso do pessoal ao serviço nestas indústrias cresceu sempre e estabilizou no último ano.

Gráfico 159 - Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia



- ***Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados***

Gráfico 160 - Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



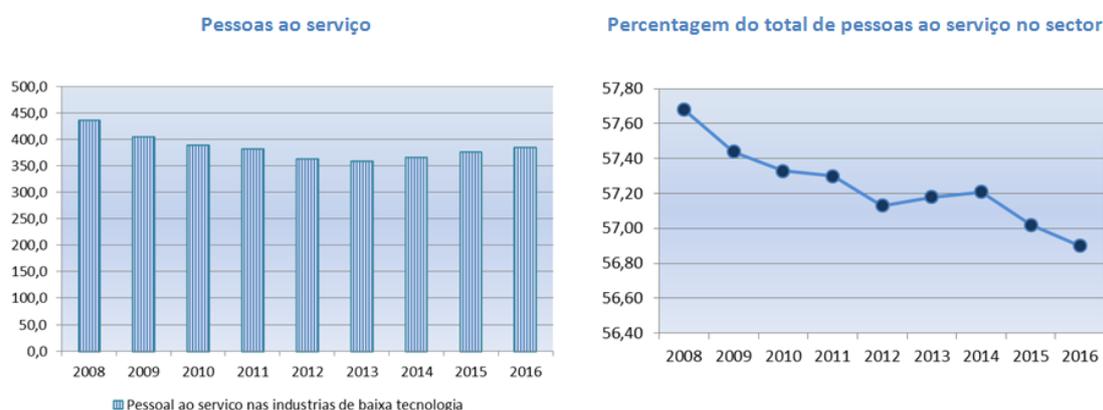
Em 2016, no Continente o pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com factores competitivos avançados<sup>34</sup> constituíam 45% do total do emprego no sector. O seu peso manteve-se estável ao longo de toda a série.

No que se refere à evolução do pessoal ao serviço entre 2008 e 2016, também no que respeita a estas categorias de empresas não foram disponibilizados dados relativos a todos os anos da série, mas é possível verificar que o número de pessoal ao serviço decresceu significativamente até 2013, tendo depois crescido. Relativamente à representatividade do pessoal ao serviço nestas empresas no total das Indústrias Transformadoras, o seu peso decresceu consecutivamente entre 2011 e 2015 e só aumentou ligeiramente no último ano.

- ***Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia***

Ainda no que se refere às Indústrias Transformadoras, em 2016 o pessoal ao serviço nas Indústrias de baixa tecnologia Industrial<sup>35</sup>, representava 56,9% do emprego no sector.

**Gráfico 161 - Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras**



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

<sup>34</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (ver quadro pág. 165 e 166)

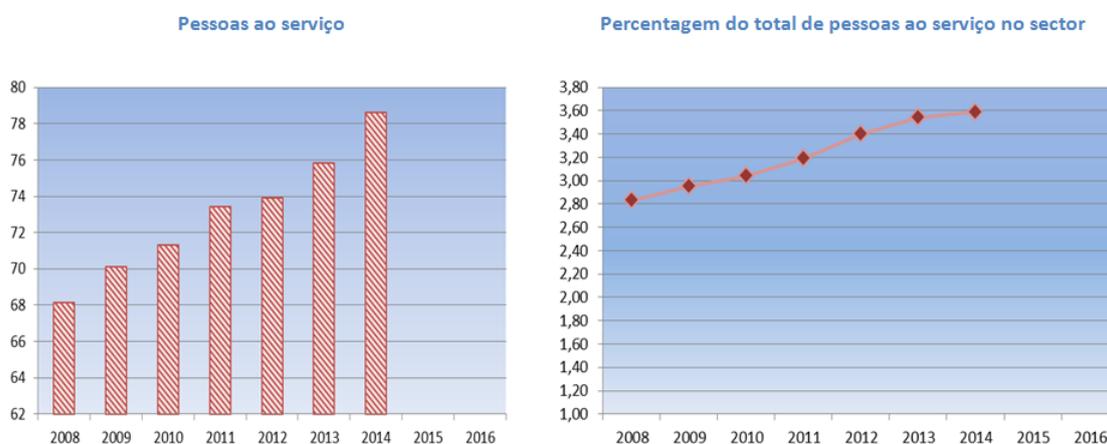
<sup>35</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

Tal como aconteceu com as empresas das indústrias de baixa tecnologia Industrial o número de pessoas ao serviço decresceu, entre 2008 e 2013, embora de modo pouco significativo. Depois cresceu ligeira mas nos anos seguintes o seu número estabilizou e nos anos seguintes cresceu ligeiramente. Já o seu peso no sector diminuiu sistematicamente entre 2008 e 2012 , cresceu levemente entre 2012 e 2014 e a partir daí voltou a diminuir. Deste modo, o peso do emprego nestas empresas decresceu em 0,8 p.p.

## Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

No que respeita ao emprego nas empresas de serviços, e concretamente nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia<sup>36</sup> os dados disponibilizados não incluem os anos de 2015 e 2016. Assim, em 2014 o pessoal ao serviço nestas empresas constituía 3,4% do total do sector.

Gráfico 162 - Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Quer o número de pessoas ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, quer o peso do emprego nesta categoria de empresas cresceu sistematicamente ao longo da série.

<sup>36</sup> Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro página seguinte)

Quadro 5 - Sectores intensivos em tecnologia ou conhecimento

Intensidade Tecnológica - Indústria Transformadora

CAE (Ver.3)		Intensidade Tecnológica	Factores competitivos avançados	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Alta tecnologia industrial	X	
26	Fabricação de equipamento informático, equip. p. comunicação e prod. electrónicos e ópticos;	Alta tecnologia industrial	X	
261	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos			X
262	Fabricação de computadores e de equipamento periférico			X
263	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações			X
264	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares			X
268	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos			X
30	<b>Fabricação de outros equipamentos de transporte</b>		X	
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado	Alta tecnologia industrial		
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	Média-alta tecnologia	X	
25	<b>Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos</b>			
254	Fabricação de armas e munições	Média-alta tecnologia	X	
27	Fabricação de equipamento eléctrico	Média-alta tecnologia	X	
28	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.	Média-alta tecnologia	X	
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte	Média-alta tecnologia	X	
30	<b>Fabricação de outro equipamento de transporte</b>			
302	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro	Média-alta tecnologia	X	
304	Fabricação de veículos militares de combate	Média-alta tecnologia	X	
309	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	Média-alta tecnologia	X	
32	<b>Outras indústrias transformadoras</b>			
325	fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	Média-alta tecnologia	X	
18	<b>Impressão e reprodução de suportes gravados</b>		X	
182	Reprodução de suportes gravados	Média-baixa tecnologia	X	
19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados e combustíveis	Média-baixa tecnologia		
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Média-baixa tecnologia	X	
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Média-baixa tecnologia	X	
24	Indústrias metalúrgicas de base	Média-baixa tecnologia	X	
25	<b>Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos</b>		X	
251	Fabricação de elementos de construção em metal	Média-baixa tecnologia	X	
252	Estufas, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	Média-baixa tecnologia	X	
253	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)	Média-baixa tecnologia	X	
255	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	Média-baixa tecnologia	X	
256	Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral	Média-baixa tecnologia	X	
257	Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	Média-baixa tecnologia	X	
259	Fabricação de outros produtos metálicos diversos n.e.	Média-baixa tecnologia	X	
30	<b>Fabricação de outro equipamento de transporte</b>			
301	Construção naval	Média-baixa tecnologia	X	
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa tecnologia	X	
10	Indústrias alimentares	Baixa tecnologia industrial		
11	Indústria das bebidas	Baixa tecnologia Industrial		
12	Indústria do tabaco	Baixa tecnologia Industrial		
13	Fabricação de têxteis	Baixa tecnologia Industrial		
14	Indústria do vestuário	Baixa tecnologia Industrial		
15	Indústria do couro e de produtos do couro	Baixa tecnologia Industrial		
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	Baixa tecnologia Industrial		
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	Baixa tecnologia Industrial		
18	<b>Impressão e reprodução de suportes gravados</b>			
181	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	Baixa tecnologia Industrial	X	
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	Baixa tecnologia Industrial		
32	<b>Outras indústrias transformadoras</b>			
321	Fabricação de joalheria, ourivesaria, bijuteria e artigos similares; cunhagem de moedas	Baixa tecnologia Industrial		
322	Fabricação de instrumentos musicais	Baixa tecnologia Industrial		
323	Fabricação de artigos de desportos	Baixa tecnologia Industrial		
324	Fabricação de jogos e brinquedos	Baixa tecnologia Industrial		
329	Indústrias transformadoras, n.e.	Baixa tecnologia Industrial		

**Intensidade de Conhecimento - Serviços**

	CAE (Ver.3)	Intensidade de conhecimentos	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
	<b>J Actividades de informação e comunicação</b> 59 Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música 60 Actividades de rádio e de televisão 61 Telecomunicações 62 Consultoria e programação informática e actividades relacionadas 63 Actividades dos serviços de informação 631 Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas <b>M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares</b> 72 Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X X X
	<b>H Transportes e armazenagem</b> 50 Transportes por água 51 Transportes aéreos <b>M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares</b> 69 Actividades jurídicas e de contabilidade 70 Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão 71 Actividades de arquitectura, de engenharia e técnica afins; actividades de ensaios e de análises técnicas 73 Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião 74 Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares <b>N Actividades administrativas e dos serviços de apoio</b> 78 Actividades de emprego 80 Actividades de investigação e segurança	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
	<b>k Actividades financeiras e de seguros</b>	Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento	
	<b>J Actividades de informação e comunicação</b> 58 Actividades de edição 582 Edição de programas informáticos <b>M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares</b> 75 Actividades veterinárias <b>O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória</b> <b>P Educação</b> <b>Q Actividades de saúde humana e apoio social</b> <b>R Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas</b>	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	X
	<b>G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos</b> 45 Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos 46 Comércio por grosso (inclui agentes) excepto de veículos automóveis e motociclos 465 Comércio por grosso de equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC) 47 Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos <b>H Transportes e armazenagem</b> 49 Transportes terrestres e transportes por oleodutos e gasodutos 52 Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamentos) <b>I Alojamento, restauração e similares</b> 55 Alojamento, restauração e similares 56 restauração e similares <b>L Actividades imobiliárias</b> <b>N Actividades administrativas e dos serviços de apoio</b> 77 Actividade de aluguer 79 Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas 81 Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins 82 Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas <b>S Outras actividades de serviços</b> 95 Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico 951 Reparação de computadores e equipamento de comunicação	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	X X
	<b>H Transportes e armazenagem</b> 53 Actividades postais e de courier <b>S Outras actividades de serviços</b> 94 Actividades das organizações associativas 96 Outras actividades de serviços pessoais <b>T Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio</b> <b>U Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais</b>	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	X

## 4. GANHOS E REMUNERAÇÕES

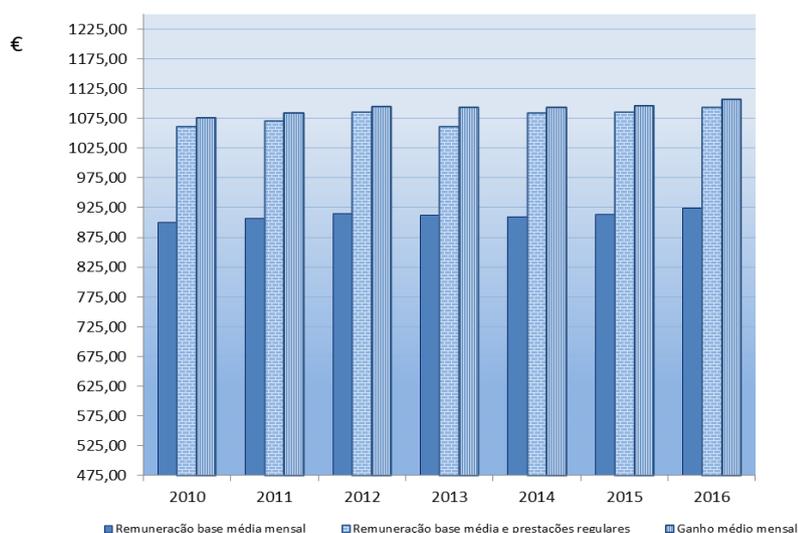
### 4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho

De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, em outubro de 2016, o **ganho médio mensal** no Continente dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.107,86 €, o que representava um aumento de 1% face a Outubro de 2015, ou seja, um aumento bastante superior ao aumento de 0,3% verificado no ano anterior.

O **ganho médio mensal** masculino era de 1.215,1 € e o feminino constituía cerca de 80,7% daquele valor (982,49,3 €) tendo esta diferença diminuído ligeiramente, desde 2010, já que o ganho médio mensal feminino cresceu sempre enquanto o ganho médio mensal masculino diminuiu, entre 2012 e 2014.

A **mediana do ganho** em 2016 era de 800 €, constituindo 72,2% do ganho médio mensal.

Gráfico 163 - Evolução do ganho médio mensal, da remuneração base e da remuneração base mais prestações regulares



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Quanto ao valor da **remuneração base média mensal** para os TCO que trabalhavam a tempo completo em Outubro de 2016 era de 924,94 € tendo também aumentado relativamente a 2015, em 1,2% (mais do dobro do que no ano anterior) A **remuneração base média** mensal feminina representava cerca de 84,2% da masculina mas aumentou mais, desde 2010. A **remuneração base média** representava, pois, cerca de 83,5% do ganho médio.

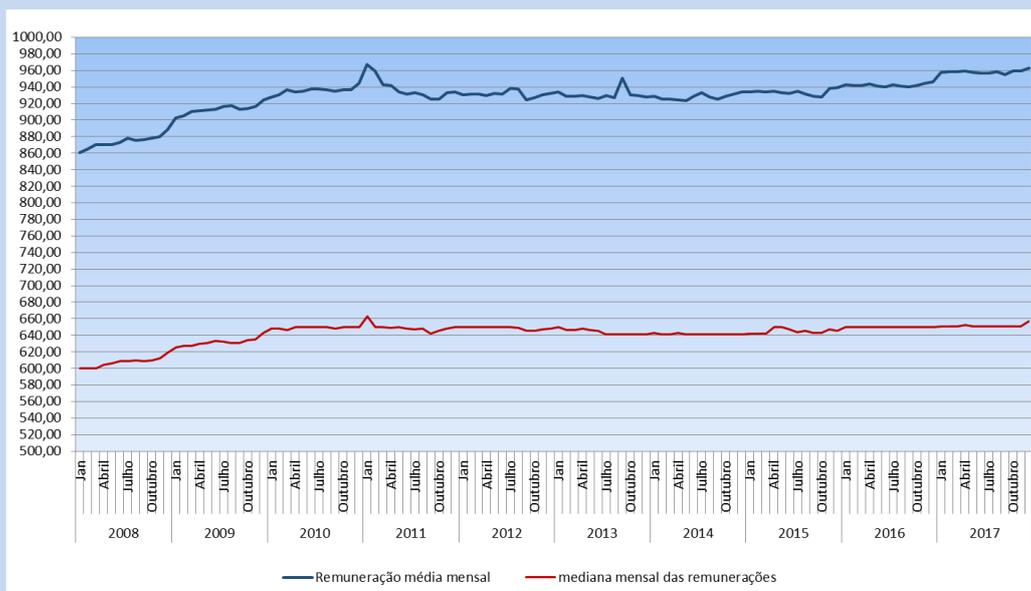
A mediana da remuneração base mensal era de 650 €, ou seja 70,3% da remuneração base média mensal.

No que se refere ao valor da **remuneração base média mais prestações regulares**, em outubro de 2016, esta era de 1.093,59 € constituindo 98,7% do ganho médio. A **remuneração base média mais prestações regulares** cresceu em 0,7% relativamente a 2015 quando, no ano anterior, tinha aumentado apenas 0,17%

A remuneração base média mais prestações regulares feminina representava 81,5% da masculina.

## Remunerações médias mensais e mediana do ganho - Segurança Social

Gráfico 164 - Evolução da remuneração média mensal e da mediana do ganho – Segurança Social



Fonte: II/MTSS, Estatísticas da Segurança Social

Os dados sobre remunerações médias mensais e mediana do ganho disponibilizados pela Segurança Social não distinguem trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial. Tendo isso em conta, procurou-se sobretudo analisar a evolução registada ao longo da última década.

Essa análise permite constatar um aumento claro na remuneração média entre 2008 e 2010, a que se segue um período de estabilização, entre 2010 e 2014 e depois um ligeiro aumento, em 2015, e novamente em 2016 e em 2017. No que respeita à mediana do ganho verifica-se que, embora esta acompanhe o crescimento da remuneração média entre 2008 e 2010, entre 2015 e 2017 não regista praticamente variação.

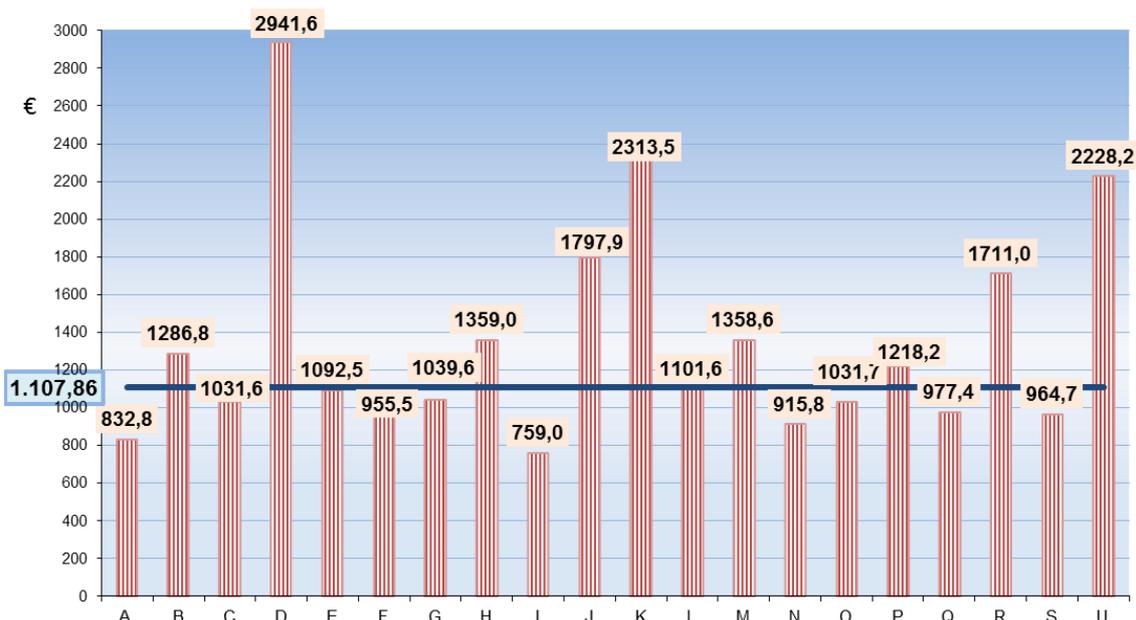
- **Por sectores de atividade**

Analisando o **ganho médio mensal** por sectores de atividade em outubro de 2016 e de acordo com os Quadros de Pessoal, os sectores que registavam os valores mais elevados, tal como nos anos anteriores eram a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, (2.941,6,0 €), seguido pelas *Atividades financeiras e de seguros* (2.313,5 €) e das *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais*. (2.228,2 €) e ainda os subsectores das *Telecomunicações* (2.164,78€) e da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* (1.834,17 €).

Os sectores de atividade com ganhos médios mensais mais baixos eram o *Alojamento, restauração e similares* (759 €), a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas* (832,8 €), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (915,8 €) e os subsectores da *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro* (769.3 €) e do *Fabrico de mobiliário e colchões* (785,4 €).

Gráfico 140 -

Gráfico 165 - Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por Atividades Económica - Outubro de 2016



A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ACTIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Relativamente ao mês homólogo, o sector em que o valor do ganho médio mais cresceu foi o *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* (10,7%) mas, a seguir, também precisamente naqueles onde esse valor era menos elevado: *a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas* (+3,8) e o *Alojamento, restauração e similares* (+3%). No que se refere aos subsectores de atividade refiram-se as *Outras Indústrias Transformadoras* (+3,8%) e a *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro* (+3,3%).

Os sectores que registaram decréscimos nos valores do ganho médio mensal foram a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (-2,2%) e a *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição* (-0,9%). Para além disso o ganho médio mensal decresceu mais significativamente nos subsectores da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (-2,4%) e da *fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e fabricação de outros equipamentos de transporte* (-0,9%).

Em outubro de 2016 e de acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, o ganho médio feminino era superior ao masculino nos sectores da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*; dos *Transportes e armazenagem* e da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória*, no subsector do *Comércio por grosso* e ainda, embora de forma menos evidente, na *Construção* e nas *Indústrias Extrativas*.

Em contrapartida, o valor do ganho médio mensal feminino era especialmente baixo no sector das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (constituía 46,3% do ganho mensal masculino, tendo essa diferença aumentado, relativamente a 2015) e também no subsector da *fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e fabricação de outros equipamentos de transporte*, (representava 68,8% do ganho mensal masculino).

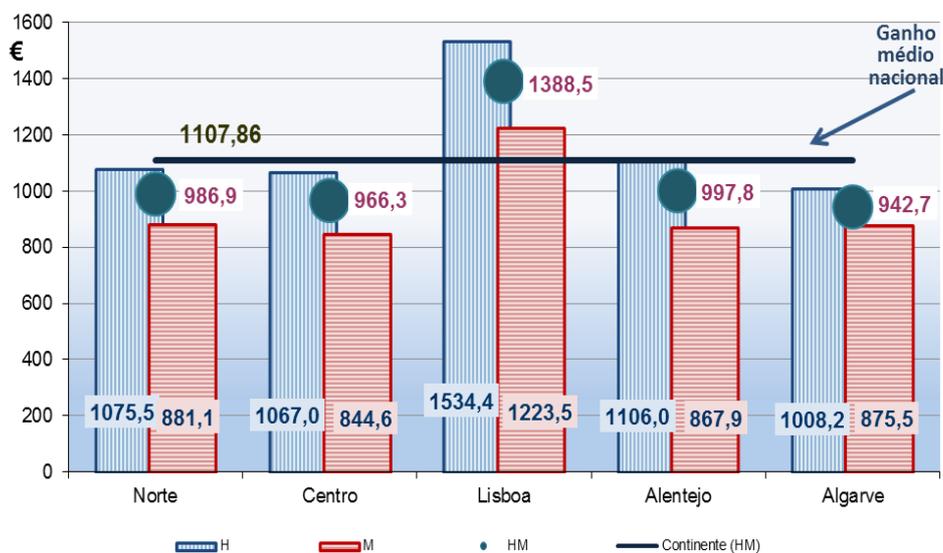
No que se refere à **remuneração de base média mensal**, em outubro de 2016, os sectores onde a remuneração base média mensal estava mais próxima do ganho médio mensal eram, como nos anos anteriores, a *Educação, o Alojamento, restauração e similares* e as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* e ainda os subsectores da *Pesca e aquicultura* e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*. Os sectores onde essa diferença era maior eram as *Atividades financeiras e de seguros, a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, os *Transportes e Armazenagem* e também o subsector da *Fabricação dos artigos de borracha e de matérias plásticas*.

Os sectores em que a remuneração de base média mensal aumentou ou decresceu mais, foram os mesmos que registaram maiores alterações no valor do ganho médio e também o sector das *Atividades Imobiliárias*.

- **Por regiões**

Analisando o **ganho médio mensal** dos TCO que trabalhavam a tempo completo nas diversas regiões do continente, em outubro de 2016, de acordo com os Quadros de pessoal, Lisboa continuava a ser a região onde o ganho médio era claramente mais elevado (1.388,5 €), seguindo-se-lhe a região do Alentejo, onde o ganho médio mensal era de 997,8 € e depois a região Norte (986,9 €). A região do Algarve era a região onde o ganho médio mensal era mais baixo (942,7 €). Relativamente ao mês homólogo, o crescimento foi particularmente acentuado nas regiões do Algarve, Centro e Norte. A região onde o ganho médio cresceu menos foi o Alentejo.

Gráfico 166 - Evolução do Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por região

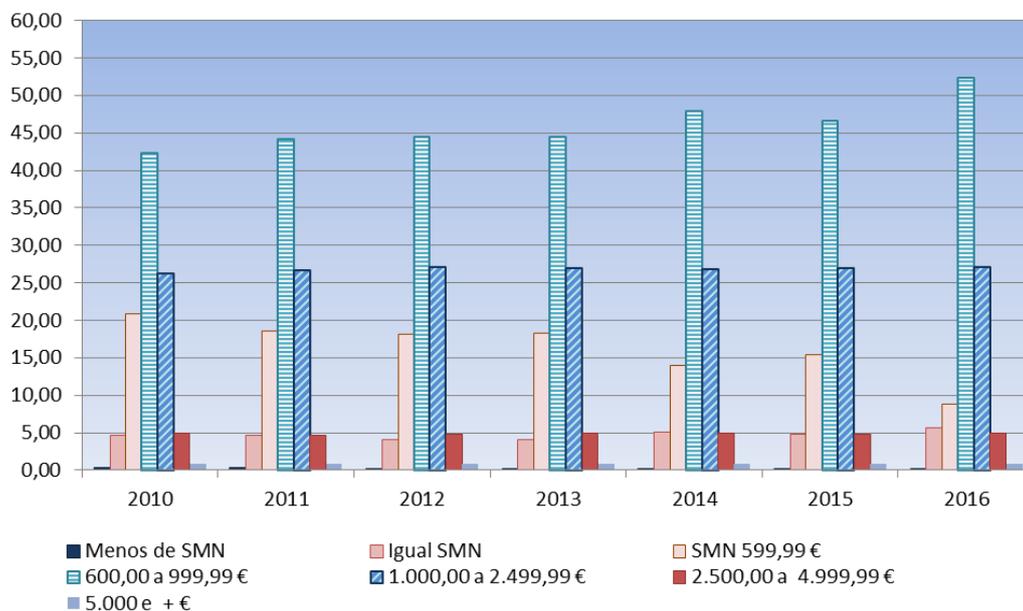


Fonte: GEP, Quadros de pessoal

No que se refere à **remuneração base média mensal** representava entre 81,5% do ganho médio na região do Alentejo e 84,5% na região Norte. Já a **remuneração base média mais prestações regulares** constituía entre 98,8% do **ganho médio mensal** em Lisboa e no Norte e 98,1% no Alentejo.

## 4.2. Estrutura remuneratória

Gráfico 167 - Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO (Remuneração base mensal mais prestações regulares)



Nota: em 2012 o SMN aumentou para 475€, em 2014 para 505€ e, 2016 para 530 €

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Se analisarmos a estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem que trabalhavam a tempo completo, em 2016, no que se refere à remuneração base mensal mais prestações regulares verificamos que o escalão remuneratório que reunia maior percentagem de trabalhadores continuava a ser o escalão dos “600 aos 999,99 €” (52,5%). O segundo escalão mais representativo era o dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 27,2% destes TCO. O escalão entre o “SMN e os 599,99 €”, e representava, 8,8% e o escalão equivalente ao SMN, 5,6%. Relativamente a 2015 registou-se um decréscimo de 6,7 p.p. no escalão entre o “SMN e os 599,99 €” em proveito sobretudo do escalão dos “600 aos 999,99 €” que cresceu em 5,8 p.p., embora o escalão equivalente ao SMN também tenha aumentado 0,8 p.p..

Entre 2010 e 2015, registou-se um decréscimo no peso dos escalões até aos 599,99 € (-5,4 p.p.) a favor sobretudo do escalão remuneratório entre os “600 e os 999,99 €” (+4,4 p.p.) mas também do escalão remuneratório entre os “1.000 e os 2.499,99 €” (+0,8 p.p.) O peso dos escalões remuneratórios a partir dos 2.500 € manteve-se praticamente inalterado.

Relativamente à estrutura remuneratória nos diferentes sectores de atividade, em 2016, a percentagem de trabalhadores nos escalões remuneratórios até aos 599,99 € diminuiu, relativamente a 2015, na esmagadora maioria dos sectores.

Assim, 38,6% dos trabalhadores do *Alojamento e restauração*, situava-se nos escalões remuneratórios até aos 599,99 €, (percentagem que era de 48,4% no subsector da Restauração) assim como 46,6% dos trabalhadores das *Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins* e 37,9% dos trabalhadores da *Indústria têxtil, do couro e dos produtos do couro* mas em todos estes sectores o peso deste escalão decresceu mais de 6 p.p., tendo diminuído 11,2 p.p. na *Indústria têxtil, do couro e dos produtos do couro*.

Já o escalão dos “600 e 999,9 €” concentrava 72,9% dos trabalhadores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, 69,3% dos trabalhadores do *Fabrico de mobiliário e colchões*, mais de 66% dos trabalhadores da *Construção e do Comércio a retalho* e mais de 64% das *Outras Indústrias Transformadoras e das Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fab. de obras de cestaria e de espartaria* e também em todos estes sectores este escalão cresceu relativamente a 2015, em prejuízo dos escalões mais baixos, com destaque para o *Fabrico de mobiliário e colchões* (+19,6 p.p.). Refira-se também os aumentos verificados neste escalão remuneratório nos subsectores das *Telecomunicações* (+19,1 p.p.) das *Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão* (+18,2 p.p.) e das *Atividades de investigação científica e desenvolvimento* (17,8 p.p.) mas nestes casos em prejuízo dos escalões remuneratórios superiores, sobretudo no escalão dos “2500 aos 4.999,99 €”.

O escalão “1.000 aos 2.499,99 €” era maioritário nos sectores das *Atividades financeiras e dos seguros*, das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra territoriais*, das *Atividades de informação e comunicação*, e nos subsectores das *Atividades de edição; Atividades cinematográficas, vídeo, produção de programas de televisão, gravação som e edição música; Atividades de rádio e de televisão* tendo aumentado, neste último subsector, em cerca de 6 p.p.

No sector da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* o escalão dos “2.500 aos 4.999,99 €” abrangia 54% dos trabalhadores. Sublinhe-se ainda que, no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* o escalão remuneratório “até ao SMN”

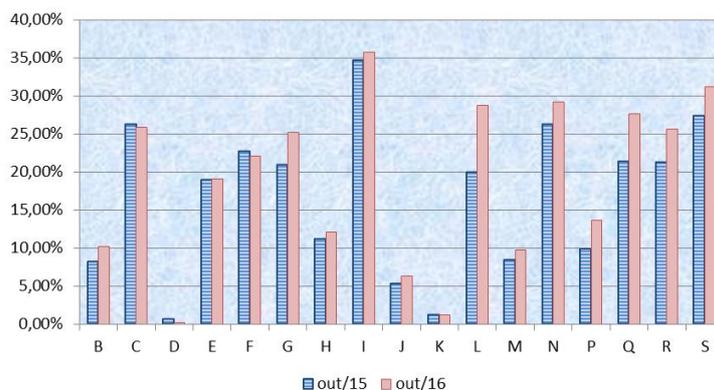
concentrava, em 2016, 2% dos trabalhadores do sector e que o peso deste escalão remuneratório 9% no subsector das *Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins*.

- **TCO abrangidos pela Remuneração Mínima Mensal garantida**

De acordo com os dados do Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho, em Outubro de 2016, 23,3% dos TCO que trabalhavam a tempo completo eram abrangidos pela Remuneração mínima mensal garantida (RMMG). A percentagem de TCO mulheres era cerca de 10 p.p. mais elevada do que a dos homens. Entre outubro de 2015 e outubro de 2016 a percentagem destes TCO cresceu 2,2 p.p.

Gráfico 143 -

Gráfico 168 - Percentagem de TCO a tempo completo abrangidos pelo RMMG em relação aos TCO a tempo completo por CAE (Outubro 2015-Outubro 2016)



B	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS

Fonte: GEP, Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho.

Analisando a percentagem de TCO abrangidos pelo RMMG por sector de atividade constata-se que essa percentagem era particularmente elevada no sector do *Alojamento, restauração e similares* (35,7%), das *Outras atividades de serviços* (31,2%) e da *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (29,7%).

Relativamente ao mês homólogo a percentagem destes TCO aumentou em todos os sectores de atividade exceto nas *Indústrias Transformadoras* e na *Construção*. Esse crescimento foi muito acentuado no sector *das Atividades imobiliárias* (9,9 p.p.) e no sector *das Atividades de saúde humana e apoio social* (6,2 p.p.).

### 4.3. Índice do custo de trabalho

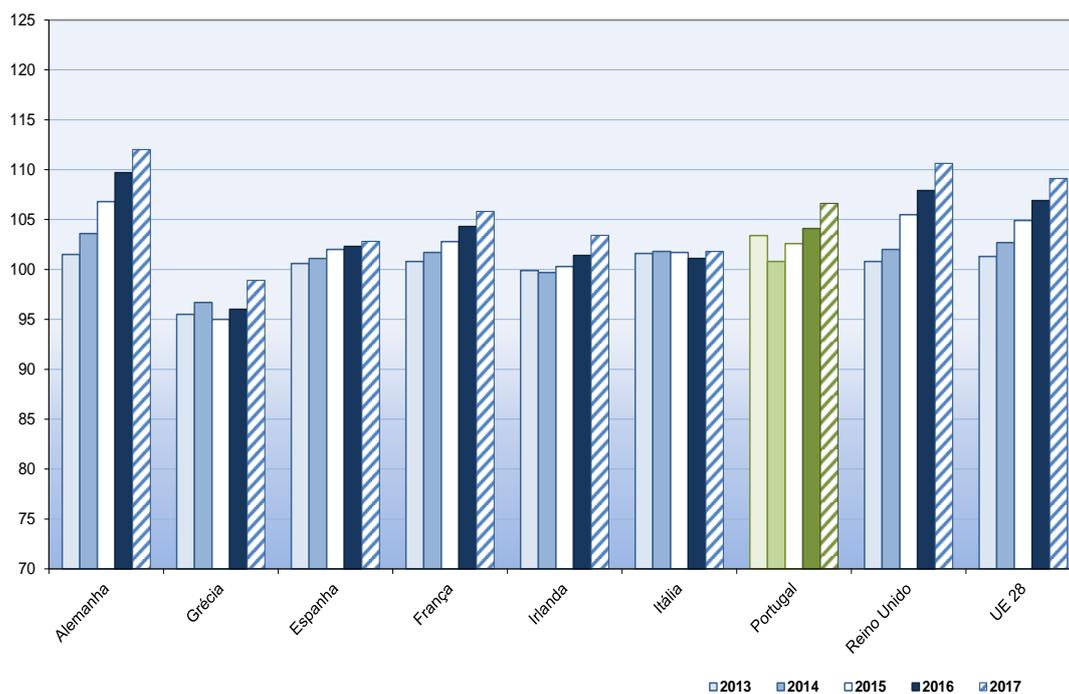
Segundo os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2017, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 3,1% em termos homólogos. O índice do custo de trabalho aumentou na maioria dos sectores de atividade.

O sector de atividade onde se verificou um maior acréscimo face a 2016 foi o das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (6,5%), da *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (6,3%), logo seguido pelo das *Educação* (5,3%), *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (5,1%), *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (3,1%) e *Atividades de saúde humana e apoio social* (3%).

Por outro lado, o índice de custo de trabalho diminuiu nas *Atividades financeiras e de seguros* (-2,4%), na *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição* (-2%), nas *Atividades imobiliárias* (-1%), no *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (-0,4%) e nas *Outras atividades de serviços* (-0,3%).

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2017, constata-se que relativamente aos outros países da UE 28, Portugal continuou a ser um dos países onde o custo de trabalho foi mais baixo. Apenas na Bélgica, Grécia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda e Itália se verificaram índices de custos de trabalho inferiores ao português.

Gráfico 169 - Índice do custo de trabalho nos países da EU (Base 2012 = 100)

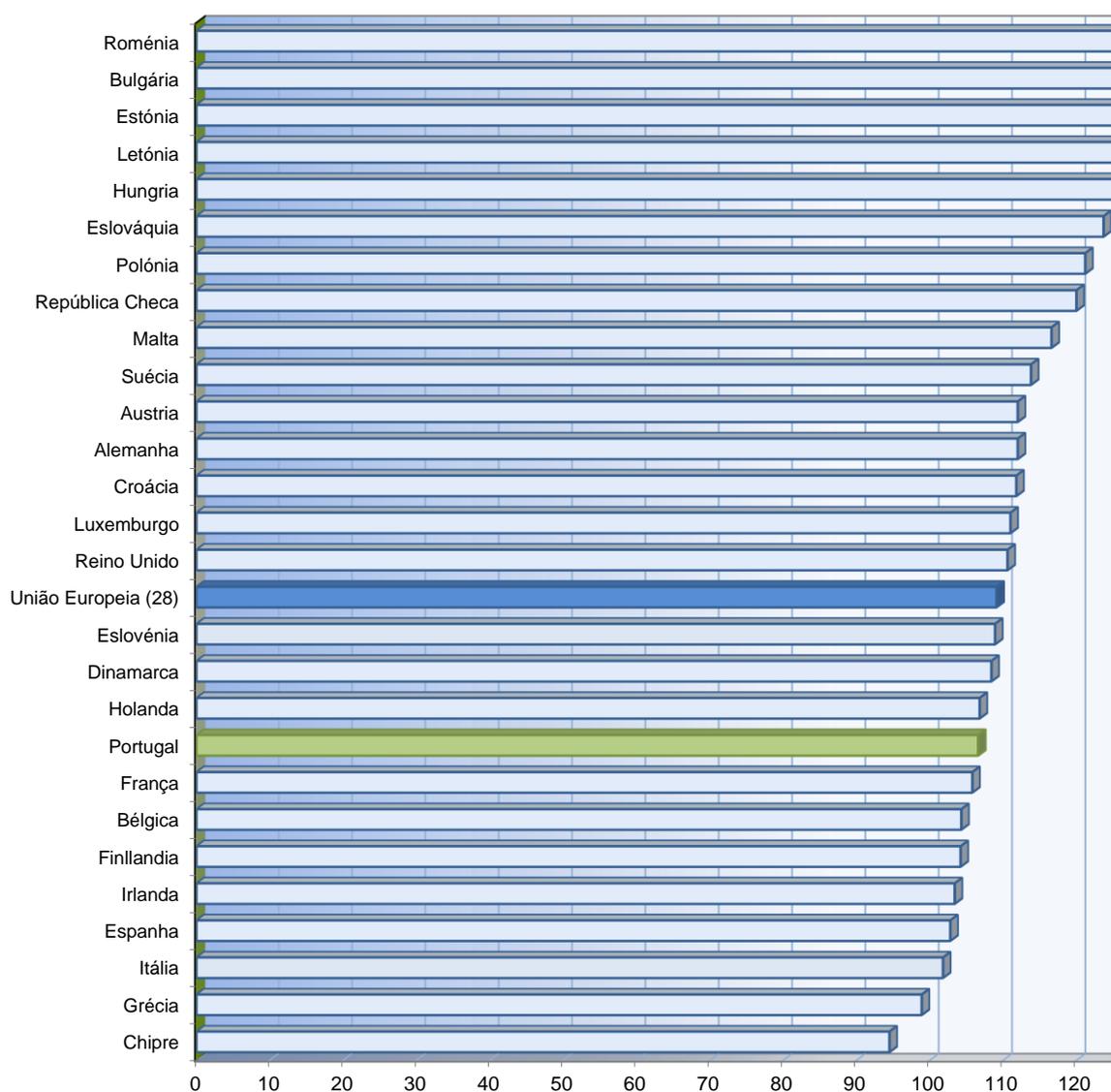


Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

De registar que, a análise deste índice desde o início da série em 2012, coloca em evidência o facto de Portugal ser um dos países da UE onde o índice do custo de trabalho menos cresceu, tendo mesmo apresentado uma quebra expressiva no ano de 2014 (-2%).

Gráfico 170 - Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2017 (Base 2012 = 100)



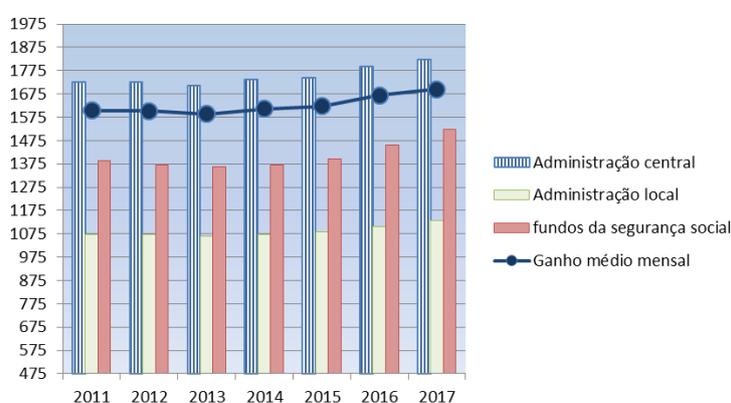
Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

## 4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas

De acordo com os dados da DGAEP, em 2017<sup>37</sup>, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.695,4 €. Este valor era consideravelmente mais elevado no que respeitava à Administração central (1.823,7 €) do que na Administração local (1.131 €) e aos fundos da segurança social (1.524,3 €).

Gráfico 171 - Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por subsetor



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

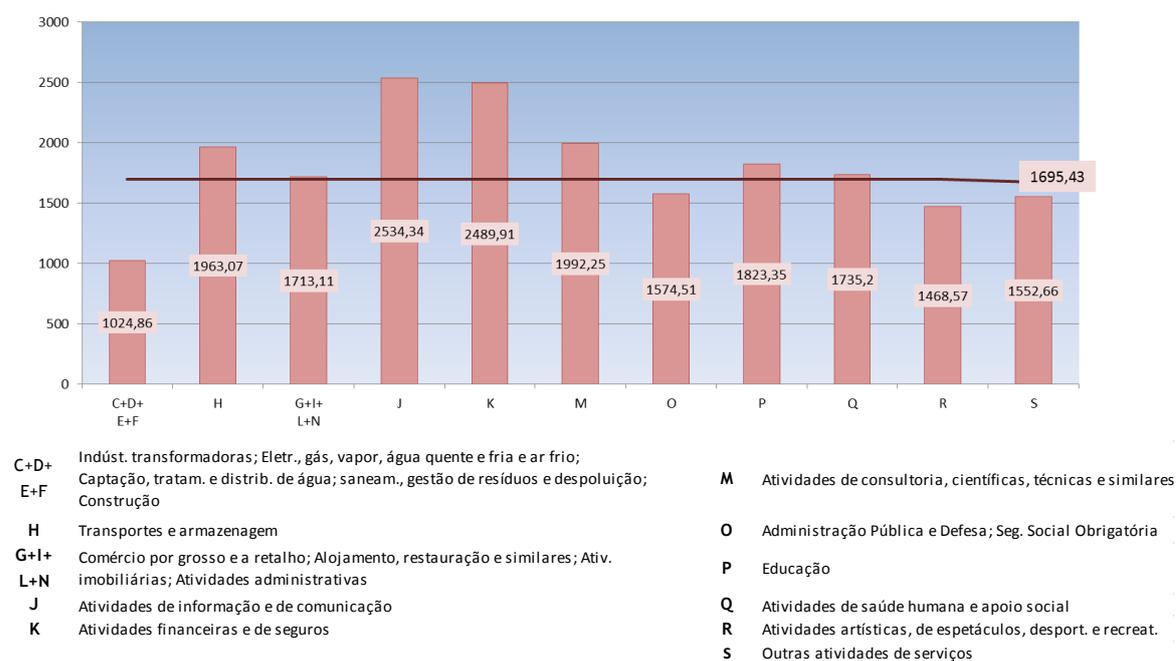
Entre 2011 e 2013, o ganho médio mensal decresceu, mas depois a partir de 2013 aumentou, tendo crescido percentualmente mais em cada ano na Administração local e nos Fundos da segurança social. Já na Administração central o aumento foi menor em 2015 do que no ano anterior e, em 2017 menor novamente do que em 2016.

No que se refere à remuneração base mensal nas Administrações públicas, no Continente, em 2017, esta era de 1.466,8 €, ou seja, representava 86,5% do ganho médio mensal.

A remuneração base média mensal mais suplementos regulares nas Administrações Públicas, no Continente, era de 1.645,31 €. Entre 2011 e 2013 a remuneração base média mais prestações regulares não diminuiu mas, nos anos seguintes, aumentou menos do que o ganho médio mensal.

<sup>37</sup> Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

Gráfico 172 - Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por CAE -2017



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Analisando o ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente por CAE, em 2017, constata-se que as *Atividades de informação e comunicação* eram o sector com o ganho médio mensal mais elevado. Seguiam-se as *Atividades financeiras e dos seguros*, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e os *Transportes e armazenagem*. O sector em que o ganho médio mensal era mais baixo continuava a ser, como em 2016, o que agregava as *Indústrias Transformadoras, a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, a captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção*.

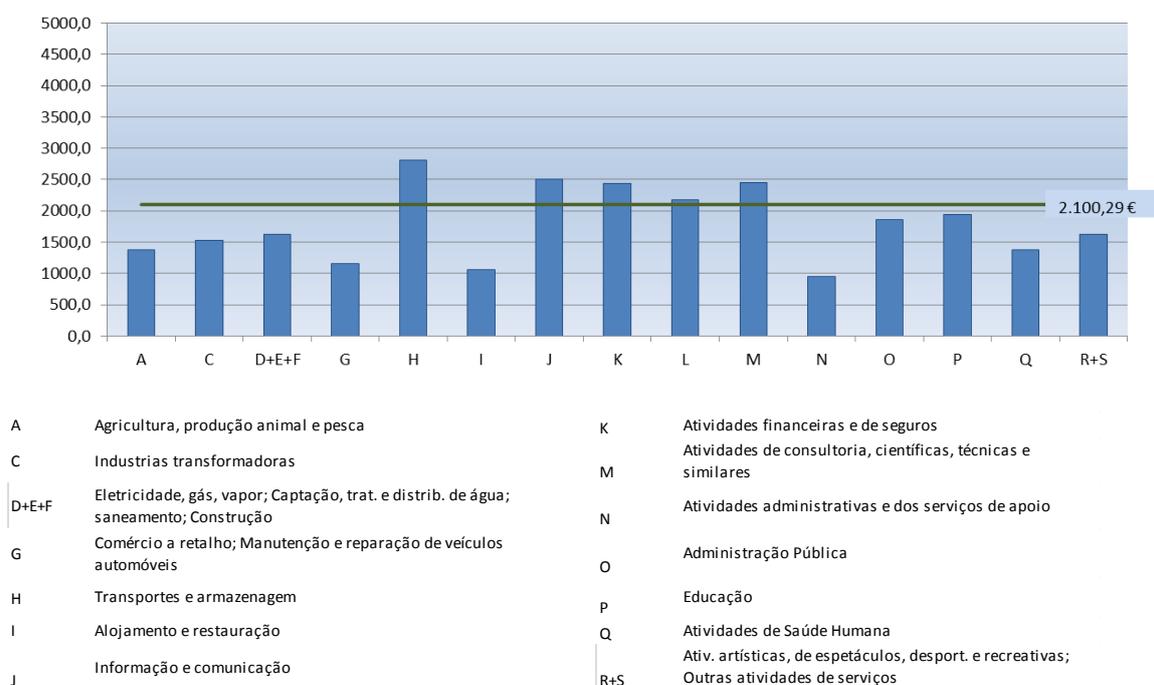
Entre 2016 e 2017, o único sector em que ganho médio mensal decresceu foi o sector das *Atividades financeiras e dos seguros* (-7,1%). Os sectores que registaram maiores aumentos no ganho médio mensal foram o *Comércio por grosso e a retalho, o alojamento e restauração, as Atividades imobiliárias e as atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+16,9%) e as *Outras atividades de serviços* (+6,7%)

- **Ganhos e remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público**

No que se refere às empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2017, no Continente, o ganho médio mensal era de 2.100,29 € nas entidades detidas pela Administração Central e 1.050,86 € nas entidades detidas pela Administração local.

Já a remuneração base média mensal era de 1.405,27 € para as empresas e demais entidades detidas pela Administração Central e de 856,03 € para as entidades detidas pela Administração local, ou seja, 66,9% e 81,5% do ganho médio, respetivamente.<sup>38</sup>

**Gráfico 173 - Ganho médio mensal nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela Administração Central (Continente) – trabalhadores a tempo completo – 2017**



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

<sup>38</sup> Não se analisa a evolução das remunerações em anos anteriores tendo em conta que, anualmente, diversas entidades são incluídas ou excluídas desta categoria. As entidades entradas e saídas com maior impacto no emprego foram:

- 2013/T1 Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
- 2013/T3 Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
- 2013/T4 Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
- 2014/T1 Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
- 2014/T2 Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
- 2014/T3 Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
- 2015/T3 Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
- 2015/T4 Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
- 2016/T1 Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
- 2017/T2 Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
- 2017/T4 Saída do Novo Banco, S.A. e participadas

Analisando o ganho médio mensal nas empresas e demais entidades detidas pela Administração central, por CAE, em 2017,<sup>39</sup> o sector que registava o valor mais elevado era o dos *Transportes e Armazenagem* (2.814,5 €). Seguia-se o sector da *Informação e comunicação* (2.505,1 €) e o das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (2.454,8 €) Os sectores que registavam ganhos médios mensais mais baixos eram o das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (942,6 €) e o do *Alojamento e restauração* (1.057,7 €).

---

<sup>39</sup> Em 2017 a DGAEP passou a agregar os valores dos ganhos médios relativos ao sectores D+E e F e R e S que, nos anos anteriores eram apresentados separadamente.

## 5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

---

### 5.1. Cursos de dupla certificação e formação continua extra-catálogo

Para análise destas ações de formação recorreu-se à informação constante do sistema SIGO (Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa)<sup>40</sup>, coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC).

A informação remetida por aquela Direção-Geral respeita aos cursos de dupla certificação nos anos de 2016 e 2017, à formação modular certificada no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) em 2017 e ainda à formação extra-catálogo realizada nos anos de 2015, 2016 e 2017.

#### 5.1.1. Cursos de dupla certificação

De acordo com os dados do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO) matricularam-se em cursos de educação e formação, no ano de 2017, cerca de 197,8 mil indivíduos. Destes, cerca de 78%, ou seja, 154,5 mil, frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos.<sup>41</sup> Entre 2016 e 2017 o número de matriculados em cursos de dupla certificação decresceu em 10%, decréscimo que respeitou, sobretudo, aos cursos de educação e formação de adultos. (-22,3%)

Analisando a oferta de dupla certificação dirigida a jovens, e tal como já acontecia em 2016, a esmagadora maioria dos jovens abrangidos (82,1%), ou seja, 126,8 mil, frequentavam cursos profissionais. Seguiam-se os cursos de educação e formação de jovens (18,6 mil pessoas, constituindo 12% do total), que são os únicos cursos dirigidos a jovens que conferem uma certificação de nível 2 (os outros conferem uma certificação de nível 4.).

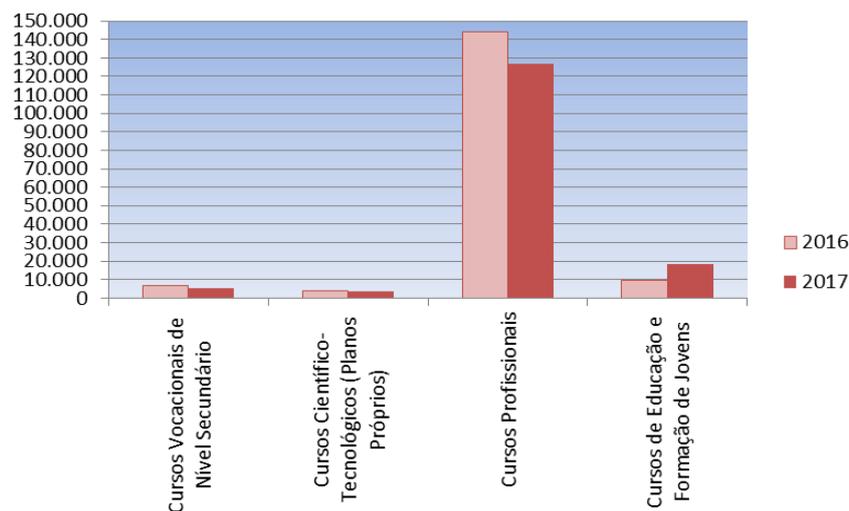
---

<sup>40</sup> O SIGO abrange a rede de entidades formativas do sistema nacional de qualificações e os centros qualifica e integra todas as ações de formação certificadas, incluindo as não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, designadamente as ações de formação desenvolvidas pelas empresas conforme previsto no Código do Trabalho

<sup>41</sup> Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os cursos de aprendizagem. Esta informação é analisada em 5.2.

Os cursos de educação e formação de jovens foram também a única modalidade de formação em que o número de matriculados cresceu, relativamente a 2016, tendo aumentado em cerca de 93%.

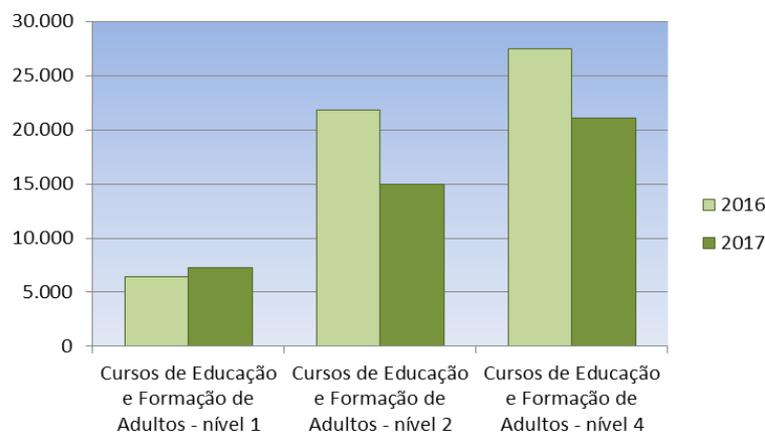
Gráfico 174 - Distribuição dos formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por tipo de curso – 2016 e 2017



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Quanto aos cursos de **educação e formação** de adultos, estes envolveram 43,4 mil indivíduos, cerca de metade dos quais em cursos de nível 4. Entre 2016 e 2017, contudo, apenas aumentou o número de formandos matriculados em cursos de nível 1.

Gráfico 175 - Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por níveis de qualificações- 2016 e 2017



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

No que se refere ao sexo, não se registaram, em 2017, grandes alterações relativamente ao ano anterior: 60% dos formandos em cursos de dupla certificação para jovens eram homens, sendo estes maioritários em todas as modalidades de formação, e atingindo cerca de 66% nos cursos de **Educação e formação de jovens**. Já no que se refere aos cursos de **Educação e formação de adultos**, as mulheres representavam 55%, sobretudo devido ao seu peso nos cursos de nível 4, já que nos restantes cursos a percentagem de homens e mulheres era bastante equilibrada.

Em 2017, 89% dos formandos matriculados nos **cursos de dupla certificação para jovens** tinha entre 15 e 24 anos, e os restantes tinham menos de 15 anos. Quanto aos cursos de **Educação e Formação de Adultos**, 38,2% dos matriculados tinha entre 35 e 49 anos, 24,7% entre 25 e 34 anos e 20,7%, 50 ou mais anos. Este último foi o escalão que registou um aumento mais significativo relativamente a 2016.

No que respeita às entidades promotoras da formação, em 2017, os **cursos de dupla certificação para jovens** eram da responsabilidade do Ministério da Educação<sup>42</sup>. No que respeita à **Educação e Formação de Adultos**, 91,4% dos formandos frequentavam cursos promovidos pelo IEFP, 5,4% estavam matriculados em cursos promovidos pelo Ministério da Educação, 2,7% em cursos promovidos pelo Ministério da Justiça e 0,5% em cursos promovidos pelo Ministério do Mar.

Em 2017, 95% dos formandos matriculados em cursos de **Educação e formação de adultos**, ou seja, 41,1 mil estavam desempregados no início da formação. Para além disso 83,2% do total dos formandos (36,1 mil pessoas) eram desempregados à procura de novo emprego sendo esta a única categoria que diminuiu significativamente, relativamente ao ano anterior.

De entre os desempregados à procura de novo emprego, cerca de 91% eram desempregados à 12 ou mais meses (desempregados de longa duração). Entre 2016 e 2017, a percentagem de DLD abrangidos aumentou em 16 p.p..

---

<sup>42</sup> Como já referido o Sistema não disponibilize os dados relativos aos cursos de Aprendizagem, que é a medida de formação de jovens em que o IEFP mais investe. Os cursos de Aprendizagem são analisados no ponto 5.2.

## Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação – 2016 e 2017

Gráfico 176 - Formandos por situação face ao emprego

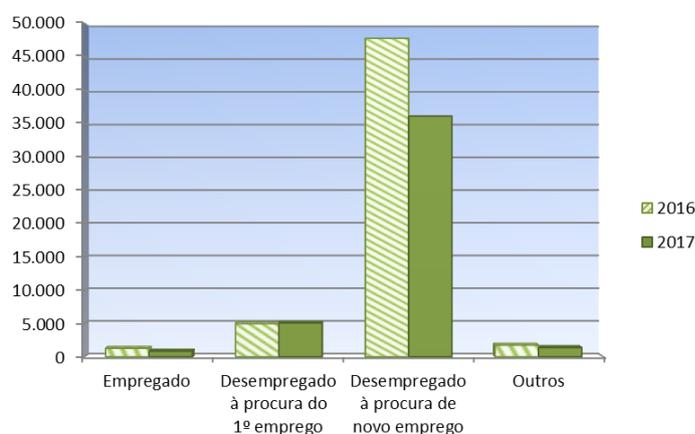
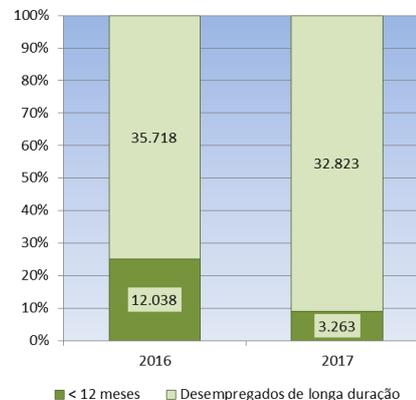


Gráfico 177 - Formandos desempregados à procura de novo emprego por duração de procura de emprego



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em 2017, como em 2016, as áreas de formação que integravam maior número de formandos dos cursos de dupla certificação eram a “Hotelaria e Restauração” (12,3% do total dos abrangidos), as “Ciências Informáticas” (11,7%), e depois, em número muito aproximado, o “Comércio”, os “Audiovisuais e produção dos média” e o “Turismo e lazer”.

Gráfico 178 - Formandos matriculados em cursos de dupla certificação por áreas de formação mais representativas – 2016 e 2017



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

### ***5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)<sup>43</sup>***

Em 2017, 286 mil pessoas matricularam-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações, 57,8% das quais eram mulheres. No que se refere à distribuição destes formandos por escalões etários, cerca de 39% tinha entre 35 e 49 anos, 24,3% entre 25 e 34 anos e 23,6% 50 e mais anos. O escalão até aos 24 anos representava 13,2% do total.

### ***5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações***

De acordo com os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, realizaram-se ainda, em 2017 um conjunto de ações de formação<sup>44</sup> não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, envolvendo 518,2 mil formandos<sup>45</sup>. Nestas ações de formação, os homens constituíam 61,9%. O número destes formandos aumentou ligeiramente entre 2015 e 2016 e no último ano em análise, estabilizou.

No que se refere à situação face ao emprego, em 2017, 62,8% dos formandos destes cursos eram empregados e 5% desempregados. Havia ainda uma pequena percentagem de inativos e de estagiários. Para além disso, 31,2% dos formandos foram classificados como em “outra situação”. Entre 2015 e 2017, o número de empregados nestas ações de formação cresceu sempre. Já o número de desempregados diminuiu entre 2016 e 2017.

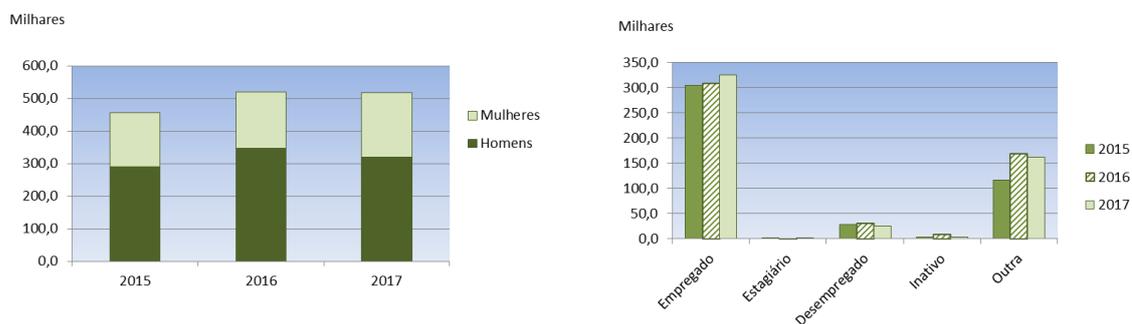
---

<sup>43</sup> A Formação Modular certificada (FM) é uma modalidade de formação de adultos, cujo plano de formação é constituído por uma ou várias UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Em regra as UFCD podem ser da componente de formação base ou da componente de formação tecnológica daquele Catálogo.

<sup>44</sup> Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas

<sup>45</sup> De acordo com os dados da DGEEC, a mesma pessoa frequentou diversas ações pelo que as 518,2 mil matrículas respeitam a 383,2 mil pessoas.

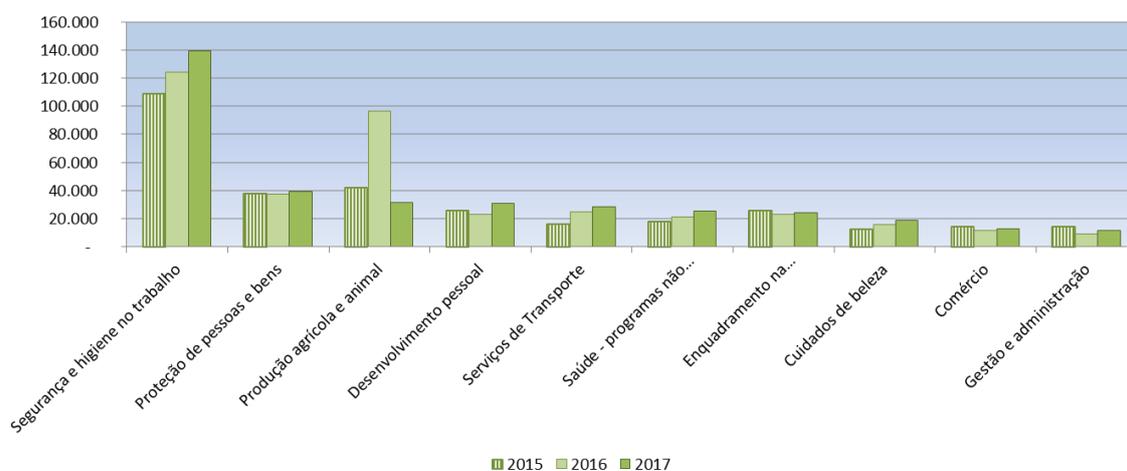
**Gráfico 179 - Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por sexo e situação face ao emprego – 2015-2017**



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Analisando as áreas de formação das ações de formação não incluídas no Catálogo Nacional de Qualificações mais representativas, em termos de número de formandos, constata-se que, em 2017, as ações de “segurança e higiene no trabalho” reuniam 24% do total dos formandos, seguindo-se-lhes as ações de formação em “proteção de pessoas e bens” (7,6%) em “Produção agrícola e animal” (6,1%), as ações de “Desenvolvimento pessoal” e as ações no âmbito dos “Serviços de transportes”. Entre 2015 e 2017 as maiores alterações registaram-se nas ações de formação no âmbito da “Produção agrícola e animal” que, em 2016, abrangeu 18,5% do total dos formandos.

**Gráfico 180 - Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por áreas de formação mais representativas – 2015-2017**



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

#### **5.1.4. Programa Qualifica - Reconhecimento, validação e certificação de competências**

O Programa Qualifica, que arrancou em 2017, visa promover a qualificação de adultos através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências complementados pela frequência de ações de formação certificadas, em função dos perfis e das necessidades individuais dos formandos. É dirigido a pessoas com 18 ou mais anos que procuram uma qualificação.

De acordo com os dados da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) inscreveram-se no Programa Qualifica, em 2017, 125,9 mil pessoas das quais 10,2 mil obtiveram a certificação das suas competências escolares e/ou profissionais. Para além disso, 97,1 mil foram encaminhadas para ofertas de educação, formação profissional ou de dupla certificação.<sup>46</sup>

## **5.2. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional**

Para análise das medidas de formação e emprego desenvolvidas pelo IEFP recorreu-se ao relatório de execução física e financeira daquele Instituto. Tendo em conta que as alterações introduzidas nos últimos anos na tipologia das medidas quer a forma como estas foram sendo agrupadas em termos do relatório, considerou-se pertinente centrar a análise nos anos de 2013 a 2017, possibilitando assim a comparação entre anos.

Em 2017, as ações de formação promovidas pelo IEFP<sup>47</sup> abrangeram 294,4 mil pessoas, 83,8%, das quais, ou seja 246,8 mil, em ações de **Qualificação de adultos**, 10,7% na **Qualificação de Jovens**<sup>48</sup> (31,6 mil pessoas) e 0,5% na **Formação de Formadores** (1,6 mil pessoas). Relativamente ao ano anterior isto significou um decréscimo de 17,1 mil pessoas que

---

<sup>46</sup> Estes dados incluem a atividade dos Centros Qualifica promovidos pelo IEFP onde se inscreveram, em 2017, 52,6 mil pessoas das quais 4,8 mil obtiveram a certificação das suas competências.

<sup>47</sup> Este relatório, ao contrário do relatório de 2016, inclui a atividade dos Centros de Gestão Participada.

<sup>48</sup> As ações de Qualificação de Jovens promovidas pelo IEFP não constam da informação disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativa ao SIGO.

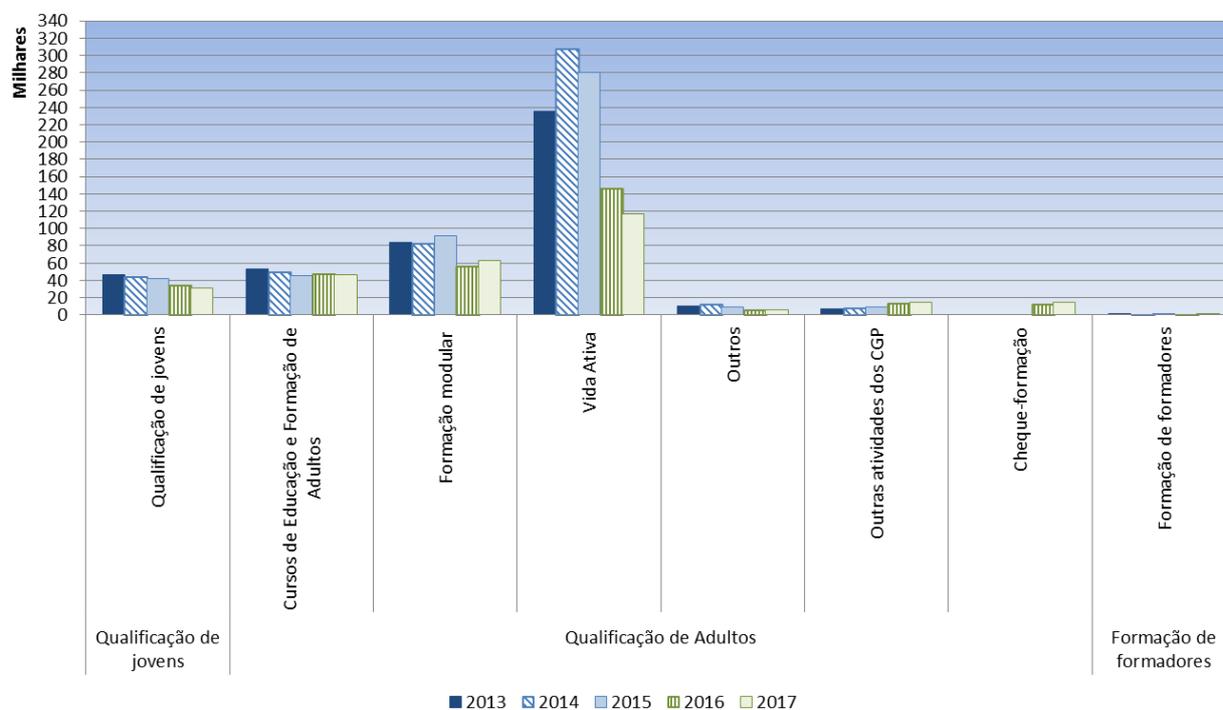
respeitavam quase inteiramente à **Qualificação de adultos**. O número de abrangidos por ações de formação de formadores aumentou ligeiramente.

Dos indivíduos abrangidos por ações de formação promovidas pelo IEF, em 2017, 78,3%, tinham concluído a formação.

No que se refere à **Qualificação de Jovens**, a esmagadora maioria dos abrangidos integrava-se na medida “Aprendizagem” (28,3 mil pessoas, representando 89,6% do total). Os “cursos de especialização tecnológica” integravam as restantes 3,3 mil pessoas. Relativamente a 2016 o número de abrangidos na **Qualificação de Jovens** diminuiu em cerca de 1,7 mil pessoas devido exclusivamente ao decréscimo no número de abrangidos na medida “Aprendizagem”.

Entre 2013 e 2017, o número de abrangidos na medida “Aprendizagem” diminuiu sempre, embora ligeiramente, exceto entre 2015 e 2016, em que o decréscimo foi de 7,5 mil pessoas. Os “cursos de especialização tecnológica” só começaram a ter maior expressão a partir de 2015, e não registaram grandes alterações a partir daí.

**Gráfico 181 - Número de formandos abrangidos por cursos de formação**



Fonte: IEF, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

Relativamente à **Qualificação de Adultos**, em 2017 a medida “Vida Ativa”<sup>49</sup> continuava a envolver uma parte importante dos abrangidos (47,4% do total dos abrangidos na **Qualificação de Adultos**, ou seja 117,1 mil pessoas), seguindo-se-lhe a “Formação modular”<sup>50</sup> (62,8 mil pessoas, representando 25,5%) e os “Cursos de Educação e Formação de Adultos” (46,3 mil pessoas, constituindo 18,7% dos abrangidos na Qualificação de Adultos). A medida “Cheque-formação”<sup>51</sup> abrangeu 14,9 mil (6,1%) e as “outras atividades de formação” desenvolvidas pelos Centros de Gestão Participada, 14,4 mil pessoas (5,8%).

Entre 2016 e 2017, e no que se refere à **Qualificação de Adultos**, o número de abrangidos na Medida “Vida Ativa” diminuiu em 28,5 mil pessoas. O número de abrangidos nos cursos de “Educação e formação de adultos” também diminuiu, embora muito ligeiramente. A medida que mais cresceu em termos de número de abrangidos foi a “Formação modular” (+7,4 mil pessoas).

Entre 2013 e 2017, o número de abrangidos diminuiu em todas as medidas de **Qualificação de Adultos** exceto nas “Outras atividades de formação” desenvolvidas pelos Centros de Gestão Participada. Os maiores decréscimos registaram-se na medida “Vida Ativa” que cresceu em 72 mil pessoas entre 2013 e 2014 para diminuir em 26,4 mil no ano seguinte e depois em cerca de 135 mil pessoas, entre 2015 e 2016. A “Formação modular” também registou algumas oscilações em termos de número de abrangidos, embora mais ligeiras. (A mais significativa verificou-se entre 2015 e 2016, em que o número de abrangidos diminuiu em 36,4 mil).

Tal como nos anos anteriores, em 2017 os homens eram maioritários nas ações de **Qualificação de Jovens** (66,2%) e as mulheres a maioria dos abrangidos nas ações de **Qualificação de Adultos**, (60,1%) e na **Formação de formadores** (65,7%). Entre 2016 e 2017, o peso dos homens nas ações de **Qualificação de jovens** diminuiu levemente, mas antes disso tinha aumentado sempre, desde 2013. Já a percentagem de mulheres nas ações de **Qualificação de Adultos** cresceu.

---

<sup>49</sup> A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou a desempregados que não possuam uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

<sup>50</sup> Até 2016 esta medida dirigia-se apenas a ativos empregados mas, no último ano passou a incluir também desempregados.

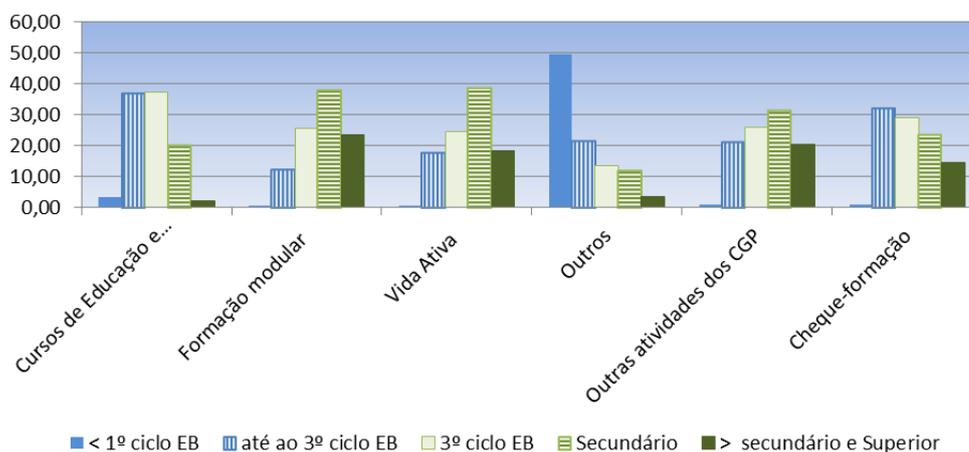
<sup>51</sup> A medida Cheque-formação consiste na concessão de um apoio financeiro a entidades empregadoras, aos ativos empregados ou a desempregados que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição e competências relevantes para a melhoria do desempenho individual e para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustados às necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

No que respeita às medidas de **Qualificação de adultos** em 2017, e ao contrário do que acontecia nas restantes medidas, os homens constituíam 70,4% das “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada.

No que se refere aos escalões etários, em 2017, nas ações de **Qualificação de Jovens** abrangidos com até 24 anos constituíam 88,3% do total e o único outro escalão etário com alguma expressão era o dos formandos com entre 25 e 34 anos, que representavam 8,3%. Nas ações de **Qualificação de Adultos**, 39,7% dos abrangidos tinha entre 35 e 49 anos, 24,5% tinha 50 e mais anos e 24,1%, entre 25 aos 34 anos. Relativamente aos anos anteriores, refira-se o aumento verificado na percentagem de abrangidos com 50 e mais anos.

Analisando o número de abrangidos por níveis de habilitações nas medidas de **Qualificação de Jovens**, considerando que a medida “Aprendizagem” é dirigida a jovens com o 3º ciclo do ensino básico, 99,3% dos abrangidos possuía naturalmente esse nível de habilitações. Já a medida de “Especialização Tecnológica” é dirigida a jovens com pelo menos o ensino secundário pelo que 87% dos abrangidos tinha esse nível de escolaridade. Para além disso, 12,5% dos formandos nessa medida tinham habilitações superiores ao secundário ou o ensino superior, tendo essa percentagem vindo a aumentar desde 2013.

**Gráfico 182 - População abrangida pelas medidas de Qualificação de Adultos por níveis de habilitações -2017**



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

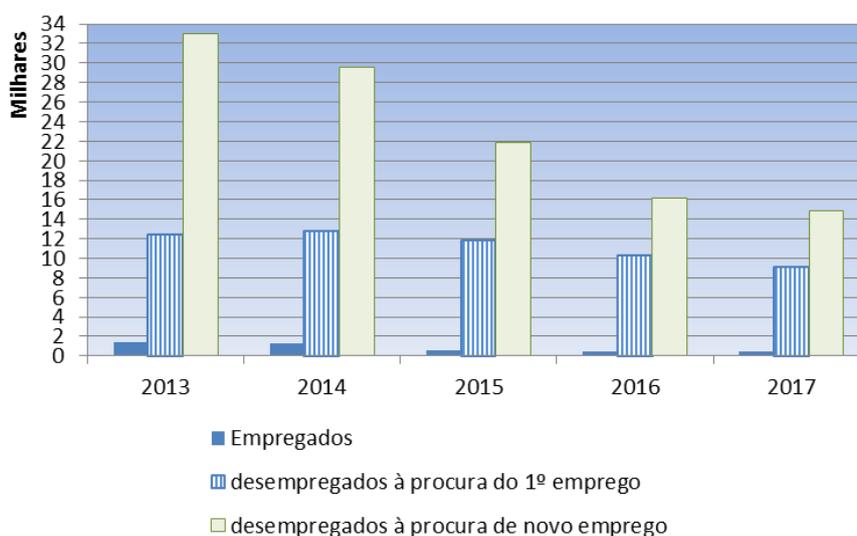
No que se respeita às ações de **Qualificação de Adultos**, em 2017 33,5% dos abrangidos tinha o ensino secundário e 27,2%, o 3º ciclo do ensino básico. Os abrangidos com até ao 3º ciclo do ensino básico representavam 21% e os formandos com habilitações superiores ao ensino secundário ou com o ensino superior, 15,9%. Relativamente aos anos anteriores não se

registaram grandes variações nestas percentagens, embora se registre uma tendência para o decréscimo dos abrangidos com níveis de habilitações mais baixos.

Relativamente às diferentes medidas de **Qualificação de Adultos**, na medida “Educação e Formação de Adultos” o peso dos abrangidos com até o 3º ciclo do ensino básico e com o 3º ciclo do ensino básico era praticamente equivalente (36,9% e 37,2%, respetivamente). Já no que respeita às medidas “Formação Modular” e “Vida Ativa” cerca de 38% dos formandos tinha o ensino secundário e cerca de 25%, o 3º ciclo do ensino básico. Para além disso, na “Formação Modular” os formandos com mais do que o nível secundário ou com o ensino superior constituíam 23,3% e na “Vida Ativa”, 18,2%. Na medida “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada o maior peso era também dos formandos com o ensino secundário (31,6%) e os formandos com mais do que o ensino secundário ou com o ensino superior representavam 20,4%. Quanto à medida “cheque-formação” 32,1% dos abrangidos possuía até ao 3º ciclo do ensino básico e depois essa percentagem diminuía, à medida que o nível de habilitações aumentava.

Entre 2013 e 2017 não se verificaram grandes alterações em termos do peso dos abrangidos por níveis de habilitações nas diferentes medidas de **Qualificação de Adultos**. Refira-se que, na medida “Formação modular” o peso dos formandos com o ensino superior tem vindo a crescer e, na “Vida Ativa” a percentagem dos formandos com habilitações abaixo do nível secundário tem vindo a diminuir.

**Gráfico 183 - População abrangida nas ações de Qualificação de Jovens por situação face ao emprego no início da formação**



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

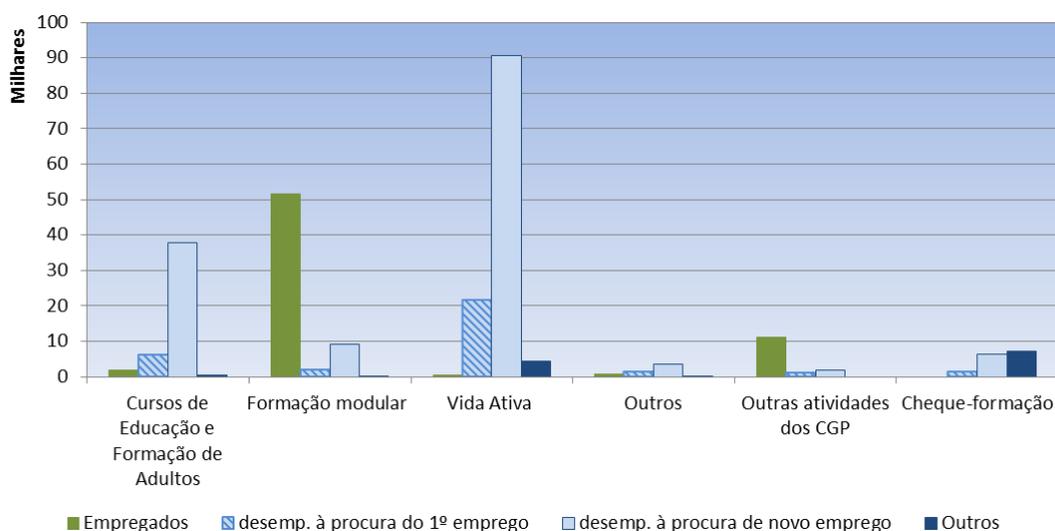
Analisando a situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de formação profissional promovidas pelo IEFP, em 2017, constatamos que, no que se refere à **Qualificação de Jovens**, 92,5% dos abrangidos eram desempregados e 50,7%, eram desempregados à procura de novo emprego. Os empregados tinham alguma expressão na medida “Especialização tecnológica”, constituindo 14,3%.

Relativamente a anos anteriores sublinhe-se que o número de formandos desempregados à procura de novo emprego tem vindo a diminuir significativamente, desde 2013.

No que respeita à situação face ao emprego no início da formação dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Adultos**, em 2017, os desempregados representavam 73% e os desempregados à procura de novo emprego, 59,7% do total. Os empregados constituíam 22,1%.

Os ativos empregados eram majoritários nas medidas “Formação modular” (81,9%), medida que aliás, até 2017 era dirigida apenas a este público-alvo, e nas “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada (78,4%). Nas medidas “Educação e Formação de adultos” e “Vida Ativa” a grande maioria dos formandos eram desempregados à procura de novo emprego. No que se refere à medida “Cheque-formação”, 51,6% dos abrangidos eram desempregados e os restantes foram classificados como “outros”.

**Gráfico 184 - População abrangida nas ações de Qualificação de Adultos por situação face ao emprego no início da formação – 2017**



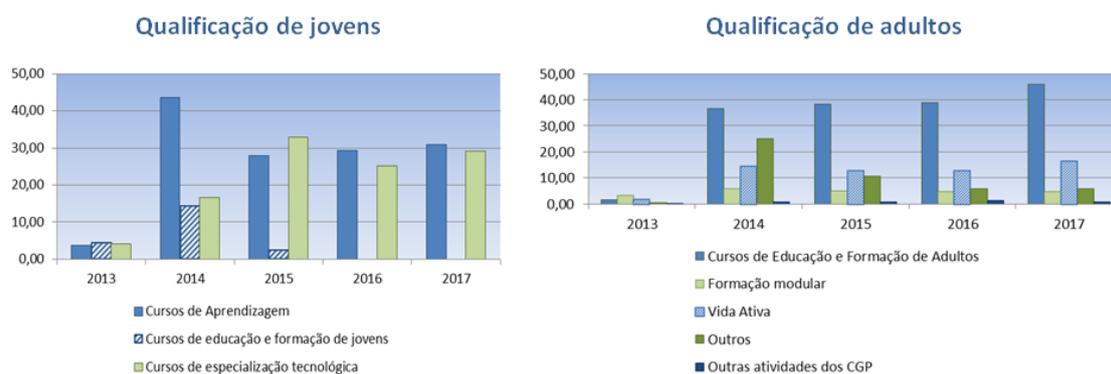
Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

Relativamente aos anos anteriores regista-se a diminuição do peso dos abrangidos desempregados à procura do primeiro emprego na medida “Vida Ativa”, que em 2015 chegaram a constituir quase 30% do total, e que em 2017 representavam 18,4%.

Em 2017, a percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional era bastante elevada, sobretudo nas medidas de **Qualificação dos jovens**.

Na medida “Aprendizagem” os desistentes constituíam cerca de 30,8% dos formandos abrangidos e nos “Cursos de especialização tecnológica” essa percentagem era de 29,1%. De qualquer modo, a percentagem de desistentes diminuiu, nos últimos anos. De facto, em 2014 a percentagem de desistentes na medida “Aprendizagem” atingiu os 43,7% e em 2015, nos cursos de Especialização Tecnológica, os desistentes representavam 33%.

Gráfico 185 - % de Desistências por medida de formação



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

No que se refere às medidas de **Qualificação dos adultos** destacam-se os “cursos de educação e formação de adultos” em que a percentagem de desistentes era particularmente elevada (46%), tendo aumentado, no último ano, em cerca de 7,2 p.p.

Analisando a percentagem de formandos aprovados, em 2017, esta atingia os 88,7% nos cursos de **Qualificação de jovens**, sendo contudo mais baixa nos cursos de “Especialização Tecnológica” (75,8%). Quanto à **Qualificação de Adultos** a percentagem de aprovações era de 79,1%, atingindo 87,6% na medida “Formação Modular”, 87,2% na medida “Vida Ativa” e 86,8% nas “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada. Na Formação de Formadores esta percentagem era de 83,1%.

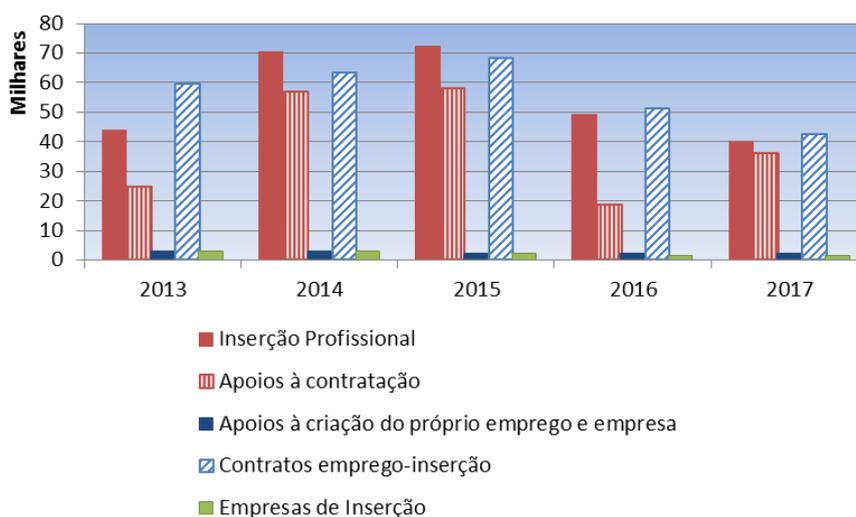
Relativamente aos anos anteriores refira-se que o peso das aprovações na medida “Educação e Formação de adultos” tem vindo a diminuir desde 2014, enquanto nas “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada aumentou, no mesmo período. Já na medida “Vida Ativa”, a percentagem de aprovações aumentou em cerca de 18 p.p. entre 2016 e 2017 depois de ter decrescido em cerca de 12,3 p.p. entre 2015 e 2016.

### 5.3. Medidas de Apoio ao Emprego

Em 2017, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram 122,3 mil pessoas, das quais 34,9% (cerca de 42,7 mil) celebraram “contratos emprego-inserção”<sup>52</sup>, 32,7% (39,9 mil pessoas) frequentaram estágios ao abrigo das medidas de “Inserção profissional”<sup>53</sup> e 29,5% (36,1 mil) tinham beneficiado de apoios à contratação.

Dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego em 2017, 76,8% concluíram as ações até ao final do ano.

Gráfico 186 - Número de abrangidos que terminaram medidas de Apoio ao Emprego



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

<sup>52</sup> Medida dirigida a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e de rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

<sup>53</sup> As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações: “INOV” “Impulso Jovem” (que terminaram em 2013), “Estágios Emprego”; “Estágios profissionais (que substituiu a anterior em 2017) “Emprego – Jovem Ativo”; “Reativar”.

O número de pessoas que concluíram medidas de apoio ao emprego até Novembro diminuiu relativamente a 2016, em todas as medidas exceto nos “Apoios à contratação”, que registou um aumento de +17,2 mil pessoas.

Entre 2013 e 2015, o número de pessoas abrangidas pelas medidas de apoio ao emprego aumentou acentuadamente nos “Apoios à contratação”, nos estágios ao abrigo das medidas de “Inserção profissional” e ainda nos “Contratos emprego-inserção” mas, entre 2015 e 2016 decresceu muito.

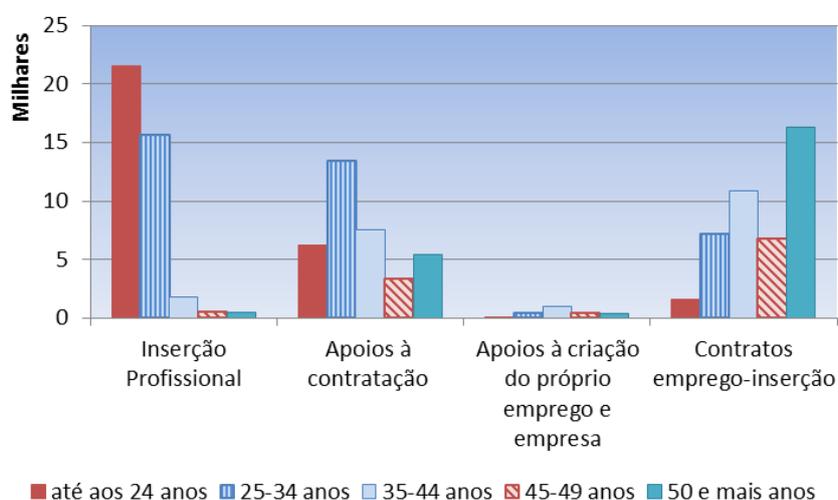
No que se refere aos abrangidos por sexo, em 2017 as mulheres eram maioritárias em todas as medidas, exceto nos “Apoios à criação do próprio emprego e empresa”.

Analisando os indivíduos abrangidos por medidas ativas de emprego considerando os escalões etários constata-se que, em 2017, 30,3% tinha entre 25 e 34 anos, 26,8% tinha entre 35 e 49 anos, 24,2% tinha até 24 anos e 18,7% tinha 50 e mais anos.

No conjunto de medidas de “Inserção Profissional”, em 2017 como nos anos anteriores mais de metade dos abrangidos tinha até 24 anos e mais de 90% tinha até 34 anos.

No que respeita aos “Apoios à Contratação” o escalão etário mais representado em termos de abrangidos era o dos 25 aos 34 anos (37,3% do total) seguido pelo escalão dos 35 aos 49 anos (30,2%).

Gráfico 187 - População abrangida pelas medidas ativas de emprego por escalões etários – 2017



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

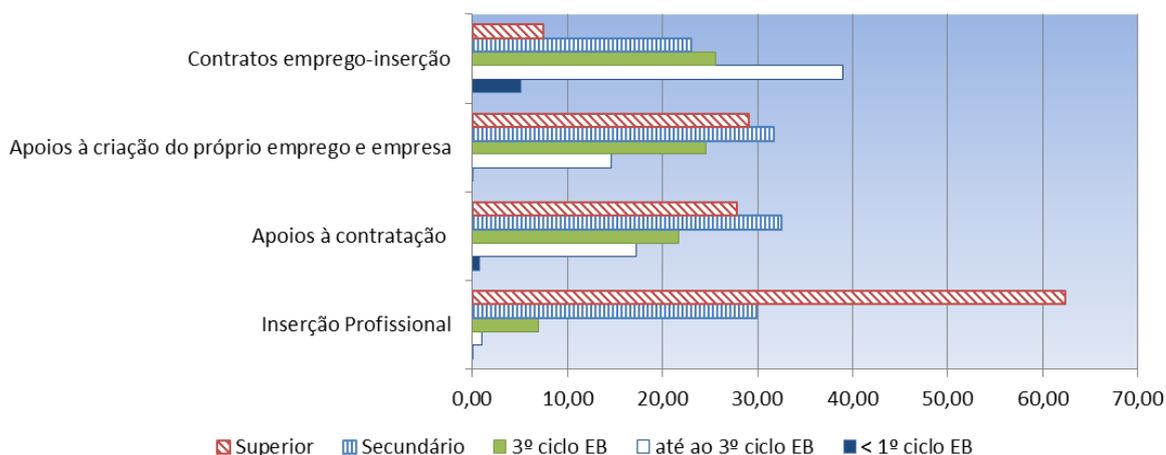
Já no que se refere aos “Contratos Emprego-Inserção” era evidente o peso dos escalões entre os 35 e os 49 anos (41,3%), seguido pelo escalão dos 50 e mais anos (38,2%). O escalão dos 25 aos 34 anos representava, nesta medida, cerca de 16,8% do total de abrangidos.

Também no que respeita aos “Apoios à criação do próprio emprego e empresa” a esmagadora dos beneficiários se enquadrava nos escalões entre os 35 e os 49 anos (62,2%). O peso dos escalões dos 25 aos 34 anos e dos 50 e mais anos era bastante próximo.

Em 2017, 31,7% dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP tinha o ensino superior, 28,2% possuíam o ensino secundário, 19,7% tinham até ao 3º ciclo do ensino básico e 18,4% possuíam o 3º ciclo do ensino básico.

Nas medidas de “Inserção profissional”, 62,3% do total de abrangidos possuía o ensino superior e 29,9% o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com mais peso nos “Apoio à contratação” e no “Apoio à criação do próprio emprego e empresa” embora nestas medidas os abrangidos com o ensino secundário fossem em maior número e os abrangidos com o 3º ciclo do ensino básico e com até o 3º ciclo do ensino básico tivessem também algum significado. No que se refere aos “Contratos Emprego-Inserção”, pelo contrário, 39% dos indivíduos tinham até ao 3º ciclo do ensino básico, 25,6% possuía o 3º ciclo do ensino básico e 22,9% o ensino secundário.

Gráfico 188 - População abrangida pelas medidas de Apoio ao Emprego por níveis de habilitações – 2017

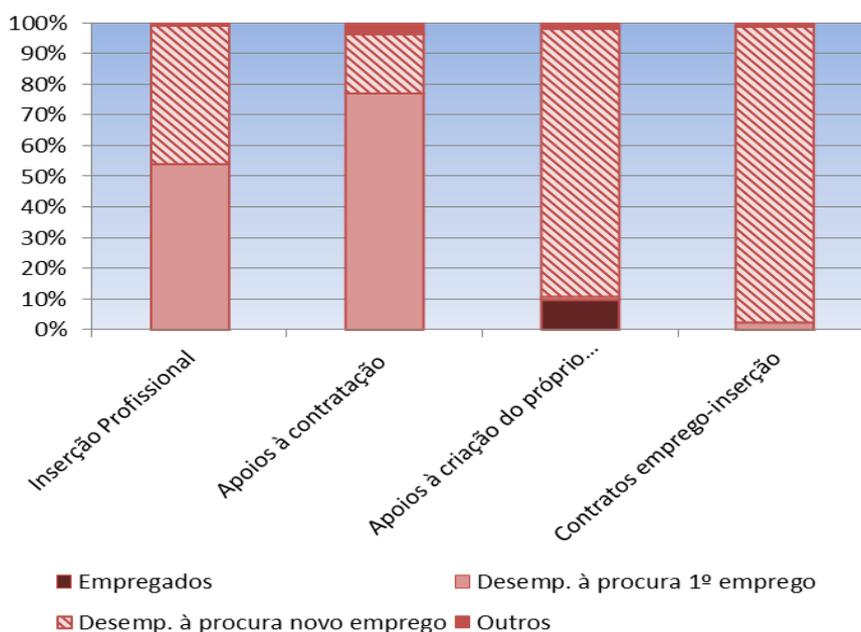


Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

Em 2017, 97,8% dos abrangidos nas medidas de Apoio ao emprego encontravam-se desempregados no início da frequência da medida e cerca de 56,7% estavam à procura de novo emprego. Os empregados só tinham alguma expressão nos “Apoios à criação do próprio emprego e empresa”, em que constituíam 9,6%. Os desempregados à procura do 1º emprego representavam 77,3% dos abrangidos nos “Apoios à contratação” e 53,8% dos abrangidos nas medidas de “Inserção profissional”. Os desempregados à procura de novo emprego eram 96,7% dos abrangidos por “Contratos Emprego-Inserção” e 87,6% dos abrangidos nos “Apoios à criação do próprio emprego e empresa.”

Relativamente aos anos anteriores refira-se que, nos “Apoios à contratação”, os desempregados à procura do 1º emprego representavam, em 2016, 86,7% quando, em 2015, 84,9% dos abrangidos nesta medida eram desempregados à procura de novo emprego. Quanto aos “Contratos de Emprego-Inserção”, entre 2013 e 2015 os desempregados à procura do 1º emprego constituíram sempre mais de 90% dos abrangidos, sendo que, a partir de 2016, a quase totalidade dos envolvidos passam a ser desempregados à procura de novo emprego.

**Gráfico 189 - População abrangida pelas medidas de Apoio ao Emprego por situação face ao emprego no início da formação – 2017**



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

Analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego após a frequência das medidas, nas medidas de “Inserção profissional”, 52,9% dos indivíduos que tinham concluído o estágio em 2017 estavam empregados (14,7 mil). Destes, a esmagadora maioria tinha sido colocada na entidade onde tinha estagiado (13,9 mil). Para além disso, cerca de 5,5% tinha criado o seu próprio emprego. No que respeita aos indivíduos que tinham terminado “Contratos Emprego-Inserção” apenas 17,4% tinham ficado empregados (4,8 mil pessoas) sendo que destes, 3,4 mil tinham criado o seu próprio emprego. 2,3% dos indivíduos que tinham terminado “Contratos Emprego-Inserção”, ou seja 647 pessoas, foram colocadas na entidade com que estabeleceram o contrato emprego-inserção.

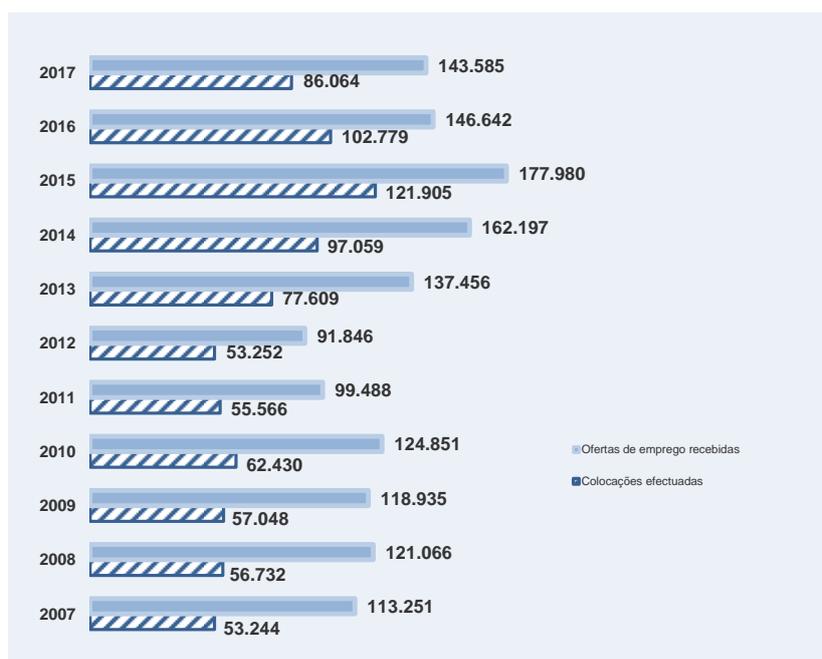
A percentagem de estagiários do conjunto de medidas de “Inserção profissional” que tinha ficado empregada diminuiu, entre 2013 e 2014 mas, daí em diante aumentou sempre. O peso dos que tinham encontrado emprego na entidade onde tinham efetuado o estágio manteve-se nos cerca de 94% ao longo de toda a série exceto no ano de 2014, em que foi de apenas 88,3%. Esse foi contudo o ano em que a percentagem dos que, no conjunto destas medidas, criaram o seu próprio emprego foi mais elevada (11%).

Relativamente aos “Contratos Emprego-Inserção” a percentagem de empregados no total dos indivíduos que tinham terminado aumentou, a partir de 2015, assim como a percentagem dos que, neste conjunto de medidas, tinham criado o seu próprio emprego.

## 5.4. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego

Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego continuaram a descer ao longo de 2017, mantendo-se assim a tendência de decréscimo progressivo que se verifica desde final de 2015. Desta forma, o número de ofertas diminuiu 2,1%, atingindo quase 143,6 mil em 2017. Por outro lado, em 2017 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou igualmente uma descida. Deste modo, o número de colocações evidenciou uma variação negativa na ordem dos 16,3%, no período em análise, o que correspondeu a menos 16,7 mil colocações face a dezembro de 2016. Assim, constata-se que, em 2017, 60% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos centros de Emprego.

Gráfico 190 - Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



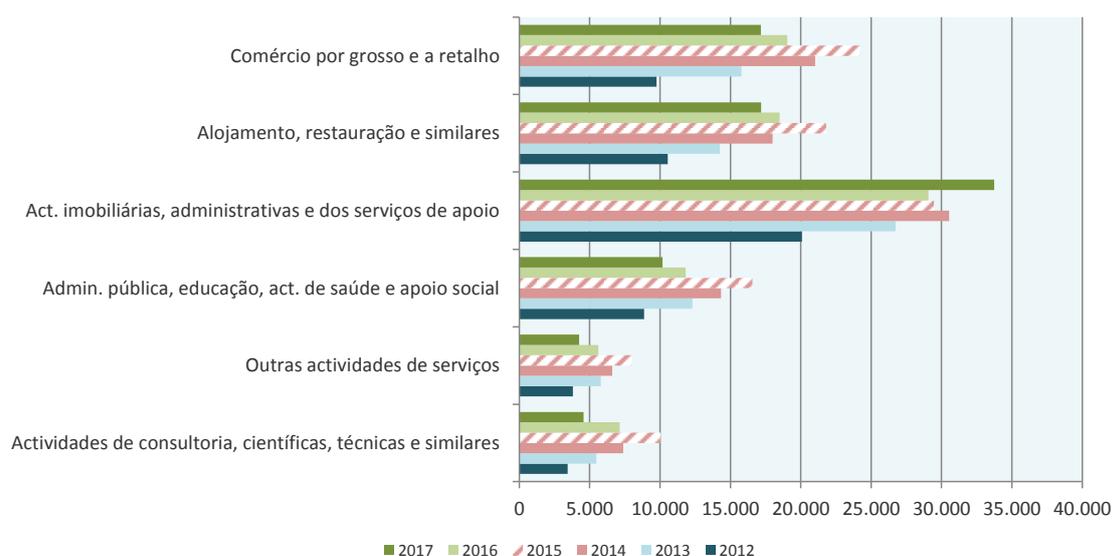
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Em termos sectoriais, constata-se que foi sobretudo o sector dos *serviços* que contribuí para a diminuição das ofertas de emprego registadas em 2017 (menos 5,4%), uma vez que os sectores da *agricultura* e da *indústria* evidenciaram aumentos (mais 16,9% e 1%, respetivamente), totalizando no ano de 2017 menos 3,1 mil ofertas recebidas. De salientar que, em termos absolutos, foi o *sector agrícola* que apresentou o maior número de ofertas recebidas (mais 1,7 mil face ao período homólogo).

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite evidenciar que, em 2017, 66,3% foram oriundas dos *Serviços*, tendo a sua distribuição se concentrado em particular nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (23,5%), *Comércio por grosso e a retalho* (12%) e no *Alojamento, restauração e similares* (12%). Contudo, foram os subsectores das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, das *Atividades de informação e de comunicação* e das *Atividades financeiras e de seguros*, que registaram as maiores variações negativas com menos 55,9%, menos 36,7% e menos 33,4%, respetivamente.

Por outro lado, as *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* e os *Transportes e armazenagem* foram os únicos subsectores dos *Serviços* onde se observou um aumento no número de ofertas recebidas em 2017 relativamente ao período homólogo (mais 13,9% e 7,9%, respetivamente).

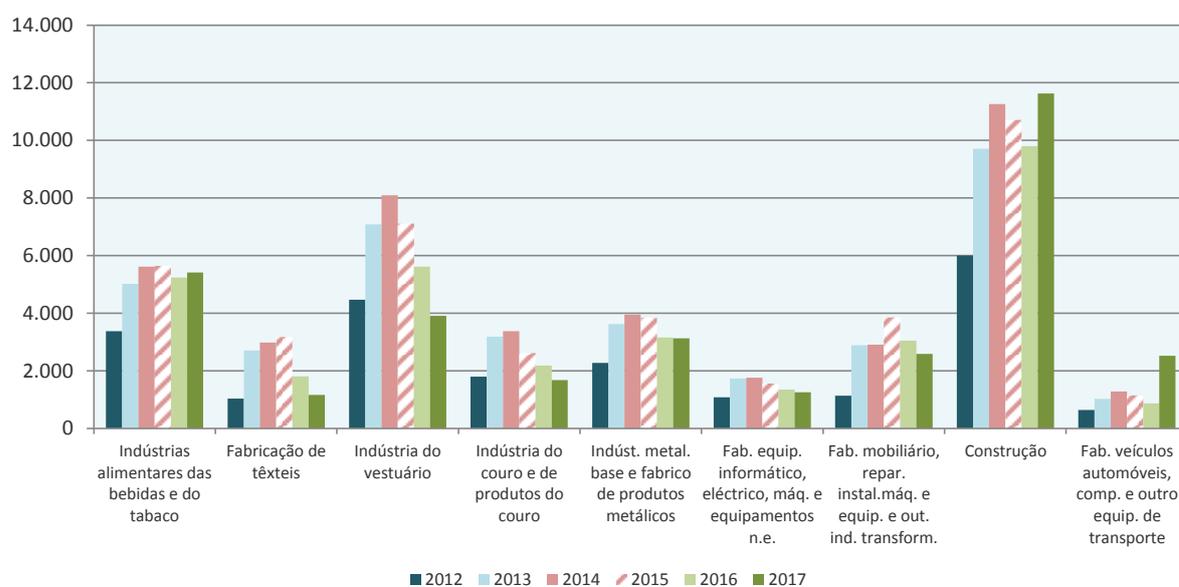
Gráfico 191 - Ofertas de emprego recebidas – Serviços



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Relativamente ao sector da *Indústria, energia, água e construção*, em 2017, a *Construção* foi responsável por 8,1% do total das ofertas de emprego recebidas, tendo registado um acréscimo de 15,7% face ao ano anterior. Seguem-se as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (3,8%) e a *Indústria do vestuário* (2,7%)

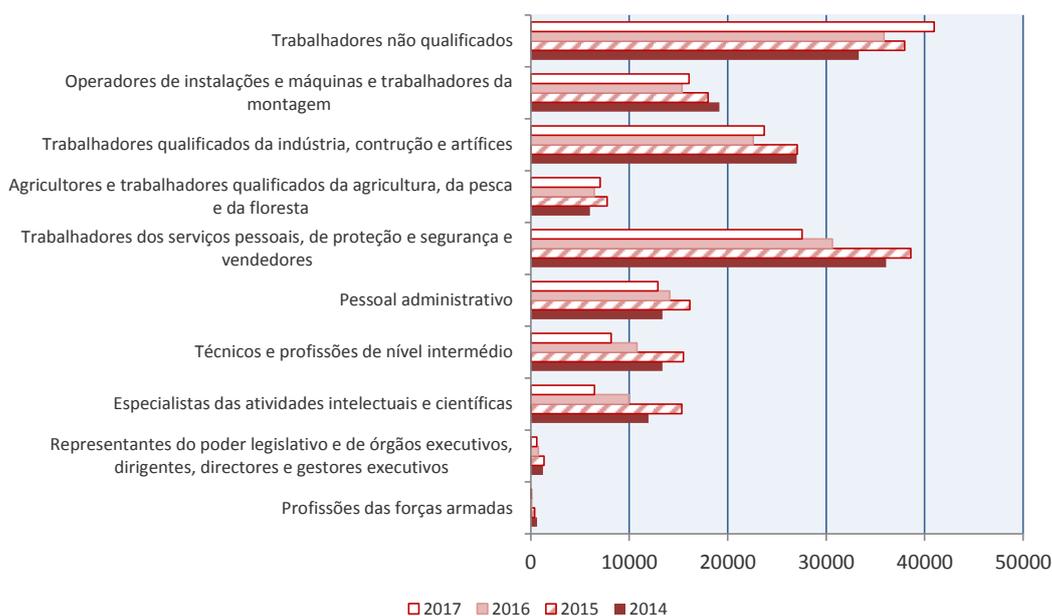
Gráfico 192 - Ofertas de emprego recebidas – Indústria



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

No período em análise, para além dos subsectores da *indústria* mais representativos em termos de ofertas recebidas – *Construção e Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* – terem apresentado acréscimos absolutos no número de ofertas recebidas (mais 1,8 mil e mais 176), o subsector da *Fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte* destacou-se pelo elevado aumento de ofertas face ao período homólogo, evidenciando uma subida de 65,6%, o que em termos absolutos se traduziu num acréscimo de 1657 ofertas de emprego.

Gráfico 193 - Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2017, por categorias profissionais, verifica-se que os *Trabalhadores não qualificados* continuam a apresentar-se como o grupo profissional mais representado com 28,5%, tendo, no período em análise, a variação no seu número de ofertas de emprego sido a mais expressiva (14,2%), com um aumento de cerca de 3,5 mil ofertas. Ainda em termos de representatividade, destacam-se os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* com um peso de 19,2%, não obstante, em 2017, terem apresentado uma variação negativa de 10,1%, o que, em termos absolutos, se traduziu numa redução de 3,1 mil ofertas registadas.

De salientar o facto de, à exceção dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta*, dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* e dos *Trabalhadores não qualificados*, todas as restantes categorias profissionais evidenciaram decréscimos no número de ofertas de emprego, com destaque para os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* e o *Pessoal administrativo* que registaram decréscimos significativos (menos 3,5 mil e menos 2,6 mil respetivamente).

## CONCEITOS UTILIZADOS

---

### ***Ações de Formação Profissional***

Resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as ações com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc. .

### ***Condição perante o trabalho***

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

### ***Contrato de trabalho intermitente sem termo***

Contrato de trabalho pelo qual o trabalhador se obriga a prestar atividade intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

### ***Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho***

Contrato de trabalho em que a atividade a que o trabalhador se obriga é realizada habitualmente fora da empresa e através de recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

### ***Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária***

Contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer temporariamente a sua atividade numa empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

### ***Contrato de trabalho temporário com termo certo***

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro com data antecipadamente prevista).

### ***Contrato de trabalho temporário com termo incerto***

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro que não tem data antecipadamente prevista)

### ***Custo de mão de obra***

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

### ***Custo direto de mão de obra***

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

### ***Custo indireto de mão de obra***

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de carácter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

### ***Custos com serviços de carácter social***

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de carácter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

## ***Desempregado***

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- a) no desejo de trabalhar;
- b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

## ***Desempregado à procura de novo emprego***

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

## ***Desempregado à procura do primeiro emprego***

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

## ***Desempregado de longa duração***

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do

período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

### ***Desempregado de muito longa duração***

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

### ***Desemprego registado***

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

### ***Desencorajados***

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

### ***Duração habitual de trabalho***

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

### ***Empregado***

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço;
- 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

### ***Empresa***

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão,

nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

### ***Estabelecimento***

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

### ***Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais***

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogo

### ***Formação Contínua***

Entende-se por formação contínua a que seja qualificante para as tarefas desempenhadas pelo trabalhador, de acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Esta formação “pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (...)” (n.º 3 do Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

### ***Ganho***

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

### ***Inativo disponível mas que não procura emprego***

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

### ***Nível de escolaridade***

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

### ***Pagamento em géneros***

Valor dos bens e serviços cedidos ao trabalhador pelo empregador como parte da sua remuneração. Na ótica do custo, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser avaliados a preços de custo, se produzidos pelo empregador, ou a preço de aquisição (isto é, o preço efetivamente pago pelo empregador), se adquiridos pelo empregador. Se forem fornecidos gratuitamente, o valor total dos pagamentos em géneros é calculado segundo os preços de custo (ou preços de aquisição pelo empregador, se adquiridos por este) dos bens e serviços, ou outros benefícios em questão. Se forem fornecidos a preços reduzidos, o valor é dado pela diferença entre o cálculo acima indicado e o montante pago pelo empregador. Na ótica dos ganhos, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser medidos com base no valor que o trabalhador teria despendido para os adquirir. São exemplo: o fornecimento de viatura da empresa, telefone, gás, eletricidade, gasolina, vestuário, pagamento de passes sociais, computadores pessoais, produtos alimentares e bebidas (com exceção das despesas para cantinas e das senhas de refeição), cartões de crédito, etc.. Inclui igualmente a cedência de habitação pelo empregador ao trabalhador e os empréstimos, a uma taxa de juro bonificada, destinados à construção ou à compra da habitação para os trabalhadores.

### ***Participante em ações de Formação Profissional***

Trabalhador ao serviço na empresa, contabilizado tantas vezes quantas as ações em que participou.

### ***Pessoal ao serviço***

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

### ***População ativa***

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

### ***População Inativa***

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

### ***População residente***

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

### ***Prémios e subsídios regulares***

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

### ***Profissão***

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

### ***Remuneração base***

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

### ***Remunerações das horas não efetuadas***

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

### ***Saída escolar precoce***

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

### ***Subemprego de trabalhadores a tempo parcial***

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

### ***Subutilização do trabalho***

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

### ***Taxa de atividade (15 e mais anos)***

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

### ***Taxa de desemprego***

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

### ***Taxa de emprego (15 e mais anos)***

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

### ***Trabalhador a tempo completo***

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

### ***Trabalhador a tempo parcial***

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

### ***Trabalhador com contrato a termo***

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

### ***Trabalhador com contrato permanente***

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

### ***Trabalhador familiar não remunerado***

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

### ***Trabalhador ocasional***

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

### ***Trabalhador por conta de outrem***

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

### ***Trabalhador por conta própria***

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

### ***Trabalhador por conta própria como empregador***

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

### ***Trabalhador por conta própria como isolado***

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

### ***Trabalhador que participou em ações de formação***

Trabalhador ao serviço nas empresas, contabilizado uma só vez independentemente do número de ações em que participou.

### ***Trabalhador sazonal***

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

## PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

---

1 – Por deliberação do Plenário do Centro de Relações Laborais (CRL), foi criada a Comissão Científica de acompanhamento dos Relatórios sobre Emprego e Formação, presidida pelo Presidente do CRL e da qual fazem parte os signatários do presente parecer:

- António Figueiredo (FEP, Universidade do Porto; Quatenaire Portugal);
- Cristina Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa; IEPF, IP)
- Francisco Madelino (IPPS – IUL ISCTE; INATEL);
- Mário Caldeira Dias (Universidade Lusíada)

2 - Como os anteriores, este relatório, ao tratar de forma agregada um vasto conjunto de dados estatísticos relacionados com o emprego e formação, constitui um elemento de informação essencial para os parceiros sociais, políticos, comunicação social e mesmo para o público em geral.

Este relatório inclui alguns temas novos e complementa outros, adicionando dados que permitem uma melhor análise. Encontram-se, no primeiro caso, o trabalho temporário, o indicador de subutilização do trabalho, os despedimentos coletivos e, no segundo caso, os fluxos migratórios e a situação do desemprego subsidiado.

O relatório inclui a generalidade dos dados mais significativos nas matérias do emprego e formação. Sugere-se que, em futuros relatórios, possa ser dedicada atenção a fenómenos como a histerese e o que ela significa em termos da capacidade de regresso ao mercado de trabalho, a que se associa o indicador de subutilização dos recursos humanos e a melhor compreensão dos fluxos da população inativa, sendo este indicador mais lato do que o conceito de taxa de desemprego. Junta-se a esta a questão da precariedade e dos salários da população jovem e o papel dos fundos estruturais na evolução do investimento produtivo.

3– Saúda-se a inclusão de dados sobre trabalhadores estrangeiros, questão cada vez mais relevante, e sobre os setores mais intensivos em tecnologia e conhecimento. Caso venha a ser possível, poderia ser útil uma maior desagregação dos conceitos relativos aos seus vários tipos e ainda analisar as ligações à produtividade, aos salários, ao nível de qualificações e às exportações.

4 – O enquadramento macroeconómico poderia incluir uma referência mais explícita à questão dos preços porque se, por um lado, é o guia fundamental da política monetária do Banco Central Europeu, os diferenciais de taxas de inflação, por outro lado, têm um impacto direto nos níveis de competitividade no seio da zona euro.

Dada a abertura da economia portuguesa a influências externas, o enquadramento macroeconómico deve permitir monitorizar as fontes de crescimento económico e do emprego. Citam-se, como exemplos, o preço do petróleo, a evolução do sector turístico, as taxas de juro, a variação da produtividade (também consequência do tipo de crescimento sectorial) e o investimento público e privado (nomeadamente o IDE).

5 – Os relatórios, desde o seu início, procuraram centrar-se nas questões do emprego e da formação e em áreas afins, que constituem o seu objeto. Por isso, embora se compreenda a tentação de ir alargando o conjunto de temas a tratar, o relatório deve continuar a centrar-se nas variáveis com um efeito mais significativo no funcionamento e na situação do mercado de trabalho.

Este documento insere-se na série de relatórios sobre o emprego e a formação iniciada em 2015. Sem prejuízo da manutenção desta série, este repositório de informação e de análises, durante os últimos 3 anos, poderá vir a permitir a seleção de alguns temas de índole estrutural para uma análise mais fina e circunscrita, tais como a estrutura das qualificações, o desemprego jovem, o desemprego de longa duração e a evolução setorial da criação de emprego, para além de outros possíveis.

6 – Em suma,

O relatório sobre emprego e formação de 2017 cumpre cabalmente os seus objetivos, num processo de ganhos claros de consistência.

O conjunto de dados analisados é muito completo e permite uma visão global da evolução da situação nacional em matéria de emprego e formação. Tendo presente a série, que se iniciou em 2015, é já possível uma leitura diacrónica, que diz muito acerca das mudanças estruturais e conjunturais em curso no país.

Embora se possa sempre aprofundar ou acrescentar, a diversidade de matérias tratadas aproxima-se do seu limite, podendo constituir opção futura análises complementares de tendências ou de alterações estruturais significativas.

A neutralidade e objetividade que estiveram presentes na recolha e tratamento dos dados do relatório resulta num texto denso, e porventura árido, mas cheio de informação relevante. Estamos, pois, convictos que a sua leitura e análise atenta em muito irá beneficiar a atividade quotidiana de todos aqueles que trabalham as matérias do emprego e formação, contribuindo decisivamente para debates mais informados.

## COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL

---

### Declaração de voto da CGTP-IN

O Relatório sobre Emprego e a Formação Profissional relativo a 2017 integra um manancial de informação sobre questões do emprego e formação que consideramos de utilidade.

Todavia, apesar de progressos relativamente a relatórios anteriores, continuam a existir áreas que carecem de maior aprofundamento, como as que dizem respeito à comparação entre a evolução dos salários reais e da produtividade; à precariedade do emprego – considerando o total dos contratos não permanentes - por grupo etário; à emigração segundo as habilitações; às remunerações base quer no sector privado, quer no público por sexo, nível de habilitação e tipo de contrato; aos desempregados ocupados e ao seu peso nos pedidos de emprego; à caracterização das ofertas de emprego registadas no IIEFP por tipo de contrato, horário, e salário; à situação face ao emprego após participação em medidas de emprego e formação profissional, caracterizando o tipo de contrato e o salário; aos valores das prestações de desemprego e taxa de cobertura; às falências e sistema de recuperação de empresas por via judicial; às prestações de serviços na Administração Pública.

Nesse sentido, apresentámos propostas concretas com vista à inclusão de mais dados, mas muitas não foram vertidas no relatório apesar da disponibilidade das fontes.

A CGTP-IN considera que estes relatórios devem coligir toda a informação disponível, seja ela publicada ou não, devendo o Centro de Relações Laborais ter também um papel pedagógico, chamando a atenção para as lacunas de informação existentes e para a necessidade de aprofundar o aproveitamento de fontes administrativas, como é o caso da Declarações de Remunerações à Segurança Social, entre outras, como já dissemos na apreciação de relatórios anteriores.

A CGTP-IN considera ainda que o relatório deveria ser o mais factual possível, não devendo conter opiniões sobre políticas a implementar ou prosseguir, dadas as diferenças de perspectiva das organizações que compõem o Centro de Relações Laborais.

Tendo em conta as considerações anteriores a CGTP-IN abstém-se na votação sobre o Relatório sobre Emprego e a Formação Profissional relativo ao ano de 2017.

**Lisboa, 22 de Junho de 2018**

**CGTP-IN**

## **Declaração de Voto da UGT**

A UGT teve a oportunidade de se pronunciar sobre anterior versão do Relatório, a qual nos mereceu uma apreciação favorável, não obstante termos apresentado um conjunto de sugestões com o objectivo da sua melhoria.

Nesse sentido, devemos registar positivamente que a versão actual tenha acolhido algumas das preocupações e alertas apresentados, o que, no nosso entender, contribuiu para a consolidação da versão agora submetida a votação.

Mais, a UGT não deixou de reiterar um conjunto de propostas, relativamente à estrutura e metodologia adoptadas, e cuja discussão continuamos a considerar fundamental para posteriores aperfeiçoamentos e aprofundamento de matérias em relatórios futuros.

Não obstante o avanço ainda pouco sensível verificado na alteração de metodologias, a UGT deve salientar que o presente relatório não deixa de constituir um progresso significativo face a versões anteriores, atento o esforço realizado pela Equipa Técnica e pelo Coordenador Científico no sentido não apenas da introdução de novas matérias sujeitas a análise mas igualmente da utilização de novas fontes de informação.

Face a tudo o exposto, e considerando que deve existir um esforço futuro no sentido de acomodar os aperfeiçoamentos propostos pelos Parceiros Sociais, a UGT vota favoravelmente o Relatório sobre Emprego e Formação 2017, considerando que este continua a responder, e de forma mais adequada que no passado, ao objectivo global pretendido - o de apresentar e analisar um conjunto de dados e indicadores sobre a situação e evolução do mercado de trabalho.

A UGT deve porém expressar a sua preocupação face ao facto de, no seio do CRL, e atenta a estreita ligação entre as suas competências técnicas e os trabalhos desenvolvidos em sede de concertação social, se verifiquem incongruências entre a aceitação de realidades numa sede, incluindo acordando em medidas para as combater, e a sua omissão noutras, enfraquecendo o conteúdo do Relatório e o seu papel.

25-06-2018